

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer

FÁBIO SANTANA NUNES

**PELOS VAPORES E TRENS, DO HIPÓDROMO AO *STADIUM*:
esporte e lazer em Feira de Santana-BA (1875-1922)**

Belo Horizonte
2021

FÁBIO SANTANA NUNES

**PELOS VAPORES E TRENS, DO HIPÓDROMO AO *STADIUM*:
esporte e lazer em Feira de Santana-BA (1875-1922)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito final à obtenção do título de Doutor em Estudos do Lazer.

Linha de Pesquisa: Memória e História do Lazer.

Orientador: Prof. Dr. Cleber Augusto Gonçalves Dias

N972p Nunes, Fábio Santana
2021 Pelos vapores e trens, do hipódromo ao stadium: esporte e lazer em Feira de Santana - BA (1875-1922). [manuscrito] / Fábio Santana Nunes – 2021.
220 f.: il.

Orientador: Cleber Augusto Gonçalves Dias

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Bibliografia: f. 188-220

1. Lazer – Teses. 2. Lazer – Feira de Santana (BA) – Teses. 3. Indústria do lazer – Teses. I. Dias, Cleber Augusto Gonçalves. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Sheila Margareth Teixeira Adão, CRB 6: n° 2106, da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
 ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS DO LAZER

ATA DA 78ª DEFESA DE TESE DE DOUTORADO

FÁBIO SANTANA NUNES

Às 14h00min do dia 29 de outubro de 2021 reuniu-se na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Programa para julgar, em exame final, o trabalho "PELOS VAPORES E TRENS, DO HIPÓDROMO AO STADIUM: ESPORTE E LAZER EM FEIRA DE SANTANA-BA (1875-1922)", requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Estudos do Lazer. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Cleber Augusto Gonçalves Dias, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra para o candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Membros da Banca Examinadora	Aprovado	Reprovado
Prof. Dr. Cleber Augusto Gonçalves Dias (Orientador)	X	
Prof. Dr. Daniel Venâncio de Oliveira Amaral (HISLA-UFMG)	X	
Profa. Dra. Ester Liberato Pereira (Unimontes)	X	
Prof. Dr. Luís Vítor Castro Júnior (UEFS)	X	
Profa. Dra. Maria Cristina Rosa (UFMG)	X	

Após as indicações o candidato foi considerado: **APROVADO**

O **resultado final** foi comunicado publicamente, para o candidato pelo/a Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente **ATA** que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2021.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Rosa, Coordenador(a)**, em 06/11/2021, às 08:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleber Augusto Goncalves Dias, Chefe de departamento**, em 12/11/2021, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ester Liberato Pereira, Usuária Externa**, em 17/11/2021, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Venâncio de Oliveira Amaral, Usuário Externo**, em 19/11/2021, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Vítor Castro Junior, Usuário Externo**, em 03/12/2021, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1061553** e o código CRC **54937EE7**.

À minhas filhas, esposa, irmãos, pais e avós.

Às artistas dos circos, teatros, touradas, corridas de cavalo e campos de futebol.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, entes tão queridos e amados, por todo apoio recebido ao longo da vida. Em particular, pela doação de seu tempo e na compreensão de minhas ausências. Minha esposa Luana, minhas filhas Janaína e Catarina, meus pais Sinval e Altamira, minha irmã Gabriela e meu irmão Sinval Júnior (Symba), minha sogra Angela, cunhados, primos, tios e avós, amo muito cada um de vocês.

À Universidade Estadual de Feira de Santana, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, ao Departamento de Saúde e à Área de Práticas Curriculares em Educação Física, por todo apoio logístico, estrutural e financeiro prestado. Também aos técnicos-administrativos, professores e funcionários terceirizados, que foram fundamentais.

À Universidade Federal de Minas Gerais; à Pró-Reitoria de Pós-Graduação; à Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional; e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, por cada aprendizado, cada momento vivido e pela possibilidade de aprofundamento no Campo dos Estudos do Lazer. Aos professores e coordenação, especialmente, Rafael Fortes Soares, Victor Andrade de Melo, Cleber Augusto Gonçalves Dias, Hélder Ferreira Isayama, Silvio Ricardo da Silva, Christianne Luce Gomes, Maria Cristina Rosa, Simone Rechia, Luciano Pereira da Silva e Elcio Loureiro Cornelsen. E aos técnicos-administrativos e funcionários terceirizados, em especial, Danilo Ramos, secretário do curso. Todos foram imprescindíveis.

Ao Grupo de Pesquisa em História do Lazer (HISLA), pelas horas de estudos e debates, momentos de reunião presencial e virtual. Foi uma grande satisfação poder conhecer e aprender com cada um de seus membros.

Ao meu orientador, professor Cleber Augusto Gonçalves Dias, pela forma generosa com que me recebeu nas Minas Gerais, pelos saberes compartilhados, pelos sabores divididos, pelos desafios propostos e pelo exemplo de excelência com leveza.

À Banca de Qualificação, nas pessoas da professora Maria Cristina Rosa e do professor Luís Vitor Castro Júnior, por apontarem caminhos, colocando-me no trilho necessário; e à Banca Examinadora desta Tese, professoras Maria Cristina Rosa e Ester Liberato Pereira; e professores Luís Vitor Castro Júnior e Daniel Venâncio de Oliveira Amaral, além dos professores Luciano Pereira da Silva e Jean Carlo Ribeiro, avaliadores suplentes: gratidão por todas as contribuições e momentos de troca acadêmica, tão necessários à construção da escrita científica.

Aos memorialistas, poetas, jornalistas, fotógrafos e historiadores de Feira de Santana: cada livro ou tese, cada poema, cada imagem antiga, cada artigo foi um retorno ao passado de nossa gente, de meus familiares antepassados e de tantos outros trabalhadores que construíram este chão nas labutas, mas também em momentos de diversão.

Aos museus, bibliotecas, institutos e centros de memória e pesquisa, que me acolheram quando da busca pelos acervos e fontes. Agradeço suas direções e coordenações e, particularmente, aos funcionários públicos, trabalhadores contratados e terceirizados por toda atenção, carinho, indicações recebidas e informações cedidas digital ou presencialmente. Em Feira de Santana: Museu Casa do Sertão e Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão; Instituto Histórico Geográfico de Feira de Santana; Núcleo de Preservação da Memória Feirense – Rollie Poppino; Fundação Senhor dos Passos; Arquivo Público Municipal de Feira de Santana; e Biblioteca Municipal Arnold Silva. Em Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia (Biblioteca dos Barris); e Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. E, ainda, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Aos amigos e amigas que disponibilizaram seu tempo e conhecimentos para dialogarem com meus escritos e ideias. E aos que me incentivaram a dar passos mais longos, cerquei-me dos melhores: Priscila Gonçalves Soares, Flávia da Cruz Santos, Suzana Alves Nogueira Souza, Carla Borges de Andrade, Mauricio Roberto da Silva; Igor Maciel Silva, Jederson Garbin Tenório, Luís Capucha, Marcial Cotes, Ricardo Franklin de Freitas Mussi, Mateus Camargo Pereira, Danilo da Silva Ramos, João Pedro Prado Mercês Lázaro, Clóvis Ramaiana Moraes Oliveira, Aldo José Moraes Silva, Janio Laurentino de Jesus Santos, Rosana Daniele Xavier, Robson Silva Torres, Roosevelt Antonio Oliveira dos Reis, Dázio Brasileiro Filho, Liacélia Pires Leal, Eduardo José de Miranda Kruschewsky; Antônio Moreira Ferreira (Lajedinho), Evandro Sampaio Oliveira, Carlos Alberto Almeida Mello, Carlos Alberto Oliveira Brito, Antonio Carlos Batista Neves Junior.

À minha turma de Doutorado e alguns outros estudantes do Programa de Estudos do Lazer, agradeço muito a acolhida; construímos pontes que nos aproximarão por toda a vida: Ricardo, Iara, Carlos, Felipe, Genesco, Edwaldo, Romilda, Thiago, Priscila, Adriano, Karine, Adenilson, Cláudia, Ana Cristina, Jean, Diogo, Daniel, Paola, Tatiana, Ronaldo, Vitor, Renata, Eliza, Joice, Acácio.

A todas e todos que, de formas distintas, emanaram boas energias, com seus olhares, toques, fazeres, dizeres e, às vezes, com seus silêncios, meu muito obrigado!

“Se a cidade se modificava, acontecia o mesmo com os divertimentos, se ela se conformava, se conformaram também os divertimentos. Deste modo, dizer das diversões, compreendê-las, é compreender a cidade, pois elas a revelam”

(FLÁVIA SANTOS, 2017, p. 86).

RESUMO

Objetivamos identificar e analisar os espetáculos públicos teatrais, circenses, tauromáquicos e esportivos desenvolvidos na cidade de Feira de Santana, bem como seus modos de organização, personagens, locais de realização, modalidades de representação na imprensa, frequência com que aconteciam, público que participava e instituições promotoras. Também intentamos compreender as relações recíprocas entre lazer e contexto social mais geral, em especial, meios de transporte, urbanização e desenvolvimento econômico. O recorte temporal considerado no estudo compreende o período final do século XIX e o princípio do XX. Trata-se de uma Pesquisa Documental, tendo como base periódicos publicados à época no município pesquisado e outras regiões; obras de memorialistas e de viajantes; relatórios e anuários estatísticos; artigos, dissertações e teses sobre a cidade. Os resultados apontam que os espetáculos de circo, touradas, dramatizações, corridas de cavalo e partidas de futebol ocorreram em um período distante ao do crescimento urbano e industrialização de Feira de Santana. As funções utilizaram em grande medida o único teatro da cidade, o Theatro Sant'Anna, além de usufruírem do hipódromo do *Jockey Club* Feirense, do *Stadium* Leolindo Ramos e de largos locais, como a Praça Dr. Remédios Monteiro e o Campo do Gado. Destacam-se personagens, instituições e o intercâmbio entre práticas culturais, entidades e outras regiões. Os modais de transporte foram importantes para a interiorização dos divertimentos, interligando o sertão baiano, em específico Feira de Santana, às regiões do Recôncavo Baiano, Salvador e demais localidades do mundo por meio do barco a vapor e do trem, contribuindo para a oferta de lazeres comercializáveis.

Palavras-Chave: Estudos do Lazer. História. mercantilização dos divertimentos. Sertão. Feira de Santana.

ABSTRACT

We aimed to identify and analyze the public spectacles developed in the city of Feira de Santana, such as the theatre, the circus, the bull racing and the sports, as well as their organization methods, characters, performance locals, press representation methods, frequency of occurrence, participating audience and promoting institutions. We also intended to understand the reciprocal relationships between leisure and a wider social context, in particular, means of transport, urbanization and economic development. The time frame considered in the study comprises the late nineteenth century and the beginning of the twentieth. It is a Documentary Research, based mainly on newspapers and magazines published at the time in the studied city and other regions; works by memorialists and travelers; statistical reports and yearbooks; articles, dissertations and theses about the city. The results show that the theatre spectacles, bull racing, role-plays, horse racing, and soccer games took place in a period far from the urban growth and industrialization in the city of Feira de Santana. The functions largely used the only theater in the city, the Sant'Anna Theater, in addition to using the hippodrome from the Jockey Club of the city, the Leolino Ramos *Stadium*, and large places like the Dr. Remédios Monteiro square and the Campo do Gado. The characters, institutions and cultural exchange between cultural practices, entities and other regions are highlighted. The transportation modes were important for the interiorization of the entertainment, connecting the Sertão of Bahia, specifically Feira de Santana to regions of the Recôncavo of Bahia, Salvador and other places of the world through the steamboat and by train, contributing to the offer of marketable leisure activities.

Keywords: Leisure Studies. History. amusement mercantilization. Sertão. Feira de Santana.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Feira livre semanal, Feira de Santana.....	24
Figura 02 – Planta da cidade de Feira de Santana em 1878.....	42
Figura 03 – Vista Panorâmica de Feira de Santana, tomada de oeste para leste.....	42
Figura 04 – Viaduto do Batedor, Ramal entre Cachoeira-Feira da Estrada de Ferro.....	44
Figura 05 – Estradas e paradas.....	45
Figura 06 – Valores de passagens da Companhia Brasileira de Navegação a Vapor.....	48
Figura 07 – Vapor Conselheiro Dantas.....	50
Figura 08 – Estradas de Ferro do Estado da Bahia em 1898.....	51
Figura 09 – Horários dos trens e vapores, trajeto Salvador-Feira de Santana em 1877.....	53
Figura 10 – Primeiro Anúncio no <i>Gazeta da Bahia</i> sobre animais do circo.....	59
Figura 11 – Segundo Anúncio no <i>Gazeta da Bahia</i> sobre animais do circo.....	60
Figura 12 – Anúncio no <i>Diário de Pernambuco</i> sobre animais do circo.....	61
Figura 13 – Cartaz do Theatro-Circo.....	66
Figura 14 – Cartaz da Companhia Liponeza.....	69
Figura 15 – Circo de pau fincado em Feira de Santana.....	75
Figura 16 – Anúncio da Companhia Japonesa.....	80
Figura 17 – Camei Tanekite, diretor do Circo Extremo Oriente.....	81
Figura 18 – Propaganda de guarda-sol para uso nas touradas.....	91
Figura 19 – Cartaz da tourada na cidade de Feira de Santana.....	92
Figura 20 – Campo General Câmara, o Campo do Gado.....	102
Figura 21 – Gravura de uma tourada feirense.....	104
Figura 22 – Cine-theatro de Sant’Anna.....	111
Figura 23 – Grupo Taborda.....	113
Figura 24 – Companhia do Sr. Vieira Villas.....	114
Figura 25 – Avenida Sampaio.....	122
Figura 26 – Planta de terrenos em loteamento próximo à Avenida Sampaio.....	123
Figura 27 – Anúncio de loteamento dos terrenos que pertenceram ao Hipódromo.....	125
Figura 28 – Praça Jackson do Amaury.....	126
Figura 29 – Igreja Matriz de Sant’Anna e a Estação Ferroviária.....	129
Figura 30 – Rua Conselheiro Franco.....	133
Figura 31 – Aviso sobre Assembleia do <i>Jockey Club</i> Feirense.....	136

Figura 32 – Joaquim Mello Sampaio, acionista e provável diretor do <i>Jockey Club</i>	139
Figura 33 – Hipódromo do Rio Vermelho.....	147
Figura 34 – Publicidade sobre artigo de corridas de cavalo.....	150
Figura 35 – “Que fim teve a corrida do cavalo?”.....	153
Figura 36 – Campo General Câmara.....	156
Figura 37 – Anúncio de partida de Futebol.....	166
Figura 38 – Estádio Leolino Ramos.....	177
Figura 39 – Quarteirão em que se localizava o Estádio.....	177
Figura 40 – Cartaz de propaganda da Firma Ramos.....	179

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS

Tabela 01 –	População Total, Urbana, Rural e Taxa de Urbanização – Feira de Santana 1872-2010.....	25
Quadro 01 –	Receitas municipais com circos armados e espetáculos variados.....	64
Gráfico 01 –	Locais de espetáculos das companhias circenses.....	85
Gráfico 02 –	Companhias circenses, ano e quantitativo de espetáculos.....	86
Gráfico 03 –	A Tauromaquia em Feira de Santana.....	105
Gráfico 04 –	Quantitativo de cinemas, teatros ou cine-teatros por município baiano em 1924.....	108
Gráfico 05 –	Quantitativo de grupos e companhias teatrais e espetáculos por ano...	112
Quadro 02 –	Calendário Esportivo da Liga Feirense dos <i>Sports</i> Terrestres (1907)...	171

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A. D. Bahia	–	Associação Desportiva Bahia
AM	–	Amazonas
BA	–	Bahia
IGHB	–	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
IHGFS	–	Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana
MG	–	Minas Gerais
MT	–	Mato Grosso
PA	–	Pará
PPGIEL	–	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer
SEPLAN	–	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
UEFS	–	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFMG	–	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	MERCANTILIZAÇÃO DAS DIVERSÕES EM FEIRA DE SANTANA.....	34
3	“RESPEITÁVEL PÚBLICO”, O CIRCO CHEGOU NA FEIRA!.....	56
4	“A LOS TOROS!”: AS TOURADAS NA PRINCESA DO SERTÃO.....	88
4.1	AS TOURADAS FEIRENSES DO FINAL DO SÉCULO XIX.....	90
4.2	AS TOURADAS FEIRENSES DO SÉCULO XX.....	101
5	THEATRO SANT’ANNA: “A PRIMEIRA CASA DE ESPETÁCULO DA CIDADE”	106
6	ESPETÁCULOS ESPORTIVOS NA PRINCESA DO SERTÃO: O TURFE.....	118
6.1	ESTATUTOS DA SOCIEDADE <i>ANONYMA JOCKEY CLUB</i> FEIRENSE.....	130
6.1.1	Finalidades Sociais e Contabilidade da Sociedade.....	131
6.1.2	Elementos Administrativos do <i>Jockey Club</i> Feirense.....	135
6.2	AS CORRIDAS NO HIPÓDROMO FEIRENSE.....	142
6.2.1	A organização das corridas.....	144
6.2.2	Espectadores e valores pagos na assistência do espetáculo.....	149
6.2.3	O declínio do <i>Jockey Club</i>	152
6.3	PRÁTICAS EQUESTRES DE CORRIDA EM ESPAÇOS NÃO INSTITUCIONALIZADOS.....	154
6.4	O NOVO VELHO HIPÓDROMO FEIRENSE.....	159
7	ESPETÁCULOS ESPORTIVOS NA PRINCESA DO SERTÃO: O FUTEBOL..	166
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA FEIRA DE DIVERSÕES.....	182
	REFERÊNCIAS.....	188

1 INTRODUÇÃO

Nosso caminhar se inicia em um período anterior ao que as fontes indicam ser a primeira construção esportiva, um hipódromo¹. Busca-se compreender o contexto de inserção das práticas de divertimento nestes e em outros lugares, e como se desenvolveu um mercado de lazer² entremeando a existência desses equipamentos de entretenimento, assim contando uma possível história das diversões de Feira de Santana.

O lazer constitui-se como a articulação de três elementos fundamentais: ludicidade, manifestações culturais e tempo/espço social. Com efeito, destacamos inicialmente que compreendemos lazer consoante Gomes (2014), como uma necessidade humana e dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espço social. Concordando com a ideia da autora, tratar o lazer como se sua existência fosse possível somente aos centros urbanos modernos e industrializados, e em contraposição ao trabalho, pode ser indício do alcance de um padrão civilizatório que utiliza o colonialismo do poder e do conhecimento como estratégia de dominação cultural. Peixoto (2007) adverte para o fato de que os estudos históricos baseados na distinção entre recreação/lazer podem constituir visões limitadas acerca da dinâmica histórica que produz os estudos do lazer no Brasil.

As práticas culturais de lazer são estudadas em diversas partes do mundo³, objetivando conhecer mais sobre as localidades e seus moradores, os tempos, espaços, cotidianos e interesses em momentos de diversão. No Brasil, esse tipo de pesquisa se consolida a cada dia, auferindo força aos divertimentos como partícipes importantes da construção dos espaços rurais e urbanos, e produzindo histórias e memórias, também contribuintes às identidades regionais ou mesmo nacionais.

Algumas marcas destes novos tempos são: a ampliação dos Grupos de Pesquisa e Periódicos tematizando a história do lazer ou com ela fazendo interfaces, como, por exemplo, com os esportes (MELO; FORTES, 2010); uma crescente produção de artigos científicos veiculados nos mais diversos periódicos do País; maior número de dissertações e teses produzidas devido à inserção de linhas de pesquisa e aceites de estudos sobre a temática em

1 Falaremos detidamente sobre o hipódromo no sexto capítulo.

2 Não localizamos nas fontes o termo “lazer”, eram mais frequentes os termos “divertimento” e “diversão”. Para um maior aprofundamento, ver Melo (2010a; 2013) e Santos (2017).

3 Para um panorama internacional da produção do conhecimento no Campo de Estudos do Lazer, ver Isayama e Melo (2020). A obra traz cenários dos seguintes países: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Costa Rica, Equador, México, Nova Zelândia e Reino Unido. E, especificamente, para um panorama da História do Esporte, ver Melo e Fortes (2010).

Programas de Educação Física, Educação, Saúde Coletiva e História, entre outras possibilidades; e, ainda, pela criação do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que, em sua Linha de Pesquisa “Memória e História do Lazer”, conforme SOARES *et al.* (2020), apresenta um recorte temporal nas teses e dissertações defendidas entre 2009 e 2017 compreendido entre o segundo quartel do século XIX e o primeiro do século XXI.

Ainda sobre este último estudo, o quantitativo maior dos 32 (trinta e dois) trabalhos analisados enfocou o primeiro quartel do século XXI; em segundo lugar, a primeira metade do século XX; depois, o quartel final do século XX; e, por fim, as demais pesquisas ficaram pulverizadas no terceiro quartel do XX e no século XIX como um todo (SOARES *et al.*, 2020). Trazendo um panorama da produção em história do esporte no Brasil, Rafael Fortes (2020) sinaliza que, na última década, contudo, houve importante ampliação de estudos sobre o século XIX. Alguns deles abordam as práticas esportivas integradas a espetáculos e outras atividades que compunham o mercado dos entretenimentos, diversões e/ou lazer.

Se, por um lado, o Campo de Estudos em Lazer está evoluindo com quantitativo maior de investigações científicas e ampliando seus recortes temporais, por outro, estes esforços referentes aos estudos históricos sobre o tema, em certa medida, continuam concentrados em algumas regiões do País, sobretudo no sul e sudeste (DIAS, 2018c; 2020). De acordo com Amaral e Dias (2017), Minas Gerais provavelmente é o estado que tem mais trabalhos desenvolvidos, em maioria, pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (PPGIEL), da UFMG. Das pesquisas desenvolvidas na PPGIEL, na Linha de Pesquisa “Memória e História do Lazer”, entre os estados, Minas Gerais é o mais evidenciado, e Belo Horizonte a cidade mais estudada (SOARES *et al.*, 2020). Especificamente sobre a temática da história do esporte, alguns outros estados como Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco têm merecido a atenção dos pesquisadores e, conforme Fortes (2020), em especial as suas respectivas capitais. Outra capital que logra destaque é a do estado do Pará (DIAS *et al.*, 2019).

Em larga medida, no estado da Bahia, “os estudos históricos que analisam as trajetórias do fenômeno esportivo têm buscado compreendê-lo principalmente a partir da sua capital” (NUNES; RIBEIRO, 2020, p. 02). Algumas atividades como críquete, turfe e remo compuseram o cenário esportivo da Capital Baiana desde o século XIX. Vemos a presença de outras modalidades a partir do início do século XX, como futebol, atletismo, tênis, natação, patinação e ciclismo (ROCHA JUNIOR, 2011; SANTOS, 2014; ROCHA JUNIOR; SANTOS, 2015).

Contudo, pesquisas históricas sobre lazer, esporte e outras práticas corporais, que dissertam a “geografia” dos interiores, estão em processo de expansão. “Rincões” e “confins”, mas também regiões litorâneas do País são abraçadas. A historiografia brasileira dedicada a esses estudos em regiões política, econômica e culturalmente periféricas ainda é relativamente modesta⁴. Pequenas cidades interioranas do Brasil, a despeito de seu caráter ruralizado, pouco urbanizado, inseriram-se em circuitos menores de comercialização do lazer. Desde os fins do século XIX, e com maior força no XX, inúmeras cidades de menor tamanho, vilas e arraiais parecem ter experimentado “ambições por uma nova experiência urbana e pela crescente integração a uma economia de mercado” (AMARAL; DIAS, 2017, p. 238), nas quais a oferta comercial de práticas de lazer e seu consumo exerciam um papel destacado nesse novo horizonte de perspectivas.

Recentemente, a historiografia tem envidado esforços para compreender esses objetos por meio de olhares aos sertões baianos, correntemente enfocando o século XX (NUNES; RIBEIRO, 2020). Destacam-se estudos sobre: capoeira em Vitória da Conquista (SILVA; MARTA, 2019; SILVA; SILVA; MARTA, 2018); protagonismo de mulheres nas vaquejadas (CAVALCANTI, 2020); surfe em Ilhéus (COTES; GÓES, 2014); clube social e esporte em Jequié (PIRES; DIAS; LEITE, 2014); esportes no Piemonte da Chapada Diamantina (NUNES; RIBEIRO, 2020); práticas de sociabilidade em Alagoinhas (LIMA, 2018); teatro em Caetité (FERNANDES; REIS, 2021); circo e teatro em Alagoinhas, Serrinha, Senhor do Bonfim e Juazeiro (SILVA, 2018); e futebol em distintas cidades e regiões baianas (SOUZA; SILVA, 2017; SANTOS, 2020; CALDAS; ABRAHÃO, 2020).

Estudos temáticos desta natureza que tomam como recorte espacial a cidade de Feira de Santana ainda são escassos. Podemos destacar estudos sobre teatro, promovidos por Maria Izabel da Silva Sampaio (2000), sobre a função social dessa arte na cidade entre os anos de 1892 e 1912; o escrito de Anna Caroline Sá Figueredo (2019) que abordou a dinâmica dos grupos teatrais amadores e vinculações políticas entre 1920 e 1930; e o trabalho de Aline Aguiar Cerqueira dos Santos (2012), aborda centralmente o teatro, mas também o entorno, o futebol, o circo, o cinema e as filarmônicas com seus bailes, tocatas e passeios entre 1919 e 1946.

Três estudos tematizam o cinema: o de Alisson Oliveira Soares de Santana (2020) sobre as experiências cinematográficas em Feira de Santana entre 1946 a 1965; o de Beatriz Café

4 Seguem alguns estudos desta historiografia: Cabral Filho (2010), Oliveira (2016), Silva (2012), Bibbó (2017), Soares (2010; 2018), Xavier (2014), Montenegro e Soares (2018), Souza (2017), Corrêa (2017), Dias (2018c), Dias e Rosa (2019), Pereira (2019), Xavier (2019), Dias (2020), Ribeiro (2021), Amaral (2020), Souza Junior (2020), Alves e Souza Neto (2021), Souza Junior e Oliveira (2021), Maciel da Silva (2020;2021), Alves, Souza e Pereira (2021) e Santos (2021).

Sacramento e Aldo José Morais Silva (2017) fala dos processos de mercantilização do cinema feirense entre 1910 a 1920; e outro de Beatriz Café Sacramento (2016) destacando as sociabilidades em Feira a partir das relações com o cinema de 1910 até 1919.

Pesquisas sobre festas representadas pelo entrudo, carnaval e micareta, tendo autoria de Miranice Moreira da Silva (2013; 2020a; 2020b), e outras festividades populares, como o Bando Anunciador, foram pesquisadas por Adriana Priscilla Costa Cavalcanti, Luís Vitor Castro Júnior e Coriolano Pereira da Rocha Junior (2020) e por Rennan Pinto de Oliveira (2014).

Alguns estudos destacaram o futebol ou como objeto central, como no trabalho desenvolvido por João Pedro Prado Mercês Lázaro (2015), que tratou de como se organizaram as práticas desse esporte na cidade entre os anos de 1942 e 1954, a partir de instituições organizadoras e normatizações; ou como uma das temáticas para explicar processos silenciados por uma urbanização desigual, como no trabalho de Clóvis Ramaiana Moraes Oliveira (2016), que apresenta o esporte praticado por garotos pelas ruas, contraditando com *sportmens* em espaços autorizados dos *grounds* e estádios.

Assim como Melo (2015) aponta, é necessário compreender de modo mais decisivo que a pesquisa sobre a história do esporte deve se assumir como uma história das práticas de diversão. Explicitado este entendimento, Dias (2013b) acentua que o desenvolvimento histórico do esporte no Brasil, de maneira geral, desestabiliza, de algum modo, o modelo teórico que postula a urbanização das cidades como principais vetores explicativos para a emergência do esporte, pois existem situações em que o desenvolvimento dos esportes ocorreu em ambientes pouco ou nada urbanizados, não se identificando com facilidade ou, de jeito algum, traços de uma experiência que possa ser chamada propriamente de urbana. Essa compreensão foi ampliada para outras formas de lazer (DIAS, 2018a). Os trabalhos de Dias (2019; 2020), Amaral e Dias (2019), Quitzau (2019), e Carneiro e Melo (2021) são exemplos que podem ser mobilizados para ilustrar.

A industrialização de determinada região ou cidade, outra possível variável explicativa, passou a ser inquirida (DIAS, 2018a; 2018b). Algumas pesquisas descrevem divertimentos comercializáveis pelo mundo, em momentos anteriores à Revolução Industrial (SOARES, 2007; MARTÍNEZ, 2013). A produção industrial feirense fora considerada insignificante de 1889 a 1930, com exceção do beneficiamento do fumo (POPPINO, 1968). Em 1893, havia “quatro fábricas a vapor, das quais uma é de azeite e outra de sabão.” (VIANNA; FERREIRA,

1893, p. 442). Mas esses exemplos não prosperaram. O viajante Annibal Amorim⁵, na passagem pela cidade em 1909, desabafava: “a Feira é, de fato, uma cidade pobre. Ressente-se da falta de algumas fábricas (...). Em certa época do ano funcionam os grandes armazéns de fumo⁶, e é o único trabalho com que conta a população proletária.” (AMORIM, 1917, p. 38). Ele vislumbrava que algumas fábricas de charutos, de tecidos ou de fósforos fossem suficientes para melhorar a economia daquela terra. O município era extremamente agrícola-pastoril, os terrenos prestavam-se “à criação de gado e cultura de fumo. Há, porém, além desta, a lavoura da cana, milho e feijão” (VIANNA; FERREIRA, 1893, p. 442); e, ganhando força cada vez maior, seu comércio.

As críticas não desprezam as variáveis urbanização e industrialização, apenas relativizam, demonstrando que regiões pouco urbanizadas (ou mesmo ruralizadas) e sem qualquer sinal de industrialização (ou anteriores a ela) também experimentaram um mercado de entretenimentos.

Na mesma linha argumentativa e de estudo, almejando contribuir com o modelo teórico que postula a ocorrência de experiências modernas de lazer e esporte em ambientes com baixa urbanização e industrialização (ou mesmo ausência), é que tomamos como *locus* de pesquisa os Sertões Brasileiros, em particular, os sertões nordestinos. E ainda de maneira mais objetiva, neste estudo, uma parte do Sertão Baiano, a cidade de Feira de Santana, para compreendermos as práticas culturais de divertimento.

As lacunas do conhecimento estão, entre outras possibilidades, em desenvolver pesquisas históricas sobre as práticas de esporte e lazer que ampliem a geografia pesquisada na atualidade, desvelando outros sertões. Como categoria analítica, “sertão” exprime condição de território interior, lugar recôndito de uma região estando ou não no “polígono das secas” (Sertões: Nordeste, Baiano, Amazônico, Mineiro...) ou de zoneamento dessas especializações (Alto Sertão da Bahia, Sertão de Canudos, Sertão do São Francisco), numa relação dialética com regiões litorâneas, estabelecendo uma “alteridade espacial do colonizado” (NEVES, 2003, p. 153) em antagonismo ao local do poder e do padrão cultural.

5 Annibal Amorim (17/08/1876 – 08/11/1935) viveu em Feira de Santana, “a cidade onde passara os primeiros anos” da sua adolescência. Ele nasceu na cidade vizinha de Coração de Maria, Bahia (AMORIM, 1917, p. 37). Serviu ao Exército chegando ao posto de General. Também foi escritor e poeta, colaborou com vários jornais brasileiros, entre eles: O Paíz (Rio de Janeiro), Gazeta do Comércio (Porto Alegre) e A Folha do Norte (Feira de Santana). Publicou quatro livros de poesias: “Pombas” (1902), “Novilunios” (1903), “Novos Poemas” (1904) e “Alma Lírica” (MENDES, 1993; ALMANAK BRASILEIRO GARNIER, 1907, p. 302-303). Sobre nascimento e morte, ver: (JORNAL DO BRASIL, n. 196, 18 ago. 1936, p. 08; CORREIO DA MANHÃ, n. 12570, 9 nov. 1935, p. 06; MENDES, 1993).

6 Em 1893, a comercialização do fumo “ocupa a atividade de onze casas em grosso e setenta de retalho” (VIANNA; FERREIRA, 1893, p. 442).

Poppino (1968, p. 6) afirma que em um “sentido mais genérico o sertão inclui praticamente todo o Estado, com exceção da Cidade do Salvador e áreas circunvizinhas. Assim sendo, a Feira de Santana está dentro do sertão.”⁷ Como arremate, nas palavras de Dias (2020, p.33), o sertão seria “uma metáfora para o mundo rural ou então para o mundo urbano fora dos centros metropolitanos mais hegemônicos do país”.

Optamos por fazer menções sobre alguns divertimentos porque contribuíram para compreendermos o contexto e desenvolvimento das práticas que, até certo momento, não envolviam diretamente, pelo menos não na época, aspectos de produto mercantilizado, mas se configuravam como vivências de lazer sem fins lucrativos. Entre eles, estavam as festas religiosas (como a Festa de Santana, padroeira da cidade); outras comemorações populares que não envolvessem componentes de religiosidade (entrudo, carnaval e micareta); as festas particulares (promovidas por famílias, instituições e grupos); espetáculos musicais (tocatas das filarmônicas nas praças e as passeatas pelas ruas centrais da urbe), etc.

Adicionalmente, fazemos breves apontamentos para a historiografia local sobre os espetáculos cinematográficos (as primeiras películas) e os musicais (concertos), ambos realizados no teatro e que já envolviam comercialização de ingressos. Comentamos ainda sobre práticas culturais, como prostituição e jogo, que também compunham aquele mercado. Contudo, optamos por não aprofundar essas temáticas nesta pesquisa.

Como não haveria condições de abarcar, para investigação minuciosa, todas as práticas dos divertimentos realizadas no período compreendido pela pesquisa, foram eleitos alguns espetáculos públicos de diversão, rol no qual privilegiamos os espetáculos dramáticos no Theatro Sant’Anna, os espetáculos circenses e tauromáquicos em distintos lugares da urbe, os esportivos no hipódromo do *Jockey Club* Feirense e nos primeiros campos de futebol. Neste sentido, o problema de pesquisa foi: **como se organizaram os espetáculos públicos de divertimento existentes na cidade de Feira de Santana, de 1875 a 1922, e suas relações com os meios de transporte, urbanização e desenvolvimento econômico?**

Assim, objetivamos identificar e analisar⁸ os espetáculos públicos teatrais, circenses, tauromáquicos e esportivos, bem como seus modos de organização, personagens, locais de

7 Na atualidade, o governo da Bahia reconhece a existência de 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade. Feira de Santana faz parte do Território 19, chamado “Portal do Sertão”. Para saber mais, ver informações no *site* da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN). Link: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>. E o município com outros vizinhos, desde 2011, conformam a Região Metropolitana de Feira de Santana (SANTOS JUNIOR, 2020).

8 Sabemos que esta análise, de alguma forma, foi impactada pelo longo período pandêmico que vivemos com a COVID-19, seja pelo contato direto com as fontes, tendo em vista o fechamento de museus, arquivos públicos, bibliotecas; seja nas reflexões possíveis sobre os achados da pesquisa, afinal, como seres humanos, é impossível

realização, modalidades de representação na imprensa, frequência com que aconteciam, público que participava e instituições promotoras. Também intentamos compreender as relações recíprocas entre lazer e contexto social mais geral (meios de transporte, urbanização, desenvolvimento econômico).

Manifestações como teatro, cinema, circo, bailes, carnaval, piqueniques, esportes, espetáculos de música ou inauguração de clubes recreativos são algumas das muitas diversões que assumiram *status* de indicadores privilegiados da dinâmica de modernização de uma cidade no período (AMARAL; DIAS, 2017). Todos estes divertimentos tornaram menos monótona a vida na urbe feirense. A monotonia era um dos temas comentados nos periódicos. Um deles assinala que companhias dramáticas “poderiam proporcionar-nos noites cheias e divertidas no meio de tanto marasmo que vae por esta cidade” (CIDADE DA FEIRA, n. 15, 1888, p. 02).

Outro periódico, referindo-se a um circo em temporada pela paragem, exprimia: “Recomendamos a população desta cidade onde se faz sentir a falta de divertimento” (O PROPULSOR, n. 29, 1897, p. 01). E, nas décadas iniciais do século XX, o poeta e memorialista Eurico Alves Boaventura continuava a adjectivar Feira de Santana como “A cidade do Silêncio e Melancolia”⁹ (BOAVENTURA, 2006, p. 46). Estas representações podem passar uma falsa conclusão: ausência de divertimentos. É evidente que Feira de Santana não era uma localidade cosmopolita que contrastasse a poesia euriquiana com múltiplos sonoros dias e intermináveis alegres noites de muito esporte, festa, tocata, tourada, circo, teatro e cinematógrafo. Longe disso! Porém, todas essas experiências se fizeram presentes na urbe.

É com este desejo de conhecer mais a realidade local para poder melhor intervir, que reconhecemos nesta pesquisa uma oportunidade de colaborar para um melhor entendimento da história do esporte e lazer em regiões ainda não alcançadas por esse tipo de exame de natureza histórico-científica. Partimos, também, de aspirações acadêmicas, porquanto aprofundar conhecimentos no campo dos Estudos do Lazer é fundamental para um professor que está inserido em Grupos de Estudo, Pesquisa e Extensão, contribuindo na formação em Educação Física e, de forma interdisciplinar, em outras áreas do saber, auxiliando as compreensões teórico-históricas do terreno de estudo e possíveis atuações profissionais no tempo presente.

Conforme Dias (2018b), um apropriado entendimento do lazer contemporâneo não é possível sem um adequado conhecimento do seu processo histórico de desenvolvimento no

não sentir as dores de tantas vidas que nos deixaram repentinamente, além dos grandes momentos de instabilidade política e econômica que atravessamos.

⁹ Título de um poema escrito em 10 de maio de 1932 e publicado originalmente em 01 de junho de 1939 provavelmente no O Imparcial, periódico de Salvador (BOAVENTURA, 2006, 248). Nota de Maria Eugenia Boaventura.

passado. Neste sentido, acreditamos que uma compreensão das práticas de divertimento que se aclimataram em terras feirenses contribuirá para o entendimento das experiências sociais de lazer na atualidade neste território. Adicionalmente, esses conhecimentos poderão ser usados futuramente como um dos suportes para a promoção de políticas públicas por entes governamentais federais, estaduais e municipais e, também, o desenvolvimento de projetos sociais e empreendimentos econômicos pela sociedade em geral nas áreas de esporte, cultura e lazer que possam vir a ser executados na própria cidade de Feira de Santana, como em outras localidades.

O recorte espacial da pesquisa está imerso em uma região que principia parte do Sertão Baiano. Município brasileiro do Estado da Bahia situado a aproximadamente 110Km (cento e dez quilômetros) da capital baiana via estrada federal, Feira de Santana atualmente é a segunda aglomeração do Estado, e está entre as maiores cidades interioranas em termos populacionais do Brasil, além de ser o maior entroncamento rodoviário do Norte e Nordeste.

Sobre os primeiros povoadores da região de Feira de Santana, Monsenhor Renato Galvão afirmara que a posição geográfica criou condicionamentos, e concluiu: “Raramente se dissocia a história das coordenadas geográficas” (GALVÃO,1982, p. 30). O povoamento vem desde os índios Paiaiás aos donatários que se fixaram nas primeiras décadas do século XVII às terras pertencentes às bacias hidrográficas dos rios Jacuípe, Paraguaçu, Pojuca e Subaé, colaboradas com uma centena de espelhos d’água.

Conforme a historiadora Ana Maria Carvalho dos Santos (2020), os primeiros momentos históricos do Município estão associados à sesmaria de Tocós. Parte dessas terras adquiridas por João Peixoto Viegas, em 1653, abrangiam os campos de São José das Itaporocas. Em 1696, o lugarejo ascendeu à condição de freguesia. Contudo, no século seguinte, foi perdendo a hegemonia econômica e social, ganhando força o arraial Sant’Anna da Feira. No começo, uma fazenda, a Sant’Anna dos Olhos d’Água¹⁰, tendo como proprietários o casal Domingos Barbosa de Araújo e Anna Brandão. No local, ergueu-se uma capela e, ao seu redor, concentrando pessoas com o passar dos anos, formou-se a povoação.

Para as boiadas vindas de Goiás, Piauí, Minas e da própria província (Mundo Novo, Jacobina, entre outras paragens), as terras pertencentes a Feira de Santana seriam o “caminho para o Porto da Cachoeira, a pousada obrigatória nas vertentes de todas as encostas cheias de ‘olhos d’água’. As pastagens verdes dos vales circundantes e, talvez, o **Atravessador**, no comércio do gado” (GALVÃO, 1982, p. 28-9, grifo do autor).

10 Para saber mais sobre os momentos iniciais do povoamento de Feira de Santana, ver a dissertação da historiadora Celeste Maria Pacheco de Andrade (ANDRADE,1990).

O arraial de Sant'Anna dos Olhos d'Água emancipou-se político-administrativamente em 1832, transformando-se em Vila de Sant'Anna da Feira, com território desmembrado do Município de Cachoeira. Ganhou *status* de “Cidade Comercial de Feira de Santana” em 1873 e, posteriormente, recebeu o nome atual, Feira de Santana (SILVA, 2000; MELLO; BRITO, 2018). A posição dominante da vila na dinâmica comercial da região tornou-se possível pelas transformações sociais básicas sentidas pela população rural. Em 1860, a comercialização de produtos agrícolas contribuiu bastante para a riqueza de Feira de Santana, refletindo o desenvolvimento de um sistema novo de ocupações. Naquele período, a sociedade feudal-pastoril e suas grandes fazendas produtoras de gado cederam lugar aos sítios pequenos, de uma só família, constituindo a classe dos pequenos lavradores a maioria da população do Município (POPPINO, 1968).

Em 1875 eram 7.995 (sete mil, novecentos e noventa e cinco) habitantes em Feira,¹¹ provavelmente, no território da freguesia. E em 1889, apenas no “perímetro da décima urbana já era contabilizada em 4.454 pessoas”¹² (SILVA, 2000, p. 20) e na totalidade territorial municipal, 43.867 (quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e sete) moradores no censo de 1890¹³ (FREITAS, 2014, p. 297). No mesmo período, segundo dados demográficos de 1890, o município de Salvador possuía 174.412 (cento e setenta e quatro mil, quatrocentos e doze) moradores (IBGE, 2010). No final da primeira década do século XX, a população estava “estimada em 8 mil habitantes”, na “pitoresca cidade baiana” de Feira de Santana (AMORIM, 1917, p. 37 e 41), e aspectos locais eram destacados:

Dispõe de belas vias públicas, como as avenidas Barão de Cotegipe e Manoel Victorino. Na primeira dessas avenidas, levantam-se confortáveis palacetes, com frentes ajardinadas. O seu leito é calçado a paralelepípedos de granito. Os passeios, bastante largos, são de cimento e mosaico.

Ha outras ruas, também importantes, como a Conselheiro Franco, General Argolo, General Osório e Vinte e Quatro de Maio. Conta as seguintes praças: Pedreira Franco, do Commercio, dos Remédios e General Câmara, mais conhecida por Campo do Gado¹⁴, que, por sua extensão, lembra o nosso Campo de S. Christovão¹⁵. É ali que, às segundas-feiras, tem lugar o famoso comercio de gado vacum, cavalari e lanígero.

11 Eram 3.769 (três mil, setecentos e sessenta e nove) mulheres e 4.327 (quatro mil, trezentos e vinte e sete) homens; 371 (trezentos e setenta e um) escravos e 7.624 (sete mil, seiscentos e vinte e quatro) livres; 37 (trinta e sete) estrangeiros e 7.959 (sete mil, novecentos e cinquenta e nove) nacionais. Informação encontrada na coluna Vida Feirense do *Folha do Norte*, n. 1.639, 07 out. 1940 (SILVA, 2000).

12 Sendo 1.835 (um mil, oitocentos e trinta e cinco) homens e 2.619 (duas mil, seiscentos e dezenove) mulheres; 2.231 (dois mil, duzentos e trinta e um) pardos, 1.402 (um mil, quatrocentos e dois) brancos e 821 (oitocentos e vinte e um) negros. Citando coluna Vida Feirense do *Folha do Norte*, n.716, 01 nov. 1924 (SILVA, 2000).

13 Em Freitas (2014) está 1892, ano de publicação do recenseamento populacional.

14 Outro documento histórico datado de 1893, relatando aspectos gerais sobre o Estado da Bahia afirma que seria uma feira de gado “cavallar, vaccum, muar, lanígero e suino, a maior do Estado, onde por semana vendem-se para mais de 10 mil rezes, cavallos, ovelhas e porcos” (VIANNA; FERREIRA, 1893, p. 442).

15 Importante Largo de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro.

Na segunda-feira em que lá estive, havia, no Campo, cerca de duas mil cabeças de gado. E era de ver todo aquele formigueiro bovino guiado e governado por meia dúzia de homens vestidos de couro da cabeça aos pés! (...). Na praça do Comercio, realiza-se a venda de cereais, de farinha, de frutas, de legumes e hortaliças. Na dos Remédios, efetua-se a venda de peles e couros, de caças, de requieijões e doces de araquá da Jacobina (AMORIM, 1917, p. 37-8).

No Recenseamento de 1920, foram registradas 14.479 (catorze mil, quatrocentas e setenta e nove) pessoas¹⁶ envolvendo todo o “distrito-sede” (BRASIL, 1926, p. 352). Não havia distinção entre quem era morador da zona rural ou urbana. Uma população citadina muito aquém dos centros urbanos da época. Até as duas primeiras décadas do século XX, provavelmente, quantitativo inferior a dez por cento da população se concentrava na Sede do Município e nas vilas circunvizinhas (POPPINO, 1968).

Depois de 1920, nos dizeres de Poppino (1968, p. 247), “Acentuou-se a tendência para urbanização”. A urbe estava em inicial urbanização, para alguns pesquisadores e memorialistas, longe, ainda, de marcadores objetivos que a distanciassem do mundo rural. Contava com um sistema de iluminação pública “a querosene” (AMORIM, 1917, p. 38) apenas nos logradouros centrais, não durando a noite em sua íntegra. Em meados de 1898, o Conselho Municipal autorizou a ampliação de 120 (cento e vinte) para 140 (cento e quarenta) lampiões (O PROPULSOR, n. 102, p. 03, 25 set. 1898). A energia elétrica foi inaugurada em Feira em 1926. Estradas de rodagem, apenas a partir de 1920, tanto em direção à capital baiana quanto à capital brasileira da época (Rio de Janeiro), como também outras localidades vizinhas ou mais ao sertão (OLIVEIRA, 2016; POPPINO, 1968; ZORZO, 2000).

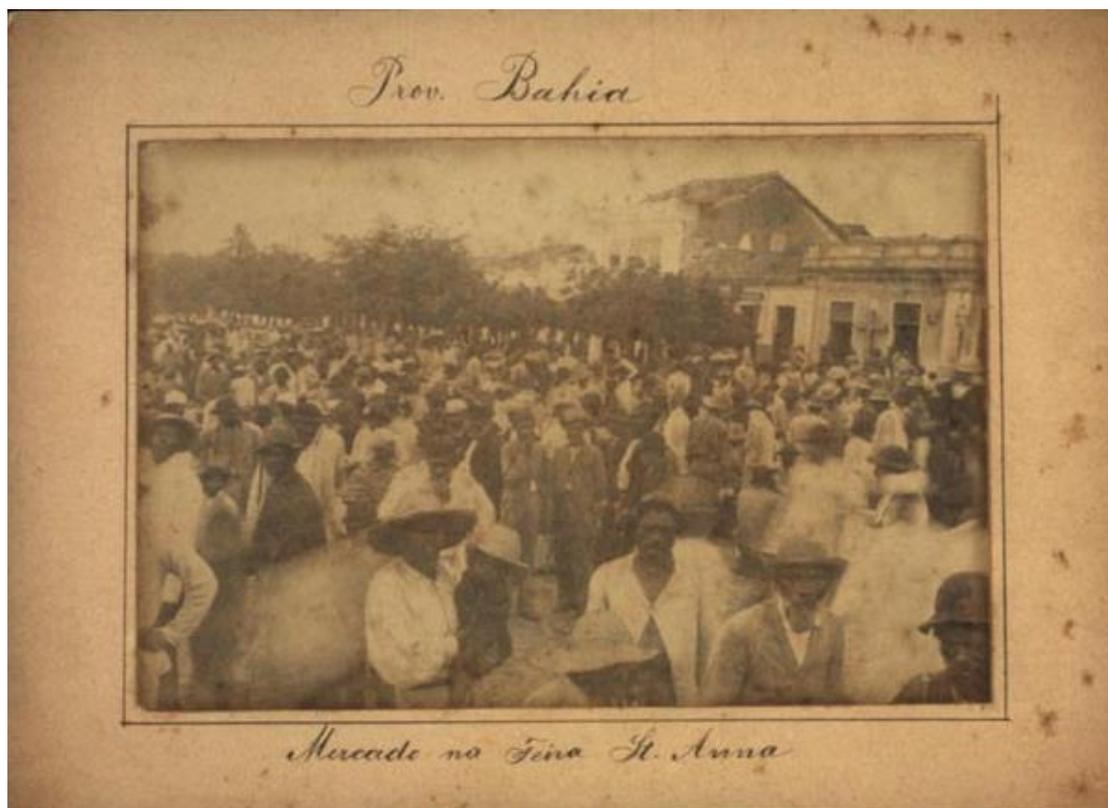
A estrutura escolar feirense era “muito precária”, tendo presentes escolas primárias públicas¹⁷ e particulares; inexistiam escolas de nível secundário até o final de 1926 (ALMEIDA, 2012). Poucas ruas calçadas (LAJEDINHO, 2004). A Praça do Comércio “é calçada e cercada de casas commerciaes, tem lugar o mercado dos viveres em abundância espantosa” (VIANNA; FERREIRA, 1893, p. 442). Porém, a praça contígua à Praça João Pedreira¹⁸, um dos locais para onde a feira livre semanal se expandia e “para a qual concorrem os produtos de todos os povoados dos arredores até a muitas léguas de distância” (SOUZA, 1861, p. 149), só foi calçada em 1897 (O PROPULSOR, n. 61, 12 dez. 1897, p. 01), conforme Figura 01.

16 Soma alcançada por 14.447 (catorze mil, quatrocentos e quarenta e sete) brasileiros, 30 (trinta) estrangeiros e 2 (duas) pessoas de nacionalidade ignorada.

17 Em 1923, todo o município possuía 15 (quinze) escolas primárias (4 masculinas, 4 femininas e 7 mistas) (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA DE 1924). O censo de 1920 aponta, no distrito-sede de Feira de Santana, para “4.416” pessoas alfabetizadas e mais que o dobro, “10.063” pessoas, não sabiam ler nem escrever (BRASIL, 1929, p. 515).

18 Juntamente com a Praça do Comercio (Praça do Mercado), compunha um grande largo. Na atualidade, está subdividido em duas praças contíguas, Praça da Bandeira e Praça João Pedreira.

Figura 01 – Feira livre semanal, Feira de Santana



Fonte: Site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon852438.jpg.
Último quartel do século XIX, aproximadamente.

Não havia sistema de abastecimento até 1950, continuava-se no “costume secular”, comprando água transportada pelos animais por barris (POPPINO, 1968, p. 115). Reclamações eram frequentes ao longo deste tempo sobre os valores do serviço, sobre a qualidade da água e também sobre a falta dela (O PROPULSOR, n. 97, p. 03, 21 ago. 1898). Por exemplo, em 1896, moradores pediam ao proprietário da Fonte do Valado que enviasse aguadeiros ao extremo da rua Barão de Cotegipe (parte da atual Avenida Senhor dos Passos) “pelo menos duas vezes semana, pois ficam em casa sem água dias e dias à espera dos tais aguadeiros que nem por sombra os vê” (O PROPULSOR, n. 11, p. 02, 24 dez. 1896).

Para uma melhor compreensão da dinâmica de industrialização e urbanização – elementos que aparecem na cidade de forma acentuada apenas na segunda metade do século XX – apresentamos alguns dados dos demais recenseamentos (Tabela 01).

Tabela 01 – População Total, Urbana, Rural e Taxa de Urbanização – Feira de Santana 1872-2010

Anos	População Residente			
	Total	Urbana	Rural	Taxa de Urbanização %
1872	51.459	-	-	-
1892	43.867	-	-	-
1920	77.873	12.000	65.873	15,41
1950	107.205	34.277	72.928	31,97
1980	291.504	233.905	57.599	80,24
2010	556.642	510.637	46.007	91,74

Fonte: Freitas (2014, p. 297, adaptado).

No censo de 1950, aproximadamente 32% dos habitantes do município compunham os quadros urbanos. Com o advento da industrialização nos anos 1970, este quadro se inverteu: o contingente demográfico rural foi reduzido, atingindo aproximadamente 20% em 1980. Posteriormente, com a consolidação da indústria e o fortalecimento do comércio, a população rural diminuiu drasticamente, chegando a pouco mais de 8,30% em 2010 (FREITAS, 1997; 2014).

Pensar urbano e rural, conforme Faria (2020, p. 75), “não implica numa dicotomia absoluta, envolvendo fluxos econômicos e consumos diversos, incluindo aí, o cultural”, temos que alguns centros urbanos, “incrustados” em regiões às vezes longínquas da capital baiana, divergem da “imagem de ostracismo e pobreza, que ao fim e ao cabo, seria incompatível com a presença de companhias¹⁹ que buscavam, nessas cidades sertanejas, lucros.”

Desejoso é ampliar o olhar para os distritos e subúrbios. Alguns fragmentos são gotejados, apontamentos que carecem de aprofundamento futuro²⁰.

Conforme o “Recenseamento do Brasil, 1872” (POPPINO, 1968, p. 255), o município era constituído administrativamente por 8 freguesias: Santana da Feira, Riachão do Jacuípe,

¹⁹ O texto refere-se às companhias teatrais, mas o mesmo raciocínio pode ser aplicado aos circos, touradas, cinema, entre outras companhias itinerantes.

²⁰ Em pesquisa no Google Acadêmico e no Portal do Periódicos da CAPES, usando como critérios de inclusão os descritores: “Subúrbio/Distrito/Povoado”; “Lazer/Divertimento/Diversão/Esporte”; e “História”, percebemos o quanto a temática Distritos (igualmente Povoados) é pouco explorada pelos Estudos do Lazer no Brasil. Quanto aos subúrbios, começam a ser desvelados pela historiografia do lazer e esporte. Algumas das últimas publicações são: Melo e Santos Junior (2020a; 2020b), Melo (2019, 2020a), Santos Junior (2020b; 2020c) e Gaudêncio (2016).

Conceição do Coité, Remédios²¹, Santa Bárbara, Bonfim da Feira, Humildes e São José das Itapororocas. No período final da pesquisa, uma outra configuração²², o Recenseamento de 1920, aponta a existência de 10 (dez) distritos: Feira de Santana (distrito-sede), Bom Despacho, São Vicente, Bonfim, Gameleira (Ipuçu), Humildes, São José das Itapororocas, Santa Bárbara, Tanquinho e Almas²³ (BRASIL, 1926).

Os subúrbios da cidade em nada lembravam (lembram) uma princesa adornada ou, em outras palavras, semelhavam-se a uma realeza “descoroada” (FREITAS, 2014). Relatos de conflitos na Queimadinha e na Rua do Fogo, e dos Olhos D’Água até a estação, casebres ao longo da linha férrea, regiões até metade do século XX ainda não alcançadas pela Décima Urbana, imposto que demarcava o que compunha ou não a zona urbana (OLIVEIRA, 2019). Juarez Bahia, no romance “Setembro na Feira”, história aclimatada exatamente neste tempo, traz alguns subúrbios da cidade:

Daqui, estendendo-se a vista, haveria de se descobrir diluindo-se no horizonte o Tanque da Nação, de um lado a Pedra do Descanso, nas matas do Oeste e, de outro, banhado de luzes, bafejado de fé, o Alto do Cruzeiro onde a gente de Deus, como os vaqueiros que procediam de todas as direções, depositava suas promessas. Vales, vertentes, fontes mananciais, verdes pastagens. Mais distante, para o Sudeste, os Olhos d’Água (BAHIA, 1986, p. 10 *apud* OLIVEIRA, 2019, p. 3).

Estes espaços suburbanos “Rechegados de lagoas²⁴, pequenas catingas e muitas roças” eram pontos de “contato entre as culturas rurais e a sociedade urbanizadora que era erguida nas ruas centrais”. Neles viviam “sujeitos suburbanos” (OLIVEIRA, 2016, p. 281-2), trabalhadores da Estrada de Ferro, lavradores, operários, oleiros, pedreiros e domésticas, entre outras e outros.

A realidade local pesquisada é um exemplo de como os divertimentos também se desenvolveram no Brasil, em ambientes ruralizados e em pequenos povoamentos. Imagina-se não ser prudente afirmar que a cidade feirense sofria grandes processos urbanizadores no lapso temporal proposto para o estudo.

21 Também conhecido como Remédios da Gameleira.

22 Coité e Riachão, desmembrados ainda no século XIX.

23 Estes três últimos foram emancipados. Tanquinho em 1958, Santa Bárbara em 1962 e Almas em 1962, ganhando o nome Anguera (OLIVEIRA, 2016, p. 179 e 181). Na atualidade, Feira de Santana é composta por 8 (oito) distritos: Governador João Durval Carneiro (Ipuçu); Bonfim de Feira; Maria Quitéria (São José das Itapororocas); Humildes; Tiquaruçu (São Vicente); Jaíba; Jaguará (Bom Despacho); e Matinha.

Fonte: Site Oficial da Prefeitura de Feira de Santana. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?id=2&link=segov/regioesadm.asp>. Acesso em: 19 ago. 2021.

24 As lagoas da cidade já foram (e ainda são) espaços de lazer frequentados pela população. Sobre o assunto, consultar Lima e Nunes (2017) e Araújo (2019).

Tomamos como recorte o período entre o final do século XIX e o princípio do XX. Abarcamos, no plano nacional, um tempo de mudanças políticas e econômicas com o advento da República e Abolição da Escravatura, com reflexos regionais. E, no contexto local, além das próprias questões políticas e econômicas que reverberavam localmente, mudanças estruturais e culturais, como a implantação do sistema de transporte ferroviário, maior evidenciação das sociedades musicais e da primogênita casa de espetáculos, o Theatro Sant'Anna, e o desenvolvimento da possivelmente inaugural manifestação esportiva, o turfe, implementado no Hipódromo do *Jockey Club* Feirense, foram verossímeis responsáveis pela dinamização dos espetáculos públicos.

Nesse sentido, o marco inicial é a abertura do tráfego ferroviário entre Cachoeira e Feira de Santana nos fins de fevereiro²⁵ de 1875, uma solução provisória, pois estavam em processo de construção o túnel de Capoeiruçu e o Viaduto do Batedor. Antes dessas obras, era necessário fazer baldeação para vencer a descontinuidade dos trilhos utilizando planos inclinados com o auxílio de uma máquina a vapor fixa para “elevar os *trollys*”, trasladando passageiros e cargas para outra composição férrea e, assim, seguir viagem (BAHIA, 1876, p. 145-6). A inauguração do tráfego direto ocorreu em 2 de dezembro de 1876²⁶ (POPPINO, 1968; ZORZO, 2002), por conta da “passagem franca” pelo viaduto do Batedor, fazendo-se a partir daí viagens contínuas por todo o ramal. Os moradores poderiam “chegar à capital no mesmo dia em que saíam de casa, realizar quaisquer negócios e operações, voltando para a Cachoeira no mesmo dia, e no seguinte para a Feira” (BAHIA, 1877, p. 84-5).

A pesquisa avança até meados de 1922, quando se reorganizavam as práticas esportivas na cidade, sendo desenvolvidas no primeiro estádio esportivo, o Estádio Leolino Ramos (ALMEIDA, 2002; LAJEDINHO, 2004; OLIVEIRA, 2016). A construção de novos espaços de lazer era frequentemente celebrada como prova última de integração a um mundo projetado como moderno. As elites locais enxergavam-nos como elementos de distinção, civilidade e requinte, enfim, recursos simbólicos (AMARAL; DIAS, 2017). Aos poucos, ia-se desruralizando a velha localidade de tropeiros, vaqueiros, feirantes e ganhadeiras (OLIVEIRA, 2016). Para Flávia Santos (2017, p. 86), “os divertimentos eram a cidade” e, por isso, caminhavam ao ritmo do seu crescimento, do mesmo modo que a constituíam e contribuía para o seu desenvolvimento. Conforme a urbe se transformava, o mesmo acontecia com os

25 Poppino (1968, p. 196) informa o mês de abril como marco inicial.

26 Um sábado, exatamente o dia de aniversário do imperador, Dom Pedro II. Equipamentos públicos eram inaugurados em algumas datas comemorativas nos períodos colonial e imperial. Isto acabava por reforçar seus regimes e representações políticas. Esse pode ter sido o caso.

divertimentos, “se ela se conformava, se conformavam também os divertimentos”. Neste sentido, para a pesquisadora, compreendê-los, “é compreender a cidade”, pois eles a revelam.

Este estudo trata-se de uma Pesquisa Documental. Para alcançar êxito, consultamos jornais e revistas publicados em Feira de Santana e outras regiões nos séculos XIX e XX, sendo consideradas recomendações sobre o uso dos periódicos como fonte histórica, e seguidos alguns procedimentos para a análise desses impressos (LUCA, 2019; BARROS, 2019). Manuseamos vertentes documentais encontradas na Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão/Museu Casa do Sertão; Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana (IHGFS); Núcleo de Preservação da Memória Feirense – Rollie Poppino; Fundação Senhor dos Passos; Arquivo Público Municipal de Feira de Santana; e Biblioteca Municipal Arnold Silva, na cidade sob exame. Também pesquisamos no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e Biblioteca Central do Estado da Bahia (Biblioteca dos Barris), em Salvador.

Nesses locais, adicionalmente compondo o estudo, encontramos plantas de áreas centrais da urbe da primeira metade do século XX; registro dos logradouros, datado de final do século XIX; jornais raros da região²⁷; revistas do IHGFS; livros e fotografias sobre a cidade. Sobre esses materiais, foram seguidas igualmente estratégias para a análise, considerando conhecimentos sobre o uso de documentos camarários (BIBBÓ; ROSA, 2018) e informações de como melhor utilizar os arquivos mobilizados (BACELLAR, 2019). Com efeito, recorreremos às significativas análises de fontes secundárias, como obras de memorialísticas e de viajantes; relatórios dos Recenseamentos de abrangência nacional e Anuários Estatísticos da Bahia; artigos, dissertações e teses sobre Feira de Santana. Todos esses registros nos ajudaram a compor o percurso de pesquisa através de memórias, informações, achados, lacunas, reflexões, indagações e dúvidas suscitadas, referências e fontes utilizadas.

Ao analisar essa diversidade documental, consideramos palavras-chave tais como: teatro, tourada, circo, esporte e divertimento em qualquer página dos periódicos e em outras fontes. E ainda a ocorrência de palavras ou expressões correlatas em língua portuguesa e demais idiomas, como, por exemplo: público, ingresso, passatempo, diversão, companhia dramática, apresentação teatral, atores, tauromaquia, toureiro, touro, pavilhão, *clown*, malabarista, companhia de prestidigitação, acrobática, equestre ou zoológica, turfe, *jockey club*, corrida de cavalo, hipódromo, *football*, estádio, *ground*, entre outras.

Conforme Santos (2012), os periódicos, ao veicularem determinada visão da urbe, contribuíam para que essa imagem fosse se consolidando e, ao publicarem matérias sobre o

27 Na Biblioteca dos Barris, encontramos 2 (dois) títulos feirenses no “Setor de Periódicos Raros”: *O Vigilante*, n.196, 16 de ago. 1885 e *O Esforço*, 17 abr. 1887.

comportamento de seus habitantes e suas relações com os divertimentos, estabeleciam parâmetros daquilo que estaria de acordo com a “Feira civilizada” ou das condutas que deveriam ser abolidas. A comunicação impressa foi veículo privilegiado para provocar ou mesmo resistir às transformações sociais, inclusive pela educação das pessoas influenciada pelos periódicos (SILVA, 2012). As relações que dialética e dialogicamente ocorrem entre periódicos e comunidade local contribuem para forjar os novos modos de ser, pensar e agir com amparo num sentido de modernidade que toma as práticas esportivas e de outros lazeres como um *modi vivendi*. Consoante Melo (2010b), uma das marcas deste tempo, diz, é a vivência pública das diversões.

Nesta direção, no cotidiano daquela Feira de Santana do findar do século XIX e início do XX, começava-se a “abandonar” a vida privada em busca das diversões públicas (SENNETT, 1988; 2003). Entre essas, os **espetáculos musicais** nos concertos com artistas de outras paragens e, principalmente, nas tocatas das filarmônicas locais, nos coretos edificadas na década de 1910²⁸ (e nos temporários), nas passeatas pelas ruas e em passeios de recreio promovidos às cidades circunvizinhas por essas mesmas agremiações; as funções de **peças teatrais** no Theatro Sant’Anna; as **representações circenses** em algum largo e muitas vezes no próprio teatro; as **corridas de cavalo** e as **touradas** no hipódromo do *Jockey Club* Feirense ou no Campo do Gado e a **prática futebolística** em diversos pontos da urbe, tendo o estádio esportivo em evidência.

Trazemos, para uma melhor contextualização, detalhes desses noticiosos para, assim, compreender a importância deles para a historiografia local e a própria elaboração histórica cidadina. Em modo semelhante ao que ocorreu em outros lugares, os jornais desempenharam papel importante na amplificação do interesse esportivo (BUARQUE DE HOLLANDA; MELO, 2012) e, certamente, em outras experiências de lazer.

O Município e Gazeta do Povo circularam na última década do século XIX (OLIVEIRA, 2000). *O Progresso* principiou suas funções em junho de 1900 e encerrou seu expediente em 1909, pertencente a Alexandre da Silva Ribeiro; e *O Município*, jornal homônimo, fundado em 1908 e editado até 1911, pertencente ao grupo político do coronel Abdon Alves de Abreu, Intendente Municipal entre 1908-1912 (CUNHA, 2013). Conforme também essa historiadora, *Folha do Norte*²⁹, ainda em circulação, configura-se como uma das principais fontes para os

28 Três coretos foram erguidos nesse período: Coreto da Praça Dr. Remédios Monteiro (depois denominada Praça Bernardino Bahia) - 1915, Coreto da Praça da Matriz de Sant’Anna (atual Praça Monsenhor Renato Galvão) - 1916 e Coreto da Praça General Argolo (depois rebatizada Praça Coronel Agostinho Fróes da Motta) - 1919.

29 Fizemos uso também do livro de Mello e Brito (2018), trazendo os textos publicados na coluna “Crônica Feirense” (1923-1924) do jornal. As primeiras experiências embrionárias da coluna “Vida Feirense”, tendo o

historiadores que pesquisam Feira de Santana, fundado em 17 de setembro de 1909, pelo Coronel Tito Rui Bacelar (Intendente Municipal entre 1904-1907). Na perspectiva de Santos (2012), esse último periódico era um dos maiores propagandistas da imagem da cidade feirense como “moderna, culta e civilizada”. Todos esses impressos encontram-se em formato digital na Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão, no prédio do Museu Casa do Sertão, no *Campus* da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

O Propulsor, propriedade de Demétrio Ignacio Pires d’Araújo fundado em 15 de outubro de 1896 (O PROPULSOR, n.53, p. 01, 15 out. 1897), suspendeu sua publicação na cidade em 29 de agosto de 1909, instalando-se no município de São Felix (MELLO; BRITO, 2018). Tivemos acesso aos números iniciais até dezembro de 1901, em formato impresso³⁰, depositados no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), em Salvador.

Folha da Feira foi fundado em 1928, e circulou até 1935 (OLIVEIRA, 2000). Teve como proprietário e editor Martiniano Carneiro. Alguns números estão no acervo do IGHB e outra parcela no Museu Casa do Sertão. Apesar de compor período posterior, algumas menções sobre os tempos pesquisados nos ajudaram a compreender nosso objeto.

Os jornais depositados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional igualmente serviram de suporte. Entre esses, reunidos em formato de livro, alguns números de diversos periódicos feirenses publicados de 1877 a 1888 (BRITO; OLIVEIRA, 2007)³¹ e um outro exclusivamente sobre o jornal *A Flor*, propriedade de Arlindo Ferreira, envolvia edições de 1921³² (MELLO; BRITO, 2019).

Em uma coletânea de textos comemorativa ao Centenário da Independência Baiana – Edição Especial do Diário Oficial do Estado da Bahia, que tematizou diversos ramos do conhecimento e aspectos do cotidiano estadual à extensão da história, um dos textos, escrito por Mario Gama (1923, p. 319), reporta-se a *Como os ‘sports’ se iniciaram e progrediram na*

mesmo editor, Arnold Ferreira da Silva, intendente entre 1924-1927 e prefeito no final dos anos de 1950. A coluna trazia efemérides sobre a história da urbe (POPPINO, 1968; MELLO; BRITO, 2018). No ano de 1911, o jornal *Folha do Norte*, mais precisamente no período entre a edição 79, de 30 de abril e edição 80, de 10 de agosto não publicou outros números por causa de incêndio ocorrido na sede deste jornal. É importante destacar que as edições dos anos 1915 e 1916 não foram localizadas. E finalmente, quanto aos anos de 1919 e 1921, as edições de maio não foram catalogadas nem digitalizadas (REIS, 2012).

³⁰ A versão digitalizada foi por nós adquirida. Digitalização e banco de dados executados pelo pesquisador Urano Andrade. Cópias foram doadas à Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão/Museu Casa do Sertão, ao Núcleo de Preservação da Memória Feirense – Rollie Poppino e ao Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana.

³¹ O livro publica alguns números de periódicos encontrados na Biblioteca Nacional: *A Convicção*, *Cidade da Feira*, *Correio da Feira*, *O Progresso*, *Jornal da Feira* e o *Correio de Notícias*, *O Motor*, *O Capitulo*, *O Vigilante*, *Echo Feirense*.

³² O jornal possuía um único número de 1933.

*Bahia*³³. Apenas, entretanto, elementos do desenvolvimento dos esportes na cidade da Bahia (como as pessoas se referiam a Salvador) são explorados, não fazendo qualquer menção às demais regiões do Estado, nem mesmo Santo Amaro, Vitória da Conquista e Feira de Santana que, na época, respectivamente, eram conforme o Recenseamento Geral do Brasil realizado em 1920, o segundo, terceiro e quarto maiores municípios baianos em termos populacionais³⁴ (BRASIL, 1926).

Muito menos foi considerado o aspecto econômico. Em 1881, em número de casas comerciais, Feira de Santana possuía 102 (cento e duas), devedora tão somente às cidades de Cachoeira e Santo Amaro, detentoras, respectivamente, de 189 (cento e oitenta e nove) e 104 (cento e quatro) estabelecimentos³⁵, subtraindo-se a Capital do Estado e, em 1916, Feira já contava com 472 (quatrocentos e setenta e dois) comércios (SILVA, 2000). Despontava, na década de 1920, como a terceira economia dentre os municípios do interior do Estado com (7.450:000\$000), devido ao “grande movimento de capitães”, determinado pela comercialização de cereais e outros produtos convergentes de outros municípios, e estimulado pelas feiras de gado (o maior ponto de negociação baiano), convertendo-a num centro de “assinalável força comercial” (BAHIA, 1924, p. 101), perdendo economicamente apenas para os municípios de Ilhéus (18.799:000\$000) e Itabuna (7.827:000\$000), “que se encontravam impulsionados pelo fenômeno da produção cacaueteira” (SILVA, 2000, p. 78).

Um município com uma base econômica rural não contradiz, necessariamente, “com a dinamização de serviços urbanos, como o teatro, o cinema ou os campeonatos de futebol” (DIAS, 2020, p. 34). Em certos casos, é exatamente o desenvolvimento de uma economia rural o que endossa e alavanca as condições para o florescimento de mercados de entretenimento (DIAS, 2020; AMARAL; DIAS, 2019).

Poppino (1968, p. 17) faz um recorte temporal de 1860 a 1950, avaliando como evoluíram as forças políticas, econômicas e sociais do Município, e como cada uma, a sua maneira, “contribuiu para o progresso da cidade, transformada de vila rural sem importância na Princesa do Sertão”. Na parte reportada aos aspectos culturais da cidade, o autor menciona expressões musicais que ocorriam desde os últimos decênios do século XIX, como “artistas isolados” constantemente em recitais no teatro; filarmônicas em “cerimônias públicas”; “pianos nas casas” de famílias ricas; e “mulatos e pretos” tocando violão. Igualmente são feitas

33 Título do texto referenciado.

34 Santo Amaro, 84.930 habitantes (p. 51); Conquista, 84.038 (p. 35) e Feira de Santana, 77.600 (p. 39). (BRASIL, 1926).

35 O pesquisador Aldo José Morais Silva traz como referência dessas informações: FREIRE, Antonio. Almanak da Província da Bahia. Litho-Typographia de João Gonçalves Tourinho, 1881.

menções às representações dramáticas, às películas cinematográficas (e suas primeiras casas de exposições filmicas), ao clube social “Feira Tênis Club”, ao Carnaval e à Micareta. Não são referenciadas artes circenses e tauromaquia. Disserta ainda sobre algumas práticas esportivas desenvolvidas na primeira metade do século XX, sendo destacados somente futebol, basquete e tênis, não mencionando, contudo, nesta seara, o turfe ou nenhum outro formato de corrida de cavalo, tampouco algum outro esporte.

Pelo que as fontes indicam, Feira de Santana parece ter acompanhado o primeiro momento do modelo heurístico de desenvolvimento e estruturação do campo esportivo proposto por Melo (2010b)³⁶, com utilização de animais nas práticas esportivas (o turfe como esporte símbolo) e em outras práticas de divertimento (touradas, brigas de galo, dentre outras).

Essa representação de “Princesa” articula projetos de civilização e memória que convertem Feira de Santana em urbe, exercendo papel de destaque no cenário estadual (OLIVEIRA, 2000). Localizada no Agreste, área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, porém divergindo da geografia, sagrou-se Princesa do Sertão. Atribui-se a Ruy Barbosa este feito. Dizia ele em conferência no Cine-Theatro Sant’Anna em 25 de dezembro de 1919: “nesta romagem pelos sertões e pelo recôncavo, de Vila Nova da Rainha à Feira de Santana, da antiga corte sertaneja à bela princesa do sertão” (BARBOSA, 1988, p. 173). Entretanto, se foi nessa conferência proferida pelo grande jurista, jornalista, político e orador que surgiu o epíteto, como explicar que, em 1899, mais de 20 (vinte) anos antes³⁷, precisamente em um 2 de julho (data comemorativa à Independência da Bahia), o jornal O Propulsor já apresentava a cidade por esta alcunha?

Não é só a grandeza e imponência desta natureza exuberante, a precisão de suas serras alcantiladas, que nos despertaram admiração e entusiasmo! Tudo aqui nos anuncia o gênio operoso de seus habitantes, que caminham para, em próximo futuro, **a princesa do sertão** disputar o lugar de honra a que tem incontestável direito (O PROPULSOR, n. 142, 2 jul. 1899, p. 2, grifo nosso).

36 O autor aponta outros quatro momentos, trabalhando com o entendimento que essa estruturação “seguiu um conjunto aproximado de transformações, de forma não linear, não excludente e sempre dialogando com as peculiaridades locais” (MELO, 2010b, p. 335).

37 Em 1901, escrevia-se: “a encantadora princesa do sertão da Bahia” (O PROPULSOR, n. 268, 1 dez. 1901, p. 1). Em 1910, nos jornais, aparecem esta e outra alcunha (FOLHA DO NORTE, 19 mar. 1910, n. 27, p. 2): “Petrópolis Baiana”, atribuída a Joaquim dos Remédios Monteiro (conceituado médico, presidiu o conselho municipal nos últimos momentos do período imperial) no quartel final do século XIX, devido ao clima ameno de cidade serrana. Remédios usou, em seus escritos, o termo “Petrópolis da Bahia” (MONTEIRO, 1884, p. 30). O termo “princesa do sertão” pode ser ainda encontrado no Diário Oficial do Estado da Bahia de 16 março de 1916 na reprodução do discurso da professora Mille Marília Carneiro de Souza, na inauguração de grupo escolar local (BAHIA, 1916).

Certamente Ruy Barbosa amplificou as representações que a cidade trazia na imprensa desde o final do século XIX. Ele não inventou nome qualquer para Feira. Porém, essa história reverbera em alguns escritos acadêmicos e memorialistas. A superação desse mito se faz mister.

Na direção de conhecer cada vez mais sobre a história dessa princesa plebeia, este trabalho está assim dividido: um capítulo introdutório – este que se finda –, seguindo-se de outro versando sobre “**Mercantilização das diversões em Feira de Santana**”, no qual traçamos um panorama mais geral das diversões que durante os dois séculos (dos anos finais do XIX aos iniciais do XX) tomaram a cidade. Problematizamos sobre algumas das infraestruturas disponíveis à época que contribuíram para o florescimento de um mercado de lazer: espaços comerciais de divertimento e meios de transporte. Contiguamente, nos capítulos intitulados “**‘Respeitável público’, o circo chegou na Feira!**”, “**‘A los toros!’: as touradas na princesa do sertão**” e “**Theatro Sant’Anna: ‘a primeira casa de espetáculo da cidade’**” são analisados, em específico, os espetáculos públicos circenses, tauromáquicos e teatrais, respectivamente. Destacam-se as companhias que percorreram a cidade; o quantitativo, os locais e dias de realização dos espetáculos; e o público envolvido, entre outras minúcias.

Seguimos o estudo tematizando os esportes. Nos capítulos “**Espetáculos esportivos na princesa do sertão: o turfe**” e “**Espetáculos esportivos na princesa do sertão: o futebol**”, abordamos as corridas de cavalo realizadas no *Jockey Club* Feirense, no Campo do Gado e em outros espaços. O Turfe foi o primeiro esporte desenvolvido em Feira de Santana, tendo sua gênese ainda no século XIX, avançando para o século XX. E encerramos falando do Futebol: os primeiros times, eventos e competições; a primeira Liga de Desportos Terrestres Feirense; a criação da segunda Liga Esportiva; e a construção do primeiro estádio de futebol, que são alguns dos elementos que contribuíram para a consolidação do esporte na cidade.

Por fim, trazemos nossas conclusões no capítulo “**Considerações Finais: uma Feira de Diversões**”, percebendo o quanto as relações entre os divertimentos, instituições, personagens e também determinantes estruturais e econômicos contribuíram para o desenvolvimento dos esportes e outras diversões em Feira de Santana.

2 MERCANTILIZAÇÃO DAS DIVERSÕES EM FEIRA DE SANTANA

No domingo, dia 23 de setembro, abrindo a primavera de 1877, um boato sobre a presença em Feira de Santana da Euterpe da capital, que fora em passeio a Cachoeira naquela data, fez a rapaziada “alvorçar-se” e deslocar-se “para a Estação ver a chegada da provalada Philharmonica” (O CAPÍTULO, n. 01, p. 02 – 03, 28 set. 1877). Contudo, pelas fontes disponíveis, apenas no ano seguinte foi possível ver os registros na cidade de algo que já era uma tradição das sociedades musicais em outras partes do mundo como, por exemplo, em Portugal, desde meados do século XIX (SANTOS, 2008), qual seja, a realização de passeios de recreio dessas agremiações às cidades das suas regiões em diversos momentos festivos tendo como tônica a exibição em distintos eventos sociais, tais como em carnavais e festas das padroeiras das localidades; também em passagens comemorativas de emancipações políticas das antigas vilas e, no caso do estado baiano, a data festiva da Independência da Bahia.

Foi nesta última categoria que a sede cidadina feirense recebeu a filarmônica Orphesina de Cachoeira que, “a convite da 25 de Março, vem prestar-se a tocar em toda a festa” do Dois de Julho. Em desfile público, a “digna” Orphesina acompanhou o batalhão dos Artistas e a “prestante” 25 de Março o batalhão do Commercio (ECHO FEIRENSE, n. 04, p. 01, 02 jul. 1878). Os passeios³⁸ promovidos pelas filarmônicas tinham como objetivos: sociabilidades, divertimentos e reconhecimento social (NUNES, 2019). A música conquistou presença privilegiada na grande maioria das cerimônias públicas promovidas em Feira de Santana. Majoritariamente, o timbre luzido das notas festivas ficava a cargo das filarmônicas. Distritos também tiveram as suas associações musicais (POPPINO, 1968), entre elas, a “Sociedade Filarmônica 8 de Setembro do Bomfim da Feira” (O PROPULSOR, n. 103, p. 02, 02 out. 1898). Fazendo uma síntese, Santos (2012, p. 71) assevera:

as filarmônicas estiveram presentes nos festejos e diversões em Feira de Santana, além das participações nos desfiles cívicos, das inaugurações de obras públicas, nas recepções de figuras ilustres, como políticos e intelectuais. A elas cabiam “abrilhantar” os diversos eventos “refinando os espíritos”, seja nas suas sedes, ou nas ruas, estendendo estas pretensões para além das paredes das suas sedes, tecendo relações de poder e contribuindo para que as relações sociopolíticas favorecessem seus representantes.

³⁸ Entre tantos outros passeios, a Filarmônica Victoria fez viagens à cidade de Cachoeira e São Gonçalo dos Campos, respectivamente, em fevereiro de 1900 e janeiro de 1911. Já a Filarmônica 25 de Março fez andanças por São Gonçalo dos Campos, Cachoeira e Salvador, respectivamente, em julho de 1905, junho de 1911 e fevereiro de 1914 (MELLO; BRITO, 2018).

Como veremos, estas fidalgas instituições, além de estarem presentes como coadjuvantes nos repertórios lúdicos da urbe, foram protagonistas de diversos passatempos.

Outra festa, dessa vez religiosa, a de Senhora Sant'Anna, padroeira da cidade, realizada na igreja “matriz provisória,”³⁹ traz a participação dessas agremiações. A “distinta” agremiação musical Comercio (também de Cachoeira) desembarca e é prontamente recebida pelas sociedades musicais locais Victoria e 25 de Março, dirigindo-se para recepções “em seus vastos salões”, posteriormente percorrendo as principais ruas do centro da urbe. No ato religioso, tocou a Victoria e “por alguns instantes” a Comercio. Os visitantes regressaram no final da tarde. À noite, ainda aconteceu um “bem composto” leilão (O PROGRESSO, n. 04, p.02, 10 ago. 1882). Estas festas constituem-se, “desde muito, um derivativo importante para as energias sociais de todas as classes” (POPPINO, 1968, p. 286). O leilão, além de ser um momento de arrecadação financeiras para pagar os custos do evento religioso e, neste caso, muito provavelmente, para gerar dividendos para a construção da nova catedral de Sant'Anna, também representava um momento de lazer.

Outros folguedos do “tempo áureo das festas de Igreja” são evocados, “abundavam mascaradas de feitios vários, bumba-meu-boi, cavallhadas, argolinhas, dança-de-fita” (BOAVENTURA, 1989, p. 393). Durante alguns dias de agosto de 1884, percorreu as ruas um bando de mascarados⁴⁰ anunciando a festa da “invicta Padroeira”, sendo permitido o “divertimento até ao meio-dia” da véspera da celebração religiosa, conforme ordens policiais. Era comum a realização de brincadeiras populares, entre essas anuncia-se “o célebre divertimento” do pau de sebo (JORNAL DA FEIRA, n. 123, p. 01, 06 ago. 1884).

Também com o suporte da Estrada de Ferro Central da Bahia, outras vezes as filarmônicas locais fizeram o movimento no sentido contrário: partiram em passeio de recreio por cidades vizinhas, como São Gonçalo dos Campos, mas, principalmente, por localidades do Recôncavo Baiano. Um dos registros mais antigos é datado de novembro de 1888 e diz respeito a uma apresentação da Filarmônica “25 de Março” na cidade de “Cachoeira” (MELLO; BRITO (2018, p. 50). A ocorrência desta prática se intensifica na última década do século XIX e nas primeiras do XX. Além de viagens organizadas pelas filarmônicas, encontramos excursões para

39 Durante um período de reforma da Igreja Matriz, foi usada a antiga capela de Senhor dos Passos. Esta antiga capela foi derrubada no início do século XX para dar passagem a uma avenida, depois chamada de Maria Quitéria e, por fim, Getúlio Vargas. A Igreja Senhor dos Passos foi reconstruída metros ao lado, margeando esta nova artéria.

40 Manifestação popular conhecida como Bando Anunciador. Para saber mais, ver: Oliveira (2014) e Cavalcanti, Castro Júnior e Rocha Junior (2020).

Feira de Santana de “despedida à vida acadêmica” promovidas por bacharelados dos cursos de direito e medicina⁴¹.

Feira de Santana também experimentou as sortes e azares dos jogos, que se somavam ao alarido da música representada pelas filarmônicas, ou ainda aos folguedos típicos dos dias santos e feriados. Um dos registros em periódicos fazia convite aos “Srs. Amadores do jogo”, dizendo que os mesmos deveriam “encaminhar-se a praça do Commercio n.... que achará ahi um estabelecimento franco para o uso d’esse divertimento.” Recolhidos pelo Sr. Tenente, 200rs (Reis) seria a “Importância do barato”, valor que daria acesso ao salão com jogos, como “Monte, Lebre, Pacao, Víspera etc.” (O CAPÍTULO, n. 01, p. 03, 28 set. 1877).

Outro espaço para a jogatina foi o Salão Recreativo localizado na “Praça João Pedreira, número 4”, conforme anunciado no *Correio de Notícias* do dia 06 de dezembro de 1885: os *habitués* encontrariam ali, além de “sorvetes” (provavelmente deliciosos), “gêneros alimentícios e bebidas, muitos deles importados”, também exibia “bilhar, gamão, dominó e dama para divertimento dos concorrentes” (GUEDES, 2000, p. 69-70). Três anos antes, em 1882, o poema “Sorvetes” traz esses progressos nos elementos mais simples:

Oh! Que dístico é aquele!
- Sorvetes – que quer dizer?

Entremos – verei de perto:
O caixeiro é esperto.
- Vossa mercê – o que quer?

Eu? eu quero d’esse doce
Que ai fora escrito está:
Ah – sorvetes? Sim sorvetes...
- Vou buscar, ai tem bofetes,
Sente-se: - Espere – ande cá
[...]
- Aqui tem, senhor; É isto!
Toma-se em copos? – Então!?...
Ai...que frio!...um brinde peço;
A saúde do progresso?
Da madre civilização!

Dr. Antônio J. R. da Costa
(O PROGRESSO, n. 06, p. 03, 20 ago. 1882)

Na imprensa, é possível perceber uma campanha contrária aos jogos de azar. Um editorial de *O Motor* traz um longo texto em sua primeira página que, entre outras coisas, afirma que o “jogador na praça pública só tem uma ideia fixa - o lucro” (O MOTOR, n. 68, p. 01, 20

41 Conferir Mello e Brito (2018).

out. 1880). Outro periódico, *O Progresso*, é enfático: “é digno de lastima o homem que se intitula – jogador; é sim uma desgraça, que fragella [flagela] a si, e as pessoas que d’ele dependem”. Ainda trazendo possíveis consequências de tal prática, argumentava que “a cada passo que por estas ruas passeamos, vemos eles todos enfurecidos n’esse vício tão reprovável, que quase sempre origina o – assassinato, a ladroeira e a bebedeira” (O PROGRESSO, n. 09, p. 02, 10 set. 1882).

Outro passatempo dependia de animais. Conforme uma crônica “não somente aqui [Feira de Santana], mas em toda a parte as brigas de *gallo*, figurando entre os variados jogos da *actualidade*.” O texto segue dizendo que os dois mais valentes “gladiadores de toda a raça *gallinacea* feirense, que tão heroicamente se bateram esta semana na arena, cercada de enorme massa de povo” que debatia sobre o assunto “dos cobres, empenhados nas apostas de dentro e de *fóra*” (O PROPULSOR, n. 137, p. 03, 28 maio 1899).

Na imprensa local, os registros de desaprovação dos cronistas não se resumiam às “jogatinas”, estendendo-se também para outras manifestações lúdicas, entendidas naquela conjuntura pelas elites letradas como arcaicas e incivilizadas. Em setembro de 1877, um registro anônimo informava que na “casa da Inocente Epiphania presencia-se cenas indecorosas provenientes de seus adorados (...) supõem que não devem respeitar o pudor das famílias” (O CAPÍTULO, n. 01, p. 03, 28 set. 1877). O jornal arremata que era preciso que desaparecessem tais “absurdos”. Tudo isto ocorria na rua do Marquez do Herval, sobre a qual a imprensa rogava à municipalidade providências para os imensos pântanos (ECHO FEIRENSE, n. 04, p. 01, 02 jul. 1878). Como é possível perceber no registro acima, a presença de mulheres em espaços públicos é uma realidade em Feira de Santana já no século XIX. Inclusive, muitas mulheres negras e pobres trabalhavam na feira ou vendiam produtos pelas ruas da cidade, contrastando com o ideário de que as mulheres deveriam estar em espaço privado, em seus lares (DAMASCENO, 2019).

Uma prática comum aos pequenos agricultores, ampliando o leque das diversões em Feira de Santana, eram os sambas que viravam as madrugadas regados, quase invariavelmente, “com comida, bebida e música para festejar o término do trabalho” colaborativo (DAMASCENO, 2016, p. 199). Esse gênero musical e dançante aparece em uma crônica de viagem de Mucio Teixeira. Relatando sua ida ao Campo do Gado, o cronista fala que os vaqueiros, após a “faina diurna, no pouso, ao clarão das fogueiras”, repinicando violas, improvisando quadrilhas, “cantam ao desafio” e trocam “olhares com mulatinhas faceiras e dengosas, que vão saracoteando os quadris na volúpia do samba” (O PROPULSOR, n. 101, p. 01, 19 set. 1898). É bem possível que nestes momentos esses vaqueiros contassem histórias

vividas em suas andanças pelos sertões. Nesta passagem e na seguinte, a mulher negra é representada por imaginário sexualizado de beleza.

Diz um:
 Mulata, minha mulata,
 Mulata do paredão.
 De tudo faça penhora:
 Mas dessas cadeiras... não!

Diz outro:
 Dera, para unir men côro,
 A pele desta mulata,
 Um conto de réis em ouro
 E um conto de réis em prata.
 (O PROPULSOR, n. 101, p. 01, 19 set. 1898).

Outro samba promovido por populares em região citadina era realizado aos domingos, na rua do Conde d'Eu⁴², onde se reunia “uma porção de capadocina”, o que era tachado pela imprensa como “ESCANDALO”. Eram “acompanhados de cantigas e palavras imorais” que feriam a “chatos ouvidos, além de perturbar ao silêncio público”, alertava o “digno Sr. Delegado de polícia” (O VIGILANTE, n. 34, p. 02, 27 mar. 1878). Diferentemente dos atributos físicos femininos apontados nos parágrafos anteriores, aqui usa-se de outro expediente: descrever pejorativamente a mulher que festeja em seus poucos momentos livres.

Oposto às críticas e denúncias que recaíam sobre o samba, o sarau dançante, divertimento com elementos de dança e música, porém trajado de simbologias aceitas socialmente e organizado por pessoas do poder local, recebia os louros dos articulistas e editores da imprensa feirense. Foi o caso do evento na casa do Dr. Promotor Público Manoel Daltro Pedreira França que, segundo registros jornalísticos, “frequentado pela melhor sociedade de Feira de Santana”, prolongando-se com muita animação “até uma hora da madrugada” (O PROGRESSO, n. [12], p. 01, 07 out. 1882). Voltando ao samba, como nos lembra o historiador Clóvis Ramaiana Moraes Oliveira (2016, p. 79), “Lazer e religiões de matriz africana, ou cabocla, festas que envolviam populares pobres recebiam, do poder dominante, olhares, saberes e, principalmente, repressão.”

Neste sentido, “a modernidade contrapunha-se principalmente à africanidade” (FONSECA, 2002, p. 36). Conforme este pesquisador, “aos olhos dos reformadores” da capital baiana, antigas tradições e modos de viver africanizados, como “o entrudo, a capoeira, os

42 Localizada no centro da cidade. Conhecida antiga e popularmente como a Rua do Meio; recebeu no período imperial o nome de Rua *Conde d'Eu*; no início da Primeira República, Rua Manoel Victorino; por fim, a atual Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Uma parte da Rua do Meio também foi chamada de Sales Barbosa na transição dos séculos XIX e XX, seguindo assim até hoje.

sambas, as festas de largo, o Candomblé, os presentes para a mãe-d'água, a venda de comidas nas ruas”, enfim, tudo o que cooperava para “macular a civilidade” caberia intervenção. Não era diferente na Feira. A julgar pelo Código de Posturas municipal de 1893,⁴³ que expressamente assinalava: “Fazer dentro da cidade e dos povoados, sambas ou outro qualquer brinquedo que possa produzir ajuntamento tumultuário, ou perturbar o sossego público. Pena — 12\$000 de multa ou 4 dias de prisão” (O PROPULSOR, n. 49, p. 03, 19 set. 1897).

Anos depois, ainda podemos ver esses momentos populares de divertimento sofrendo perseguição. Em uma Carta de Leitor, “UM PAI DE FAMILIA, assim autodeclarado, chama a atenção da autoridade competente para um encontro de rapazes nas imediações da Praça dos Remédios, fazendo “algazarra altas horas” da noite (O PROGRESSO, n. 63, ano I, p. 3, 16 mar. 1901).

Talvez por sua característica campestre, os sambas e outras diversões tenham sido pouco influenciados pelos ditames morais e regulamentares da cidade, não tendo ganhado as páginas dos jornais como eventos festivos, mas aparecendo apenas nas seções policiais⁴⁴. Tratados como manifestações incivilizadas, eles acabam sendo invisibilizados. Naqueles tempos, de modo contrário, falava-se nos órgãos de imprensa de uma outra urbanidade enumerando alguns dos melhoramentos que chegaram àquele torrão. Vejamos: a “Feira com seu progresso material: estrada de ferro, telégrafo, calçamento da praça e platibandas em centenas de casas” (O PROGRESSO, n. 02, p. 01, 23 jul. 1882), além dos “arvoredos que ali [Praça do Comercio] estão plantados” (O PROGRESSO, n. [12], 07 out. 1882, p. 01).

Na mesma direção, o vício do jogo se afastava da civilidade desejada. Era um tempo de novidades, como podemos constatar com o “grande melhoramento porque acaba de passar o hotel Restaurant Commercial”, a abertura do “novo salão na casa contigua” ao empreendimento, preparado com cuidados higiênicos “e comodidades para bem servir” ao público, possuindo um “completo sortimento de bebidas, doces e um cozinheiro habilitado”, propriedade de Monteiro Junior & C. (O PROGRESSO, n. 09, p. 03, 10 set. 1882). Antes mesmo da reforma, esse espaço já possuía um jogo de bilhar (O PROGRESSO, n. 07, p. 04, 27 ago. 1882).

A instalação da Biblioteca Pública Municipal, em 06 de novembro de 1890 (MELLO; BRITO, 2020) segue a mesma proposta de progredir a cidade ou, em outras palavras, civilizá-

43 Código de Posturas do Município de Feira de Santana - Resolução n°. 16 de 15 de dezembro de 1893. Não identificamos na íntegra as Posturas, apenas fragmentos no Jornal *O Propulsor* em diversos comunicados da Intendência que, naquele tempo, possuíam contrato firmado, fazendo as vezes de Imprensa Oficial.

44 “Como por exemplo, a turba registrada pela *Folha do Norte*, n. 98, de 17 de dezembro de 1911, p. 2, com título da matéria: ‘Conflito num samba... facadas’” (DAMASCENO, 2011, p. 91).

la. Seria uma forma de educar, mas também entreter. A afluência do mês de outubro de 1896 “foi de 106 leitores inclusive 8 Senhoras; foram lidos 100 romances” (O PROPULSOR, n. 05, p. 02, 18 nov. 1896). Destaque para a presença feminina, dando indícios de que as aparições públicas ainda eram algo muito restrito, como o próprio acesso ao letramento.

Aquele fora um período de diversificação no estrato social dos moradores da cidade. Os horários de labuta de alguns profissionais, inclusive, dificultavam quando não impediam a participação dos trabalhadores em alguns espetáculos. O cabeleireiro João Diamantino podia “ser procurado para o serviço de sua profissão” (O PROGRESSO, n. 06, p. 04, 20 ago. 1882) desde as seis horas da manhã até as dez da noite, sendo 500rs o valor pago pelo cabelo e barba. Na rua Visconde do Rio Branco, achava-se funcionando “uma nova farmácia” (O PROGRESSO, n. 05, p. 03, 16 ago. 1882), a Farmácia Costa, propriedade do farmacêutico Francisco Urbino da Costa e, conforme consta, as “portas d’este estabelecimento se abrirão a qualquer hora da noite” (O PROGRESSO, n. 07, p. 04, 27 ago. 1882).

Esse contexto, preenchido por alguns passatempos considerados lícitos e outros por vezes ilícitos ou ainda imorais, começa a divulgar nos periódicos algumas formas de diversão com características e conotações de espetáculos comercializáveis. As primeiras dessas formas a aportar essas terras, a julgar pelas fontes consultadas, foram os espetáculos circenses, turfísticos, tauromáquicos e teatrais.

No último quartel do século XIX, percebia-se em Feira de Santana uma maior estruturação de um mercado de entretenimentos relacionado, entre outras coisas, à conformação de uma sociedade em processo de diversificação socioeconômica. A expansão e a heterogeneização dos divertimentos influenciaram maior vivacidade da cena pública e também foram influenciados por esse contexto (KARLS; MELO, 2018). Modalidades de diversões públicas no Brasil, em seus moldes modernos, datam de meados ou fins do século XVIII. Um comércio aparentemente restrito, posto que “quase não havia um mercado de consumo para diversões no período colonial”, e a grande maioria dos espetáculos públicos de divertimento eram organizados e financiados por recursos governamentais, exceto alguns poucos setores: musical, teatral, da comercialização de bebidas e jogos em tabernas. Evidenciava-se, contudo, uma significativa modificação no universo do lazer no século XIX. Ao que se apresenta, somente nesta centúria, “um universo de diversões crescentemente pulsante ganharia forma”, decorrente, em grande medida, da “progressiva subordinação das práticas lúdicas a mecanismos de comercialização” (DIAS, 2018, p. 370).

É importante contextualizar, política e culturalmente, o que se passava na sociedade brasileira e os reflexos daquele momento em Feira de Santana. A mudança de regime político,

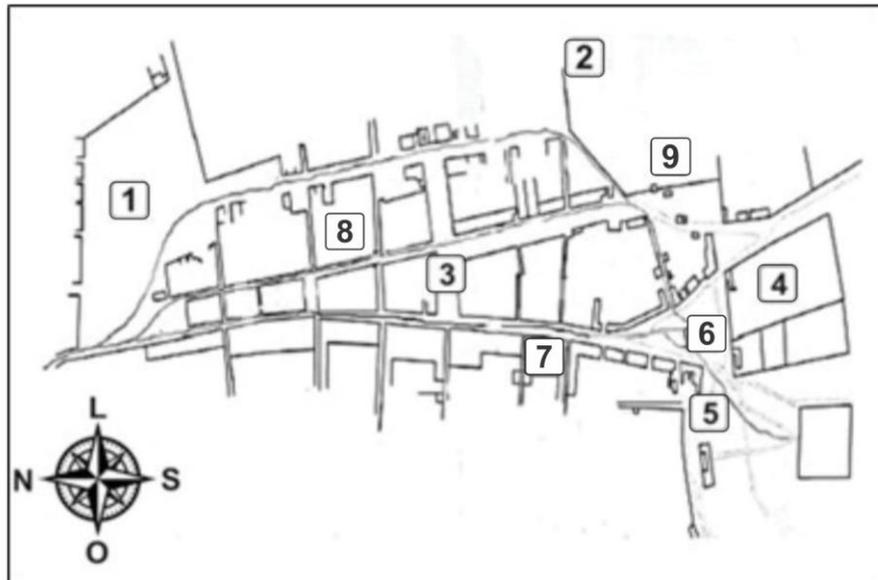
inaugurando um período republicano, apresentou desdobramentos que resvalaram no processo de modernização e progresso do País. Algumas transformações eram sentidas de maneira objetiva no traçado urbano, através de uma preocupação crescente com o calçamento e arborização das ruas, criação de novos espaços de sociabilidade, como “novas e espaçosas praças”, assim como a inauguração da primeira biblioteca pública do interior da Bahia (MELLO; BRITO, 2020). Todas essas mudanças, contudo, não apagaram as características rurais presentes, pois Feira de Santana ainda mantinha um povoamento muito distante do grande centro urbano em que se transformaria a meados do século XX.

Alguns espaços-símbolos dos divertimentos comercializáveis já existiam, notadamente, um teatro e um hipódromo. O Theatro Sant’Anna provavelmente realizava eventos pelo menos desde meados de 1878 (ECHO FEIRENSE, n. 4, p. 02, 2 jul. 1878). Santos (2012) usa a expressão “Espaço Multifacetado”, referindo-se a essa casa de espetáculos exatamente, como veremos, pela diversidade de atividades ali realizadas. É lugar propício para práticas como apresentações teatrais, circenses, cinematográficas ou mesmo concertos musicais (O PROPULSOR, n.164, p. 01, 03 nov. 1899; O PROPULSOR, n. 08, p. 04, 05 dez. 1896; O PROPULSOR, n.159, p. 01, 1899; O PROPULSOR, n.85, p. 01, 29 maio 1898).

Outrossim, o Prado pertencente ao *Jockey Club* Feirense já era destacado na imprensa em setembro de 1890 (MELLO; BRITO, 2018, p. 43). Nos anos subsequentes, outras corridas de cavalo e touradas são relatadas na imprensa. Além dos espaços institucionalizados de lazer, em um grande descampado popularmente chamado de Campo do Gado, circos foram armados, corridas de cavalos e touradas realizadas, e a prática do futebol teve seus primeiros momentos.

Como veremos à frente, aponta-se a localização aproximada dos espaços de execução dos divertimentos identificados por meio das fontes manuseadas (Figura 02 e 03). Representado pelo traçado de maior área, o Campo do Gado (1). Vemos o que seria a Rua ABC, depois designada Avenida Sampaio, local do Prado Feirense (2), a “5 minutos [a pé] da praça do comercio.” (3) (FOLHA DO NORTE, n. 2036, p. 02, 17 jul. 1948). Pela imagem, é possível situar a estação ferroviária (4) e, ainda, o que viria a ser a Praça Padre Ovídeo (5) ao lado da Igreja Matriz (6), o Theatro Sant’Anna (7), a Praça Dr. Remédios Monteiro (8) e, por fim, o local de construção do Estádio Leolino Ramos (9).

Figura 02 – Planta da cidade de Feira de Santana em 1878



Fonte: Freitas (2014, p. 235, adaptado).

Segue uma vista panorâmica da cidade, mostrando a mesma região, em período aproximado da década de 1930 (Figura 03).

Figura 03 – Vista Panorâmica de Feira de Santana, tomada de oeste para leste



Fonte: Grupo do Facebook “Núcleo de Preservação da Memória Feirense – Rollie Poppino”:
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=4552337928122134&set=g.163839725516611>

Registros de outras práticas de diversão ocorridas em alguns distintos logradouros da cidade e mesmo a organização de “Passeios de Recreio” para localidades vizinhas ampliam o entendimento defendido sobre a mercantilização do lazer na urbe feirense (MELLO; BRITO, 2018). Essas viagens, juntamente às “Tocatas” e “Kermesses”, respectivamente, em praças e

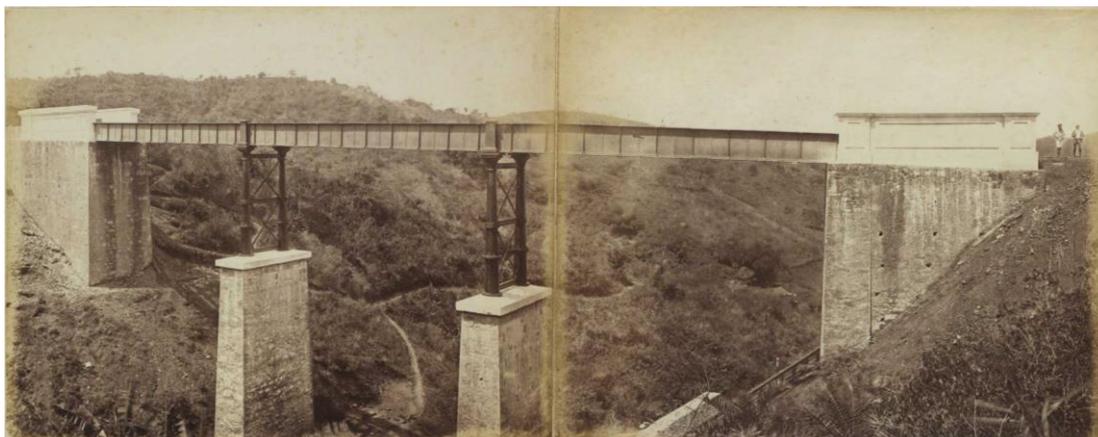
chácaras no espaço urbano feirense eram promovidos pelas duas sociedades filarmônicas existentes na cidade no período, a 25 de Março e a Victoria (O PROPULSOR, n. 64, p. 01, 1 jan. 1898; O PROPULSOR, n. 84, p. 02, 22 maio 1898; O PROPULSOR, n.78, p. 03, 10 abr. 1898).

Uma das quermesses promovidas pela “25 de Março”, em 6 janeiro de 1898, alcançou um público estimado de dois mil participantes (O PROPULSOR, n. 65, p. 01, 09 jan. 1898), ou seja, aproximadamente 1/3 dos moradores da sede. No Theatro Sant’Anna, em 1906, outra quermesse foi “fartamente frequentada por pessoas distintas chegadas da cidade de S. Gonçalo e dos distritos de Feira” (O PROGRESSO, 19 maio 1907, p. 1, n. 379). Evidentemente, esse tipo de festividade mobilizava toda a região, distritos e cidades dos arredores, permitindo-nos ter uma ideia do potencial público para o turfe, circo, touradas e teatro.

Entre esses e outros divertimentos forjados ainda no final da centúria XIX, é possível constatar a importância do vapor e do trem nesse processo de comercialização das práticas de entretenimento na cidade. Existiram experiências de lazer em algumas cidades, frutos de oportunidades comerciais facilitadas muitas vezes pelo transporte ferroviário e também marítimo, fluvial e lacustre (AMARAL; DIAS, 2017; SILVA, 2018; SANTOS, 2021; MÜLLER, 2013). No caso de Feira de Santana, um ramal (Figura 04) da Estrada de Ferro Central da Bahia, em funcionamento desde o final de fevereiro de 1875, cujo trajeto iniciava na “Heroica Cidade de Cachoeira”, assim chamada pelo papel de destaque na Independência da Bahia, em 1823, e pela “estreita colaboração com os serviços marítimos da Baía de Todos os Santos”, aproveitando-se de vapores ancorados no porto da urbe cachoeirana, banhada pelo Rio Paraguaçu, por meio da qual a viagem da urbe feirense “para a Cidade do Salvador durava menos de sete horas” (POPPINO, 1968, p.197). Na obra “Memória sobre o Estado da Bahia”, de 1893, assim se descreve o percurso:

Acha-se em comunicação alternada com a capital pelos vapores da Companhia Bahiana; com a Feira de Sant’Auna pela estrada de Ferro Central, cujos trens largam da elegante gare da Manga, tocando em Belem (7 kilometros) e depois de uma subida por um plano inclinado em zig-zag, mediante pontilhões, cortes e viaductos de grandes alturas e admiraveis obras d'arte, attingem a Feira no 45º kilomentro (VIANNA; FERREIRA, 1893, p. 429).

Figura 04 – Viaduto do Batedor, Ramal entre Cachoeira-Feira da Estrada de Ferro



Fonte: Fotografia: Guilherme Gaensly (1843-1928). Site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon325630/icon325630_02.jpg.

O deslocamento para essa região interiorana, anterior ao uso de barcos a vapor e trens, é muito bem descrito. Em excursão científica pelo território brasileiro entre os anos de 1817 e 1820, Von Spix e Von Martius, em fevereiro de 1819, partiram de Salvador com destino a Juazeiro, às margens do Rio São Francisco, tendo passado por Cachoeira e também por Feira de Santana. Diziam: “Os vapores, que atualmente ligam a Bahia aos principais lugares da costa do Recôncavo, já se achavam em construção quando partimos daquela cidade” (SPIX; MARTIUS, 1938, p. 227). Contudo por não estarem prontos, viajaram para a Vila de Cachoeira num dos “barcos comuns” de transporte açucareiro, provavelmente algum saveiro que, durante este tempo, era muito usado entre a capital e o Recôncavo para o transporte de pessoas e mercadorias.

Da vila de Cachoeira partiam três estradas reais, entre elas, a de Capoeiruçu, que seguia “para a Estrada Real do Gado”, por onde eram conduzidas as boiadas do Piauí. Spix e Martius, tomaram o rumo deste caminho, duas léguas depois pernoitaram no lugarejo chamado Feira da Conceição (uma cidade, atualmente), e dali “desaparecem todos os vestígios de uma população industrial e o viajante, de novo, se acha em pleno sertão.” (SPIX; MARTIUS, 1938, p. 232-233). Os viajantes em questão percorreram 7,5 léguas por “lugares monótonos” entre Cachoeira e um “pobre lugarejo”, o “arraial da Feira de Sant'Anna”. Os moradores desta localidade já “mostravam o tipo exato do sertanejo” (*op cit*, p. 239).

Em novembro de 1859, Feira de Santana recebeu a visita do imperador Dom Pedro II por dois dias. Ele fez o percurso de barco a vapor entre Salvador e Cachoeira, tendo antes passado por algumas outras localidades. Desta última vila, vieram para Feira “o Imperador a

cavalo, e S.M. a Imperatriz de carro, acompanhados por toda a sua comitiva” (SOUZA, 1861, p. 149). Conforme consta, não “havia tradição de já ter alguém feito a viagem entre a Cachoeira e a Feira em carro puxado por bestas, ou cavalos” (SOUZA, 1861, p. 153). Não era uma estrada carroçável em toda sua extensão exigindo, em alguns trechos, trabalhos escravos para permitir a passagem da comitiva imperial. Nesse tempo, conforme o documento histórico “*Memórias da viagem de SS. Magestades Imperiaes ás províncias da Bahia, Pernambuco, Parahiba, Alagoas, Sergipe e Espirito-Santo*”, Feira de Santana era “uma vila populosa e comercial”, com “grandes praças e ruas extensíssimas, retas na maior parte e de 80 e 120 palmos de largura as duas principais”, que florescia “a olhos vistos”, e que certamente se tornaria “um ponto importantíssimo se se realizar a utilíssima e urgente empresa projetada da via férrea da Cachoeira a Santa Isabel”⁴⁵ (SOUZA, 1861, p. 149).

Outro viajante, Julius Naehér,⁴⁶ engenheiro alemão, visitou Feira de Santana em 1878, e afirmou que a cidade possuía extensas praças, ruas bordejadas de casas térreas e uma principal central larga de aproximadamente 18m “*von ca. 18 m*”, possuindo sobrados com passeios (NAEHER, 1881, p. 172).

Figura 05 – Estradas e paradas



Eine Gamelleira auf dem Wege nach S. Anna (Umbú).

Fonte: Naehér (1881, p. 177).

45 Vila de Santa Isabel do Paraguaçu, cidade atual de Mucugê, na Chapada Diamantina, região em que, a meados do século XIX, foram descobertos minérios preciosos como ouro e diamante. Em 1856, em um abaixo-assinado enviado à Assembleia Legislativa Provincial, é proposta uma estrada de ferro ligando São Felix (ao lado de Cachoeira) até Santa Isabel (PINA, 2000, p. 31).

46 Julius Naehér escreve o livro *Land und Leute in der Brasilianischen Provinzn Bahia*, publicado na Alemanha, em 1881, tendo sido traduzido e editado por Osvaldo Augusto Teixeira, em 2011, na série “A Viagem de Naehér”. Obras: “Excursões na Província da Bahia de Julius Naehér: a terra e a gente da Província brasileira da Bahia” e “Uma viagem à Bahia da segunda metade do século XIX” (FREITAS, 2014).

A figura 05 é encontrada na publicação original de Naeher, de 1881, onde, abaixo da imagem, está escrito em tradução livre: “Uma gameleira a caminho de S. Anna (Umbú)”. Frondoso umbuzeiro e homens com animais são representados, dizendo muito da vegetação e dos tipos sertanejos encontrados no caminho entre o Recôncavo e “S. Anna” – provavelmente, local para pequenas pausas dos viajantes, necessárias para vencerem as distâncias entre as localidades. Naeher, não se deslocou pela Estrada de Capoeiruçu (assim como fizeram Spix e Martius), saiu a cavalo da cidade de Santo Amaro passando por Oliveira dos Campinhos⁴⁷, depois pelo distrito de Humildes e, a partir daí, provavelmente pegou um trecho da Estrada das Boiadas⁴⁸.

Os vapores e trens reduziram tempos e “encurtaram” percursos dos viajantes, moradores, comerciantes, entre outros. Também influenciaram companhias itinerantes de lazer e outros divertimentos entre cidades e regiões do Brasil, a exemplo dos Passeios de Recreio,⁴⁹ muitos deles promovidos por sociedade musicais e recreativas (MELLO; BRITO, 2018; MÜLLER, 2013) e dos Circuitos Esportivos, a exemplo dos intercâmbios existentes no turfe desde o século XIX (PEREIRA, 2016) e no futebol e basquete a partir das primeiras décadas do XX (NUNES; RIBEIRO, 2020; AMARAL, 2020; RIBEIRO, 2021). Veremos circuitos maiores de lazer envolvendo, no começo do século XX, capitais nacionais como Montevideo, Buenos Aires e Rio de Janeiro e, por conseguinte, circuitos de trabalho das labutadoras e labutadores no mercado de divertimentos sul-americano (SCHETTINI, 2012).

A navegação a vapor foi um meio de transporte importante para a interiorização dos divertimentos. Em um contexto brasileiro mais ampliado, poderíamos destacar como exemplos o transporte marítimo e fluvial de companhias líricas, teatrais, tauromáquicas ou circenses realizado para a cidade de Manaus⁵⁰, no Amazonas (AM), além de Corumbá e Cuiabá, no Mato Grosso (MT) (ÁVILA, 2019; NUNES, 2021; SANTOS, 2021). E no contexto regional da pesquisa, o transporte por vapores de Salvador até Cachoeira, por vezes seguindo por trilhos até Feira de Santana.

Nos oitocentos, o uso da navegação a vapor e abertura dos portos brasileiros às nações amigas, ocorrida em 1808, foram alguns dos fatores que modificaram o panorama das

47 Povoado do município de Santo Amaro.

48 Naeher afirma que atravessou o Rio Subaé, à altura do Povoado de “O'Miltis” (NAEHER, 1881, p. 170). A Estrada das Boiadas era a ligação direta entre Salvador e o sertão baiano, passando por Feira de Santana.

49 Os eventos esportivos já eram atrativos turísticos no século XIX no Brasil. De Pelotas partiam vapores levando passageiros com destino às regatas em Rio Grande e, desta cidade, partiam vapores com expectadores das corridas de cavalo no Prado Pelotense (MÜLLER, 2013).

50 Antes dos barcos a vapor, as viagens entre Belém e Manaus duravam cerca de cinco meses; com eles, não ultrapassariam oito dias (PAIÃO, 2016).

navegações transatlânticas na região, reduzindo os períodos de deslocamento e ofertando maiores confortos às tripulações e aos passageiros. Assim, ampliaram-se as ligações comerciais e culturais com a Europa, África, América do Norte, Ásia e outros países da América do Sul, bem como entre regiões litorâneas e interioranas do Brasil. As cidades do interior se beneficiaram do auxílio da navegação fluvial e do transporte ferroviário com estreitas ligações com os portos. E o porto de Salvador exercia destacado papel em navegações de cabotagem e de longo curso (PINHO, 2016)

Por dados levantados pela pesquisadora Kátia Mattoso (1978), é possível constatar uma intensa movimentação nesse porto. No século XIX, estava entre os maiores do Brasil junto com o do Rio de Janeiro. Entre 1871 e 1872, o quantitativo de 461 (quatrocentos e sessenta e um) navios de longo curso aportaram na cidade. No ano de 1891, eram 577 (quinhentas e setenta e sete) movidas a vapor e 153 (cento e cinquenta e três) a vela. A companhia que oferecia serviços regulares (Figura 06) entre “o Rio de Janeiro e os portos do norte até o Pará e vice-versa” já anunciava que passagens de ida com retorno em um prazo de um ano tinham “25% de abatimento” e que para “Companhias de Circo, Lyricas, Dramaticas e outras, preço convencionado”, ou seja, seriam acordados (ALMANACH DO DIARIO DE NOTICIAS, 1884, p. 91). Conforme consta, a junção de espaços como rios e mares que não carecem de construção e conservação (como as ferrovias) e o fato do transporte a vapor possuir capacidade maior que o trem, entre quatro a dez vezes, oportunizam valores dos fretes nas embarcações a vapor geralmente menores (SAMPAIO, 2006).

Cavalos e éguas eram atrações das corridas, poderiam muito bem transitar entre a capital baiana e o interior em momentos de competições (e isso aconteceu⁵¹), assim como transitavam entre estados e mesmo entre países. Esses animais, juntamente com pombas e cachorros, eram comuns a muitas companhias circenses, inclusive, em alguns dos eventos realizados em Feira de Santana, como veremos no próximo capítulo.

51 Ver o Capítulo 6 deste estudo.

Figura 06 – Valores de passagens da Companhia Brasileira de Navegação a Vapor



COMPANHIA BRAZILEIRA
DE
NAVEGAÇÃO A VAPOR

Capital—4,000:000\$000

SEDE NO RIO DE JANEIRO
Rua do General Camara—10

SERVIÇO REGULAR

Entre o Rio de Janeiro e os portos do norte até o Pará e vice-versa

Partidas do Rio de Janeiro—nos dias 10, 20 e 30 de cada mez, só toca na Victoria (capital do Espirito Santo), o vapor que sahe no dia 30.

PREÇO DAS PASSAGENS

Maceió.	30\$000	1.ª classe	12\$000	3.ª classe
Pernambuco.	40\$000	"	15\$000	"
Parahyba.	60\$000	"	16\$000	"
Natal	80\$000	"	18\$000	"
Ceará	110\$000	"	22\$000	"
Maranhão	140\$000	"	30\$000	"
Pará	180\$000	"	38\$000	"
Victoria	50\$000	"	25\$000	"
Rio de Janeiro.	70\$000	"	25\$000	"

Passagens de ida e volta dentro do prazo de um anno tem 25 % de abatimento. Companhias de Circo, Lyricas, Dramaticas e outras, preço convencionado.

NOMES DOS VAPORES

Bahia	1,999	tonelladas—força nominal	280	carallos
Pará	1,999	"	270	"
Ceará	1,999	"	270	"
Espirito Santo	1,999	"	300	"
Pernambuco	1,999	"	300	"

AGENTES NA BAHIA
MOREIRA, IRMÃO & C.
RUA NOVA DAS PRINCEZAS

18

Fonte: Almanach do Diario De Noticias (1884, p. 91).

Do porto de Salvador até a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, quem detinha a concessão desse serviço era a “Companhia Bahiana de Navegação a Vapor”. Houve uma primeira tentativa de navegação a vapor na Bahia em 1819⁵², uma experiência não bem sucedida. Porém, apenas em 1839, quatro barcos a vapor chegaram da Inglaterra para comporem a empresa que tinha como área de abrangência o Recôncavo Baiano e a Baía de Todos os Santos, adquirida pela Companhia Lloyd Brasileiro em 1894 (SAMPAIO, 2006).

Entre uma viagem do Rio de Janeiro ao Acre no final da primeira década do século XX, Annibal Amorim (1917, p. 35), passando por diversas localidades registrando paisagens, curiosidades e costumes, no percurso entre Salvador e Feira de Santana, dizia:

São 11 horas da manhã. A chaminé do Conselheiro Dantas já se coroara do seu penacho de fumo, e o pequeno vapor, acompanhando o ritmo das ondas, embalava-se, á espera da hora da partida, ao meio dia em ponto.

Perto, centenas de botes, lanchas, catraias, saveiros e mais os diversos vapores da Companhia Bahiana, que deviam partir, no dia seguinte, para vários pontos do litoral. (...) Até Cachoeira, que fica a seis horas de viagem da Bahia, o leito do Paraguaçu assenta no fundo de um vale pronunciado.

(...) São 5 1/2 da tarde. Está-se á vista do porto de Cachoeira, que repousa á margem esquerda do Paraguaçu.

O viajante segue descrevendo: “Domingo⁵³. Por volta das 10 3/4 da manhã, o comboio que havia partido de Cachoeira, ás 8 em ponto, entrava na estação da Feira de Sant’Anna⁵⁴.” (AMORIM, 1917, p. 38).

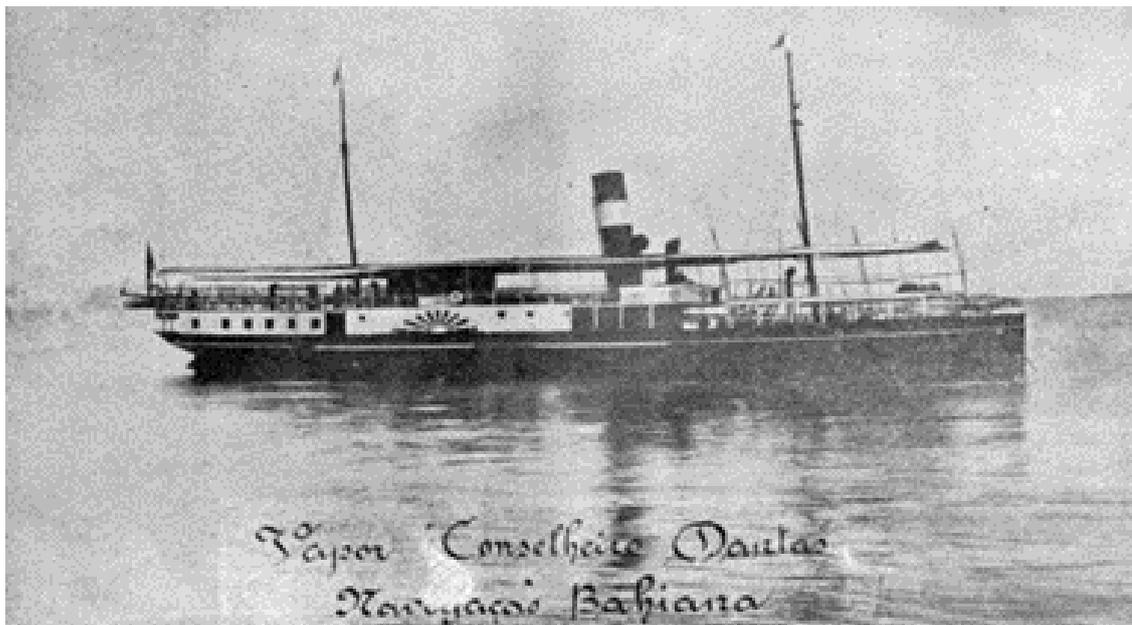
Outro viajante, Mucio Teixeira (reconhecido jornalista, poeta e diplomata), juntamente com Demétrio Ignacio (proprietário do Jornal *O Propulsor*) e mais outro convidado bebiam cervejas a bordo desse vapor (Figura 07) “uns cinco minutos antes da hora da partida” (O PROPULSOR, n. 100, p. 01, 11 set. 1898) – uma tímida atmosfera de conforto para vencer a distância e o tempo.

52 Como vimos, já relatado por Spix e Martius (1938).

53 No dia anterior, o autor estava em São Gonçalo dos Campos, e provavelmente pegou o trem na estação daquela cidade.

54 Em uma versão publicada no jornal *O Paiz* está escrito: “às 5 em ponto, entrava na *gare* da Feira de Sant’Anna” (O PAIZ, n. 9445, p. 4, 15 ago. 1910). Acreditamos que o horário de chegada apontado nesta última versão seja o correto, em virtude do tempo de viagem entre Cachoeira e Feira relatado em diversas fontes.

Figura 07 – Vapor Conselheiro Dantas⁵⁵



Fonte: Sampaio (2006, p. 177)

A Estrada de Ferro Central da Bahia, dirigida pela companhia inglesa *The Brazilian Imperial Central Bahia Railway*, foi a segunda⁵⁶ a ser construída no Estado (Província, à época). Em 1867, outra companhia empreendedora iniciou suas obras exatamente pelo trecho que ligava Cachoeira a Feira de Santana (Figura 08). Em termos de comunicação moderna entre essas cidades, a linha telegráfica já funcionava desde “1º de março de 1874” (BAHIA, 1876, p. 138). Porém, como vimos, esse ramal começou a ser trafegável um ano depois. Composto por seis locomotivas, um “Carro Imperial”, três de primeira classe, quatro de segunda, além de outros 40 (quarenta) vagões, entre os quais quatro específicos para o transporte de gado e dois para carneiros; os demais poderiam levar ferro e madeiras, entre outras mercadorias (BAHIA, 1877, p. 86). O traçado principal da ferrovia saindo de São Felix em direção à Chapada Diamantina foi inaugurado poucos anos depois. Obedeceu-se à “lógica locacional de conectar o interior da província” a sua capital por meio dos “portos fluviais do Recôncavo” (ZORZO, 2002, p. 64)⁵⁷.

⁵⁵ A partir de 1897, este “excellente vapor” começou a operar entre a capital e a cidade de Cachoeira (O PROPULSOR, n. 25, p. 02, 03 abr. 1897).

⁵⁶ A primeira a ser construída foi a Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco, ligando Salvador à Alagoinhas, concluída em 1863. Seu prolongamento até Juazeiro só foi entregue em 1896 (SILVA, 2018).

⁵⁷ Para saber mais sobre a ferrovia, consultar: Zorzo (2002), Poppino (1968) e os Relatórios da Província da Bahia (BAHIA, 1876; 1877).

De Cachoeira a Feira, as companhias de circo, touradas e teatro, além dos carros regulares (Figura 09), poderiam fretar uma composição. A companhia férrea podia “conceder trens especiais de passageiros”, quando solicitados com “antecedência de seis horas a estação de São Felix e Cachoeira, e de 24 horas” às demais paradas, incluía-se aí Feira de Santana. Os trens fretados que não chegassem “aos seus destinos antes das 6 horas da tarde, calculada a viagem a razão de 25 Quilômetros por hora”, custariam mais 20\$000 por cada hora trabalhada adicionalmente (O PROPULSOR, n. 13, p. 04, 08 jan. 1897).

Os meios de transporte tiveram um papel de destaque no desenvolvimento das práticas de divertimento. Na última década da centúria XIX, é possível notar o deslocamento de espetáculos variados pela Estrada de Ferro Oeste de Minas Gerais (MG). Destacadamente, companhias equestres, dramáticas, tauromáquicas, circenses e musicais utilizaram as linhas férreas (AMARAL; DIAS, 2017). Experiência vivida no Estado de São Paulo expressa que as diversões alteravam a dinâmica dos meios de transportes referentes aos horários, linhas e preços. Divertimentos, como regatas realizadas em Santos, em 1868, e a patinação, na cidade de São Paulo, em 1877, foram alvo de tais efeitos (SANTOS, 2017).

As ferrovias, além de transportarem seres humanos e produtos, transportavam hodiernas ideias e sociabilidades; elas cumpriam uma missão importante na “difusão e interiorização” das vivências esportivas na Bahia e na região do sertão baiano. Este modal de transporte “parece ter sido mais decisivo” (SANTOS, 2020, p. 177). As estradas férreas são potentes agentes espacializadores, pois amplificam a circulação de pessoas e mercadorias, criam e desenvolvem espaços sociais, e articulam as localidades regionais (CUNHA, 2011). Por exemplo, na Região do Piemonte da Chapada Diamantina, dentre os fluxos que se intensificavam, estariam aqueles ligados às manifestações esportivas, nitidamente identificadas em muitas localidades por onde passara o Trem da Grota (NUNES; RIBEIRO, 2020). O ramal do Trem da Grota estabelecia uma “conectividade que permitia a dinamização dos processos de sociabilidade” (ALMEIDA, 2014, p.52), oportunizando, entre outras coisas, a visita de equipes de futebol provenientes de outras regiões.

Figura 09: Horários dos trens e vapores, trajeto Salvador-Feira de Santana em 1877



IMPERIAL

ESTRADA DE FERRO CENTRAL

DA PROVINCIA DA BAHIA

Horario dos trens para o mez de junho de 1877.

DIAS DA SEMANA		SAIDAS DA FERVA		SAIDAS DA CACHOEIRA	
		manhã	tarde	manhã	tarde
1	Sexta-feira	7	3	7	4
2	Sabbado	7	3	7	4
3	Domingo	7	3	7	4
4	Segunda-feira	7	3	7	4
5	Tercça-feira	7	3	7	4
6	Quarta-feira	7	3	7	4
7	Quinta-feira	7	3	7	4
8	Sexta-feira	7	3	7	4
9	Sabbado	7	3	7	4
10	Domingo	7	3	7	4
11	Segunda-feira	7	3	7	4
12	Tercça-feira	7	3	7	4
13	Quarta-feira	7	3	7	4
14	Quinta-feira	7	3	7	4
15	Sexta-feira	7	3	7	4
16	Sabbado	7	3	7	4
17	Domingo	7	3	7	4
18	Segunda-feira	7	3	7	4
19	Tercça-feira	7	3	7	4
20	Quarta-feira	7	3	7	4
21	Quinta-feira	7	3	7	4
22	Sexta-feira	7	3	7	4
23	Sabbado	7	3	7	4
24	Domingo	7	3	7	4
25	Segunda-feira	7	3	7	4
26	Tercça-feira	7	3	7	4
27	Quarta-feira	7	3	7	4
28	Quinta-feira	7	3	7	4
29	Sexta-feira	7	3	7	4
30	Sabbado	7	3	7	4

COMPANHIA BAHIANA

DE

NAVEGÇÃO A VAPOR



Vapores de dentro

DE 23 A 30 DE JUNHO		
Viagens por semana	Via	Volta
Cachoeira	Tercça-feira ás 12 horas Quinta-feira ás 1 hora Sabbado ás 4 horas	Segunda ás 5 horas Quarta-feira ás 6 horas Sexta-feira ás 7 horas
Santo Amaro	Tercça-feira ás 1 hora Quinta-feira ás 1 hora Sabbado ás 2 horas	Segunda ás 10 horas Quarta-feira ás 7 horas Sexta-feira ás 7 horas
Muzareth	Quinta-feira ás 11 Sabbado ás 12 horas	Segunda ás 4 horas Sexta-feira ás 7 horas
Itaparica	Quinta-feira ás 11 Sabbado ás 12 horas	Segunda ás 8 horas Sexta-feira ás 11 horas
Valença	Sexta-feira ás 0 horas	Tercça-feira ás 4 horas
Taperoá	Sexta-feira ás 0 horas	Tercça-feira ás 4 horas

Fonte: O Motor, n. 07, p. 04, 30 jun. 1877.

O Município de Alagoinhas (BA), desde o século XIX, teve acesso pelos trilhos da Ferrovia Bahia ao São Francisco a um diversificado leque cultural: filmes de sucesso e artistas de variadas áreas puderam, respectivamente, ser exibidos e se exhibir, nesta cidade, com o auxílio dos trens (LIMA, 2018). A história do circo e do teatro nos sertões baianos seguidos pelos trilhos da mesma ferrovia são muito bem retratados. Defende-se a tese de que as estradas de ferro foram responsáveis pela significativa ampliação na circulação e desenvolvimento do teatro representado nas companhias circenses pelo interior do Brasil (SILVA, 2018).

Os bondes ou trens urbanos eram uma outra modalidade de locomoção muito importante e usual, pois poderiam servir ao deslocamento de mercadorias e pessoas tanto para o trabalho quanto aos lazeres. Eles levaram públicos aos prados, redondéis, teatros, circos, cinematógrafos e campos de futebol em diversas cidades brasileiras, entre as décadas finais do século XIX e a primeira metade do XX (LUCENA, 2001; SARGES, 2008; GAMBETA, 2013; MELO, 2013b; 2019; ROCHA JÚNIOR; SANTOS, 2015; SOUZA NETO; SOUTTO MAYOR, 2017; QUITZAU, 2019).

No final do século XIX, Salvador era servida por companhias de bonde puxados inicialmente por burros e, posteriormente, com a chegada da energia elétrica, foram “eletrificados”. Conforme consta, se “uma companhia teatral fosse se apresentar no Teatro São João, no Olímpia, no Politeama, no Jandaia, no Teatro do Instituto Normal” (LEAL, 2002, p. 83-84), nos periódicos ou nas propagandas, informava-se que haveria bondes depois do espetáculo. Do mesmo modo, na realização de algum “jogo de futebol no Campo da Graça”, as companhias de transporte eram acionadas (op. cit., p. 84). Dinâmica semelhante ocorria nos hipódromos, desde as primeiras corridas de cavalo (ROCHA JUNIOR; SANTOS, 2015).

Feira de Santana não possuía uma tecnologia de transporte interno moderna; um contrato chegou a ser firmado entre o governo da Província da Bahia e o engenheiro Frederico Merei para assentamento de trilhos na localidade para “dar movimento aos carros dessa nova linha por tração animal”. O traçado seguiria o “indicado na planta” com possibilidades de ampliação “na direção de um e outro lado da praça do mercado” (O MONITOR, n. 162, p.1, 15 dez. 1878), certamente interligado à Estação Ferroviária, instalada há pouco, como é possível abstrair, a partir de planta elaborada por Merei⁵⁸. O projeto, entretanto, não saiu do papel (FREITAS, 2014). O movimento, em alguns casos, a exemplo do intentado em Feira, partia na verdade não de melhorar o que já era urbano – vivia-se uma realidade rural na cidade –, mas compunha, sim, uma força motriz de construção da própria urbanidade.

58 A planta, provavelmente original, encontra-se no Arquivo Público da Bahia. Uma imagem está entre os anexos da dissertação de mestrado do historiador Aldo Silva (2000, p. 202).

Contrastando dados do desenvolvimento do interior do Estado de São Paulo e do sul do Mato Grosso, conclui-se que as ferrovias só permitem serem compreendidas a partir do meio social que a inovação se insere, não aceitando a “visão Apollogética” defensora das estradas de ferro com mecanismo para o progresso, nem a “crítica radical” que nega seus impactos (SAES, 2004). O desenvolvimento cultural de uma região não está condicionado unicamente pelos transportes; carece de estar associado à oferta e concomitante consumo de determinada forma de lazer. O “meio de transporte só se potencializa se conduzir artistas ou espectadores com interesses complementares” (SILVA, 2018, p. 171).

Com base nestes apontamentos, entendemos que possivelmente as experiências de divertimentos realizadas em parte do interior do Estado⁵⁹, em certa medida, dialogavam com as realizadas em Salvador e o entorno da Baía de Todos-os-Santos, aproveitando-se dos seguintes elementos: estruturas de transportes que ligavam a Capital às cidades interioranas baianas (transportes marítimo, fluvial e ferroviário); estruturas e mercados de entretenimento (teatro e hipódromo) consolidados ou em processo; estruturas citadinas auxiliares (restaurantes, hotéis, casas de aluguel) que pudessem colaborar para a estada da companhia; e, por fim, potencial assistência (homens, mulheres e crianças) sedenta por novidades e com recursos financeiros para afluência aos espetáculos. Então, vamos a eles!

⁵⁹ Entendendo a abrangência territorial da Bahia, distintas regiões baianas podem influenciar e sofrerem influência cultural de outros entes federativos.

3 “RESPEITÁVEL PÚBLICO”, O CIRCO CHEGOU NA FEIRA!

Distintos tipos de espetáculos circulavam da Europa ao Brasil, entre esses, os circenses. O conceito de circo é constituído “em torno de um espetáculo comercial configurado na segunda metade do século XVIII que evoluiu de exibições equestres à inclusão de diversas apresentações artísticas” (SILVA, 2018, p. 21-2). Companhias circenses, como essa “estruturação coletiva”⁶⁰, surgiram por volta de 1830 no Brasil, decorrentes “da ousadia de artistas empreendedores que cruzaram o oceano” campeando novos mercados (PIMENTA, 2009, p. 11).

O silenciamento que existia sobre o circo apontava para uma questão epistemológica: dificuldade de apreender o objeto por seu caráter nômade, assim escapando e/ou fugindo “aos olhares curiosos e vigilantes das autoridades, das populações e também dos próprios cientistas sociais” (ROCHA, 2010, p. 52). Mesmo com esses limites, a produção científica concernente ao circo no Brasil vem crescendo significativamente nos últimos anos. Contudo, ainda possui caráter diminuto, quando comparada a outras formas de manifestações culturais – como teatro, cinema e música (XAVIER, 2018). Não existem ainda estudos tematizando o circo na Bahia trazendo como recorte temporal o período oitocentista (SILVA, 2018).

Pesquisar o circo no Brasil do século XIX, afirma Lara Bianchi Rocho (2018, p 204), ajudaria a compreender as relações estabelecidas historicamente entre as artes circenses e o espaço urbano, mais detidamente o quesito oferta de espaços de espetáculo.⁶¹ A historiadora entende que a prática artística de um circense entrecruza “processos e temporalidades diversas”, decorrendo de práticas circenses atuais perpassadas por experiências vividas por outros artistas, em outros tempos. Neste sentido, buscamos compreender a história das companhias circenses, as continuidades históricas dessa manifestação cultural em Feira de Santana na transição entre as centúrias XIX e XX para, concomitantemente, perceber possíveis rupturas nos modos de ser e fazer desse divertimento.

Segundo alguns autores e fontes analisadas nesta pesquisa, no percurso histórico do circo moderno está uma variedade de atrações circenses: animais amestrados de grande e pequeno porte: alguns exóticos, outros ferozes ou não, como os cavalos, macacos, ursos, zebras, leões, onças, elefantes, camelos, pombos, cachorros, porcos, entre outros. Também compunham

⁶⁰ Visto que antes desse período, isoladamente as atividades eram manifestas pelos “artistas de rua, saltimbancos, ciganos, dançadores de ursos e até cantores-mágicos-vendedores de elixir” (PIMENTA, 2009, p. 11).

⁶¹ A pesquisadora se debruçou sobre o caso de Albano Pereira, que introduziu em Porto Alegre o “primeiro circo estável em terras brasileiras”, e depois outro, na cidade do Rio Grande (ROCHO, 2018, p. 177).

os programas das matinês e noites circenses números distintos executados por trabalhadores circenses, a saber: acrobatas, contorcionistas, malabaristas, ilusionistas, equilibristas, domadores, lutadores, ventríloquos, anões, engolidores de espadas, cuspidores de fogo e palhaços; além de apresentações de música, dança, teatro, cinema, entre outras programações (PIMENTA, 2009; SILVA, 2018; DUARTE, 2002; BOLOGNESI, 2010; XAVIER; AMARAL; DIAS, 2021) como, por exemplo, partidas de futebol feminino como atração circense (BONFIM, 2019). Em maio de 1930, “jogo de *foot-ball* em bicicleta, desempenhado por senhorinhas” fez parte da programação do Circo Mexicano que visitou Feira de Santana (FOLHA DA FEIRA, n. 85, p. 1, 3 de maio de 1930). Muitas destas expressões encontraram espaço no palco do Theatro Sant’Anna e picadeiros armados em largos na cidade.

Uma das estratégias para amplificar o quantitativo de ingressos vendidos em cidades com pequeno contingente populacional, evitando custos com imediatos deslocamentos e otimizando os ganhos na mesma turnê, seriam as variedades programáticas, que tinham como último fim atrair as populações das distintas localidades por onde passavam. O ineditismo de muitos espetáculos permitia que os espectadores pudessem retornar ao circo mais de uma vez na mesma temporada. Essa necessidade impunha aos circenses oferecerem, em cada um dos dias de apresentação, “trabalhos inéditos”. Um bom exemplo é a quantidade elevada de peças que acompanhavam os circos desde o século XIX (SILVA, 2007), e nos primeiros anos do século XXI ainda faziam parte do repertório de muitas companhias circenses do país (SILVA, 2018). Assim, a oferta de funções com “repertórios diferentes era provavelmente um recurso comercial” bastante significativo. (XAVIER; AMARAL; DIAS, 2021, p. 03). Na década de 1950, conforme a memorialista Neuza de Brito Carneiro, esta estratégia ainda persistia na cidade (CARNEIRO, 2015).

As primeiras menções à arte circense a que pudemos ter acesso nos periódicos feirenses ocorreram em 1882: anunciava-se a chegada “ultimamente na capital d’esta província”, vindo da “côrte” [Rio de Janeiro] o circo equestre e zoológico, possuía “excellentes animaes” (O PROGRESSO, n. 01, p. 03, 08 jul. 1882). Especula-se que essa companhia, dirigida pelos senhores Bento José de Moraes e Pedro Fort (GAZETA DA BAHIA, n. 154, p. 02, 11 jul. 1882), antes de chegarem a Pernambuco, aproveitaram as facilidades de transporte para visitar, no seu trajeto, outras cidades baianas que pudessem oferecer possibilidades da oferta de novos espetáculos. Nesse sentido, a rota passando por Cachoeira e Feira de Santana poderia ser uma boa opção.

O circo permaneceu em Salvador em julho daquele ano. Dia 23 fez suas duas últimas funções (GAZETA DA BAHIA, n. 164, p. 02, 22 jul. 1882), sendo compatível temporalmente

um deslocamento para a região pesquisada no findar de julho e primeira metade de agosto. Os periódicos de Salvador e de Feira trazem o itinerário futuro à Província de Pernambuco. Conseguimos localizar a chegada do circo em 20 de agosto daquele ano em Recife, onde pouco se demoraria, “por 2 semanas”, já que momentaneamente partiria “para fora com destino a Europa” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, n. 188, p 03, 19 ago. 1882; n. 190, p. 03, 22 ago. 1882). Esse mesmo circo provavelmente passou alguns dias em Feira de Santana. Pelo tempo que permaneceu, acredita-se que tenha executado duas ou três funções. Segundo registros da época, a “magnífica companhia zoológica” que estava em Cachoeira chegou a Feira de Santana pelo trem no dia 9 de agosto, buscando mostrar ao público local os “difíceis trabalhos” da trupe. Apesar da “grande crise”, os feirenses teriam, nas palavras de um articulista anônimo, “alguns dias de divertimento” (O PROGRESSO, n. 04, p.02, 10 ago. 1882).

Outra companhia zoológica, propriedade do sr. João Gomes Ribeiro, visitou Feira no ano seguinte, exibindo animais de diversas espécies, com estreia em 28 de outubro de 1883 (FOLHA DO NORTE, nº 1581, 28 out. 1939, p. 4). Os jornais locais não nos oferecem outras minúcias, mas sabemos que anteriormente, em julho, estava em Salvador (GAZETA DA BAHIA, nº 160, 19 jul. 1883, p. 2).

Ainda era pouco conhecido, pela sociedade brasileira, o uso de animais selvagens nas apresentações circenses nas últimas décadas do século XIX. As poucas companhias que possuíam repertórios dessa natureza faziam grande sucesso, cumprindo uma função de zoológico a partir, muitas vezes, da exibição de animais nunca vistos. Contudo, “raras eram as vezes em que se anunciavam as feras a serem apresentadas ao público como animais amestrados ou domados” (DUARTE, 2002, p. 98). Isso aconteceu em Salvador e Recife, mas não localizamos tal expediente em Feira de Santana. Dois anúncios que circularam na Capital Baiana, no *Gazeta da Bahia* (Figuras 10 e 11), e um que transitou na Capital Pernambucana (Figura 12) apresentam algumas das atrações do circo que se deslocou para a Vila de Sant’Anna da Feira em 1882.

Figura 10 – Primeiro Anúncio no *Gazeta da Bahia* sobre animais do circo

CIRCO ZOOLOGICO
COMPANHIA EQUESTRE
 AD LARGO DA PIEDADE
 EMPREZA E DIRECCÃO DE
BENTO JOSÉ DE MORAES & PEDRO FORT
HOJE HOJE
ESPLENDIDA FUNCÇÃO
TRABALHOS NUNCA VISTOS
 Pelos ursos e abios, sob o mando do
 celebre domador Fort.
 Apresentação do celebre camello e
 o arlequin da companhia.
 Assombroso trabalho pela pequena
 Dedita, a querida do povo bahiano,
 que grande surpresa tem causado.
 Bravos, palmas e chamados á scena
 quatro e cinco vezes pelas delicias do
 seu trapezio.

Estón do Onco

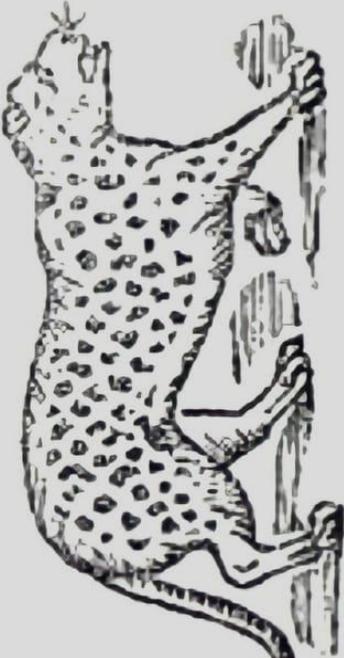


Figura 11 – Segundo Anúncio no *Gazeta da Bahia* sobre animais do circo

**ESPLENDIDA FUNCÇÃO
TRABALHOS NUNCA VISTOS**

Pelos ursos sábios, sob o manto do
celebre domador Fort.

Apresentação do celebre camello e
o arlequin da companhia.

Assombroso trabalho pela pequena
Dedita, a querida do povo bahiano,
que grande surpresa tem causado.

Bravos, palmas e chamadas á scena
quatro e cinco vezes pelas delicias do
seu trabalho equestre.



Grande enchente
HOJE

Fonte: *GAZETA DA BAHIA*, n. 158, p. 02, 15 jul. 1882.

Figura 12 – Anúncio no *Diário de Pernambuco* sobre animais do circo

Grande
CIRCO ZOOLOGICO
COMPANHIA EQUESTRE E GYM-
NASTICA
Empreza e direcção
DE
BENTO JOSÉ DE MORAES & PIERRE FORT
LARGO DO ARSENAL DE GUERRA



Hoje Hoje Hoje
SEXTA-FEIRA 25 DE AGOSTO

Fonte: *DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, n. 193, p 05, 25 ago. 1882.

Ao mesmo tempo que a companhia “abaixava suas lonas”,⁶² informava-se que “em breve chegara a esta cidade uma companhia gymnastica, contendo diversos animaes; a qual se acha ainda funcionando na capital” (O PROGRESSO, n. 05, p. 03, 16 ago. 1882). Logo em seguida, a companhia que tinha na direção sr. Hilario de Almeida e sr. Ozon passou alguns dias na cidade de Cachoeira. Novamente, informa-se da pretensão de vir a Feira de Santana; contudo, não nos oferecendo maiores explicações, anuncia-se que a empresa decidiu “não vir a esta cidade” (O PROGRESSO, n. 08, 03 set. 1882; O PROGRESSO n. 09, p. 03, 10 set. 1882).

De tudo isso, o que é possível extrair dessas notas são os rastros deixados pelas empresas circenses em itinerários planejados ou executados. Demarca-se claramente que existia uma rota das diversões nômades desde o Período Imperial brasileiro, que passava pela capital da província, continuava pela histórica Vila de Cachoeira por meio dos vapores, percorrendo todo o ramal da Estrada de Ferro, e findava “na ponta dos trilhos” na gare da estação de Feira de Santana. Em muitos momentos, estabelecia-se uma dinâmica de circuito circense: algumas vezes, os espetáculos ocorriam primeiramente em Cachoeira; outras vezes, na urbe feirense. Também poderiam passar apenas em uma das localidades, como foi o caso relatado no parágrafo anterior.

Naquele período e até ao fim do terceiro quartel do século XIX, “o transporte comercial para o interior” era realizado “por meio de burros, guiados quase que exclusivamente por sertanejos” (SPIX; MARTIUS, 1938, p. 227). Para uma companhia circense vencer a distância de Cachoeira à Feira no lombo de cavalos ou auxiliados por tropa de burros, seria algo extremamente dispendioso e cansativo. Esta logística sendo executada por uma companhia circense detentora de animais de grande porte, como, por exemplo, o Circo Zoológico, era algo ainda mais complexo. A presença dos animais de grande porte não era usual em cidades interioranas, devido às precárias condições climáticas e de transporte, aliadas às dificuldades com a alimentação e hidratação (PIMENTA, 2009).

As ferrovias forneceram melhores condições para que circos com repertórios mais diversificados pudessem viajar por cidades do interior, não apenas com mais constância e menores custos, mas também com um número cada vez maior e distinto de atrações, incluindo animais de diversos portes (XAVIER; AMARAL; DIAS, 2021). Com essa

62 Colocamos entre aspas, pois não sabemos, inicialmente, se realmente estes primeiros circos tinham cobertura; depois, caso a possuíssem, o material usado comumente nesse período era tecido de algodão (PIMENTA, 2009).

inovação tecnológica, as companhias circenses, a partir da segunda metade do século XIX, passaram a viajar por mais localidades de distintos estados do País em um intervalo de tempo menor, significando maior conforto, agilidade e rendimento (SILVA, 2018).

Outro meio de transporte decisivo para a circulação da arte circense foi o vapor: ele foi responsável pela vinda de companhias da Europa ao Brasil e, em um primeiro momento, também vieram dos Estados Unidos, de Países do Oriente, da América Central e da própria América do Sul. Algumas dessas companhias retornaram aos seus países de origem ou seguiram suas turnês pelo mundo; outras, com suas famílias circenses, permaneceram em solos tupiniquins (SILVA, 2018; ROCHO, 2018; LOPES, 2015; SILVA, 2007). Para ilustrar o que estamos dizendo, temos uma nota do periódico *O Cearense* de 21 de outubro de 1875 citada por Lopes (2015, p. 65) tratando do deslocamento do Circo Chiarini:

Esta importante companhia chegada no [vapor] "Ontario" a Belém como noticiamos, devia principiar no dia 15 deste mês os seus espetáculos. Estes durarão 15 dias e em seguida pretende vir para o Maranhão. A sua viagem até o Brasil é curiosa e interessante. Composta de grande pessoal e meios artísticos, estava em S. Francisco da Califórnia, onde fez furor. Atravessou o continente americano até Nova York no Grande Oriental (caminho de ferro interoceânico) em 16 dias, e de Nova York partiu imediatamente para o Pará, levando 14 dias na viagem marítima. Empregou, portanto, 30 dias em fazer uma viagem com imensas bagagens, que em outros tempos requeria três meses. A companhia compreende 20 artistas, entre eles algumas jovens famosas e de grande talento ginástico e hípico, 10 assistentes, 28 cavalos árabes, ingleses e americanos, 2 zebras, 1 girafa, 1 búfalo (Bisonte), um grande mono, e alguns tigres. Traz um circo portátil e mecânico para 2000 pessoas, contendo perto de 30 camarotes. Dará aqui apenas 10 espetáculos.

Oportunizados, em larga medida, por esses meios de transporte, seguimos falando sobre os circos que estiveram nestas terras. Contudo, verificamos também a possibilidade de circenses da própria comunidade. Encontramos um breve registro de espetáculo da “Companhia União Recreativa Feirense” em 21 de dezembro de 1884, no qual exibiram-se, em trabalhos de ginástica, o Sr. Cândido Pinto de Queiroz e outros (MELLO; BRITO, 2018, p. 53). Por trazer o termo “Feirense” no nome do grupo, acreditamos tratar-se de amadores locais com conhecimentos acrobáticos. Poucos anos depois, vê-se a visita de um circo dirigido por um ex-trabalhador do comércio local, que em breve comentaremos. Algo que colabora com a provável existência de conhecimentos circenses na região. Outro elemento, em Salvador, já era anunciado um circo equestre, a “Companhia Gymnastica Bahiana” em 1878. (MACHADO, 2017, p. 56).

No ano seguinte, outro resumido apontamento, a Companhia Cuyabana no Circo Olímpico (NASCIMENTO, 2012) e funções circenses beneficentes revelaram-se engajadas em causas como o abolicionismo, como decerto fora o espetáculo “a beneficio do escravo Marcellino” (CORREIO DE NOTICIAS, n. 16, p. 04, 25 out. 1885). Com esta causa, ocorreram espetáculos em outras regiões do país, como em Campos dos Goytacazes (CARNEIRO; MELO, 2021).

Registros de receitas e despesas, de arrecadações e de requerimentos para licenças às Câmaras das vilas e também administrações das Províncias permitem saber quando um determinado tipo de espetáculo chegava à cidade e quais eram mais apresentados (BIBBÓ, 2017; BIBBÓ; ROSA, 2018). Tentamos informações no Arquivo Público Municipal, não conseguindo localizar os dados referentes aos espetáculos realizados. No Quadro 01, podemos ver alguns rastros destas movimentações financeiras, vestígios das passagens das companhias circenses e de outras modalidades de espetáculos referentes a um dos jornais trabalhados.

Quadro 01 - Receitas municipais com circos armados e espetáculos variados

ANO EXERCÍCIO	CIRCOS ARMADOS	ESPETÁCULOS PÚBLICOS⁶³
1896	0\$000	0\$000
1897	0\$000	95\$000
1898	50\$000	40\$000
1899 ⁶⁴	0\$000	0\$000
1900 ⁶⁵	---	---
1901	---	---

Fontes: *O PROPULSOR* (n. 6, p. 02, 20 nov. 1896; n.62, p. 03, 19 dez. 1897; n.114, p. 03, 25 dez. 1898; n.166, p. 03, 17 dez. 1899).

63 Os valores encontrados no quadro possivelmente não dizem respeito unicamente ao circo, visto que entre os anos de 1896 e 1897 existiram espetáculos teatrais e tauromáquicos na cidade.

64 Apesar de valores zerados em 1899, acreditamos que houve receitas para o município, pois espetáculos ocorreram na cidade. Dinâmica semelhante foi registrada no ano anterior encontrando valores zerados e logo em seguida um resumo das receitas com impostos pagos pelas companhias.

65 Não identificamos os dados de 1900 e 1901. Como estes demonstrativos financeiros ocorriam no final do ano, recorrentemente em dezembro, a imprensa oficial já estava sendo administrada pelo jornal *O Progresso* (criado em meados de 1900), conforme a Lei n. 41, de 12 de julho de 1900: “Artigo único. O executivo municipal poderá despender até a quantia de um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000) com o expediente do Conselho e o da Intendência; sendo aceitável para o contrato as vantagens apresentadas pelo periódico *O Progresso*. ” (*O PROPULSOR*, n.197, p. 04, 22 jul. 1900).

Poucos foram os jornais preservados na primeira metade da última década dos oitocentos. Localizamos em 1896, entre as diversas fontes de receita municipal da intendência decretadas para o exercício do ano seguinte, a quantia de “5\$000 por cada espectáculo publico”, provavelmente eram estes os impostos devidos pelas funções circenses realizadas no teatro da cidade, também as dramáticas e musicais, entre outras.

Existia, de outro modo, a cobrança de “50\$000 por licença para armar barracão destinado a circo, ficando isento do imposto por espectáculo” (O PROPULSOR, n. 06, p. 02, 20 nov. 1896). À época, os divertimentos públicos ocorreriam no hipódromo feirense ou nos “lugares privilegiadamente ocupados” pelas companhias circenses (SILVA, 2007, p. 185), os largos da cidade, ou no Theatro Sant’Anna. Em 1913, localizamos uma nova tabela: os espetáculos eram apenas cobrados por exibição, 5\$000 por “espetáculo de carroussel, cinematographo ou circo” e 10\$000 os realizados no teatro ou outros lugares (FOLHA DO NORTE, n. 187, 13 set. 1913, p. 2).

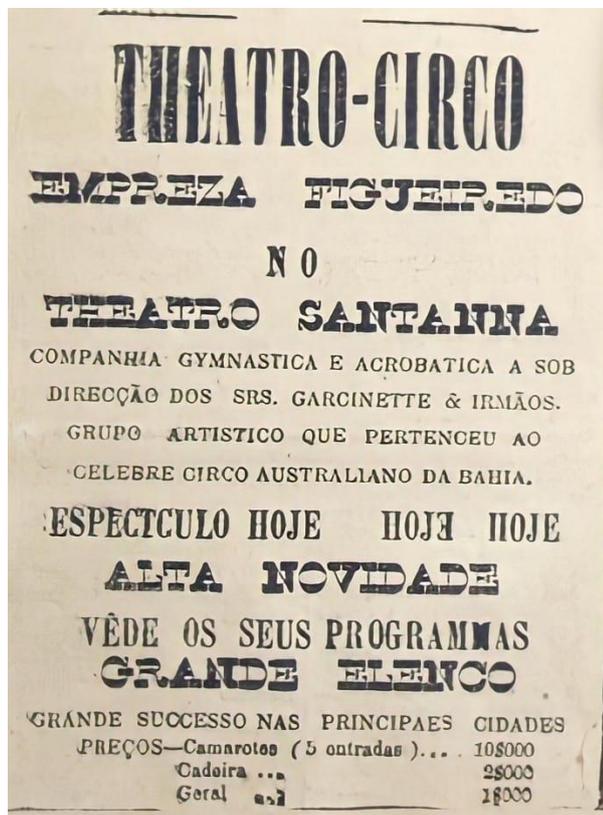
Conforme Aline dos Santos (2012, p. 109), nas funções “de caráter circense” realizadas no Cine-Theatro Sant’Anna, mais que um gênero de atração foi verificado. Alguns números ocorriam “quando na cidade havia a presença de um circo” e os espetáculos “eram adaptados para o espaço do teatro”. Existiam companhias recém-formadas (ou não) que não possuíam, muito provavelmente, os materiais para comporem o pavilhão com o picadeiro. Em outros casos, como se constatou em certas companhias, era uma opção logística, pois os teatros ou cine-teatros eram espaços que reuniam agilidade na organização do espetáculo, conforto aos espectadores e localização muitas vezes privilegiada, além de possibilitar apresentações em períodos chuvosos, visto que, durante esse tempo, as coberturas dos circos quando existiam, o tecido era, conforme Pimenta (2009, p. 17), de “algodão ainda não era impermeabilizado” e as lonas até aquele momento eram “caras demais mesmo para os melhores circos” existentes no Brasil.

Possivelmente, tenham sido estas algumas das justificativas da “Empresa Artística-Theatro Circo”, sob a direção dos “srs. Garcinetii & Irmãos” para, com trabalhos “suprehendentes”, estrear em novembro de 1896 no Theatro Sant’Anna (Figura 13), caracterizando-se por ser uma “Companhia Europeia de Variedades”: era acrobática, ginástica, cômica, mímica, excêntrica, musical e estatuária (O PROPULSOR, n. 07, p. 02, 29 nov. 1896). Conforme *O Propulsor*, essa companhia se desassociou do “Grande Circo Australiano”⁶⁶: circenses poderiam acompanhar por anos alguma companhia;

66 Esta grande companhia em temporada na Bahia contava com 50 (cinquenta) artistas e 40 (quarenta) equinos, além de outros animais amestrados. Embarcaram para Pernambuco no vapor nacional Cometa

porém, era muito corriqueiro trupes menores transitarem por outros circos e também seguirem carreira “solo”.

Figura 13: Cartaz do Theatro-Circo



Fonte: *O Propulsor*, n. 07, p. 02, 29 nov. 1896.

Em outra função, a empresa dos Garcinetti recebeu apoio de quase uma centena de “padrinhos do espetáculo”. Não é feita uma única menção a uma possível madrinha. Entre os primeiros, podemos destacar o intendente José Freire de Lima (1890-1903) e outros dois futuros intendentes, Abdon Alves de Abreu (1908-1912) e Agostinho Fróes da Motta (1916-1919); os irmãos Leolino e Silvino Ramos, sócios proprietários de uma das maiores casas de secos e molhados da região, e o médico Fábio Lyra dos Santos, presidente da Filarmônica Victoria (*O PROPULSOR*, n. 08, p. 03, 05 dez. 1896). Todos eles com serviços prestados na gestão pública na Intendência e/ou Conselho Municipal, e também em instituições, como a Santa Casa da Misericórdia (proprietária do teatro) e as Filarmônicas. Ou seja, participavam diretamente do poder local, na administração pública, ou em sociedades civis que exerciam grande influência sociocultural na urbe.

(*JORNAL DE RECIFE*, n. 246, p. 03, 30 out. 1896). Provavelmente, neste momento a família circense Garcinetti se desvencilhou, vindo parar nas terras feirenses.

Emprestavam seus prestigiados nomes e, indiretamente, os nomes das instituições as quais representavam. De diversas formas, materiais e simbólicas, contribuíam à manutenção do empreendimento financeira e estruturalmente; ou ainda incentivando ao ajuntamento público, possível de ser alcançado com seus correligionários e também com os sócios e adeptos das sociedades musicais. Isto talvez explique que

Apesar dos recaios que quase em geral a todos vão causando as paredes lateraes do nosso pe-queno theatro, as quaes não oferecem lá muita segurança, tem havido ali regular concurrencia aos espectaculos (...) É que o povo avido das diversões publicas, submete-se a ellas sem inquirir as boas e as mas consequencias que possam resultar da aglomeração n'esse palacio de Thalma (O PROPULSOR, n. 07, p. 02, 29 nov. 1896)

Contrastando com a casa de espetáculos da capital da província, o Polytheama Bahiano, que era possuidor de duas arquibancadas e 60 (sessenta) camarotes, acomodando até 4 (quatro) mil espectadores no “Grande Circo”, “solidamente construído” (ALMANACH DO DIARIO DE NOTICIAS, 1884, p. 109) para exibição de companhias equestres, ginásticas, acrobáticas, mas também empresas tauromáquicas, líricas, dramáticas e outras diversões, o Theatro Sant’ Anna era bem mais modesto.

No final de 1896 e início de 1897, O Circo Phenomenal estava na “capital de S. Salvador”, existindo indícios de uma imediata viagem agendada para Feira de Santana (O PROPULSOR, n. 11, p. 03, 24 dez. 1896). Contudo, só encontramos registro da estreia da companhia equestre administrada pelo “notável equilibrista sr. Christovam Mendes” em 29 de abril de 1897, que teve “muito bem aceitos os «Jogos Malabares»” e no trapézio esse artista “revelou muita perícia” (O PROPULSOR, n. 29, p. 01, 01 maio 1897). Sobressaíra-se também, entre os artistas, o palhaço, “acima do impagável” com suas “extraordinarias e inoffensivas pilhérias” (O PROPULSOR, n. 31, p. 01, 15 maio 1897).

Os redatores de *O Propulsor* recomendavam à “população desta cidade, onde se faz sentir a falta de divertimentos”, o circo acolhido “em capitaes e outros logares importantes” (O PROPULSOR, n. 29, p. 01, 1 maio 1897), e informaram “que poucos dias” demoraria aqui (O PROPULSOR, n. 30, p. 02, 09 maio 1897).

Somavam-se a esse contexto as sequelas amargas da Guerra de Canudos (1896-1897) impactando, em certa medida, a já debilitada economia baiana. A Feira estava movimentada com a presença do Circo Phenomenal, mesmo tendo já contraído derrota a Terceira Expedição em Belo Monte. Depois, em plena campanha da Quarta Expedição,

estiveram presentes na cidade a Companhia Liponeza e o Circo Figueiredo, como veremos adiante.

Provavelmente, o Circo Phenomenal era de médio para grande porte, pois possuía dois pavilhões e orquestra. O trabalho de logística necessário para a vinda da companhia era realizado pelo sr. João Cypreste, secretário do circo (O PROPULSOR, n. 11, p. 03, 24 dez. 1896), que ia até as cidades com antecedência propagandear, definir o terreno, reservar acomodações e contactar autoridades locais – tudo isto compõe o chamado “fazer a praça”, conforme Silva (1996).

As bandas locais exerciam um papel importante no processo de inserção dos circos “no universo social e cultural nas cidades” (SILVA, 2007, p. 114)⁶⁷. A participação das associações musicais fica evidenciada no “imponente” espetáculo realizado dia 9 de maio de 1897, em benefício da agremiação musical Victoria, realçando, dentre as peças musicais, “a canção dos aventureiros do Guarany”.⁶⁸

As visitas às tipografias dos jornais eram uma estratégia adotada para atrair o público aos espetáculos, um expediente importante para a comercialização do divertimento, como pudemos constatar na investigação sobre os circos no interior de Minas na centúria XIX (DUARTE, 1993). Esta prática também foi adotada em Feira de Santana como, por exemplo, divulgando as futuras apresentações do “sr. John Bridges, cançonetista e transformista excentrico comico” (O PROPULSOR, n. 201, p. 02, 26 ago. 1900).

O diretor de outra empresa esteve na redação do jornal, trazendo “as suas despedidas” seguindo “no mesmo dia em expresso para a cidade da Cachoeira”, onde iriam executar algumas funções (O PROPULSOR, n.31, p.01, 15 maio 1897). Provavelmente, como um agradecimento pela acolhida que receberam na cidade, mas, sobretudo, uma forma de manter o nome do circo sobressaindo-se na imprensa, mesmo depois de sua retirada, evidentemente deixando “as portas abertas” para uma futura aparição. Em certos momentos, eram oferecidos bilhetes permanentes aos cronistas e redatores, para que pudessem assistir e fazer seus comentários em alguma coluna dos periódicos. O *Folha do Norte* agradece à uma companhia circense “o ingresso com que

67 Para saber mais sobre musicalidade, bandas e circos, ver Silva (2007), especialmente o tópico “Música e Picadeiro” p. 112-119.

68 “Os Aventureiros” é o título da primeira parte do livro O Guarany, de José de Alencar, e também da parte inicial da Opera homônima do famoso maestro Antônio Carlos Gomes.

nos têm distinguido” (FOLHA DO NORTE, n. 93, 11 nov. 1911. p. 02). Em outras ocasiões, eram aceitas matérias prontas, “a pedidos”.

Sobre os mágicos, em 1897, estava presente a Companhia Liponeza (Figura 14), dirigida pelo “habil artista” sr. J. Magno e esposa Maria Magno. A Filarmônica local 25 de Março esteve na estreia. Nas cenas de prestidigitações e hipnotismo, “andaram todos perfeitamente” e a “sonâmbula vagando no ar” acabou sobressaindo-se entre os números (O PROPULSOR, nº 36 19 jun. 1897, p. 3). Propagandeou-se que só “dará dous a tres espectaculos” (O PROPULSOR, n. 35, p. 01, 12 jun. 1897). Também tinham disponibilidade para “soirés” em centros sociais e casa de moradores, além de “licções a preços rasoavais”. Acabaram realizando quatro espetáculos, conquistando aplausos do público “illustrado da terra” (O PROPULSOR, n. 36, p. 03, 19 jun. 1897). Despediram-se em espetáculo “em favor do acabamento das obras da Capella do Senhor do Bomfim”, festa abrilhantada por uma orquestra, dirigida pelo “conhecido maestro Eduardo Franco”⁶⁹ (O PROPULSOR, nº 38, 02 jul. 1897, p. 2).

Figura 14 – Cartaz da Companhia Liponeza



Fonte: *O Propulsor*, n. 35, p. 03, 12 jun. 1897.

69 Em 1887, este maestro já anunciava “especialmente às senhoras pianistas desta cidade” que trouxe “completo e variado sortimento de musicas para piano dos mais acreditados e conhecidos autores, contendo todas as operas e vende pelos mesmos preços da capital” (O ESFORÇO, 17 abr. 1887, p. 04).

Em 1898, o teatro da cidade recebeu o “artista sr. H. Kaurt”, apresentando outra “grande exposição” de “quadros ilusionistas”. Exibições gratuitas na primeira noite (O PROPULSOR, nº 85, 29 maio 1898, p. 1) e um espetáculo “extraordinário” beneficiando a agremiação Victoria (O PROPULSOR, nº 86, 5 jun. 1898, p. 02). Apenas em 1907, registramos mais uma empresa dedicada às “altas mágicas” no Theatro Sant’Anna, a Companhia do “sr. J. A. Hirsch”. Anunciava-se que era costume as estreias terem “casa pequena, relativamente, pois muitas pessoas aguardam a opinião dos espectadores para irem ou não” assistir (O PROGRESSO, n. 376, 28 abr. 1907, p. 01).

Como pudemos constatar, assim como em outras pesquisas, os mágicos eram as únicas atrações dessas funções: “raramente vinculavam-se a companhias circenses, mas realizavam seus espetáculos independentemente, nos prédios de teatro” (DUARTE, 1993, p. 217). Diversos arranjos viabilizavam o sucesso dos entretenimentos. Muitas vezes, não bastava contar com a presença de uma filarmônica local ou orquestra comandada por maestro de renome na cidade; era preciso acreditar que estariam diante de profissionais com “notória proficiência”, inclusive, em certos casos, experimentando gratuitamente o *show*. Em outros momentos, associavam-se elementos importantes que teciam ligações com a comunidade local, como nos espetáculos beneficentes.

No dia 10 de junho de 1897, mais um circo: em trem expresso, chegou a esta cidade a companhia “da qual é interessado o sr. Antonio Leite,⁷⁰ moço muito estimado n’esta cidade”, ex-trabalhador no comércio local (O PROPULSOR, n. 35, p. 02, 12 junho 1897). Registra-se na imprensa com o nome “CIRCO-FIQUEIREDO”⁷¹. Por não constar informações de outro circo na cidade, pode tratar-se do mesmo. No dia 23, “uma bella função a no aplaudido circo” (O PROPULSOR, n. 37, p. 01, 26 jun. 1897). Desconhecemos o local em que foi armado, sendo essa a última notícia localizada.

A Companhia Irmãos Carlo⁷² faria sua estreia no teatro na noite de 22 de fevereiro de 1898, uma terça-feira (O PROPULSOR, nº 72, 27 fev. 1898, p. 1), e em sua programação “tomaram parte pombos amestrados, cães e macacos finos como lan de kagado”, formando um “circo Lili-putiano”⁷³. Artistas “das Arabias” também souberam agradar ao público (O PROPULSOR, nº 72, 27 fev. 1898, p. 1).

70 Nome completo: Antonio Leite Ribeiro (O PROPULSOR, n. 09, p. 01, 11 dez. 1896).

71 Pelas evidências disponíveis, acreditamos ser um circo diferente do que visitou a cidade em 1896 (o dirigido pelos Garcinetii), tratavam-se, pois, de companhias homônimas.

72 Em 1887, este circo se apresentava como “Companhia Norte-Americana: eqüestre, mímica, coreográfica, acrobática e zoológica” (SILVA, 2007, p. 125).

73 Circo formado por animais muito pequenos.

O circo Pavilhão Americano pretendia dar “uma pequena serie de espetáculos... preço barato” em 1899, o primeiro agendado para uma “quinta-feira, dia santificado” (O PROPULSOR, n. 137, p. 02, 28 maio 1899). A crônica “BADINAGE – XXV”, escrita Le-Hung-Chang (muito provavelmente pseudônimo), anuncia a vinda de um circo. Acabava por frisar sobre as cotidianidades. Tensionava que os divertimentos não poderiam ser agradáveis ou ter bons resultados porque o município de Feira de Santana afligia-se “intensamente” e “as “necessidades *materiaes* e *sociaes*” do povo “crescem continuamente” (O PROPULSOR, n. 137, p. 03, 28 maio 1899). Por outro lado, o “palhaço em chefe representante de uma salientíssima companhia de circo” dizia: “não esmoreço, não; virei brevemente dar aqui uns espetaculozinhos, e fique certo que há de ser bem grato e venturoso para o espírito d’ este povo, um divertimentoozinho” que faça esquecer todos estes problemas” (Idem).

A crônica traz o sentimento que vivia a população naquele período de seca e grave crise financeira. A estiagem certamente contribuía para as dificuldades pelas quais passavam os comerciantes locais; porém, a narrativa está eivada de esperança em dias melhores. Se havia um tensionamento no sentido de não serem possíveis divertimentos nestes tempos de tribulações; de outro modo, afirmava-se a necessidade humana de diversão, um chamado subliminar ao circo.

Seis meses antes, essa “assustadora crise” já dominava “todo município”. Em virtude da seca, morriam “à fome, nos caminhos, os retirantes” (MELLO; BRITO, 2018, p. 50). A estiagem de 1898/1900 abrangeu parte considerável do território baiano. Entre a camada proprietária, o sentimento de perda foi maior que nas secas anteriores “e sem perspectivas de melhora”. Quanto aos grupos populares, a migração chegou “de forma mais efetiva” ao Recôncavo e à capital do Estado (GONÇALVES, 2000, p. 122), provavelmente muitos passando por Feira de Santana. Na seca anterior, em um só dia afluíram “mais de 2.000 pessoas” pela cidade, “reclamando socorros e trabalho” (BAHIA, 1889, p. 63). Nesse contexto, como pensar em diversão? Quem teria recursos para pagá-las?

Esses elementos, tanto objetivos – como a ausência de recursos financeiros de possíveis espectadores e patrocinadores (profissionais autônomos, comerciantes e fazendeiros locais, entre outros) e a grande massa de retirantes perambulando pela urbe em estado de mendicância – quanto subjetivos, como, por exemplo, não ver esperança em dias melhores, posto que era uma seca que se arrastava por meses (e que duraria alguns anos), não contribuía para a existência de diversões comerciais na cidade.

Voltando à crônica, o diretor da trupe, na ficção, talvez representando no contexto não-ficcional o sr. Cleophas Pereira Franco⁷⁴, proprietário do circo, conhecido do público feirense (muito provavelmente, o próprio circo), garantiu que “chegando aqui com a *companhia* a chuva” cairia e por esta certeza “nem” armaria o circo. Ele afirmou que trabalharia “no *theatrinho*, apesar de reconhecer o estado de *escangalho* em que elle está”. Na crônica, é solicitado auxílio ao comércio local para que fosse, “como das outras vezes, bem acolhido” (O PROPULSOR, n. 137, p. 03, 28 maio 1899).

As companhias circenses, via de regra, buscavam estabelecer “um roteiro que coincidissem com as festas” (SILVA, 2007, p. 66). A participação dessas empresas em momentos de celebrações em Feira de Santana é reforçada em outra crônica, na qual se dizia que os circos “costumam visitar-nos em tempos festivos” (O PROPULSOR, n. 118, p. 03, 15 jan. 1899). Quais seriam estas festividades? Entre outras, Semana Santa, Independência da Bahia – 2 de Julho, Festa de Santana, Festa dos Remédios, Festas Natalinas. No dia 1 de junho de 1899, encerramento dos festejos marianos,⁷⁵ “por uma sublime coincidência”, realizou-se no Corpus Christi também a provável estreia do circo, como já afirmado. Relata-se a atmosfera de que se vestiu a cidade: “A Feira, a catita e encantadora cidade”, revestira-se de esplendor “transluzindo em toda a população as alegrias nos dias festivos, em que o sorriso paira em cada labio e a expressão do contentamento repercute por todos os angulos” (O PROPULSOR, n. 138, p. 01, 04 jun. 1899), um ambiente propício para as diversões públicas. E o circo não poderia faltar!

No ano de 1900, apenas em setembro um espetáculo envolvendo acrobacias, deslocamentos e transformismo toma os jornais feirenses. Antes disso, em agosto, o artista principal da companhia, o transformista John Bridges, visitou as oficinas do *O Propulsor*. Havia trabalhado, ultimamente, na cidade de Curralinho (O PROPULSOR, n. 201, p. 02, 26 ago. 1900), deslocando-se para Feira provavelmente pelo trem, visto que também existia a estação Ferroviária Central da Bahia na oficialmente chamada cidade de Castro Alves⁷⁶.

74 Cleophas Franco é referenciado com “*clown* baiano, vulgo Passinho”. Em meados de 1917, era uma das atrações do Circo Berlando na cidade de Senhor do Bomfim (SILVA, 2010, p. 43).

75 Festividades com atos consagrados à Imaculada Virgem Maria (mãe de Jesus Cristo) eram muito comemoradas na cidade no período.

76 A cidade de Curralinho ganhou a denominação Castro Alves pela Lei Estadual n. 360, de 25 de julho de 1900, localidade de nascimento de um dos grandes poetas brasileiros (IBGE, s/d).

Dia 6 de setembro de 1900, uma quinta-feira foi a estreia⁷⁷ (O PROPULSOR, n. 203, p. 01, 09 set. 1900), composta de uma comédia, *Carmelota*, na qual o artista representou 5 (cinco) papéis muito distintos⁷⁸ “fazendo as transformações, com rapidez admirável”, e quatro canções “dando à voz modulações diferentes.” A comédia *O menino terrível* tomou a parte final. O jornal convoca o “povo feirense” a sair do seu “habitual retratamento”, pois o transformista merecia “não os aplausos de meia duzia de espectadores mais uma casa cheia” (O PROPULSOR, n. 204, p. 02, 16 set. 1900).

No último espetáculo, dia 16, em benefício de Candido e Raoul Berlando, houve exhibições de acrobacias e deslocções “agradando muito a platéia, que foi mais numerosa” (O PROPULSOR, n. 205, p. 01, 23 set. 1900). Programadas, ainda, estavam a opereta *Maria Angú ou o Roceiro na cidade* e a comédia *O Restaurant*. Na primeira, o sr. John Bridges fez 6 (seis) personagens e, na segunda, 5 (cinco) (O PROPULSOR, n. 204, p. 02, 16 set. 1900). Por fim, informara-se que a companhia partiria para Cachoeira “onde, talvez, dê alguns espetáculos” (O PROPULSOR, n. 205, p. 01, 23 set. 1900).

Optamos por categorizar como circo qualquer ocorrência nas fontes que possuíssem elementos da arte circense⁷⁹, inclusive as apresentações teatrais, usuais às companhias circenses e às companhias dramatúrgicas. Essas experiências humanas em diversos momentos caminharam juntas, realizadas às vezes em espaços já projetados dos teatros ou mesmo dos circos fixos⁸⁰; outras vezes, exibidas nos pavilhões circenses e, ainda, em inimagináveis espaços⁸¹ (BOLOGNESI, 2006; SILVA, 2007; PIMENTA, 2009). Bridges fez uso da primeira opção em Feira de Santana, o Theatro Sant’Anna (O PROPULSOR, n. 202, p. 01, 02 set. 1900). Este tipo de escolha reduz o tempo de montagem dos espetáculos permitindo, inclusive, passagens rápidas pelas comunidades. No caso em tela, passando por cidades conectadas pelos trilhos, “banhadas” por estações ferroviárias. Castro Alves, Feira de Santana e, “talvez”, Cachoeira tiveram este privilégio.

Conforme Xavier, Amaral e Dias (2019, p. 149), ferrovias reverteram-se como recursos importantes na estruturação do entretenimento circense; contudo, afirmam que a

77 A primeira função estava agendada para um dia de domingo, 2 de setembro. Não sabemos os motivos da não realização (O PROPULSOR, n. 202, p. 01, 02 set. 1900).

78 Os cinco personagens eram: Vieira (negociante rico), Carmelita (mulher do Vieira), Juquinha (namorado), Simplício (criado) e Antônio (soldado). Encenação com nome “Carmelita”, quinze anos depois, o mesmo espetáculo ainda fazia sucesso, sendo apresentado por John Bridges no Teatro Polytheama, em Recife (A PROVINCIA, ano XXXVIII, n. 20, 21 jan. 1915, p. 5).

79 Acrobacia, contorcionismo, malabarismo, ilusionismo, equilibrismo, deslocamentos, entre outras.

80 Para saber mais sobre as primeiras experiências brasileira de circos fixos, ver Rocho (2018).

81 Em 1966, o Ginásio de Esportes Péricles Valadares, no Feira Tênis Clube, em Feira de Santana, teve um “espetáculo magnífico com múltiplos leões” e o “espetacular Orlando Orfei” (GOMES, 2015, p.77).

inauguração de uma ferrovia não transformava de imediato qualquer cidade em local atraente à visita dos circos. Esta atratividade só parecia se materializar depois da consolidação de uma rota comercial capaz de oferecer oportunidades de visitas a um número relativamente elevado de localidades.

No entanto, essa compreensão pode ser relativizada em ramais que levam a solitárias cidades de destaque em determinada região, como é o caso de Feira de Santana, visto que o ramal da estrada de ferro que servia à região findava nessa localidade. Existiam outras estações em cidades ainda menores e pequenos povoados; porém, não se identificou nenhuma menção, nas fontes, sobre possíveis paradas nesses lugares. Precisamos aditar Cachoeira dentro desta lógica, também recebedora de companhias circenses (o ponto inicial do ramal); mas, como vimos, acessada por embarcações. Mesmo assim, seria quantitativo muito restrito de localidades com potencial, tanto financeiro quanto de público, para possíveis lotações dos espetáculos.

De acordo com Daniele Pimenta (2009), os pavilhões eram estruturas de grande peso e volume, e seu traslado ficava restrito às regiões atendidas por ferrovias. Consequentemente, o alto custo com transporte impunha às companhias a realização de longas temporadas, o que restringia ainda mais o circuito que se concentrava em poucas cidades de grande porte. Contudo, a partir dessa pesquisa e também de outros estudos (DUARTE, 1993; XAVIER, AMARAL, DIAS, 2019; SILVA, 2018), podemos acrescentar que pequenas cidades também foram alcançadas.

Os circenses foram impactados pelas ferrovias, alterando consideravelmente as relações sociais e de trabalho estabelecidas. No término do século XIX e início do XX, com o desenvolvimento da malha ferroviária brasileira, complementada em alguns trajetos por carroças, estruturou-se e se difundiu este modelo chamado de “circo de pau fincado”⁸² (PIMENTA, 2009). Podemos observar nas primeiras décadas do século XX, na Praça Padre Ovídio, em Feira de Santana, esse tipo de circo (Figura 15).

82 Três tipos de circo coexistiram entre a segunda metade do século XIX e a primeira do XX no Brasil: Tapa-beco, Pau-a-pique e Pau Fincado. Outro modelo mais contemporâneo foi o Americano. Para saber mais detalhes sobre os diferentes modelos, ver Silva (1996).

Figura 15 – Circo de pau fincado em Feira de Santana



Fonte: Coleção Carlos Mello

Em alguns momentos de ausência dos divertimentos circenses, quando a ferrovia não transportava nem trabalhadores do circo nem animais, os jornais, com algumas notícias, mantinham a temática em evidência⁸³. Certa vez, mesmo na presença de uma companhia circense na cidade, quando da visita do Circo Phenomenal, empresas como o Circo Albano e o Circo Sampaio⁸⁴ eram mencionadas em temporada no interior do estado de São Paulo em uma crônica (O PROPULSOR, n. 30, p. 01, 09 de maio de 1897). Para Dias e Souza (2020), legitimavam-se esses eventos, também, a partir dos costumes de outras cidades brasileiras ou europeias, além das norte-americanas. Falavam do esporte, mas este entendimento pode ser muito bem ampliado para outras práticas de divertimento, inclusive o circo.

83 Por exemplo, quando anunciam o casamento em Nova Jersey (Estados-Unidos) de “dois pygmeus” de diferentes trupes “que não medem ambos juntos mais de 73 pollegadas”, destacam-se dois excelentes números de circo: a mãe da noiva quebrava “correntes de ferro como se fossem de palha” e esmagava “pedras a murro” (O PROPULSOR, n. 226, p. 02, 17 fev. 1901). Ou, ainda, em dezembro de 1901, quando de uma cidade vizinha revela-se “um grupo de artistas” comandados pelo senhor Bueno, ex-secretário de uma companhia “que tao grande successo obteve ahi [Feira de Santana] ultimamente” (O PROPULSOR, n. 269, p. 02, 08 dez. 1901).

84 Circo Albano Pereira, o Circo Universal, uma companhia importante desde o século XIX no País (ROCHO, 2018). Circo Sampaio, possuidor de elenco com “42 artistas e grande collecção de animaes” (SANTOS COMMERCIAL, n. 279, p. 01, 21 jul. 1895).

Uma empresa que obteve grande sucesso foi o Circo Paraense, dirigido pelo sr. João François Silva, primeira companhia circense a se apresentar na cidade no novo século, conforme as fontes disponíveis. Em 21 de setembro de 1901, um sábado, em estreia muito concorrida, sobremodo agradando, composta de “20 artistas de ambos os sexos, dentre elles 3 palhaços de primeira ordem” (O PROPULSOR, n. 258, p. 01, 22 set. 1901); no elenco, personagens de duas grandes famílias circenses que atuaram no Brasil, François e Pery. O pavilhão foi erguido na Praça Dr. Remédios Monteiro (atual Praça Bernardino Bahia, intendente da cidade entre 1912 e 1915 e de 1920 a 1923) (O PROPULSOR, n. 258, p. 01, 22 set. 1901; O PROGRESSO, n. 90, p. 02, 22 set. 1901). Na segunda função realizada no domingo, os “artistas foram bastante applaudidos e houve verdadeira enchente”; porém, na apresentação que ocorreu na segunda-feira (exatamente o dia da feira-livre e da feira de gado), foi “pequena a concorrência” (O PROPULSOR, n. 259, p. 01, 29 set. 1901).

Na vizinha cidade de Cachoeira, “onde ultimamente trabalhou”, obteve elogios da imprensa. Em Feira de Santana, realizou temporada de 13 (treze) espetáculos, em 3 (três) semanas intensas entre os meses de setembro e outubro de 1901, alcançando sucesso de público e crítica em mais de um periódico⁸⁵ em que foram veiculadas matérias. Uma delas tomou três colunas de uma das páginas de um jornal (O PROPULSOR, n. 260, p. 02, 06 out. 1901), além de duas crônicas trazendo como pano de fundo a presença do circo na urbe.⁸⁶ Mais do que um mero documento mostrando as reações, os periódicos se apresentam como uma parte do próprio espetáculo (DUARTE, 1993).

Um morador da cidade de Cachoeira, Alfredo Carvalho, escreve que “não contou a pessoa alguma que a viagem [para Feira de Santana] foi resolvida a última hora.” (O PROPULSOR, n. 263, p. 03, 27 out. 1901). Dizia ele que, atendendo a um “pedido de um amigo”, saiu da “velha Cachoeira até esta bela paragem, para assistir a festa [em benefício] da Margarida, a que provavelmente o leitor compareceu. Foi realmente uma festa deslumbrante e caprichosa!” (O PROPULSOR, n. 261, p. 04, 15 out. 1901). Se fosse uma viagem planejada com mais antecedência, afirma, teria levado “casaca e *clak*”, como quem vai a uma “*soirée* de toda cerimonia!”, pois “pedia um bom par de sapatos, um bom

85 *O Progresso* (n. 90, p. 02, 22 set. 1901; n. 92, p. 02, 6 out. 1901; n. 93, p. 02, 13 out. 1901) e *O Propulsor* (n. 258, p. 01, 22 set. 1901; n. 259, p. 01, 29 set. 1901; n. 260, p. 02, 06 out. 1901; n. 261, p. 03, 15 out. 1901).

86 Crônicas escritas por Alfredo Carvalho: “Impressão da festa artística de Margarida Almeida (Humorismo)” (O PROPULSOR, n. 261, p. 03, 15 out. 1901) e “Ao meu amigo Pery” (O PROPULSOR, n. 263, p. 03, 27 out. 1901).

chapéu de palha e um *toilette* de brim bem engomado!” (O PROPULSOR, n. 263, p. 03, 27 out. 1901).

O cronista realmente esteve presente na décima primeira função, dia 05 de outubro, quando, ao final, pediu a palavra para, “em nome da mocidade cachoeirana”, saudar a mocidade feirense. É um elemento importante que indica um certo fluxo de espectadores vindos de outras localidades para os espetáculos realizados na cidade (O PROPULSOR, n. 260, p. 02, 06 out. 1901). Vejamos um fragmento de um outro texto deste cronista:

Oito horas. A cidade da Feira de Sant’Anna, está em completa revolução, há n’ella uma verdadeira balburdia.
 Agora o leitor queira me acompanhar à casa do Conselheiro X. A sua família prepara-se para ir ao espectáculo. A casa está toda revolucionada. O Conselheiro, sentado em um sophá, espera ordens da sua respeitável tribo
 - Ou Capitú! – Grita a matrona. Duas palavras: Capitú é a sua criada de estimação, que ella criara desde pequena. (...)
 Capitú, que também se preparava, por conveniência fizera que não ouvira. (...)
 O Conselheiro, e a sua respeitável tribo, dirigem-se para o Circo.
 Em meio do caminho, diz uma das filhas: Olhe mamãe, quem nos acompanha!
 - Quem é?
 - Biella.
 Biella é a cachorrinha favorita da esposa do Conselheiro.
 - Como é agora? Volta Capitú; vae prender a cachorra.
 Pobre criada! La se vae Capitú.
 Chegaram ao circo (O PROPULSOR, n. 261, p. 04, 15 out. 1901).

Às nove horas começava o espetáculo. Pelo relato, não fica evidenciado se Capitú voltou a tempo; porém, o fato dela se arrumar para ir ao circo pode indicar a presença de populares. Essa passagem colabora com Aline dos Santos que, estudando o período imediatamente posterior ao recorte pesquisado, afirmou que no circo “havia heterogeneidade social dentre os participantes (...) assim como no teatro, havia acomodações diferenciadas em relação ao tipo de público.” Próximo ao picadeiro, ficavam cadeiras mais caras e confortáveis, alguns circos possuíam camarotes e para “os setores populares, com preços mais baratos, reservavam a geral e arquibancada”, que popularmente eram chamadas “galinheiro” (SANTOS, 2012, p. 94).

Essa mesma dinâmica pode ser percebida nos anos 1950: segundo a memorialista Neuza de Brito Carneiro, a plateia era dividida em camarotes, “um espaço privilegiado, com o preço mais elevado (...) próximos do picadeiro”. Ao seu redor, uma quantidade elevada de cadeiras com preços mais acessíveis; e, por fim, as arquibancadas que “abrigavam a euforia dos espectadores” (CARNEIRO, 2015, p. 74). E trazendo suas memórias do final dos anos 1920, Alberto Alves Boaventura nos conta que quando “tinha

uns dez anos de idade, menino pobre, sem direito aos folguedos naturais de uma juventude sadia”, chegou uma companhia circense e o garoto ficou desejoso de assistir a uma das funções. “Mas, como poder ir?!...” (BOAVENTURA, 1983, p. 47).

Os circos anunciavam funções objetivando beneficiar algum artista da própria companhia ou causas, como os flagelados das secas, ou ainda alguma instituição religiosa ou agremiação (em sua maioria local). As filarmônicas quase sempre eram lembradas. Essa dinâmica se estendeu por longo período, e sessões em benefício eram realizadas por alguns circos nas décadas de 1920 e 1930, em prol das filarmônicas (SANTOS, 2012).

O Circo Paraense é um bom exemplo que englobou vários destes tipos de beneficiários. Registra-se espetáculo em benefício da equilibrista Ritta François e outro à contorcionista Marieta Pery. Noticiam-se funções beneficentes às “obras do Cruzeiro da Missão” e para a “igreja do Senhor dos Passos. Ainda, espetáculos tendo as filarmônicas Victoria e 25 de Março como beneficiárias” (O PROPULSOR, n. 260, p. 02, 06 out. 1901; O PROGRESSO, n. 92, p. 2, 6 out. 1901; O PROGRESSO, n. 93, p. 2, 13 out. 1901).

Conforme, Reginaldo Carvalho da Silva (2018, p. 234), o circo “revelava os conflitos da cidade e buscava uma forma de administrá-los sem se comprometer.”. Este autor demonstra que alguns circos que visitaram a cidade de Senhor do Bonfim “tiveram alternadamente as presenças” das sociedades musicais locais para, provavelmente, escapar de uma problemática comum em outras partes do País, qual seja, a filarmônica se apresentar num circo arregimentando “seguidores” e, ao mesmo tempo, afugentando “os torcedores da filarmônica rival”.

Foi exatamente essa estratégia que ocorreu em Feira de Santana nestes dois últimos espetáculos do Circo Paraense, com as presenças respectivamente da Victoria, no dia 06 de outubro de 1901, e da 25 de Março, no dia 09 de outubro.⁸⁷ Isto certamente minimizou possíveis perdas de vendas de ingressos nas bilheterias durante as apresentações das filarmônicas, ou seja, potencializou a renda geral do circo na cidade. Inclusive, no mesmo dia da função destinada à Victoria, na praça em que o picadeiro estava armado, foi inaugurado um restaurante (O PROPULSOR, n. 261, p. 03, 15 out. 1901), o que, de alguma forma, pode ter impactado na presença tanto de público ao circo, como de clientes no novel espaço que se abria.

87 No ano posterior às apresentações em Feira, em pouco mais de 6 (seis) meses, este circo era anunciado como uma companhia equestre na cidade de Oliveira, Minas Gerais. Segundo o jornal, o circo era “espaçoso, *commodo* e muito bem *illumidado a gaz acetyleno*” possuindo “alguns cavalos ensinados em alta escola” (GAZETA DE MINAS, n. 773, 31 ago. 1902, p. 1).

Segundo o viajante Annibal Amorim⁸⁸, a história da cidade acha-se conectada a “uma antiga e benéfica rivalidade” existente entre essas “duas importantes associações musicas”, e essa concorrência “tem sido um excelente estímulo para o brilho com que ambas se apresentam” (AMORIM, 1917, p. 39). Conforme o pesquisador Antonio Carlos Batista Neves Junior⁸⁹ (2018, p. 27), “a tradição das filarmônicas foi por muito tempo sustentada” em Feira de Santana pelas Sociedades Filarmônicas 25 Março (1868), Sociedade Filarmônica Victoria (1873) e Euterpe Feirense (1921).

Outra disputa potencializada nos periódicos era a polarização entre os próprios espectadores, que se dividiam entre as cadeiras próximas ao picadeiro e a plateia. Identificou-se que parte do público compareceu a mais de um espetáculo porque acontecia uma certa competição entre as torcidas dos(as) artistas da companhia, os chamados “adeptos” de uma das atrações, especialmente Marietta, Margarida e o palhaço Pedro (O PROPULSOR, n. 259, p. 01, 29 set. 1901; O PROPULSOR, n. 260, p. 02, 06 out. 1901). O fito de civilizar as plateias não estava presente (SILVA, 2007; DUARTE, 1993). Karina de Faria (2020, p. 163) pondera que urge detectar as “marcas do caráter comercial do circo”, sua relação com o público e as rendas das bilheterias. A pesquisadora segue afirmando que o “comportamento ruidoso e entusiasmado das pessoas que assistiam aos espetáculos não era mal visto. Era, de certo modo, desejado” (*op cit*, p. 182).

Por muitas notícias veiculadas nos jornais, denotava-se uma sintonia grande entre parte dos feirenses e a companhia de circo, inclusive na nota de despedida referenciando os distintos grupos concorrentes. Agradecem “os mimos” e afirmam que “lembrar-se-ão sempre do povo em geral da florescente cidade da Feira de Sant’Anna” (O PROPULSOR, n. 261, p. 05, 15 out. 1901). Essa polarização entre grupos na plateia tornava-se mais um elemento de divulgação do circo e maximização do público; conseqüentemente, dos lucros.

Na primeira década do século XX, períodos relativamente longos decorreram sem aparições das artes circenses nos jornais e, provavelmente, na própria cidade. Segundo os jornais, em outubro de 1906, quando se ressentia da “falta d’uma diversão, nos vem o Circo Valparaiso preencher essa lacuna”. Ele tinha como diretor Alexandro Stringhiny e estava instalado na Praça Remédios Monteiro. Alertava-se, ao público, preparar-se para

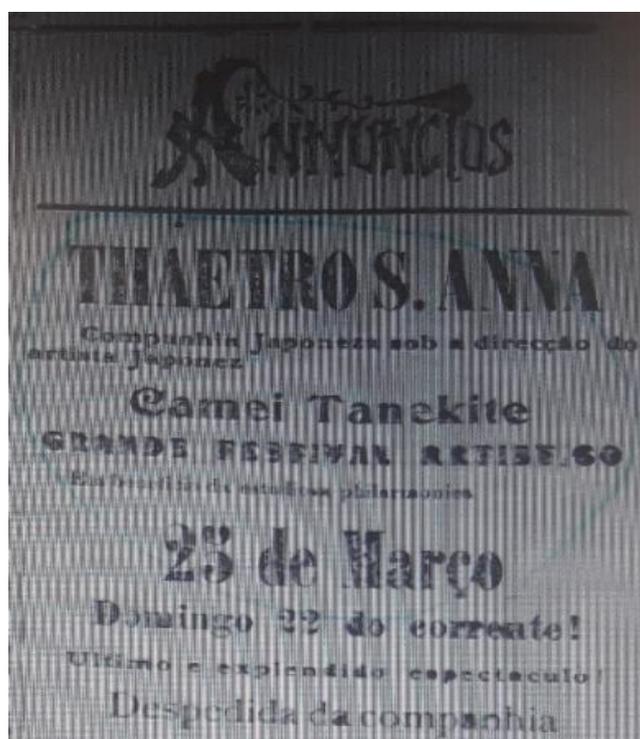
88 Como já mencionamos, o autor morou os primeiros anos de sua adolescência em Feira de Santana, conforme ele próprio diz no livro. Neste sentido, ele fala sobre as filarmônicas feirenses a partir de sua experiência.

89 Maestro da Filarmônica 25 de Março desde de 2014.

ter “boas horas de distração” promovidas, entre outros artistas, pelo palhaço Francisco de Azevedo, “já muito conhecido na plateia baiana” (O PROGRESSO, 18 out. 1906. p. 2, n. 348). A última apresentação foi ofertada à 25 de Março (promovida por um grupo de sócias) e, a despeito “do mau tempo e da noite chuvosa (...) foi bastante concorrida, notadamente por senhoras que encheram a grande circunferência do circo”. É digno de nota afirmar que era uma segunda-feira, a função já havia sido adiada do domingo, provavelmente pelas condições climáticas já relatadas. Mas, nem mesmo o dia sendo início de semana, nem as intempéries conseguiram atrapalhar (O PROGRESSO, 18 nov. 1906. p. 2, n. 353).

No ano seguinte, a Companhia Japonesa (Figura 16), dirigida pelo artista japonês Camei Tanekite, fez algumas funções no Theatro Sant’Anna. Depois de algumas apresentações, parte da companhia seguiu para Cachoeira, “ficando aqui a outra parte” (O PROGRESSO, n. 397, 22 set. 1907, p.1). Chamou a atenção uma função dedicada aos times de futebol existentes na cidade, em que houve ornamentação com as cores dos clubes. E, como de costume, outra aparição em benefício à 25 de Março (O PROGRESSO, n. 397, 22 set. 1907, p.1)

Figura 16 – Anúncio da Companhia Japonesa



Fonte: O PROGRESSO, n. 397, 22 set. 1907, p. 02.⁹⁰

⁹⁰ Parte superior do anúncio; outras informações são apresentadas na parte inferior: a participação da Filarmônica 25 de Março, o horário do espetáculo e os valores para cadeiras e camarotes.

Somente na década seguinte, em 1911, recebemos os circos: Extremo Oriente, Olimecha e Novo Mundo. O Circo Extremo Oriente era propriedade de João Balbino Cydra e dirigido por Camei Tanekite (Figura 17), que depois de alguns anos retornava. A companhia visitou a cidade entre final de janeiro (estreia dia 22) e grande parte do mês de fevereiro, ficando pavilhão na Praça Dr. Remédios Monteiro (FOLHA DO NORTE, n. 66, 22 jan. 1911, p. 1).

Foram 7 (sete) funções realizadas⁹¹, principalmente, às quintas-feiras, sábados e domingos, além de uma apresentação na segunda-feira, talvez por ser o dia da feira-livre. Em um dos espetáculos, a artista Floripes Portugal foi muito aplaudida com o seu número de “cyclismo aéreo”. Mesmo com funções geralmente bem concorridas, algumas tiveram baixa frequência de espectadores e, de acordo com o periódico, mereciam “uma concorrência maior” (FOLHA DO NORTE, n. 68, 5 fev. 1911, p. 2). Como era praxe, foram realizados espetáculos para benefício; desta feita, destinados à Festa de Santana e à 25 de Março, que se apresentaria no local (FOLHA DO NORTE, n. 69, p. 01, 12 fev. 1911). Seu último espetáculo ocorreu na noite de quinta-feira do dia 23 (O MUNICÍPIO, n. 130, p. 01, 26 fev. 1911; FOLHA DO NORTE, n. 71, p. 02, 26 fev. 1911).

Figura 17 – Camei Tanekite, diretor do Circo Extremo Oriente



Fonte: Silva (2010, p. 44).

91 Em uma das funções, foram registrados comportamentos indesejados por “moços de famílias respeitáveis desta cidade”: balbúrdia durante o espetáculo (O MUNICÍPIO, n. 127, p. 01, 28 jan. 1911). Felizmente esta atitude de parte da mocidade feirense foi logo contornada, pois, em outra função, a plateia estava mais composta, “não obstante notar-se, ainda, algum *saliente* que, *acostumado a frequentar as grandes platéas*, procure desmerecer o conceito de que gosa a nossa.” (O MUNICÍPIO, n. 128, 08 fev. 1911, p. 02).

O Circo Olimecha, conhecida Companhia Acrobática Japonesa fundada em 1909 e dirigida pelo “velho artista japonês D. Franco Olimecha”⁹², esteve em Feira em novembro de 1911, realizando sua estreia em uma terça-feira, dia 7, dando “outros espetáculos durante a semana” (FOLHA DO NORTE, n. 93, 11 nov. 1911, p. 02). Uma semana antes, esteve na cidade o representante do circo, Theodomiro Andrade, fazendo crer que aquela era uma companhia bem organizada, composta por sete artistas da Família Olimecha, por artistas contratados e dispondo ainda “de seis empregados outros para misteres diversos” (FOLHA DO NORTE, n. 92, 4 nov. 1911. p. 02).

Com o passar dos anos, a família circense Olimecha se tornaria uma das mais importantes do Brasil (SILVA, 2010). Dois meses antes de estar na cidade, encontramos registros da chegada desse circo a Senhor do Bonfim⁹³ aproveitando-se da Ferrovia da Bahia ao São Francisco. Estivera igualmente em Serrinha e, provavelmente, visitou outras cidades importantes que possuíam estações: uma espécie de circuito circense muito bem desenhado, com saída de Salvador, passando pelas cidades de Alagoinhas, Serrinha, Senhor do Bonfim e findando em Juazeiro, às margens do Velho Chico (SILVA, 2018), colaborando com a ideia de que um ampliado “número de estações ferroviárias em cidades da região” pode “ter incentivado circos a visitarem-nas” (XAVIER; AMARAL; DIAS, 2019, p. 149).

Como vimos, o circo Olimecha aproveitou duas grandes ferrovias que cortavam o estado baiano, chegando aos seus sertões. Antes dessa turnê pelas linhas férreas da Bahia, as evidências sinalizam deslocamento exclusivamente marítimo e fluvial, passando nas capitais dos estados do norte.⁹⁴

Em outubro de 1909, “A bordo do paquete Pará” esse circo chegava a Manaus, vindo do Rio de Janeiro, armando o picadeiro na Praça da República (JORNAL DO COMMERCIO, n. 1986, p. 02, 10 out. 1909). No ano seguinte, em junho de 1910, a trupe chegava à capital do estado do Maranhão a bordo do Vapor Ceará para “trabalhar no teatro S. Luiz”, contando com “20 artistas de ambos os sexos, notáveis em trabalhos de ginástica, acrobacia moderna e altos equilíbrios japoneses, e dois *clowns* de grande reputação” (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 11092, p 01, 20 jun. 1910). Em julho deste

92 Algumas notas em jornais pelo País trazem o nome Frank Olimecha. Para saber mais sobre este circo e seu fundador, consultar Torres (1998).

93 Pelas fontes disponíveis, “o primeiro circo armado em Senhor do Bonfim no século XX” (SILVA, 2008, p. 70).

94 Como era chamada a região composta pelos estados que atualmente constituem o nordeste e o norte.

mesmo ano estava em Fortaleza, no “Theatro Cinema Rio Branco” (JORNAL DO CEARÁ, n. 1221, p 01, 22 jul. 1910), e passou ainda pela Paraíba e Pernambuco.

Na cidade do Recife, o circo Olimecha armou pavilhão no largo da Concordia, estreando no início de dezembro (JORNAL PEQUENO, n. 271, p. 02, 02 dez. 1910). Acreditamos, pela proximidade temporal, que este mesmo elenco (ou pelo menos muitos destes artistas) estaria nos espetáculos oferecidos em terras feirenses. Em Feira de Santana, o circo, assim como ocorreu em Manaus e Recife, não utilizou as dependências do Theatro Sant’Anna: fincou mastros e armou o pavilhão circense no Campo do Gado, permanecendo com apresentações (FOLHA DO NORTE, n. 93, 11 nov. 1911, p. 2). Na década de 1950, ainda eram armados circos em parte desta grande área, na atual Praça João Barbosa de Carvalho – Praça do Fórum, assim chamada (CARNEIRO, 2015).

O Olimecha realizou um “festival bonito” em benefício do Grêmio das Protetoras da Filarmônica 25 de Março, com participação da banda dessa sociedade musical. Seus artistas exibiram-se “perante a concorrência maior” que essa empresa “logrou” na cidade, em difíceis trabalhos que lhes valeram “palmas, flores, ‘confetti’ e ramilhetes” (FOLHA DO NORTE, n. 95, p. 2, 26 nov. 1911). Mais uma vez, podemos atribuir à filarmônica participação importante no sucesso de público, conseqüentemente, de renda. Agremiação feminina que possuía “nos seus quadros membros mais abastados da sociedade”, encontravam na filantropia espaço para alcançarem sociabilidades na arena pública (RAMOS, 2007, p.119).

Em outro largo, desta vez na Praça Dr. Remédios Monteiro, em período com interseções à visita do Olimecha, achava-se o Circo Novo Mundo, dirigido por Antonio Gonçalves (FOLHA DO NORTE, n. 93, 11 nov. 1911, p. 02) que, dias depois encerrou as funções, baixou a lona e seguiu para a cidade de São Felix (FOLHA DO NORTE, n. 94, 18 nov. 1911, p. 01), localidade vizinha a Cachoeira bastando, para isso, a composição ferroviária atravessar a Ponte Dom Pedro II. De lá, poder-se-ia seguir pelos trilhos para algumas cidades interioranas da Bahia ou embarcar em um vapor com destino a Salvador e outras cidades do Recôncavo, como Santo Amaro ou Nazaré, que, juntamente com Cachoeira, formavam uma das redes urbanas mais antigas da Bahia, a “Rede Urbana do Recôncavo” (SANTOS, 1959).

Inclusive, Nazaré recebeu espetáculos do Circo Paraense logo depois da temporada feirense, em 1901 (JORNAL DO BRASIL, n. 332, p. 02, 28 nov. 1901), sendo possível com o auxílio da “Companhia Bahiana de Navegação a Vapor”, visto que não existia ligação ferroviária para esse destino.

Cada uma dessas localidades possuía porto fluvial e ferrovia que avançavam os sertões e, ao mesmo tempo, eram polos produtores e centralizadores regionais da produção agrícola da cana-de-açúcar, da farinha de mandioca e do fumo, respectivamente, Santo Amaro, Nazaré e Cachoeira (SANTOS, 1959), concentrando riquezas e uma maior circulação de capitais em suas terras, contribuindo, inclusive, para o desenvolvimento dos lazeres, assim como ocorreu nas “cidades do café”, Franca e Ribeirão Preto - SP (AZEVEDO, 2015), cacau Ilhéus - BA (COTES; DIAS, 2020) e borracha⁹⁵ em Manaus - AM e Belém-PA (SOUZA, 2017; DIAS et al., 2019).

Em 1913, anunciava-se “Nova Trupe” de uma companhia com “notáveis trabalhos” de ginástica e mágica, com estreia ocorrida em 11 de setembro, no teatro. Obteve sucesso o número “*Os estyletes*”, com o atirador de facas “*EL Hombre Corcho*” (FOLHA DO NORTE, n. 187, 13 set. 1913, p. 2). E, em 1919, a visita do Circo Belga, o último do período estudado de que tivemos conhecimento⁹⁶. Um excerto de um periódico⁹⁷ é citado por Aline Santos (2012, p. 109), “o Cine-Teatro Santana proporcionou aos seus habitues, no correr da semana, duas noites de diversão com a exibição da trupe belga Leb Alberts e dos seus cães sábios”. O velho Santana aparece agora com a denominação Cine-Teatro em virtude de o estabelecimento ser agora um espaço fixo e permanente para apresentações cinematográficas, devido à fusão do teatro com o Cinema Vitória, exatamente em 1919 (SANTOS, 2012; SACRAMENTO, 2016).

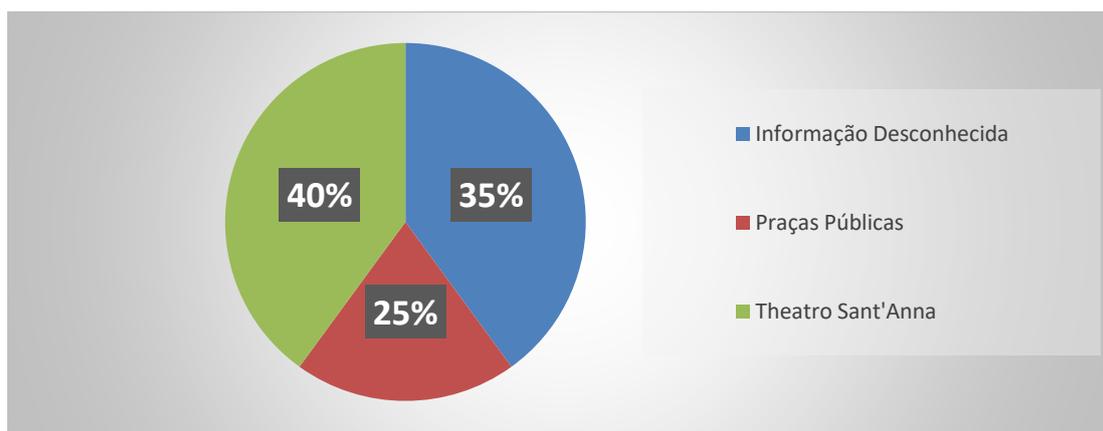
Sobre os locais de realização dos eventos (Gráfico 01), as companhias circenses usaram com mais frequência o teatro. Também instalaram pavilhões circenses em largos da cidade, notadamente na Praça Dr. Remédios Monteiro (atual Bernardino Bahia) e no Campo do Gado (atual Praça Dom Pedro II e Praça do Fórum)⁹⁸. Em alguns casos não foi possível determinar onde os espetáculos aconteceriam. Assim como em outras localidades, a imprensa em certos momentos deixava de anunciar onde seriam os espetáculos (AMARAL; DIAS, 2019).

95 Neste caso, à época, extrativismo vegetal.

96 Em 1923, ano imediatamente posterior ao marco temporal final da pesquisa, Feira de Santana teve a visita do Circo Hermosa e Circo Ventura (SANTOS, 2012).

97 FOLHA DO NORTE. Feira de Santana, n. 489, 16 ago. 1919, p. 01.

98 Como afirmado algumas páginas atrás, espetáculos ocorreram na Praça Padre Ovídio nas primeiras décadas do século XX; contudo, não conseguimos precisar se dentro do período estudado.

Gráfico 01 – Locais de espetáculos das companhias circenses

Fonte: Elaboração própria (2021).

No transcurso do século XIX, as companhias circenses eram, em “sua esmagadora maioria, circos de cavalinhos”, como convencionalmente eram chamados na época (SOUZA, 2001, p. 118). Colaborando com esta afirmação, no Oeste de Minas Gerais e, mais detalhadamente, no município de Oliveira e nucleações adjacentes, aproximadamente 71% de todas as 39 companhias circenses localizadas nas fontes entre 1888 e 1917 eram anunciadas como “circos equestres” (XAVIER; AMARAL; DIAS, 2021). Contudo, em Feira de Santana, apenas 4 (quatro) companhias eram anunciadas como “circos equestres”: as companhias Zoológicas, 1882 e 1883⁹⁹; Phenomenal, 1897 e Paraense, 1901, ou seja, apenas 22% do total.

Verificaram-se breves oscilações nas médias de visitação de companhias circenses a Feira de Santana no intervalo do terceiro quartel do século XIX e primeira metade do XX. Feira recebeu a visita de 20 (vinte) companhias circenses entre 1882 e 1922. No século XIX, encontramos registros de 11 (onze) companhias entre 1882 e 1900, uma média de 0,6 circos por ano, ou seja, um circo realizava espetáculos aproximadamente a cada dois anos. Quando se compara esta informação com as ocorrências circenses na região do Oeste Mineiro em período similar¹⁰⁰, observa-se aproximadamente uma companhia circense a cada semestre, 4 (quatro) vezes maior que a cidade de Feira de Santana. Essas informações reforçam a ideia de que a ampliação de estações em dada

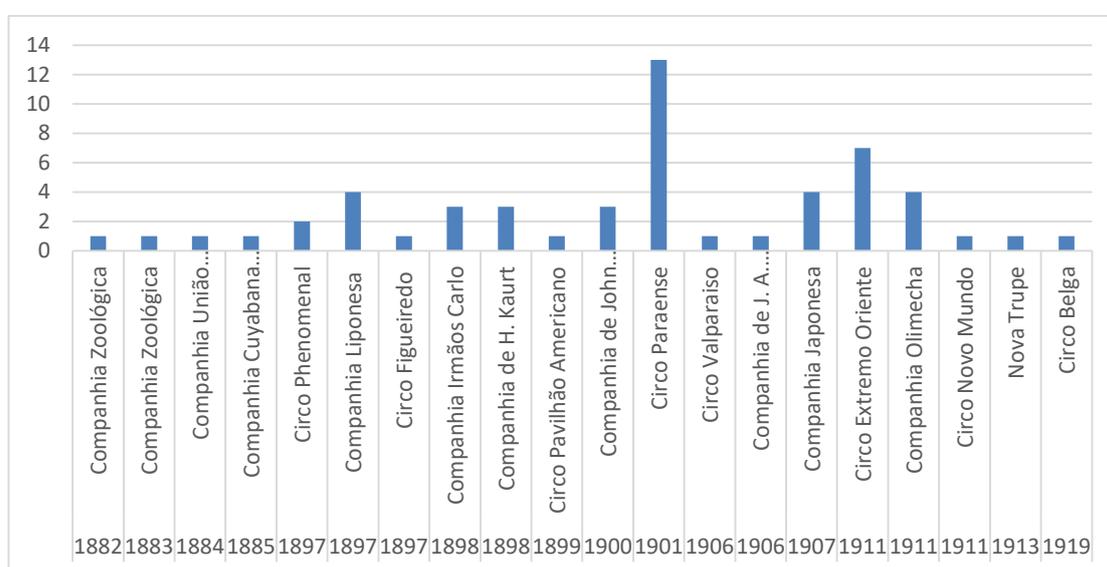
⁹⁹ Não estava explícito nas fontes; porém, pela tradição circense, as companhias que possuíam animais, em regra, entre estes, estariam equinos.

¹⁰⁰ Nos três primeiros anos da chegada da ferrovia entre 1888 e 1891, aproximadamente 6 (seis) circos (visto que o período posterior foi quatro vezes maior); e entre 1892 e 1900, ao menos 22 (vinte e dois) circos estiveram na região (XAVIER; AMARAL; DIAS, 2019).

ferrovia distribuídas por várias localidades pode gerar reflexos no quantitativo de circos visitantes (XAVIER; AMARAL; DIAS, 2019).

Já no início do século XX, registraram-se 9 (nove) companhias entre 1901 e 1922, uma média aproximada de 0,4 circos por ano, isto é, um circo executava espetáculos a cada 2,5 anos. Porém, como vimos, existiram anos em que a cidade recebeu até três companhias e também momentos longos sem receber companhia alguma (Gráfico 02).

Gráfico 02 – Companhias circenses, ano e quantitativo de espetáculos¹⁰¹



Fonte: Elaboração própria (2021).

Como bem observado por Silva (2018), os mapeamentos a partir dos jornais locais não garantem a totalidade de companhias circenses passantes por uma determinada cidade; muito menos saber o total de espetáculos de cada circo. Possivelmente, algumas companhias não puderam ser alcançadas ou porque os jornais acessados não cobriram alguns anos, ou ainda o circo pode ter adotado outras estratégias de divulgação, por exemplo, a utilização de panfletos diretamente nas casas e chácaras do potencial público.

Em uma crônica local, podemos perceber a dinâmica de como se dava a circulação das “novidades” da/na urbe feirense. Um desses possíveis espectadores narra que, de uma espreguiçadeira, lia jornais chegados da Capital saboreando as novidades, quando

¹⁰¹ Contabilizou-se apenas um espetáculo às companhias que não tivemos acesso a outros espetáculos. Porém, provavelmente, pela tradição circense, os circos não realizavam apenas um único espetáculo por localidade.

presentiu alguém aproximar-se da janela e atirar “para dentro da sala um pequeno avulso” e concluiu “não passar aquillo de algum annuncio sobre cavallinhos ou companhia de circo” (O PROPULSOR, n. 118, p. 03, 15 jan. 1899).

É possível comparar o quantitativo de circos que passaram por Feira de Santana no período estudado e outras duas pesquisas que tiveram recorte temporal posterior, envolvendo a metade inicial do século XX. A primeira, ambientada em Senhor do Bonfim, recebendo muitas companhias pela Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco. Ao todo, 21 (vinte e um) circos foram identificados cumprindo temporada na cidade entre os anos de 1911 e 1942 (SILVA, 2010), uma média aproximada de 0,68 circos por ano, ou seja, um circo realizava espetáculos a cada um ano e meio. A segunda investigação teve como recorte espacial também Feira de Santana. Totalizaram-se 17 (dezessete) circos mapeados entre os anos de 1919 e 1946 (SANTOS, 2012), uma média aproximada de 0,6 circos ao ano, ou seja, um circo cumpria funções a cada dois anos.¹⁰²

A frequência média de circos nas duas últimas décadas do XIX em Feira de Santana é compatível a outra região baiana englobada pela cidade de Senhor do Bonfim, mas, em período diferente, primeira metade da centúria XX. A estrada de ferro que servia à cidade de Senhor do Bonfim possuía outras estações importantes, como as das cidades de Juazeiro, Serrinha e Alagoinhas, enquanto que o ramal da ferrovia com destino a Feira, provavelmente, as estações de Cachoeira¹⁰³ e Feira de Santana foram as únicas¹⁰⁴ a receber circos. Ambas regiões interioranas eram servidas por linhas férreas que as interligava ao litoral brasileiro e, conseqüentemente, a portos fluviais ou marítimos. Esses meios de transporte contribuíram sobremaneira para a oferta de lazeres comercializáveis nos sertões brasileiros no final do século XIX e início do XX.

102 Temos a passagem neste período dos seguintes circos: “o Hermosa, o Ventura, o Radium, o Belga, o Herval, Deolindo, Japones, Cirkus Fekete, Hawai, Havana Cirkus, Papert, Stringhiny, Riso do Norte e, também, a Trupe Sul América” (SANTOS, 2012, p. 93). Adicionalmente, os circos: Tokio (FOLHA DA FEIRA, n. 5, p. 2, 20 out.1928), Mexicano (FOLHA DA FEIRA, n. 85, p. 1. 03 maio 1930) e Leão do Norte (FOLHA DA FEIRA, n. 113, p. 1, 15 nov.1930).

103 A cidade de Cachoeira, início deste ramal, como vimos pelas fontes, recebeu companhias circenses vindas de Feira de Santana, visto que algumas faziam a opção de se apresentarem primeiro nesta localidade.

104 As outras estações que compunham o ramal na sequência Cachoeira-Feira eram: Belém (7 Km), Teixeira de Freitas (11 Km), Conceição (14Km), Boa Vista (18 Km), Dionizio Cerqueira (24 Km), São Gonçalo (27 Km), Jacaré (29 Km), Magalhães (33 Km), Tapéra (36 Km) (BRASIL, 1914, p. 94).

4 “A LOS TOROS!”: AS TOURADAS NA PRINCESA DO SERTÃO

A Tauromaquia ainda é pouco estudada pelas pesquisas históricas brasileiras em campos do saber como, por exemplo, História, Educação e Estudos do Lazer. Conforma uma temática apaixonante, rica em conhecimentos, valiosa à história e memória das cidades; porém, com uma quantidade ainda diminuta de escritos estruturados, um dos motivos pelos quais este capítulo fora produzido. Nesse sentido, aqui objetivamos identificar e analisar os espetáculos tauromáquicos promovidos em Feira de Santana, na transição do século XIX ao XX. Vamos “a los toros!”¹⁰⁵

Existiram distintos modelos de organização das touradas no Brasil. O primeiro foi o Estatal¹⁰⁶, desenvolvido durante os períodos colonial e monárquico. Cuiabá, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador desfrutaram desses divertimentos nesses períodos históricos, recebendo significativa influência dos costumes dos colonizadores portugueses. Festejos religiosos, como a Festa do Divino (CAMARGO, 2005), e momentos comemorativos da Coroa Portuguesa no Brasil, como o casamento do Príncipe D. Pedro de Alcântara ou a aclamação de D. João VI, eram patrocinados pelo Erário e celebrados, entre outras ações, com touradas (MELO, 2013a; SANTOS; MELO, 2014; ROCHA JUNIOR; MELO, 2016), que tinham, entre suas funções, divertir o povo e exaltar o poder da Monarquia, da Igreja e elites locais (MARTÍNEZ, 2013).

Também existiu o segundo modelo, o Empresarial, que teve como base o “mercado taurino” que se desenvolvia desde a primeira metade do século XVIII na Europa, quando as touradas relegaram seu *status* de nobre entretenimento e fortaleceram a versão popular dos eventos públicos com pagamento de ingressos. Esse formato avançou por toda a Península Ibérica, sul da França e para o continente americano. (MARTÍNEZ, 2013). As corridas de touros estariam na vanguarda “*de la mercantilización del ocio*” (SHUBERT, 2001, p. 126).

Os eventos tauromáquicos profissionais não estavam vinculados “ao atraso”; na verdade, eles anunciavam “o que seria comercialmente o entretenimento no futuro” (FEIJÓ, 2019, p. 10), pioneiros de um tipo de divertimento (diríamos, predecessores) que,

105 Expressão consagrada no mundo das touradas, muito utilizada pela imprensa brasileira na transição dos séculos XIX-XX, soava como uma convocação aos redondéis. Inspiramo-nos em Vieira (2014) e Melo (2017) que com essas ou outras palavras fizeram uso desse recurso linguístico.

106 Para saber mais sobre os modelos de touradas, ver: Rocha Junior e Melo (2016).

posteriormente, a sociedade de massas consolidaria como espetáculo esportivo. Inclusive, durante algum tempo, assumiram papel de esporte em parte da imprensa brasileira (ROCHA JUNIOR; MELO, 2016; DIAS *et al.*, 2019), por certo, dialogando com a sociedade da época essa possível representação.

Nas localidades onde mais prontamente se desenvolveram iniciativas empresariais, inclusive relacionadas à estruturação de um mercado de divertimentos, as touradas se organizaram mais vertiginosamente (ROCHA JUNIOR; MELO, 2016). Esse modelo empresarial foi desenvolvido desde meados do século XIX no Brasil – mais precisamente nas três últimas décadas do XIX e primeiras do XX – em capitais¹⁰⁷, como: Curitiba, Belém, Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, entre outras (BAHLS, 1998; SARGES, 2008; MELO, 2009; KARLS; MELO, 2014; SANTOS; MELO, 2014; ROCHA JUNIOR; MELO, 2016; RODRIGUES, 2006). Esses estudos mostram touradas realizadas em distintos lugares: hipódromos, teatros, redondéis improvisados em praças públicas e lugares contíguos à zona urbana, bem como em praças de touros permanentes constituídas para esse fim.

Também regiões interioranas vivenciaram experiências lúdicas tauromáquicas: a literatura especializada aponta os casos de Juiz de Fora (SOARES, 2010), Diamantina (OLIVEIRA, 2016), Ouro Preto¹⁰⁸ (BIBBÓ, 2017), Cáceres (SILVA, 2016a), Alagoinhas (LIMA, 2018) e Campos dos Goytacazes (CARNEIRO; MELO, 2021) ou apenas cita os municípios, pois não eram o *locus* de suas análises, como Rio Grande, Pelotas e Bagé (KARLS; MELO, 2014); Oliveira (AMARAL; DIAS, 2017); Itu, Taubaté, Tatuí e São Luiz de Paraitinga (SANTOS; MELO, 2014). Nesse sentido, indicamos que as touradas realizadas em cidades do interior, até o presente momento, configuram-se de maneira tímida como objeto de estudo das pesquisas desenvolvidas no País.

Exemplificando, os esforços acadêmicos ainda não foram suficientes para mapear as Companhias de Tauromaquia existentes no território brasileiro nos séculos XIX e XX. Quantas eram? Quem eram seus atores e atrizes? E os empresários a sua frente? Operavam numa cidade ou região, ou percorriam outros lugares? Por quais cidades passaram? Esses e outros questionamentos ainda merecem respostas.

107 Em Cuiabá, as touradas estavam atreladas ao calendário religioso da Festa do Divino. Nas festividades realizadas no século XX, é destacado o caráter comercial com venda de camarotes (CAMARGO, 2005). A cidade de Cáceres viveu dinâmica semelhante (SILVA, 2016a; 2016b).

108 A cidade, no recorte temporal pesquisado, ainda era a capital da Província de Minas Gerais.

Empresas de toureio percorreram o Brasil. A companhia de Francisco Pontes é um bom exemplo, tendo feito espetáculos de Porto Alegre à Bahia (MELO, 2017)¹⁰⁹. Localizamos outra, a “Companhia Hespanhola”, formada por espanhóis e portugueses, que desenvolveu funções em todos os lugares em que aportou. Tendo percorrido mais de 6.000Km no Brasil entre os anos de 1892 e 1893, navegando pelo Oceano Atlântico e pelo Rio Amazonas, realizou uma verdadeira saga! Vinda do Rio de Janeiro, passou pela Bahia, de onde se deslocou para Pernambuco; em seguida, direcionou-se para o estado do Pará e, por fim, Amazonas, cidade de Manaus (CORREIO PARAENSE, n. 171, p. 01, 27 nov. 1892; AMAZONAS, n. 141, p. 01, 08 jul. 1893). Um toureiro que participou de uma das funções durante essa “turnê” em Salvador seria o mesmo que, poucos anos depois, dirigiria uma das companhias que passaram pelas paragens feirenses.

Câmara Cascudo (2005, p. 107), tratando da gênese das vaquejadas no Brasil, menciona o predomínio das touradas no século XVIII em Portugal, ao assinalar que esse costume veio para o Brasil, “mas não se aclimatou no Norte”. De fato, em muitas regiões brasileiras, a tauromaquia não se tornou uma tradição; porém, exceções existiram, inclusive no Norte e Nordeste brasileiros, que convencionalmente eram nomeados apenas “Norte” até o início do século XX. Por exemplo, o “Colyseu Paraense”, templo de grandes eventos taurinos, inaugurado a 13 de maio de 1893, perdurou por mais de 20 (vinte) anos na cidade de Belém (PA), tendo por vezes público aproximado de cinco mil espectadores (O DEMOCRATA, n. 107, p. 03, 13 maio 1893; ESTADO DO PARÁ, n. 1077, p. 04, 25 mar. 1914; SARGES, 2008; DIAS *et al.*, 2019).

4.1 AS TOURADAS FEIRENSES DO FINAL DO SÉCULO XIX

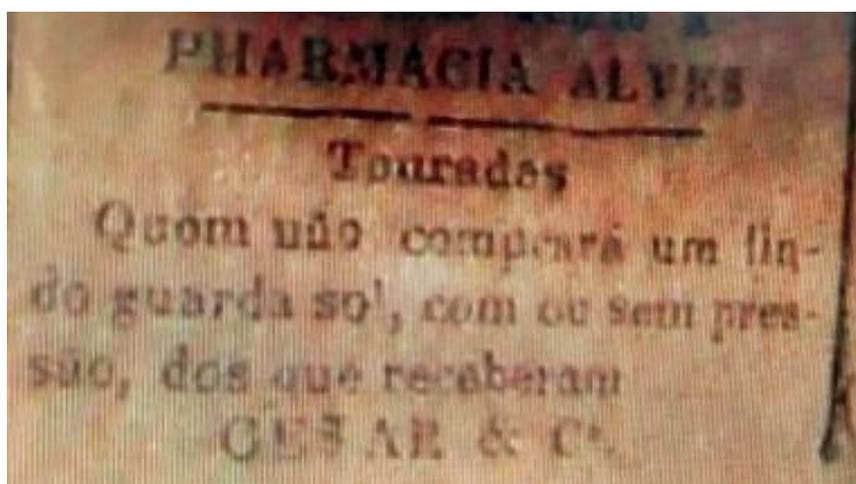
No material pesquisado, não foram encontradas referências às touradas na cidade de Feira de Santana de 1875 a 1892 – fato que se modifica em 1893, quando uma propaganda divulgada na imprensa sinaliza a venda de artigo utilizado nos dias de divertimentos públicos, como as corridas de cavalo e as touradas. A *Comercial Cesar &*

109 A obra organizada por Victor Melo (2017) reúne, além de textos inéditos, vários artigos publicados que são mencionados neste estudo, a saber: Melo (2013a), Melo (2013b), Melo (2015), Santos e Melo (2014), Karls e Melo (2014), Rocha Junior e Melo (2016).

C., com o título “Touradas” (Figura 18), fazia uma chamada de “um lindo guarda sol” que estava sendo negociado.

Este é um indício de que, talvez, esta prática pudesse ocorrer dentro o rol das diversões citadinas feirenses no segundo semestre de 1893. Outra possibilidade plausível seria que as touradas estivessem ocorrendo na Capital baiana ou em Cachoeira, mobilizando parcela dos feirenses abastados, que deveriam estar a caráter; afinal, o uso dos guarda-sóis nesses divertimentos – além de comporem a vestimenta feminina da época junto com o chapéu e o leque, elementos que permitiam um “equilíbrio para a estética das roupas” (XIMENES, 2004, p. 47) – era justificado devido ao forte sol e ao clima quente, ou mesmo em momentos chuvosos.

Figura 18 – Propaganda de guarda-sol para uso nas touradas



Fonte: *O MUNICÍPIO*, n. 132, p. 02, [s/d.], 1893.

As touradas brasileiras do final do século XIX e início do XX não eram eventos rápidos: transcorriam frequentemente no turno vespertino, muitas vezes ao ar livre, terminando geralmente com os últimos raios solares¹¹⁰. Em Feira de Santana, uma fonte indica essa mesma dinâmica; porém, alguns anos depois: “O Espectaculo dará começo ás 4 horas da tarde” (*O PROPULSOR*, n. 06, p. 04, 20 nov. 1896).

A existência de apresentações tauromáquicas pôde ser melhor percebida a partir dos meses de novembro e dezembro de 1896, quando o seguinte anúncio fora publicado na imprensa e persistiu por três finais de semana: “TOURADAS! COMPANHIA TAUROMACHICA”. Entre outras informações, estava uma convocação: “AO

¹¹⁰ Existiram touradas em horários noturnos, em arenas iluminadas com lâmpadas a gás ou energia elétrica (KARLS; MELO, 2014; SANTOS; MELO, 2014; DIAS *et al.*, 2019).

HIPPODROMO”. A estreia foi em um domingo, 22 de novembro, possivelmente uma das primeiras vezes que a execução desse tipo de divertimento fora anunciada na cidade (O PROPULSOR, n. 06, p. 04, 20 nov. 1896).

Uma pequena nota no *Folha do Norte* novamente na coluna “Crônica Feirense” traz a “Estréia da companhia tauromachica da empresa Signes, Cortez e C.” (MELLO; BRITO, 2018, p. 50). Certamente, tratava-se da mesma empresa que trabalharia no Prado Feirense, visto que ambas foram anunciadas para o mesmo dia e também porque o nome “Cortez” provavelmente sofreu um aportuguesamento para “Cortes” no cartaz da tourada (Figura 19), algo muito comum naquele tempo.

O acontecimento não trazia a representação de prática esportiva exibida na imprensa do Rio de Janeiro, Belém e Salvador, na transição do século XIX ao XX (MELO, 2009; DIAS *et al.*, 2019; ROCHA JUNIOR; MELO, 2016). Esse divertimento se aproximava das apresentações cênicas¹¹¹, porém realizado em outro espaço de espetáculos: o *Jockey Club* Feirense.

Figura 19 – Cartaz da tourada na cidade de Feira de Santana



Fonte: O PROPULSOR (n. 06, p. 04, 20 nov. 1896).

111 Houve ocorrências da tauromaquia em casas de espetáculos teatrais brasileiras (SANTOS; MELO, 2014; ROCHA JUNIOR; MELO, 2016).

Como vimos, as touradas foram acolhidas, por vezes, nos espaços já projetados dos hipódromos, ligados original, mas não exclusivamente à realização de corridas de cavalo (ROCHA JUNIOR; MELO, 2016; DIAS *et al.*, 2019). Os hipódromos possuíam estrutura semelhante às arenas de tauromaquia; no entanto, com uma espacialidade diferente, visto que não apresentavam arquibancadas circulares comuns aos redondéis destinados às touradas.

Tomando as experiências do turfe no Rio de Janeiro e em Salvador, identificamos elementos correntes aos prados que possuíam: pista de corridas, encilhamento, arquibancadas, banheiros, vestiários, depósito para equipamentos e baias para os animais com locais para água substituindo o touril (usual às praças de toureio). Restaurantes e/ou botequins para o convívio social eram também espaços recorrentes (MELO, 2007; DIÁRIO DO POVO, n. 17, p. 01, 24 maio 1889). E parte significativa dessa infraestrutura poderia ser disponibilizada nos dias dos eventos taurinos.

E qual era a estrutura do Hipódromo Feirense? Talvez, alguns dos elementos citados acima pudessem não existir; contudo, há indícios de que parte deles se fazia presente. Por exemplo: uma notícia salientando os valores dos ingressos destinados à participação nos espetáculos turfísticos dizia da “arquibancada” e do “encilhamento” (FOLHA DO NORTE, n. 1492, 12 fev. 1938, p. 01)¹¹². As arquibancadas permitiam que a assistência pudesse visualizar as corridas em toda sua extensão; e, no contexto tratado, ver as touradas de uma posição superior evitaria possíveis acidentes, caso algum marruá bravo saísse do redondel, além de perceber melhor as sortes executadas. Além disso, o encilhamento, local de preparação dos animais às largadas no turfe, parte poderia ser usada como touril e parte como um lugar de distinção, um camarote, haja vista, inclusive, os bilhetes serem mais caros nesse espaço.

Do mesmo modo que servia ao turfe, poderia muito bem servir às touradas. O primeiro artigo do Estatuto do *Jockey Club* Feirense, entidade proprietária do Prado construído possivelmente entre meados de 1889 e 1890 trazia, além do objetivo de organizar corridas de cavalos, a finalidade de “explorar n’esta cidade [...] quaesquer outras diversões lícitas” (DIÁRIO DA BAHIA, 07 nov. 1889, n. 249, p. 02).

Para promover essas permitidas diversões, não poderia faltar música de qualidade, considerada intrínseca à tauromaquia, executada nos redondéis desde a gênese da “arte taurina” (SARGES, 2008; SARGES, 2010). Assim como para as touradas, para a cidade

112 A coluna “Vida Feirense”, lembrando uma nota informativa do *Gazeta do Povo*, publicada em 12 de fevereiro de 1891.

feirense a musicalidade tinha um papel primordial nos divertimentos: as filarmônicas costumavam se fazer “presentes nos diversos eventos políticos, sociais, religiosos da urbe, animando a população” (SANTOS, 2012, p. 53).

Nesse sentido, uma filarmônica local bem conceituada, possuidora de muitos adeptos e simpatizantes, a “orchestra Victoria”, estava na programação que abrihantaria o espetáculo, “tocando maviosas peças de seu vasto repertorio” (O PROPULSOR, n.06, p. 04, 20 nov. 1896). De alguma maneira, ter essa orquestra tocando no evento tauromáquico ampliava a possibilidade de sucesso, pois dialogava com a moralidade e os bons costumes tradicionais que, à época, associam as orquestras e a musicalidade clássica ao que deveria ser apreciado socialmente, destarte contribuindo para a licitude do acontecimento.

Atividades chanceladas ou mesmo com participação de outras entidades – nesse caso, uma associação musical – tinham como um dos objetivos adicionais potencializar a arrecadação de recursos financeiros, aproveitando-se do prestígio dessas instituições. Acreditamos que não seria diferente com as touradas executadas nessa temporada em Feira de Santana.

As touradas feirenses não fizeram distinção etária ou de gênero nos valores das entradas do espetáculo em 1896 (O PROPULSOR, n. 06, p. 04, 20 nov. 1896). Quatro anos antes, revelava-se a presença das senhoras e infantis nos toureios em Salvador (JORNAL DE NOTÍCIAS, n. 3771, p. 01, 20 jun. 1892; JORNAL DE NOTÍCIAS, n. 3791, p. 03, 16 jul. 1892). Mulheres e crianças nas touradas como espectadoras é similarmente destacada em distintas localidades pelo País (MELO, 2017; DIAS *et al.*, 2019). Nessa direção, assim como ocorreu em outras cidades, é possível conceber o registro de mulheres e crianças como espectadoras das atividades tauromáquicas na urbe feirense.

Na primeira tarde de touradas, em 1896, houve uma só modalidade de ingresso, “Entrada Geral 1\$000” (1 mil réis) (O PROPULSOR, n. 06, p. 04, 20 nov. 1896). A partir do mesmo número do jornal, constatamos que, com esse valor, era possível comprar aproximadamente quatro litros de feijão ou dois quilos de carne. Na segunda e também na última apresentação da companhia, respectivamente, dias 29 de novembro e 06 de dezembro, acrescentou-se, apenas, outra modalidade: acessos preferenciais, “com direito a assento 2\$000” (O PROPULSOR, n. 07, p. 04, 29 nov. 1896; O PROPULSOR, n. 08, p. 04, 05 dez. 1896) – já era um indicativo de profissionalização.

Os tipos de ingresso desta prática cultural e seus respectivos valores variavam muito de cidade para cidade, dependiam da economia local dos lugares porque passavam e, muito provavelmente, da oferta e procura por essas e outras diversões. O mercado de entretenimento, ao mesmo tempo que necessita se conformar com limitações econômicas e exigências nos gostos locais, também gera demandas de consumo.

Padrão semelhante se repetia em outras localidades do País, variando, às vezes, os valores das entradas. Em São Paulo, os bilhetes foram vendidos por 2\$000 o mais caro e 1\$000 o mais barato, preços que perdurariam no decorrer do século XIX (SANTOS; MELO, 2014). No último decênio dessa centúria, nas corridas de touros em Salvador, no *Derby Club* do Rio Vermelho, viam-se espaços exclusivos, como os camarotes e outros denominados “Sombra”, até lugares destinados a ingressos mais populares, ao “Sol”. Dependendo da localização e faixa etária, as entradas eram vendidas por \$500 (quinhentos réis) a 15\$000 (quinze mil réis) por 5 (cinco) bilhetes nos camarotes (JORNAL DE NOTÍCIAS, n. 3791, p. 03, 16 jul. 1892). Já os ingressos dos eventos taurinos no “*Colyseu Paraense*”, no mesmo período, variavam desde 2\$000 até 20\$000 para adquirir um camarote (SARGES, 2010), em uma Belém próspera economicamente, devido ao Ciclo da Borracha, vivendo a *Belle Époque Paraense* (DIAS *et al.*, 2019).

Possivelmente, por ser uma novidade na urbe feirense, não existia à época um debate local sobre serem essas atividades consideradas bárbaras ou não, pelo menos essa controvérsia não fora detectada nas fontes consultadas. Provavelmente, do mesmo modo que a experiência tauromáquica desenvolvida em Porto Alegre e Curitiba (guardadas as devidas proporções), ambas estavam imersas em uma narrativa embevecida de atualidades (KARLS; MELO, 2014; MELO; GOMES, 2021): afastavam-se de outros discursos de modernidade e progresso que entendiam essas práticas como aproximadas ao mundo das ruralidades, representações do atraso civilizacional¹¹³. Essa última tendência já se apresentava em outros locais; notadamente, a cidade do Rio de Janeiro (MELO, 2013b).

Importa registrar como uma prática de divertimento pode ter significados diferentes em uma mesma temporalidade, porém em distintas geografias, nas diversas regiões do País. E também como em uma mesma localidade os sentidos desta prática social são alterados ao longo do tempo. Vemos, com isso, a importância de pesquisas que

113 Podemos perceber, no século XX, uma dinâmica similar referente ao turfe e outras formas de corrida de cavalo em diferentes regiões do País, ou seja, às vezes como algo moderno; e outras, como uma prática ultrapassada. Ver Capítulo 6.

abarquem frações diversificadas do imenso território brasileiro, ampliando o olhar e o entendimento do lazer em um determinado período.

Feira de Santana, nesse período, ainda era um pequeno “empório” (OLIVEIRA, 2000). Essas tensões eram traduzidas em possíveis regulamentações, muitas vezes abarcadas em leis específicas ou nos Códigos de Posturas Municipais. As touradas foram práticas proibidas ou regulamentadas no decorrer do século XIX, em algumas cidades do País¹¹⁴. O código local, de dezembro de 1893, não faz menção diretamente à tauromaquia; contudo, no capítulo “DAS CONTRAVENÇÕES CONTRA A DECÊNCIA E BONS COSTUMES”, o artigo 33º assevera: “Espancar animaes, dentro da cidade ou povoação. Pena 6\$000 de multa ou 2 dias de prisão” (O PROPULSOR, n.192, p. 03, 17 jun. 1900). Esta legislação provavelmente não gerou óbice à realização das funções.

Não foram apenas as corridas de touros: a “estrutura cidadina” por completo tornava-se mais regulada, incluindo os demais divertimentos, um processo relacionado “tanto com as necessidades desencadeadas pelo crescimento dos municípios quanto com a melhor estruturação da burocracia governamental” (SANTOS; MELO, 2014, p. 47).

Apenas em julho de 1934, a legislação nacional proibiu as touradas por meio do Decreto nº 24.645, estabelecendo medidas de proteção aos animais em todo o território brasileiro (MELO, 2017). Essas práticas, no entanto, continuaram ocorrendo em algumas regiões¹¹⁵ até meados do século XX.

Como visto, comentamos diversos aspectos das touradas, a presença de musicalidade, seus preços, os turnos em que ocorriam, o público e as relações com as legislações locais. Todavia, ainda não abordamos sobre as personagens principais desses espetáculos: os toureiros e os touros.

O elenco da quadrilha tauromáquica espanhola era formado, exclusivamente, por homens: Dionysio Galindo, Francisco Cortés e Fagundo Valdovi. Entretanto, alguns municípios empreenderam touradas protagonizadas por mulheres e, pelo menos desde meados da centúria XIX, toureadoras desenvolvem trabalhos tauromáquicos no Brasil (DIAS *et al.*, 2019; KARLS; MELO, 2014; SANTOS; MELO, 2014; ROCHA JUNIOR;

114 Sobre as proibições e controvérsias relativas à tauromaquia em algumas capitais brasileiras, ver Melo (2017). Especificamente sobre os Códigos de Posturas Municipais, licenças públicas e a relação com as touradas, consultar Santos e Melo (2014), Vieira (2014) e Melo (2013b).

115 Exemplo disso são as touradas realizada na cidade de Manaus, em 1960 (O CRUZEIRO, n. 15, p. 27, 23 jan. 1960).

MELO, 2016; MELO; GOMES, 2021). Contudo, não encontramos evidências da presença feminina na lida com os taurinos bravios em Feira de Santana.

Como bem destacado por Karls e Melo (2014, p. 357), “Valerá no futuro discutir mais profundamente a participação dessas mulheres nessas práticas.” Com efeito, a temática das toureiras no Brasil merece ser desenvolvida em futuras pesquisas, pois elas estiveram à frente do seu tempo na luta por direitos e espaços tradicionalmente ocupados pela figura masculina.

O diretor da empresa, o espanhol¹¹⁶ Dionysio Galindo, alcunhado de “Lagartigilla”, foi algumas vezes citado principalmente na imprensa do Rio de Janeiro. Em março de 1892, localizamos uma das primeiras notícias em jornais brasileiros desse valente artista que, entre outros “corajosos toureiros hespanhóes” (GAZETA DE NOTÍCIAS, n. 80, p. 08, 20 mar. 1892) e portugueses, transpassou o Oceano Atlântico trazendo consigo as técnicas, a experiência e o profissionalismo dos divertimentos tauromáquicos. Em meados desse mesmo ano, ele ganhou igualmente destaque nos noticiosos de Salvador.

Partícipe em outra empresa, uma “grande companhia hespanhola” (já mencionada), desenvolveu trabalhos na segunda função, tendo “assignalada a morte de dois toiros” (JORNAL DE NOTÍCIAS, n. 3.778, p. 02, 30 jun. 1892). Outro periódico anunciava Lagartigilla lidando com “valentes animais ao público paulista”, e destacava o sucesso obtido por ele “nas principais praças de Touros da Hespanha, Montevideo, Buenos Aires e ultimamente na capital federal” (O COMMERCIO DE SÃO PAULO, n. 2827, p. 04, 25 jan.1902). Percorreu, ainda, no início do século XX, alguns redondéis brasileiros fazendo boas apresentações. Anos depois, a 26 abril de 1909, outro periódico do Rio de Janeiro, o *Jornal do Comercio* (Rio de Janeiro, n.115, p. 01, 26 abr. 1909), traz da “Hespanha”, na primeira página, uma curta nota do dia anterior e, desta forma, somos surpreendidos com sua partida: “Colhido por um touro, veio a morrer o bandarilheiro ‘Lagartigilla’.”

O destaque dado aqui a esse personagem é no sentido de percebermos que as touradas feirenses estavam imersas em um contexto maior de realização dessa prática cultural, em franco desenvolvimento em algumas cidades do País, e os organizadores e

116 Uma rápida busca na Hemeroteca Digital Brasileira fez aparecer as seguintes nacionalidades dos toureadores que trabalharam no Brasil: muitos deles espanhóis e portugueses, mas, também, brasileiros e uruguaios (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>).

também toureiros dessas funções não eram amadores locais, mas profissionais com passagens por diversos centros urbanos do Brasil e de outras partes do mundo. Durante esse período, existia, pois, uma espécie de circuito de eventos tauromáquicos ocorrendo pelo País, e Feira de Santana não estava segregada desse movimento.

A companhia de Largetigilla anunciava conseguir, nas cidades por onde passou, “sempre triunfos artísticos” “por suas completas e arriscadas sortes”, ou seja, as técnicas de tourear, executadas com animais “escolhidos para este difícil divertimento aonde se demonstra o arrojo e inteligência do artista” (O PROPULSOR, n. 06, p. 04, 20 nov. 1896).

E de onde vinham os “touro” para comporem o espetáculo feirense? Eram de raça brava de lide, importados da Europa ou de um outro país sul-americano, ou eram de explorações agropecuárias destinadas à produção de carne?

Em certas ocasiões, no Brasil, os touros vinham das próprias regiões onde ocorreriam as apresentações das empresas taurinas (ROCHA JUNIOR; MELO, 2016). Essa dinâmica aconteceu em Feira de Santana, conforme um periódico. O organizador da tourada transitou em “algumas fazendas do município” e adquiriu três “bravios touros” (O PROPULSOR, n. 07, p. 02, 29 nov. 1896).

Foram, muito provavelmente, animais de produção de carne destinados à Feira de Gado que acontece, semanalmente, há mais de dois séculos. Os que não eram vendidos para abate ficavam nas fazendas da região criados “à solta” para engorda. Até o final do século XIX, o gado dos criatórios baianos e das Províncias vizinhas “que eram levados para a feira, diferiam pouco daqueles que se criaram no Brasil nos tempos coloniais. Animais pequenos, com o couro duro, cabeças grandes e chifres compridos”, resultado dos cruzamentos de diversas espécies ibéricas e de outras regiões europeias, dentre as quais destacam-se a crioula, curraleira e caracu como as que melhor se adaptaram à hinterlândia baiana (POPPINO, 1968, p. 156).

Mesmo sendo uma companhia composta por espanhóis em terras feirenses que, tradicionalmente, conforme Capucha (1988; 2017), exhibe “corridos dos touros” finalizadas com a morte dos animais, não há comprovação na programação. Vejamos: era anunciado que em todos os espetáculos seriam “lidados três bois escolhidos a capricho [...] farpeados e toureados por todos os artistas da Companhia”, isto é, os animais deveriam ser toureados por todos os três toureiros anunciados. Esse modelo exige que os touros sejam corridos várias vezes, reduzindo os custos altos na sua aquisição; mas, de outro modo, faz decair em muito a qualidade das touradas. A “cada tarde” deveria um boi

ser pegado “à unha” (O PROPULSOR, n. 06, p. 04, 20 nov. 1896). Possivelmente, essa sorte se misturava com outras muito praticadas na Península Ibérica: bandarilhas, saltos de garrocha (saltos com vara), *quiebro*s, entre outras técnicas (CAPUCHA, 2017).

A moda portuguesa valoriza o toureio a cavalo, com embolação (chifres protegidos), com a apresentação dos forcados e sem a morte do touro no final; e a moda espanhola valoriza o toureio a pé, sem embolação, e com a morte do touro no final (SANTOS; MELO, 2014). Evidenciamos, assim, como observado em outras pesquisas, uma mescla entre estilos de touradas espanholas e portuguesas, haja vista a presença de animais pegados à unha, ou seja, forcados à moda lusitana, nas programações das touradas executadas na cidade. Não fica evidenciada a presença dos toureios a cavalo, mas é possível terem existido cavalheiros toureando, prática bem comum em outras touradas pelo País, nas quais o elemento cavalo esteve presente no espetáculo (MELO, 2017).

Para divulgar a segunda tourada, usaram o mesmo conteúdo propagandeado na semana anterior, inclusive mantendo o termo “Estréa”, talvez pela decepção que o público passou “por não ter se encontrado touros bravios”. Para sanar a problemática das “touradas de domingo passado”, o jornal anunciava “ser bem reparada pela função anunciada para o dia de hoje” e que o diretor da empresa “líder da tauromachica não tem poupado esforços” (O PROPULSOR, n. 07, p. 02, 29 nov. 1896) para dar uma qualidade exigida e necessária ao espetáculo. Seria neste sentido, portanto, uma reestrea.

É possível também que o anúncio tenha sido reutilizado, talvez para economizar tempo e/ou dinheiro: repetir anúncios era bastante usual. Era comum encontrar: “domingo próximo a tourada terá lugar” – essas frases prontas agilizavam o processo de edição. Isso não tira de contexto, todavia, o que queremos destacar: que para os leitores dos jornais deveria parecer sempre uma novidade na urbe e, ao que as fontes indicam, realmente era.

As deficiências na qualidade das touradas – seja pela ausência de bravios animais, seja por sortes mal executadas – eram óbices recorrentes, destacados pelas pesquisas brasileiras sobre a temática (MELO, 2017). Conforme Santos e Melo (2014, p. 08), “a falta de gado adequado” era um dos problemas costumeiros na história da prática no País.

Percebemos uma estratégia comum na trajetória das touradas: “o incentivo às polêmicas, que garantia uma publicidade extra” (ROCHA JUNIOR; MELO, 2016, p. 200). Como exemplo, temos que, para sanar o “logro das touradas de domingo passado por não ter se encontrado touros bravios”, o periódico anunciava “ser bem reparada pela função anunciada para o dia de hoje” (O PROPULSOR, n. 07, p. 02, 29 nov. 1896).

O periódico feirense, ao mesmo tempo que enfatizava a falta de qualidade de algumas apresentações, valorizava a tourada que se avizinhava, informando que não faltou empenho à produção do novo espetáculo tauromáquico, a ponto de descrever a maneira como um dos touros veio conduzido para o redondel: “amarrado com sete cordas e acompanhado por seis bons vaqueiros” (O PROPULSOR, n. 07, p. 02, 29 nov. 1896). Conforme Santos e Melo (2014, p.19), “os touros seguiam sendo um problema – não havia no Brasil criação de gado com características adequadas para as corridas – uma das saídas era dar notoriedade a um animal reconhecido (ou assim apresentado) pela ferocidade.” Segundo esses autores, a adoção de um formato empresarial impunha à manutenção da prática a satisfação da assistência, permitindo, assim, o comparecimento nas funções vindouras.

Outro artifício comentado por esses mesmos autores: “o incremento da possibilidade de participação do público” foi pouco notado nas touradas de Feira de Santana; apenas a diferenciação de lugares com “direito a assento”, criando espaços de distinção social (O PROPULSOR, n. 07, p. 04, 29 nov. 1896). Diferentemente de outras cidades que experimentaram as touradas, não identificamos cobrança de bilhetes mais acessíveis para crianças; funções com parte da renda destinada à filantropia; nem mesmo algumas atrações diferenciadas como presença de toureiras profissionais ou participação de amadores desafiados a correr touros em busca de premiações em dinheiro presas ao corpo dos próprios animais. Todas essas estratégias visavam a maximizar os lucros. E, pelo visto, tiveram êxito.

Em nota de *O Propulsor* falando da “Diminuta, escassa mesmo” presença de público em “nosso teatro”, o articulista acaba por compará-lo aos espectadores que frequentam as touradas, afirmando: “Entretanto, poucos são os divertimentos públicos que se destacam na Feira. E a fallar, sem reбуço, vimos, aqui, ha poucos dias, uma celebre tourada, que mal trabalhava, e pessimamente divertia-nos, com numerosa enchente, até em tardes chuvosas” (O PROPULSOR, n.12, p. 02, 01 jan. 1897).

Em maio de 1897, uma crônica sobre o estado de São Paulo apresentava ao leitor feirense “uma companhia de toureadores hespanhoes” em Ribeirão Preto, afirmando que “Ze-povo” estaria sempre pronto “a dar as merecidas vaias nos «farpeadores» do meia-cara” (O PROPULSOR, n. 30, p. 01, 09 de maio de 1897).

Outra faceta das touradas é destacada: não mais o encorajamento aos lidadores; evidencia-se a torcida pelos animais toureados assim como salientado em alguns estudos (MELO, 2017). Esse tipo de notícia contribuía de alguma forma com a compreensão de

que essas atividades de diversão eram bem aceitas em lugares mais desenvolvidos economicamente, como era o caso da região cafeeira, no estado de São Paulo.

No segundo semestre do ano de 1898, houve sinais de um possível retorno de “*los toros*” a desfilar pela urbe. Um pequeno comunicado anunciava: “Consta-nos que brevemente teremos n’esta cidade uma companhia de touradas” (O PROPULSOR, n. 96, p. 02, 14 ago. 1898). De maio a julho de 1898, uma companhia de tauromaquia realizou suas funções “no antigo *Derby Club*”, na cidade de Salvador (JORNAL DE NOTÍCIAS, n. 5509, p. 02, 18 maio 1898; JORNAL DE NOTÍCIAS, n. 5555, p. 02, 16 jul 1898). Essa mesma empresa de toureios, provavelmente, teria se deslocado para Feira de Santana; contudo, não encontramos evidências posteriores da presença desse circo de touros ou de qualquer outro naquele ano.

Tal acontecimento traduzia-se em atividade dependente de público para seu financiamento, bem como de uma qualificada divulgação, e um dos melhores caminhos seria a propaganda nos periódicos locais. Usava-se como recurso a construção de narrativas de valorização por meio de crônicas exibidas nos órgãos de imprensa, associadas aos anúncios publicitários. Outras vezes, como já assinalado, dava-se ênfase à ausência de qualidade dos espetáculos, objetivando valorizar as touradas subsequentes, entre outras estratégias.

Abrangendo a última década do século XIX, não localizamos nos periódicos notícias adicionais sobre nenhuma outra Praça de Touros instalada no *Jockey Club* Feirense ou em qualquer distinto logradouro da cidade. Na verdade, só teríamos novidades no século que se avizinhava.

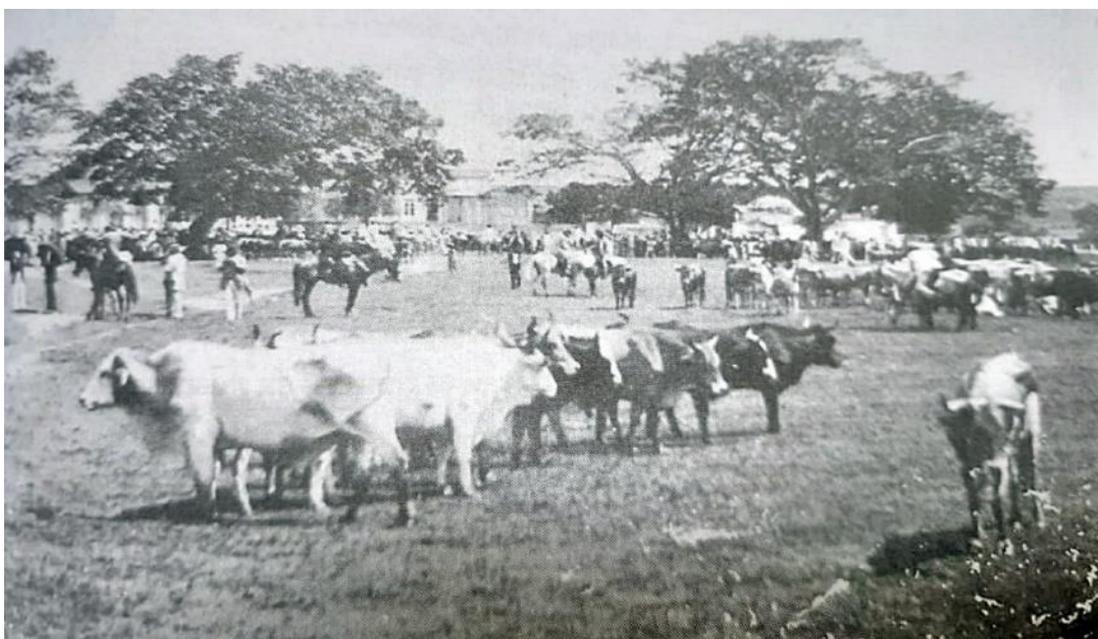
4.2 AS TOURADAS FEIRENSES DO SÉCULO XX

Nos primeiros anos da nova centúria, 30 de abril de 1905, um domingo, véspera das famosas feira-livre e feira de animais (bovinos, equinos, entre outros), mais uma vez um Circo de Touros surge na cidade, “pavilhão armado ao Campo General Câmara” e, na “Estréia”, “trabalhos de tauromachia” desenvolvidos pelo toureador de nacionalidade espanhola Manoel Ruiz Composto (MELLO; BRITO, 2018, p. 31). Detalhes desse espetáculo são pouco conhecidos. No mesmo período, entre 1904 e 1908, existem relatos

de touradas realizadas em alguns largos na cidade de Salvador (ROCHA JUNIOR; MELO, 2016).

No início do século, o *Jockey Club* Feirense estava provavelmente desativado. O espaço era nomeado pela imprensa de “antigo *hyppodromo*” e já era utilizado como *ground* por um time de futebol local (O PROGRESSO, n. 410. p. 01, 22 dez. 1907). Assim, organizavam-se as touradas em lugar não institucionalizado, uma área no Campo General Câmara (Figura 20), exatamente a região em que eram negociados os animais, conhecida por Campo do Gado – na realidade, seu nome mais popular – e que seria o palco destinado ao retorno do espetáculo silenciado na centúria precedente.

Figura 20: Campo General Câmara, o Campo do Gado



Fonte: Oliveira (2016, p. 107).

A imagem traduz um período posterior às matérias acerca das touradas realizadas naqueles momentos iniciais do século XX: um retrato do contexto e de “alguns personagens”, provavelmente dos anos finais de 1920. Permaneciam os bois; estavam ausentes os toureiros. Evidenciam-se os vaqueiros, fundamentais no transporte dos animais em grandes distâncias pelo sertão e na própria lida nas fazendas, mas que foram ganhando espaço forjando um outro divertimento na cidade: a vaquejada (SIMÕES, 2007; CAVALCANTI; CASTRO JÚNIOR, 2019).

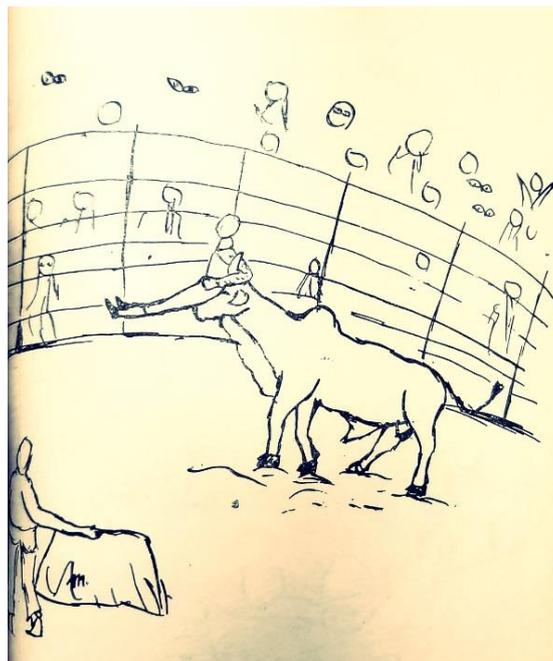
Em um tempo que excede a pesquisa, o memorialista Antônio Moreira Ferreira, o “Lajedinho”, traz lembranças das touradas realizadas na atual Praça Padre Ovídio

executadas nos anos de 1930 e 1940 (NUNES, 2021). Colaborando com essas memórias, em junho de 1939, touradas vespertinas são registradas na imprensa em logradouro situado no velho Campo do Gado (aproximadamente o mesmo local da fotografia), a atual “praça D. Pedro II” (FOLHA DO NORTE, n. 1613, 08 jun. 1940, p. 01). Precisamente no mesmo espaço, seguiam semanalmente as tradicionais Feiras de Gado, uma das maiores de todo o Nordeste do Brasil (POPPINO, 1968) – um lugar de encontro de sertanejos, vaqueiros, fazendeiros, magarefes, pessoas vindas de povoados vizinhos e de rincões distantes (SIMÕES, 2007). Outra Corrida de Touros realizada no Estádio Municipal¹¹⁷ é retratada na imprensa feirense a dezembro de 1965. Segundo os jornais, tratava-se de “uma autêntica tourada «à la espanhola», com animais bravios, capa e espada” (FOLHA DO NORTE, 25 dez. 1965, n. 2958, p. 01).

Construir redondel momentâneo ou perene em largos foi prática presente em algumas distintas urbes brasileiras. Em algumas vezes, espaços centralizados; outras vezes, lugares contíguos ao traçado urbano orgânico. Esses espaços eram comumente chamados pela imprensa brasileira da época de Circos de Touros. No caso descrito, deslocando apenas os artistas de regiões mais longínquas, visto que os “touros” (na verdade bovinos), como pudemos constatar na pesquisa, faziam pequenos percursos saídos da própria região. Bastante diferente de Portugal, Espanha e mesmo algumas regiões do Brasil, onde existiam arenas destinadas a temporadas tauromáquicas. A organização era local, vindo os toureiros sob contrato individual, e os touros, de outras regiões ou de ganadarias locais (MARTÍNEZ, 2013; SARGES, 2010; DIAS *et al.*, 2019).

No período estudado, não encontramos outras formas de registro sobre as touradas na urbe e também não topamos fotografias dos espetáculos. Temos, apenas, uma representação mimética da presença das touradas (Figura 21) na Festa do Vaqueiro, relatando o que se vivia em meados de 1960, igualmente ao passado dessa prática em paisagens feirenses, também retratada por uma memória coletiva (HALBWACHS, 2013). Machado (1966, p. 74) dizia que as corridas de touros eram “diferentes” naquele momento, pois havia “o ingrediente da comicidade”, com toureiro-palhaço, e inexistia a morte dos animais.

117 Naquele momento, chamava-se Estádio Municipal Almachio Boaventura (Prefeito Municipal entre 1951-1955). No ano seguinte à tourada, em 1966, no mesmo local, foi inaugurado o atual centro esportivo, Estádio Alberto Oliveira, conhecido popularmente como “Joia da Princesa”.

Figura 21 – Gravura de uma tourada feirense

Fonte: MACHADO (1966, p. 97).

Como vimos, as touradas alcançaram diversos sertões brasileiros ainda no século XIX, incluindo pequenos povoados, localidades que possivelmente reuniam algumas condições de receber tais espetáculos, possuindo um mercado de entretenimento em desenvolvimento e uma estrutura logística de apoio, tendo como exemplos os trens e/ou as embarcações. Feira de Santana foi mais um desses rincões. Assim como em outros divertimentos que aportaram à cidade, os transportes ferroviário e fluvial tiveram implicação significativa na interiorização da tauromaquia.

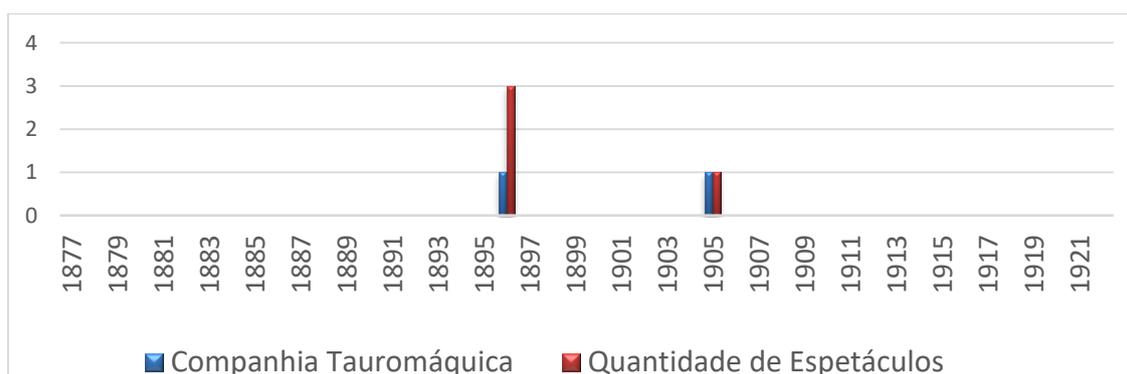
Nos espetáculos tauromáquicos feirenses, identificaram-se toureiros profissionais, comprovadamente, espanhóis. É possível que tenha ocorrido a presença de portugueses, comuns em diversas quadrilhas de tauromaquia que passaram pelo território brasileiro. Sobre as mulheres, as fontes não nos brindaram indicando toureadoras, mas sabemos que elas se fizeram presentes na execução das touradas em outras localidades do País, porém em número reduzido.

No que se refere ao outro elemento imprescindível para esses espetáculos, os animais que seriam lidados, conforme as fontes, bois selecionados vinham de fazendas da região para compor as funções realizadas em Feira de Santana, não havendo indícios da participação de touros de raça brava – especializados em tourear – nos redondéis erguidos na urbe. Apenas existiram arenas armadas provisoriamente em Feira de Santana, às vezes, em espaço já projetado, o hipódromo do *Jockey Club*; outras épocas, construídas

em áreas abertas contíguas ao traçado urbano, como o Campo do Gado, ou mais centralizadas, como a praça Padre Ovídeo. Sucederam eventos que não fizeram diferenciação etária ou de gênero nos valores das entradas do espetáculo, porém ocorreu distinção social com a comercialização de variados tipos e preços de ingresso.

Encontramos três espetáculos de touradas em 1896, realizados pela mesma companhia, e um espetáculo em 1905, executado por outra empresa. Não localizamos, nas fontes, muitas ocorrências que abordassem a temática das touradas no Município (Gráfico 03). O quantitativo de espetáculos pode ser maior; possivelmente esteja subdimensionado, visto que computamos para uma das companhias apenas um espetáculo, conforme evidenciado nas fontes. Contudo, era comum mais função por localidade, afinal os custos com deslocamento, divulgação, armação do redondel, compra de animais, entre outros custos, eram elevados, sendo necessário realizar mais de uma função para auferir os lucros desejados.

Gráfico 03 – A Tauromaquia em Feira de Santana



Fonte: Elaboração própria (2021).

Inexiste evidência de que festas de touros compuseram uma tradição popular feirense, assim como ocorreu em outras cidades. As experiências relatadas, em princípio, não fizeram parte de uma programação local de festejos referentes a Nossa Senhora Sant'Anna, Padroeira do Município, ou a qualquer outra festa religiosa ou popular. Chegamos a essa conclusão exatamente pela ausência de mais ocorrências no recorte temporal proposto nos periódicos consultados, depois da análise empreendida. Provavelmente, tratava-se de uma novidade na cidade na última década do século XIX. De outro modo, assim como se procedeu em diversas regiões do Brasil, inclusive nos sertões, expressou-se como um divertimento mercantilizado, exibido de modo esporádico por companhias tauromáquicas itinerantes.

5 THEATRO SANT'ANNA: “A PRIMEIRA CASA DE ESPETÁCULO DA CIDADE”

No livro “O teatro na Bahia: da colônia à república 1800 – 1923”, Silio Boccanera Júnior (2008)¹¹⁸, afirma que, por se tratar de “obra histórica, imprescindíveis são documentos do passado, (...) onde se possam encontrar o repositório da verdade, dos fatos registrados e cancelados pela mão dos séculos, muitas vezes.” No entanto, o autor lamenta que “nem nas bibliotecas¹¹⁹, nem nos arquivos públicos se encontra o manancial necessário” à história do teatro baiano. Diz, ainda, que no Arquivo Público do Estado, os documentos se referem apenas ao Teatro São João, a partir de 1837, “havendo sido inaugurado, entretanto, esse teatro em 1812”, em Salvador. E sobre os Relatórios ou Falas dos presidentes da província, afirma que a fonte “confiante de estudo” está incompleta, iniciando em 1844 (BOCCANERA JÚNIOR, 2008, p. 51-2).

À época, não se vislumbravam as fontes jornalísticas como passíveis de serem pesquisadas. Hoje, inclusive, fazendo bom uso da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, temos acesso – por meio de um dos primeiros jornais do Brasil, *Idade d’Ouro do Brazil* – a fatos sucedidos na inauguração do Teatro São João, no dia 13 de maio de 1812. Equipamento erguido na então “Praça nova de S. Bento¹²⁰” (IDADE D’OURO DO BRAZIL, n. 39, p. 3, 15 maio 1812).

Se, na capital da província, remontar a história do teatro era, em certa medida, uma tarefa árdua, o que dizer da história do teatro no interior da Bahia? Como construir uma historiografia do teatro particularmente em Feira de Santana, epicentro de nossos estudos?

Conseguimos fontes valiosas no percurso da escrita da tese: a principal delas, já anunciada, foram os jornais, sem os quais seria impossível avançar na dinâmica de apresentações teatrais ocorridas na cidade, visualizando as chegadas e partidas de grupos

118 Trabalho originalmente publicado no início dos anos 1920. Silio Boccanera Júnior esteve com sua consorte, a “eximia pianista” Luisa Leonardo, no Theatro Sant’Anna em março de 1908. Ela apresentou-se ao piano e ele findou a noite com uma conferência literária sobre letras e artes na Bahia, sua florescência e sua decadência” (O PROGRESSO, n. 422, p. 1, 22 mar. 1908).

119 A “secular Biblioteca Pública, inaugurada a 13 de maio de 1811”, possivelmente guardava “algo de interesse e valor” nas “priscas estantes (...) mas, infelizmente, todas as suas preciosidades, todos os seus 60 mil volumes, todas aquelas relíquias da vida intelectual de nossa nacionalidade, as energias todas de umas três gerações, acumuladas dia a dia, durante mais de cem anos, em poucas horas ficaram reduzidas a cinzas pelos guebros da política, no fatalíssimo dia 10 de janeiro de 1912, que nos recorda, tristemente, a data de um selvagem bombardeio” (BOCCANERA JÚNIOR, 2008, p. 51-52).

120 Atual Praça Castro Alves.

itinerantes; reconhecendo os momentos de constituição de grupos amadores locais; identificando intercâmbios entre os profissionais forasteiros e os iniciantes locais da arte dramática (alguns já veteranos, mas igualmente amadores), entre diversos outros aspectos.

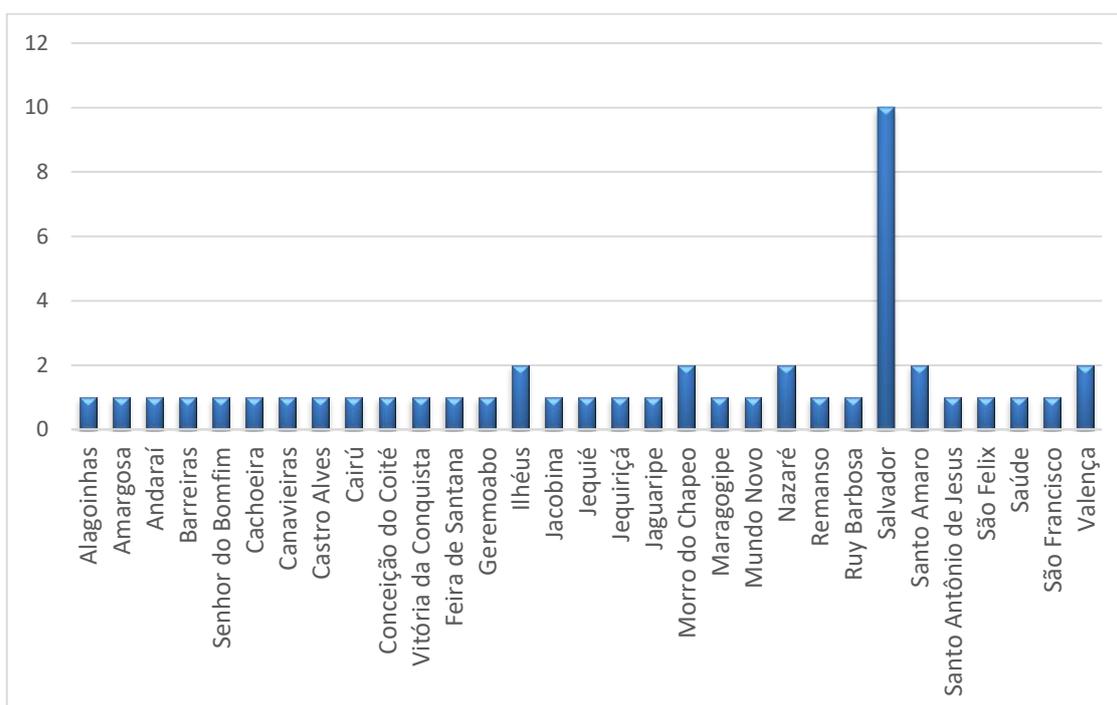
Outra fonte mobilizada foram os Relatórios Anuais da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana, encontrados em obra de autoria do médico e professor João Batista de Cerqueira em parceria com a contadora Maria Lúcia Cerqueira Souza, com que sinaliza alguns arranjos que proporcionaram o Theatro Sant'Anna ser adquirido pela Santa Casa, e também sinaliza os momentos de reformas na estrutura física do empreendimento (CERQUEIRA; SOUZA, 2009). O livro “O Teatro em Feira de Santana”, do jornalista Geraldo Lima, apresenta mais momentos da cena teatral feirense na segunda metade do século XX e início do XXI; também traz fragmentos de memórias teatrais das primeiras décadas do século XX (LIMA, 2015). Por fim, as pesquisas acadêmicas de três historiadoras, Maria Izabel Sampaio, Aline Santos e Anna Carolline Figueredo, balizaram nossas reflexões. Elas diziam dos grupos e sujeitos que produziam as cenas teatrais na urbe a partir do amadorismo; apontavam tendências para nosso período de investigação, visto que dois destes estudos trataram de períodos posteriores, décadas de 20, 30 e 40 do século XX (SANTOS, 2012; FIGUEREDO, 2019); ou dialogavam com o mesmo tempo histórico (SAMPAIO, 2000).

Apresentaremos o equipamento de lazer fundamental para o desenvolvimento de peças teatrais em uma cidade, o teatro. Identificaremos os grupos amadores e alguns dos sujeitos que animavam culturalmente Feira de Santana no período estudado e, de igual modo, rastreamos as companhias itinerantes que se apoiavam nos modais de transporte existentes na região, para podermos analisar as representações dos jornais sobre os espetáculos dramáticos, o público assistente, as instituições apoiadoras, os dias da semana que ocorriam e a frequência anual.

Comentando Franco (1994), quando fala que companhias líricas italianas “iam a qualquer parte, desde que houvesse um teatro”, Karine de Faria (2020, p. 89) acreditava que “elas aproveitavam-se de um circuito onde encontravam espaços possíveis para suas apresentações, e público que se interessasse por elas.” A autora discute sobre a influência que “as construções e ocupações dos edifícios teatrais” exerceram nos hábitos e práticas de consumo cultural nos territórios das províncias no século XIX, inclusive em localidades distantes daquilo que, a partir de meados do XX chamar-se-ia de “grandes centros urbanos” (FARIA, 2020, p. 95).

O Anuário Estatístico da Bahia de 1924 aponta que 22% dos municípios baianos informaram que possuíam “Casas de Diversões”, 38% informaram que não as possuíam, e os outros 40% não informaram. Existiam 45 estabelecimentos de divertimento nas categorias teatro, cinema ou cine-teatro em todo o Estado, representando 75% do total. Feira de Santana detinha pouco mais de 2% desse quantitativo (Gráfico 04). Outros 15 (quinze) estabelecimentos espalhados pela Bahia estavam enquadrados como Clube, Cassino, Bar e até Jardim de Inverno, representando 25% do total recenseado (BAHIA, 1926)¹²¹. De acordo com Faria (2020, p. 98), na primeira metade do século XX, além de casas de espetáculos em Salvador, no interior existiu teatro em Santo Amaro (Theatro São Pedro, incendiado em 1910) e em Valença, **Feira de Santana**, Juazeiro e Ubatuba. A cidade de Caetité, no final do século XIX, também foi favorecida com esse equipamento de lazer (FERNANDES; REIS, 2021).

Gráfico 04 – Quantitativo de cinemas, teatros ou cine-teatros por município baiano em 1924¹²²



Fonte: Elaboração própria (2021).

Na prática, independentemente da nomenclatura, em muitos casos, teatros poderiam receber películas de cinemas e peças teatrais, realizando outras atividades de

121 Não detectamos estatísticas de tempos mais remotos.

122 Dados compilados do Anuário Estatístico de 1924, das páginas 195 a 200 (BAHIA, 1926).

lazer. Isso ocorreu em diversas experiências pelo País; e, em Feira, não foi diferente (SANTOS, 2012; SACRAMENTO, 2016). Desde os fins do século XIX, companhias itinerantes¹²³ já realizavam exposições de “PHONOGRAPHO, GRAMOPHONE E SYMPHORAMA¹²⁴” (O PROPULSOR, n. 47, p. 02, 05 set. 1897) e cinematógrafos no Theatro Sant’Anna. (O PROPULSOR, n. 164, p. 01, 03 dez. 1899).

Aponta-se para o início da década de 1840 do século XIX a existência do teatro (SAMPAIO, 2000). No dia 3 de julho de 1878, a “companhia do Sr. Bernardino daria no “nosso theatro” uma função (ECHO FEIRENSE, n. 4, p. 02, 2 jul. 1878). Porém, não cita o nome – talvez a nota mais antiga sobre uma apresentação teatral encontrada nos periódicos. Na coluna memorialista “Vida Feirense”, o Theatro Sant’Anna é destacado em abril de 1884 (FOLHA DO NORTE, n. 1607, p. 01, 27 abr. 1940). Mas, outra fonte nos intriga:

Há bem pouco tempo imprecava-se contra a vida insípida, apática, insuportável que nos ia afogando, visivelmente, no dilúvio de suas águas. Uma das causas apontadas como produtores desse mórbido estado feirense era a falta de um teatro – a verdadeira e sumptuosa catedral que o progresso e a civilização edificaram no âmago de todas as épocas, para ensinamento dos bons costumes e da moral, enfim.

Um grupo de bem inspirados e valentes corações propoz se a estancar essa artéria ruinosa e, com formidáveis sacrifícios, com dificuldades desproporcionais – um teatro, aliás muito confortável e capaz de nele funcionarem companhias regulares – foi construído (O VIGILANTE, n. 196, p. 1, 16 ago. 1885).

O empreendimento, pelos indícios, parecia ser recente. Uma ação provavelmente contemporânea ao último quartel do século XIX. Ao que parece, o empreendimento não era um projeto governamental, tratava-se de uma iniciativa particular, que se traduzia em uma realização, “de bem inspirados e valentes corações”, possivelmente da própria localidade que, juntos, investiram recursos comprando ações para viabilizar a sua construção talvez, em moldes similares ao processado, quando da construção do hipódromo do *Jockey Club*, como veremos no capítulo seguinte. Os acionistas que levantaram o capital do negócio, provavelmente, objetivavam lucro, além das luzidias

123 Uma das primeiras que conseguimos ter registro foi a “importante casa comrercial da capital Gallo Junior & C”, representada por “sr. Alfredo de Oliveira Leito” que abriu no “salão terreo do Theatro Sant’ Anna” uma “importantissima exposição de joias; traz tambem bonitas sedas e modernos e aperçoados aparelhos do immortal— Edison (...)” (O PROPULSOR, n. 47, p. 02, 05 set. 1897). No mesmo jornal, na página 04, foi publicado o cartaz do evento.

124 Symphorama, uma das máquinas precursoras do cinematógrafo. A que passou por Feira oferecia “150 vistas do que há de mais raro e admirável na culta Europa”, entre as quais, algumas do Museu do Louvre (O PROPULSOR, n. 47, p. 02, 05 set. 1897). Para saber mais sobre práticas que caracterizaram a comercialização de vistas fixas de lanterna mágica exibidas em espetáculos públicos de projeções ópticas, ver: Trusz (2010).

noites de divertimento e da aproximação da urbe com o que se dizia ser civilizado culturalmente.

Em novembro de 1888, o *Cidade da Feira*, periódico da época, iniciava uma campanha em suas páginas. Ele “pede aos accionistas da empresa Theatro Sant’Anna, que offereçam suas acções em benefício da Santa Casa de Misericordia” (FOLHA DO NORTE, n. 1585, 25 nov. 1939, p. 01). A Santa Casa era uma instituição beneficente, criada em 1859, que, assim como outras pelo País, sobrevivia do trabalho voluntários de seus associados¹²⁵; de doações de outras instituições e individuais (os espetáculos a benefício relatados, nos jornais, são incontáveis); e contava com valores arrecadados com bens que administrava, como o cemitério da cidade e edifícios (CERQUEIRA; SOUZA, 2009; CERQUEIRA, 2009). Adquirir uma “casa de diversões” (termo da época) com potencial amplificador das finanças era desejável.

O Theatro Sant’Anna estava situado na esquina da Rua Direita (atual Conselheiro Franco) com a Rua 24 de Maio, conforme Antônio do Lajedinho (2004). Esta última rua, na transição entre os séculos XIX e XX, era conhecida como Travessa do Teatro ou Beco do “Theatro” (FEIRA DE SANTANA, 1886-1902). Sobre a estrutura física, o memorialista afirmava que o Cine-Theatro Sant’Anna (denominação que ganhara) possuía arquitetura realçada na Arte Barroca (Figura 22) e ocupava área aproximada de 600 a 800 metros quadrados. Disponha de uma porta frontal larga, destinada à entrada, e outras duas portas também na frente, destinadas às saídas. Entre elas, ficavam duas bilheterias. No mezanino, existiam três janelas na parte superior; com a chegada do cinema, as duas laterais foram fechadas e a central foi transformada em seteiras, onde instalaram o cinematógrafo. Mobiliado com cadeiras, o espaço destinado à plateia trazia uma divisória nas proximidades do palco. Nas laterais, suspensos, ficavam os camarotes, sendo especiais os do mezanino (LAJEDINHO, 2004).

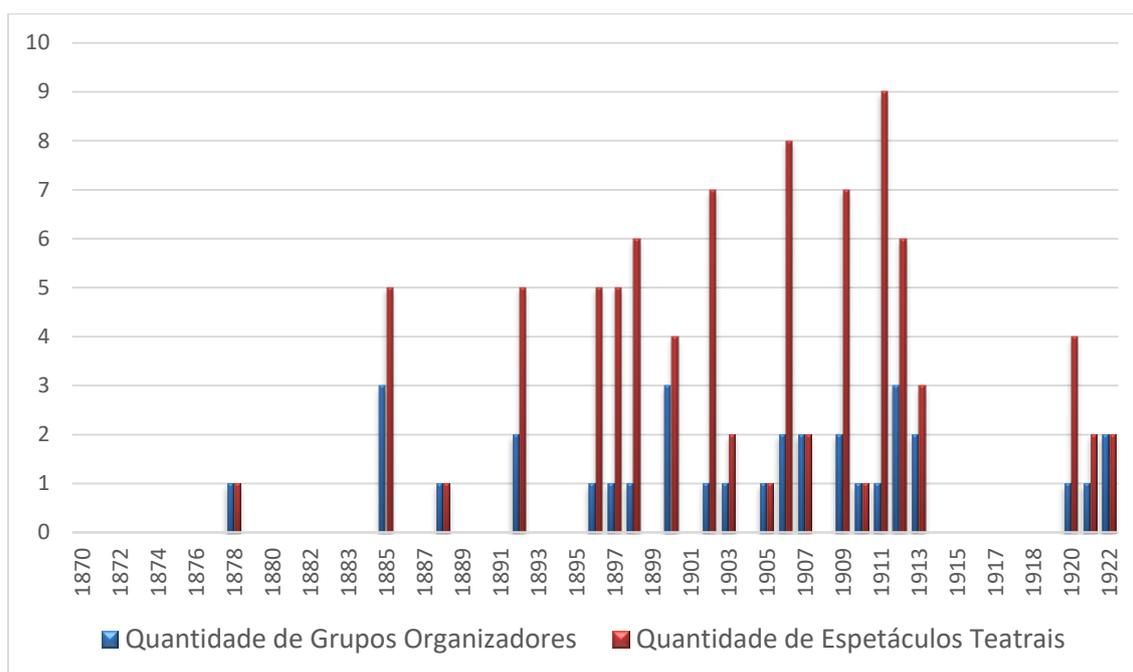
125 Os associados contribuían muitas vezes com quantias mensais ou valores maiores em cota única para “Sócios Beneméritos” e outras distinções.

Figura 22: Cine-Theatro de Sant'Anna



Fonte: Santos (2012, p. 103)

Conforme Sacramento (2016, p. 02), o “Teatro de Sant’Ana teve sua primeira exibição de filme em 1910, iniciando suas atividades cinematográficas através do cinema itinerante” Neste ano inaugural, segundo a autora, Feira de Santana recebeu o Cinema Brasil e o Cinema Elo de Ouro. Em 1911, chegou à cidade o Cinema Alemão. No ano seguinte, estreou o Cinema Vitória. A pesquisadora adverte que, quando se refere a cinemas, não está “tratando de espaços físicos, mas ‘apenas’ de empresas”, cujos proprietários adquiriam “um aparelho de projeção cinematográfica (portátil) e que, com tal equipamento, realizava exibições” (SACRAMENTO, 2016, p. 05). Em *O Propulsor*, uma pequena nota alargaria o período de uso do Theatro Sant’Anna como espaço para reprodução de imagens por meios de cinematógrafos: “Amanhã às 8 horas da noite, funcionará no teatro d’desta cidade o cinematographo, expondo a apreciação do publico lindas e custosas scenas” (O PROPULSOR, n. 164, p. 01, 03 dez. 1899). Segue o Gráfico 05, onde se apresentam os números de eventos de que conseguimos registro:

Gráfico 05: Quantitativo de grupos e companhias teatrais e espetáculos por ano

Fonte: Elaboração própria (2021).

Sujeito às intempéries do tempo, que lhe causou desgastes na estrutura física, no final da centúria XIX, era um imóvel carente de reforma, como algumas notícias do período sinalizavam. O Conselho Municipal da cidade da Feira de Sant'Anna, em 13 de Julho do 1900, aprovou “um auxilio da quantia de três contos de réis, para conclusão das obras do Theatro Sant'Anna, pertencente a Santa Casa de Misericórdia desta cidade” (O PROPULSOR, n.197, p. 04, 22 jul. 1900).

No que se refere aos Grupos Teatrais Amadores, dentro do período estudado, foi possível localizar seis grupos amadores: Grêmio Dramático Familiar (1892), União Caixerai (1900), Grupo Dramático Taborda (1906), Grêmio Dramático Rio Branco (1910), Grêmio Arthur Azevedo (1912) e Grupo Dramático Salles Barbosa¹²⁶ (1920) (SAMPAIO, 2000; SANTOS, 2012). Os Amadores eram “entidades locais que exercitavam a arte teatral” (FARIA, 2020, p. 95). O trecho de uma crônica de Eurico Alves Boaventura retrata bem o prestígio que esses grupos tinham na cidade:

Propaga-se que, hoje haveria representação teatral? Companhia do Rio? Da Bahia? Qual nada! Exibir-se-ia o grupo dirigido por Miguel Santiago. (...) Acabava o espetáculo do grupo Taborda. E toda gente saía comentando respeito à atuação de tanto rapaz da terra (BOAVENTURA, 2006, p. 89).

126 “Sociedade de Arte Teatral Sales Barbosa”, termo usado por um dos fundadores desta agremiação teatral, Elziário Santana (LIMA, 2015, p. 19).

Figura 23: Grupo Taborda

Fonte: *Folha do Norte* (8 jun. 1912. p. 1).

Entre 1892 e 1912, duas companhias itinerantes vinham se apresentar anualmente na cidade (SAMPAIO, 2000). Em 1885, uma anotação histórica referente às apresentações teatrais (Figura 24), provavelmente uma das imagens mais antigas de anúncios possíveis de serem acessados por meio dos periódicos locais. Aproveitaremos esta companhia para demonstrar os deslocamentos realizados por algumas companhias pelo país até chegarem a Feira de Santana.

Depois de apresentações em um teatro da capital baiana, chegou à Feira de Santana a companhia dramática dirigida pelo ator Vieira Villas, a qual pretendia “nos dar noites agradabilíssimas.” Informa-se que a cidade era conhecida em outras províncias, por conta disto, “não quis a companhia retirar-se sem que lhe fizesse uma visita”. “Com a Virgem do Mosteiro, que tanta aceitação ha tido no mundo civilizado, estréa hoje a companhia Vieira Villas”, era dia 25 de outubro 1885, domingo (CORREIO DE NOTÍCIAS, n. 16, p. 01, 25 out. 1885).

Figura 24: Companhia do sr. Vieira Villas

T H E A T R O

NOVELDE ! NOVELDE !

GRANDE ASSOCIAÇÃO DRAMÁTICA
DIRIGIDA PELO ACTOR

VIEIRA VILLAS

DA QUAL FAZ PARTE A EXIMIA ACTRIZ
PORTUGUEZA

ROZA MANHONÇA

ESTRÉA HOJE DOMINGO 25

com o importante e moralizador drama
em 5 actos, original francez por
Aniceto Bourgois

DENOMINADO

A VIRGEM DO MISTÉRIO

O papel da protagonista é desempenhado pela eximia actriz—

ROZA MANHONÇA

DENOMINAÇÃO DOS ACTOS

1.º ACTO—A honra e o dever. 2.º ACTO
—Um crime espantoso. 3.º ACTO
—O encontro. 4.º ACTO—O sacrificio
da victima. 5.º ACTO—A confissão.

EPOCHA—ACTUALIDADE

Principiará ás 8 e 1/2 horas da noite.

PESSOAL DA COMPANHIA

Roza Manhõça, Carlos Villas, Filanilla de Paiva, Jelia/Gobert,
Vieira Villas, Manuel Manhõça, Mexquita, Antonio Pedro,
Jelia Custodio, Joaquim Alberto, Antonio de Oliveira
e Mendes de Paiva.

Esta associação terminando os seus trabalhos no theatro do capital,
vão quiz retirar-se da provincia sem visitar a importante ci-
dade de S. F. DE SANT'ANNA, onde se espera merecer
do illustrado publico a sua protecção.

O repertorio da que dispõe é esplenido e variadissimo.

AO THEATRO AO THEATRO !

PREÇOS

Camarotes de 1. e 2. ordem..	8\$000
Cadeiras, (numeradas).....	2\$000
Platéea	1\$000

Mais uma vez se evidenciava o progresso da urbe, esperando-se que o público, “que tanto estremece pelo adiantamento d’esta cidade” “preste o concurso indispensável a essa empresa”. Questiona-se: “*Si non é vero*, para que termos um *theatro* com o qual foram não pequenos os nossos esforços?” (CORREIO DE NOTÍCIAS, n. 16, p. 01, 25 out. 1885). Provavelmente pela construção do teatro a partir de cota de ações, algo que mobilizou a comunidade local.

Só foi possível, pela ausência de fontes, constatar novamente o teatro na cidade em 1888. Em 04 de novembro de 1888, “Estreia, no teatro local, a companhia dramática dirigida pela atriz portuguesa d. Helena Balsemão” (MELLO, 2018, p. 49), e pelo ator Eduardo Rodrigues. “Efetuou-se na quinta-feira p. passada, o espectáculo” “com a opereta em 3 actos *As Scenas da Vida do Rio de Janeiro*, de França Junior, e a comedia em 1 acto *Não Tem Titulo*, de Baptista Machado”, cabendo “as honras da noite” à Helena Balsemão “inteligente atriz” (beneficiária do espetáculo) e aos Eduardo Rodrigues e Antônio Coimbra (CIDADE DA FEIRA, n. 15, p. 02, 18 nov. 1888). Porém, nas palavras do redator, “foi grande a-vazante”, o que foi lamentado porque, “poderá influir para que não venham ao nosso *theatro* outras companhias que poderiam proporcionar-nos noites cheias e divertidas no meio de tanto marasmo que vae por esta cidade” (CIDADE DA FEIRA, n. 15, p. 02, 18 nov. 1888). Novamente a urbe como local paralisado, “a cidade do silêncio”.

Voltemos a um tempo anterior. Em 1875, partiu para o Brasil no vapor Liguria a atriz Emilia Helena Balsemão, que esteve “escripturada” nos teatros “d. Maria II” e “Baquet”, respectivamente em Lisboa e Porto (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 481, p. 01, 12 mar. 1875). Em 1883 e 1888 atuou em peças nas capitais do Pará, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Alagoas e Bahia (GAZETA DA BAHIA, n. 58, p. 03, 14 mar 1885; O LIBERAL DO PARÁ, n. 206, p. 04, 14 de set. 1886; JORNAL DO AMAZONAS, Manaus, n. 1302, p. 03, 25 nov. 1886). Quatro dias antes da estreia em Feira de Santana, estava no teatro maceioense em temporada que durou pelo menos o outubro daquele ano (ORBE, n. 126, p. 04, 31 out. 1888).

Informa-se que a companhia dramática “regressou ontem para Cachoeira” (CIDADE DA FEIRA, n. 15, p. 02, 18 nov. 1888). Em “voto de agradecimento” da companhia, destaque para as pessoas que apoiaram o evento: um deles foi o primeiro intendente, o português Joaquim Sampaio¹²⁷; outro português, foi Bernardo Martins

127 Falaremos mais sobre ele no capítulo seguinte.

Catharino, depois “um bem-sucedido industrial de têxteis” (QUEIROZ, 2020, p. 270), um dos maiores da Bahia e do Brasil no final do século XIX e primeiras décadas do XX, fazendo fortuna em Salvador. Era provavelmente a possibilidade de estarem mais perto de sua cultura. Afinal, era a oportunidade de verem no palco uma conterrânea (CIDADE DA FEIRA, n. 15, p. 02-03, 18 nov. 1888).

Ademais, a cidade era agraciada com visitas de companhias regionais. A “aplaudida companhia dramática, de que é *director* o conhecido e festejado *actor* sr. Hyppolito de Carvalho” (O PROPULSOR, n. 67, p. 02, 23 jan. 1898), realizou algumas temporadas. O último, provavelmente, residente em alguma localidade do Recôncavo Baiano (Cf. O MUNICÍPIO, p. 2, 21 abr. 1892; O PROPULSOR, n. 19, p. 02, 20 fev. 1897; O PROPULSOR, n. 26, p. 01, 10 abr. 1897; O PROPULSOR, n.73, p. 02, 06 mar.1898; O PROGRESSO, p. 1, 13 maio 1906).

Outros acontecimentos nos ajudam a perceber quem era parte do espetáculo e quem, em determinados momentos, não era. Na noite de 11 de junho de 1897, um guarda livros¹²⁸ lançou um foguete próximo ao teatro que “offendeu physicamente uma rapariga, que vendia doce”, houve alguma turba e palavrões. O articulista da gazeta sente “ter de lembrar que n’um lugar, onde se reúne a fina flor da cidade, mormente senhoras, deve haver respeito” (O PROPULSOR, n. 36, p. 02, 19 jun. 1897). Em momento algum fala-se sobre o estado de saúde da ganhadeira, a preocupação era com “a fina flor da cidade” devido à falta de respeito esboçada por palavrados. Contudo, a violência física empreendida contra aquela senhora não foi do mesmo modo lembrada, na verdade sequer mencionada. São silenciamentos, apagamentos¹²⁹. Podemos abstrair que possivelmente muitos destes espetáculos não podiam ser assistidos por essa mulher e algumas outras ganhadeiras, que tiravam seu sustento da venda de doces e quitutes provavelmente também em dias (melhor dizendo, noites) de apresentações no teatro. Como não nos faz esquecer Damasceno (2011, p. 200), “no cotidiano das mulheres pobres de Feira de Santana, trabalho e informalidade caminhavam lado a lado.”

O *People’s Institute* de *New York*, “reconhecendo a eficaz educação que proporciona o teatro, entraram em acordo com os proprietários dos principais teatros de *New York*, obtendo a redução de 75% nas entradas.” Com a redução dos valores,

128 Guarda-livros eram as pessoas que trabalhavam no comércio de alguma forma gerenciando os negócios, “cuidava das finanças da casa (...) muitas vezes tão maldito na literatura quanto o próprio patrão” (POPINIGIS, 2007, p. 35).

129 Tomo aqui emprestado estes termos do historiador Clóvis Ramaiana Moraes Oliveira (2016).

ampliou-se “extraordinariamente a concorrência aos teatros, calculando-se que, no ano de 1909, cento e vinte mil indivíduos, munidos de bilhetes reduzidos, puderam assistir aos espectáculos” Ação que poderia ser experimentada no Brasil, “em favor da classe proletária” (BOCCANERA JÚNIOR, 2008, p. 31).

No final do século XIX, os trabalhadores dos armazéns da cidade recebiam por dia trabalhado 4\$000 a 5\$000 rs, “os pobres empregados da empresa central recebem a esmola de 1\$500 rs. isto é em moeda corrente (...) ao tempo que consomem os infelizes proletários, 12 horas de trabalho diário, e sempre serviço á noite” (O PROPULSOR, n. 72, p. 02, 27 fev. 1898). Chegaram a ficar alguns dias em greve, queriam um aumento salarial, pois “estão os gêneros pela hora da morte” (O PROPULSOR, n. 73, p. 01, 06 fev.¹³⁰ 1898; O PROPULSOR, n. 74, p. 01, 13 mar. 1898). Será que “todas as classes sociais” tiveram a possibilidade de participar desse divertimento?

No mesmo mês, em um editorial do O Propulsor, saltam duas questões: a primeira relativa à ausência de recursos financeiros para a compra de um item básico de sobrevivência, a água, dizia que “estamos quasi a sofrer sêde, por-que nem toda a gente pode pagar cem a duzentos reais por um barril de agua das fontes particulares”; a segunda questão, o nível de progresso da urbe, argumenta-se que era “incontestável” o progresso material, porém como viver em ausência d’água? Sem este bem, “não há civilização possível” (O PROPULSOR, n.76, p. 01, 27 mar. 1898). A soma de \$100 (100 réis) que estava sendo questionada, equivalia a 10% do valor do lugar mais simples na assistência de uma peça teatral, a plateia que custa regularmente 1\$000 (mil-réis). A nota também acaba reforçando as dificuldades urbanísticas que a cidade passava, a falta de água encanada era uma delas. Condições, *a priori*, de lugar não urbanizado.

Nos três últimos capítulos passeamos, respectivamente, pelos picadeiros circenses prestigiando mágicos, palhaços, trapezistas, malabares e ginastas. Em seguida, estivemos em alguns redondéis armados, na urbe, vendo as sortes executadas por quadrilhas taumáquicas espanholas com animais bravios. Por fim, adentramos ao espaço da magia do teatro, quando as cortinas se abriram e as luzes apagaram, os grêmios dramáticos locais e as companhias itinerantes estavam lá. Qual novo local para diversões nos aguardava? O hipódromo!

130 Grafado equivocadamente “fevereiro”, deveria estar impresso “março”.

6 ESPETÁCULOS ESPORTIVOS NA PRINCESA DO SERTÃO: O TURFE

Para um boêmio, não existe nada melhor do que uma nova diversão. Veremos adiante que é o *Jockey Club Feirense*¹³¹, este hodierno divertimento, mais um negócio a ser administrado na urbe. Conforme um poema¹³² publicado por aqueles tempos em Feira, a falta de dinheiro é o que “causa tanto horror” a quem vive na boemia, nos divertimentos, entre os quais as diversões públicas. Ademais, o suporte financeiro é essencial para quem pensava em se divertir, tanto no final do século XIX como em qualquer época, nos botequins, restaurantes, bilhares, cafés, teatros, redondéis, circos, e então naquela novidade citadina: o turfe em um hipódromo.

Diversas regiões brasileiras tiveram o turfe como pioneira ou uma das primeiras práticas esportivas em suas principais cidades¹³³. Decerto, a primeira organizada no Brasil possuindo um sentido moderno, marcado pela utilização de animais, principalmente do cavalo, tendo na cidade do Rio de Janeiro as mais antigas experiências de práticas equestres de corrida desenvolvidas no País, ainda no início do século XIX, auferindo maior organicidade em meados deste mesmo século (MELO, 2001; 2010b). O turfe caracteriza-se como um esporte típico desse período (LUCENA, 2001), tornando-se, nos anos de 1880, uma das mais apreciadas opções de entretenimento.

Esse ócio-negócio igualmente granjeou muitos adeptos na Primeira Capital brasileira. Alguns estudos afirmam a existência de dois prados em Salvador (ROCHA JUNIOR, 2011; ROCHA JUNIOR; SANTOS, 2015). Em algumas notícias do *Diário da*

131 O vocábulo *jockey* provém do diminutivo que os ingleses utilizavam para nominar os vendedores de cavalo, tendo origem na palavra *jock*, versão escocesa para Jack, apelido de John, nome bastante popular, considerado “o homem simples do povo” (GAMBETA, 2013, p. 43).

132 “VERSOS DE UM BOHEMIO”, poema de autoria desconhecida. “Suportar fortes sezões, / Arder em febre amarela, / Toda podre ter a guela, / Sofrer dores de unheiro, / Padecer constipações, / Morar junto de um padeiro, / Sofrer do forno o calor, / Não me causa tanto horror / Como a falta de dinheiro” (O MUNICÍPIO, 08 set.1892, n. 42, p. 01).

133 Destacam-se os seguintes municípios: Rio de Janeiro – 1849; Recife -1859 (MELO, 2010b); Campos dos Goytacazes – 1873 (CARNEIRO; MELO, 2021); Curitiba – 1874 (SILVA, 2015); São Paulo – 1875 (MELO, 2010b); Porto Alegre – 1877 (PEREIRA, 2016); Campinas – 1878 (MONTENEGRO; SOARES, 2018); Pelotas – 1878 (PEREIRA; BATAGLION, 2021); Belém – 1888 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 18 dez. 1888, n. 284, p. 02); Ouro Preto – 1888 (TURF, 26 jan. 1889, n. 01, p. 02; SPORT, 10 fev. 1889, n. 03, p. 01); Salvador – 1888 (ROCHA JUNIOR; SANTOS, 2015); Belo Horizonte – 1906 (SOUZA NETO; SOUTTO MAYOR, 2017); Manaus – 1907 (SOUZA, 2017); Rio Branco – 1911 (CORRÊA, 2017); Cuiabá – 1914 (O MATTO GROSSO, 27 set. 1914, n. 1259, p. 04); Rio Grande – 1922 (XAVIER; FREITAS; RIGO, 2014).

*Bahia*¹³⁴, aparecem os hipódromos São Salvador da Boa Viagem e o *Derby Club* do Rio Vermelho¹³⁵, ambos em pleno funcionamento em 1889.

O turfe era uma modalidade que “bem expressava os arranjos e transições entre o rural e o urbano” (CARNEIRO; MELO, 2021, p. 52). Como noticiam Melo (2009) e Pereira, Mazo e Bataglioni (2015), respectivamente, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, o turfe representava uma transformação da oligarquia agrária para uma sociedade moderna, urbana e europeizada. Também simbolizava, em Salvador, segundo Rocha Junior (2011), uma civilidade que começava a ser pensada sem grandes processos de ruptura, permanecendo características já existentes da sociedade. Almejava-se a modernização, todavia “a cidade ainda guardava ares rurais” (ROCHA JUNIOR, 2011, p. 49). Mais que almejar um presente moderno, em certos casos, como o que pesquisamos, a modalidade servia para transparecer algo urbano, mas que essencialmente não era.

Essas características ajudam a entender o desenvolvimento do turfe em Feira de Santana, salvaguardando as comparações, pois, embora rural, a sede do município procurava se associar ao universo urbano através de alguns elementos estruturais, a exemplo do prado feirense. Como demonstraremos à frente, a experiência turfística de Feira de Santana trazia esses traços.

Acredita-se que o panorama nacional e regional deva ter influenciado o aparecimento da experiência turfística em Feira de Santana, em consonância com o desenvolvimento econômico vivido pela entrância naquele tempo, por configurar uma região de trocas comerciais intensas desde sua Feira do Gado – à época, uma das maiores da Província (POPPINO, 1968).

Nesse contexto, uma manchete do dia 22 de junho de 1889 de um hebdomadário da capital do País trazia informações sobre o turfe na Bahia: primeiro, uma má notícia – a dissolução da “sociedade organizada há tempo, entre pessoas daquela capital e da Feira de Sant’Anna”, objetivando a fundação e consequente exploração do *Derby Club* Feirense. Em seguida, trouxe a novidade: “já está subscrito o capital preciso para outra, com o título Jockey-Club Feirense, da qual só poderão ser acionistas pessoas daquela cidade” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22 jun. 1889, n. 1468, p. 02).

134 Outros veículos da imprensa da época traziam notícias dos programas, informações sobre os hipódromos e agremiações que organizavam os eventos turfísticos realizados na Bahia e em outras partes do Brasil. Alguns noticiosos com temáticas mais gerais, como o *Diário do Povo* (14 jan. 1889, n. 203, p. 01) e o *Jornal de Notícias* (21 jul. 1891, n. 3501, p. 02), outros especializados no próprio turfe: *TURF* (26 jan. 1889, n. 01, p. 01) e *SPORT* (27 jan. 1889, n. 01, p. 01).

135 Boa Viagem e Rio Vermelho são bairros da cidade do Salvador.

Localizamos apenas uma dissertação de mestrado que continha algumas linhas sobre o prado feirense, que tiveram como fonte a “Crônica Feirense”¹³⁶. Entre outros elementos, menciona-se a reabertura do Hipódromo *Jockey Club* Feirense, evento ocorrido já no início do século XX, “lugar de sociabilidade dos mais abastados, que disciplina, a partir dos lugares sociais que os indivíduos ocupam, suas vestes, seus comportamentos, suas linguagens” (CAMPOS, 2016, p. 54). O autor assinala que lugares e instituições reafirmam a narrativa de uma cidade com passado agrícola, porém em harmonia “com o presente de novidades” e futuro próspero. Anteriormente, contudo, no final da centúria precedente, o empreendimento esportivo, pouco conhecido na historiografia feirense, tornara-se realidade.

Conforme Marcelo Rezende Ricci (2020, p. 172), a historiografia do esporte e lazer no país tematiza, majoritariamente, o turfe e outras formas de corridas de equinos realizadas em Porto Alegre ou Rio de Janeiro, pois em “outras cidades brasileiras, ainda é bastante incipiente.” Estudos brasileiros sobre outras capitais tomam esse assunto centralmente ou fazem considerações. Nesse rol, enquadram-se pesquisas desenvolvidas em São Paulo (GOIS JUNIOR, 2013; GAMBETA, 2013; SANTOS, 2017); Curitiba (SILVA, 2015); Salvador (ROCHA JUNIOR, 2011; ROCHA JUNIOR; SANTOS, 2015); Belo Horizonte (RODRIGUES, 2006; SOUZA NETO; SOUTTO MAYOR, 2017); Manaus (SOUZA, 2017) e Rio Branco (CORRÊA, 2017). Poucos são os casos trazidos a lume vindos do interior do Brasil: Pelotas (PEREIRA; BATAGLION, 2021); Rio Grande (XAVIER; FREITAS; RIGO, 2014); Teutônia (KILPP; MAZO; LYRA, 2010); e Campinas (MONTENEGRO; SOARES, 2018).

De efeito, voltando à gênese do prado feirense, dias depois daquele “furo de reportagem” citado na página anterior, realizava-se, em 26 de junho de 1889, uma sessão da nova sociedade, na qual os acionistas “acceitão e approvão” os Estatutos da Sociedade Anônima *Jockey Club* Feirense, publicados em um periódico da Capital do Estado (DIÁRIO DA BAHIA, 07 nov. 1889, n. 249, p. 02) e que analisaremos mais à frente, com o detalhamento oportuno.

Apresentaremos, a seguir, alguns indícios sobre a localização do *Jockey Club*, a ideia de que ele poderia contribuir com o espraiamento da cidade, apesar de, no início do

136 A coluna do jornal *Folha do Norte*, as primeiras experiências embrionárias da coluna “Vida Feirense”, tendo o mesmo editor, Arnold Silva – intendente da cidade nos anos de 1920, chegando a ser prefeito no final dos anos 1950 (MELLO; BRITO, 2018, p. 11-12). A coluna trazia efemérides sobre a história de Feira de Santana. Circulou nos anos de 1923 e 1924 (POPPINO, 1968; MELLO; BRITO, 2018).

século XX, a região em que se localizava o empreendimento ainda se encontrava ruralizada, bem como a própria cidade.

Em 28 de agosto do mesmo ano, a Câmara Municipal noticiou que iria “prolongar a rua Almirante Barroso¹³⁷” e transformá-la em “uma larga e longa avenida”, tendo o próprio *Jockey Club* Feirense contribuído com os recursos para esse melhoramento urbano “cujo hipódromo é ali situado” (FOLHA DO NORTE, 28 ago. 1943, n. 1781, p. 01).¹³⁸ Certamente, no conserto do novo projeto urbanístico e econômico que se desenhara, pois a alargaram, transformando a “outrora estrada da Lagôa do Fumo” (O PROPULSOR, 30 abr.1899, n. 133, p. 04), surgindo assim a Avenida Sampaio¹³⁹. As palavras de Oliveira (2016, p. 183), refletindo sobre outro período histórico da urbe compreendido entre 1920 e 1960, servem bem ao momento: “incorporava à cidade lugares distantes, tornando cidadinas regiões antes entendidas como rurais, projetando-lhes a sombra urbanizadora de práticas e coisas.”

Contudo, no final do século XIX, ainda havia roças situadas à Avenida Sampaio (O PROPULSOR, 30 abr. 1899, n. 133, p. 04). E no começo do século XX, possuía uma “avenida de chácaras e mais chácaras” – “agradável e repousante miniatura das fazendas apagadas à distância” (BOAVENTURA, 1989, p. 415-416). A Figura 25 mostra o início da Avenida Sampaio, no cruzamento com a Avenida Senhor dos Passos, ao ano de 1925 (GAMA, 2009): aparentemente larga, era superior, certamente, à maioria dos logradouros da cidade naquele início de século, porém ainda sem calçamento nem passeios públicos – indícios de que o traçado conduziria para um lugar importante, à época, no País: um hipódromo! Na atualidade, toda essa região compõe o centro urbano da cidade.

137 A Rua Almirante Barroso (atual Rua Comendador Targino) era um pequeno logradouro saindo da Rua Conde d'Eu (Rua Marechal Deodoro, atualmente) em direção leste à Rua ABC (Avenida Sampaio) (FEIRA DE SANTANA, 1886-1902). A Rua Conde d'Eu é provavelmente uma homenagem ao esposo da Princesa Isabel, Luís Filipe Maria Fernando Gastão d'Orléans: refere-se a um título de nobreza francês por ele recebido.

138 Esta informação estava na Coluna “Vida Feirense”.

139 De acordo com Oliveira (2016, p. 177), era uma maneira de ligar diretamente viajantes vindos do oeste e sudoeste com a Estrada da Boiadeira, um caminho de formato “sinuoso, aproveitado sob a forma de Rua.”

Figura 25 – Avenida Sampaio

Fonte: Site Oficial da Prefeitura de Feira de Santana
www.feiradesantana.ba.gov.br/memorialdafeira/index.asp

A nova avenida seria um caminho de ligação entre os espectadores e o progresso esportivo que chegara. A participação do *Jockey Club* Feirense com recursos financeiros para a edificação de tal obra buscava dar acesso facilitado ao mais novo centro feirense de divertimento e valorizava o empreendimento que estava sendo preparado na parte leste da cidade, como poderia se considerar a localização do imóvel no período.

Com base na planta de um loteamento de terrenos, o da Chácara Céu Azul (Figura 26), apresenta-se um espaço denominado “Campo de *foot-ball*”, referente a três quarteirões, aproximadamente. Pelas fontes, provavelmente, o local de funcionamento do hipódromo feirense.

Figura 26: Planta de terrenos em loteamento próximo à Avenida Sampaio



Fonte: FEIRA DE SANTANA. Planta do loteamento de terrenos da Chácara Céu Azul. Arquivo Público Municipal de Feira de Santana – Caixa 602. Feira de Santana, 1938-1949.

Cinco indícios podem ser destacados para esta asserção:

1 – Na primeira década do século XX, “no antigo hyppodromo” feirense, possivelmente desativado, desenvolveram-se partidas de futebol (O PROGRESSO, 22 dez. 1907 n. 410. p. 01). É possível ser o mesmo espaço ocupado por um dos primeiros estádios de futebol da cidade, inaugurado a 14 de setembro de 1941, o “Campo de Esportes dos Irmãos Andrade” “localizado á rua do ABC” (FOLHA DO NORTE, n. 1679, p. 01, 13 set. 1941), o chamado “Estádio da Vitória”¹⁴⁰ (ALMEIDA, 2002) identificado na planta do loteamento;

2 – O terreno do campo de futebol existente na planta, superior ao espaço necessário para partidas oficial¹⁴¹, compatível à vivência do turfe;

3 – A Avenida Sampaio criada como via de acesso ao hipódromo passava defronte ao “Campo de *foot-ball*”, seguindo reta e alongada até esse terreno. Após o local em que ficava o campo esportivo, é possível ver um traçado curvilíneo da avenida, talvez seguindo o curso “natural” do antigo caminho, tendo o próprio *Jockey Club* Feirense, como já dissemos, contribuído com os recursos que transformaram a estrada em avenida.

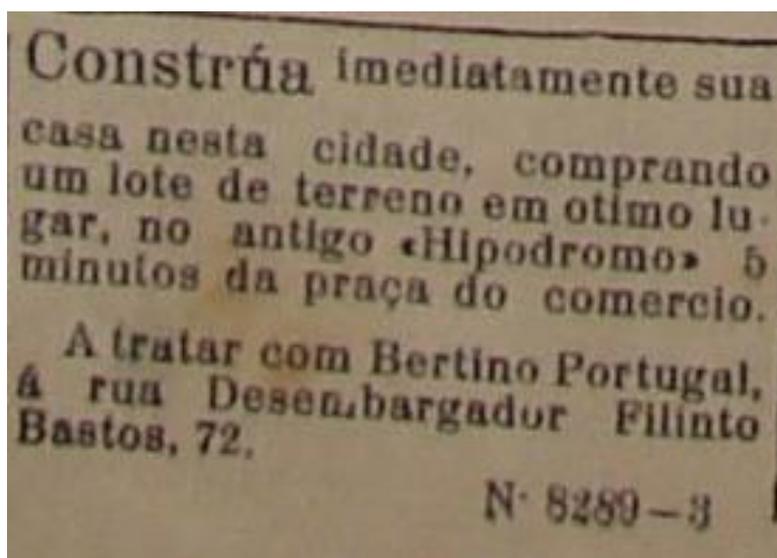
4 – A área do campo era próxima (parte dela na mesma direção) ao Asilo Nossa Senhora de Lourdes, situado na Avenida Senhor dos Passos, entidade que cedeu arrendamento do antigo hipódromo ao *Jockey Club* no início do século XX, como será divisado mais à frente (FOLHA DO NORTE, 26 jul. 1914, n. 280, p. 01).

5 – Anuncia-se a venda de lotes de terrenos “em ótimo lugar, no antigo ‘Hipodromo’ 5 minutos da praça do comercio” (FOLHA DO NORTE, n. 2036, p. 02, 17 jul. 1948). Supomos que seja o mesmo loteamento ou algum outro próximo (Figura 27).

140 Este estádio sediou competições da Liga Feirense de Desportes Terrestres fundada em 1942, em particular, o futebol (LÁZARO, 2015). Chegou a receber como visitante o time carioca, Botafogo, disputando partida com a agremiação local “A. D. Bahia, reforçada por jogadores do Ypiranga e do Vitória da Capital” (FOLHA DO NORTE, 24 jan. 1942, n. 1698, p. 03). O lendário Heleno de Freitas marcou dois gols neste jogo e em entrevista disse (com outras palavras) que já havia jogado em diversos lugares, porém nunca tinha realizado uma partida no fundo de uma chácara. “A. D. Bahia” significa Associação Desportiva *Bahia*, ou “Bahia de Feira”, como é mais conhecido.

141 Em 1863, na Inglaterra, foram catalogadas 13 regras pela Universidade de Cambridge criando a “*Football Association*”, dentre estas normatizações: o comprimento máximo do campo era 182 metros e a largura máxima era de 91 metros (BARBIERI; BENITES; SOUZA NETO, 2009). Na atualidade, o *Livro de Regras do Futebol*, em sua “Regra 01 – O Campo de Jogo”, entre outros elementos, apresenta as dimensões do campo: o comprimento das linhas laterais deve ter o mínimo de 90m e o máximo de 120m; e comprimento das linhas de meta deve ter o mínimo de 45m e o máximo de 90m (CBF, 2019, p. 40).

Figura 27 – Anúncio de loteamento dos terrenos que pertenceram ao Hipódromo



Fonte: *FOLHA DO NORTE* (n. 2036, p. 02, 17 jul.1948).

Encetar ações ligadas ao patrimônio esportivo¹⁴² (incluimos a memória de patrimônios não preservados¹⁴³), conforme Melo, Fonseca e Peres (2017), contribui para olhar o passado, percebendo-o de forma mais múltipla, com mais nuances e agentes envolvidos. Também pode impactar a percepção sobre cidade ao

estimular reflexões sobre o espaço público, gerar oportunidades para que os habitantes se identifiquem com o seu local, se orgulhem das suas cercanias, chave para desencadear a reivindicação de que as políticas públicas abranjam toda a cidade, não só determinados temas e áreas privilegiados (MELO; FONSECA; PERES, 2017, p. 278).

Atualmente, no espaço onde um dia provavelmente “esteve de pé” o hipódromo feirense, existem a Praça Jackson do Amaury, postos de combustíveis, hotéis e outros estabelecimentos comerciais (Figura 28).

142 Para saber mais, ler Santos e Lott (2020).

143 Consultar Melo e Chevitaese (2020) para informações sobre a “Arqueologia do Esporte”. No artigo, é feita a descrição da possível localização do Prado Guarany, um dos hipódromos que existiram no Rio de Janeiro do século XIX. Os autores consideram que investigar um estabelecimento pouco conhecido atualmente pode permitir reflexões sobre os movimentos de urbanização e os processos seletivos de memória.

Figura 28 – Praça Jackson do Amaury

Fonte: <https://feirenses.com/conjuntos-feira/>.

Retomamos o tema da manchete do dia 22 de junho de 1889, que tratou de informar sobre a dissolução da sociedade organizada entre pessoas de Salvador e de Feira de Santana que tinham como intenção fundar e explorar o *Derby Club* Feirense, e nos apoiamos na experiência do Rio de Janeiro, onde ocorreu uma monopolização das práticas turfísticas com a fusão do *Jockey Club* e do *Derby Club*¹⁴⁴ (SANTOS, 2015). Levando em consideração este processo, poderíamos supor, em certa medida, que algo semelhante possa ter ocorrido em Feira de Santana. Ou, de outro modo, uma ausência de estímulos para a criação de sociedades, não com base na fusão de agremiações, e sim em artifícios mais explícitos de exclusão de mercados com a proibição de “pessoas daquela capital” do processo de compra de ações do *Jockey Club* Feirense, “da qual só poderão ser acionistas pessoas daquela cidade” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22 jun. 1889, n. 1468, p. 02).

Com base apenas nesta fonte, porém, não seria possível afirmar categoricamente que existiu um monopólio. Colaborando com esse entendimento, o Estatuto do *Jockey Club* Feirense, publicado no *Diário da Bahia*, em nenhum dos 21 (vinte e um) artigos menciona qualquer restrição ao local de origem ou moradia dos acionistas, levantando dúvidas sobre realmente ter havido a proibição de soteropolitanos comprarem ações do hipódromo, de tal modo, contribuindo com a concentração de atividades turfísticas em apenas uma sociedade anônima (DIÁRIO DA BAHIA, 07 nov.1889, n. 249, p. 02).

144 Essas agremiações, segundo Melo (2019), no discurso, declaravam-se interessadas no desenvolvimento do turfe nacional; todavia, com distintas ênfases, dificultaram o funcionamento de outras.

Conforme Santos (2015), havia três modelos de sociedades de corrida: um teria “forma recreativa”; outra eram as “sociedades anônimas”, caso dos grandes clubes de corridas como o *Jockey* e o *Derby* do Rio de Janeiro; e as “demais sociedades e empresas”. Em Salvador, existiu a organização dos proprietários dos animais em formato de agremiação, o clube de turfe (ROCHA JUNIOR; SANTOS, 2015).

Identifica-se que a emergência da prática do turfe em Feira de Santana se deu por meio de associativismo, como em muitos casos, em outras cidades do Brasil¹⁴⁵. Difere o mencionado de alguns outros hipódromos pelo País, que tiveram ou sociedades recreativas sem fins lucrativos ou possuíam proprietário único¹⁴⁶. O hipódromo feirense, ao que as fontes indicam, com amparo na análise de seu estatuto, diferentemente de outros clubes que não possuíam fins lucrativos, desde sua concepção visava ao lucro e à repartição dos dividendos entre seus sócios, constituindo-se como uma sociedade anônima (DIÁRIO DA BAHIA, 07 nov. 1889, n. 249, p. 02).

Em certa medida, podemos perceber aproximações entre clubes e ofertas comerciais. Em Porto Alegre, consoante a narração de Pereira, Mazo e Bataglioni (2015, p.06), “cada um dos hipódromos constituía uma associação anônima” e visava a “lucros mercantis”. A segunda metade do século XIX, aponta Santos (2015), foi marcada por uma “diversificação de investimentos”. Pode-se, portanto, entender os investimentos nos clubes de corridas como um desses vários setores que passaram a ser ativados. Segundo o mesmo autor, para lograr constituir o monopólio da produção de eventos turfísticos comercializáveis, os clubes de corrida deveriam ampliar o investimento no “capital constante”, a saber: hipódromo, sede, marcadores de tempo, entre outros.

Assim como os outros clubes, a agremiação feirense de turfe preocupava-se com o acesso da população às dependências do hipódromo. À época, não havia meios de transporte modernos que circulassem na cidade para a condução dos futuros espectadores. Apenas na década de 1910, os automóveis começaram a circular em Feira de Santana

145 Exemplos saltam sobre os prados em Salvador: o do Rio Vermelho (DIÁRIO DA BAHIA, 09 mar.1889, n. 54, p. 01) e o da Boa Viagem (DIÁRIO DA BAHIA, 02 abr. 1889, n. 73, p. 03); o de Belém (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20 jun. 1888, n. 136, p. 03); o do Rio de Janeiro (MELO, 2001); o de Porto Alegre (PEREIRA; MAZO; BATAGLIONI, 2015); e o de Belo Horizonte (SOUZA NETO; SOUTTO MAYOR, 2017).

146 Sociedades recreativas sem fins lucrativos, como o Prado da Mooca, em São Paulo (GAMBETA, 2013) ou empreendimentos com único proprietário, como é caso do Prado Guarany, no Rio de Janeiro (MELO; CHEVITARESE, 2018). Outra iniciativa que possuiu em sua gênese dono único foi o Hipódromo da Boa Viagem, em Salvador (DIÁRIO DA BAHIA, 03 jan. 1889, n. 01, p. 01); porém este Prado, meses depois de sua inauguração, cedeu ao processo associativista, sendo criada uma sociedade anônima (DIÁRIO DA BAHIA, 02 abr. 1889, n. 73, p. 03).

(POPPINO, 1968). Como já assinalado, nenhum trem urbano ou mesmo bonde¹⁴⁷ havia para conduzir os *turfmen e turfwomen*; todavia, era possível fazer o percurso à tração animal (carros de boi¹⁴⁸, cavalos e algumas carruagens) e o deslocamento a pé, pois a região era muito próxima ao centro comercial, a Praça do Comércio.

Os programas eram, possivelmente, prestigiados pela população local, bem como a das adjacências e por outros adeptos do esporte que poderiam aproveitar os trens vindos do Município de Cachoeira. Nesse sentido, moradores da própria Capital do Estado, do Recôncavo Baiano ou de localidades mais próximas, como a cidade de São Gonçalo dos Campos, distante aproximadamente quatro léguas de Feira de Santana (POPPINO, 1968) poderiam comparecer. Inclusive, havia a possibilidade de algum grupo organizado solicitar um trem especial¹⁴⁹ usado em outras ocasiões, entre as quais, passeios recreativos (MELLO; BRITO, 2018), reforçando Santos (2017), sobre as mudanças do funcionamento dos meios de transporte quando influenciados por atividades de diversão.

Qualquer pessoa em um trem com destino à Estação Ferroviária de Feira de Santana poderia saltar na gare aos fundos da Igreja Matriz, lado esquerdo da Figura 29 e, em poucos minutos, chegar ao hipódromo da Avenida Sampaio. Além dos espectadores, poderiam vir – pelos trilhos – parceiros (égua e cavalos corredores), treinadores, *jockeys* e proprietários de animais competidores. Também não seria impossível o comparecimento de alguns moradores dos diversos distritos do Município, amantes do turfe, assim como vinham às segundas, dia da feira livre semanal (POPPINO, 1968).

Veicula-se na imprensa de Campinas, interior de São Paulo¹⁵⁰, em 1871, um pensamento empreendedor que ilustra bem as possibilidades há pouco expressas:

147 Os hipódromos de Salvador tiveram parte de seus espectadores conduzidos por bondes, por exemplo, na inauguração do Prado da Boa Viagem, “successivas partidas de 20 *bonds*” “eram insuficientes para conduzir as pessoas que desejavam assistir as corridas” (DIÁRIO DA BAHIA, 03 jan. 1889, n. 01, p. 01). Na estreia do hipódromo do Rio Vermelho, anunciou-se que haveria “carros extraordinários, com pequenos intervallos e com destino ao Prado” (DIÁRIO DO POVO, 25 maio 1889, n. 18, p. 03).

148 Eurico Alves Boaventura, memorialista, reporta-se aos anos de 1910 e 1920, expressando que a dinâmica, decerto, não foi muito diferente no final do século XIX: “Para batizados, casamentos, festas outras, lá se ia o carro de bois. (...) Carro com juntas vistosas de bois bonitos. Quatro bois iguais, da mesma cor, com as mesmas pintas” (Fragmento da crônica “Biografia de Feira de Santana: VIAGENS”. *Revista Sertão*, n. 02, Nov. 1963, encontrada em Brito e Oliveira, 2013).

149 “Viagem DIRETA, pegando o horário do vaporzinho da BAIANA, em Cachoeira, ou viagem para dormir nessa cidade. Os ricos daqui fretavam sempre um trem, quando o vaporzinho não pegava o comboio, para dormir em casa. Nas férias, piabávamos por um DIRETA, ou um trem especial” (BRITO; OLIVEIRA, 2013, p. 46).

150 *Jornal Gazeta de Campinas*. Uma nota expressava: “Suponhamos que gastasse 6, ou menos 8 contos, que não precisava, pois não queremos luxo, só o necessário com o círculo, a arquibancada, e arranjos de raia.” A nota segue: “Logo na primeira carreira, por exemplo na inauguração da estrada de ferro, teríamos no Hipódromo umas 3 a 4 mil pessoas, que a 2\$ dava para vencer a maioria da despesa” (MONTENEGRO; SOARES, 2018, p. 426).

afirmava-se que a sociedade que construísse o Prado “lucraria” (MONTENEGRO; SOARES, 2018). Podem ser ideias próximas às dos acionistas do hipódromo feirense, pois algumas condições já estavam dadas; afinal a estrada de ferro local era uma realidade desde 1875, anos antes da pedra fundamental de construção do hipódromo.

Por outro lado, ficava reservada aos moradores da cidade e região uma condição privilegiada: ter o turfe mais perto de seus lares. Expressamos, por ser propício o momento, a ideia de que participar dos domingos turfísticos em Salvador, quando já existiam os dois hipódromos e ainda não havia o Prado feirense, exigia uma certa disponibilidade de tempo entre partidas e retornos, além de recursos financeiros. Em virtude do uso do trem e do vapor, conforme Poppino (1968), os moradores de Feira de Santana e adjacências poderiam ir à Capital pela manhã e voltar na manhã seguinte. E se, em vez de retornarem no dia seguinte, os possíveis espectadores¹⁵¹ destinassem o dia para assistirem às corridas de cavalo, no mínimo três dias de viagem seriam necessários.

Figura 29 – Igreja Matriz de Sant’Anna e a Estação Ferroviária¹⁵²



Fonte: Amorim (1917, p. 40).

151 A viagem reduzira-se para apenas 26 horas. Antes da existência dos trens, tinha duração de três dias completos, conforme Poppino (1968). Para, entre outras atividades, participar das tardes de domingo turfísticas, os viajantes deveriam, no mais tardar até sábado, deslocar-se de trem até Cachoeira; fazer o percurso marítimo entre Cachoeira e Salvador, pernoitando naquela cidade; assistir à corrida de cavalo que normalmente terminava no final da tarde; pernoitar novamente na Capital Baiana; e, por fim, no dia seguinte, retornar a Feira de Santana pelos mesmos locais e meios de transporte utilizados na vinda.

152 Imagem anterior à data de inauguração das torres da igreja, ocorrida em janeiro ano de 1913. Cf. https://www.catedraldesantana.com.br/2018_artigo01.htm.

Sobre a vinda dos cavalos de corrida pela linha ferroviária, são procedidos os seguintes apontamentos: existiam vagões de carga, e parte do gado destinado a Salvador era transportado para Cachoeira, de onde seguia pela navegação. Podia ocorrer também o contrário: a vinda de éguas e cavalos parelheiros para Feira de Santana no período. Fontes sinalizam que, para outras práticas, utilizava-se o transporte ferroviário, como o traslado de animais pela estrada de ferro entre Cachoeira-Feira¹⁵³.

No País, assim como em diversas nações, a consolidação das práticas esportivas, em certa medida, “teve relação com os diferentes momentos de urbanização”, intensamente “articulada com o forjar” de costumes e de uma cultura urbana (MELO, 2019, p. 158). Essas práticas culturais, entretanto, existiram em lugares onde estavam as ruralidades e as povoações longe de serem alguns dos centros urbanos brasileiros da época; e Feira, como já demonstrado, foi um desses casos. A construção de prados foi considerada por Pereira, Mazo e Bataglioni (2015) como um expediente contribuidor à mudança dos costumes dos sul-rio-grandenses, considerando-se a delimitação posta nos espaços físicos. Os lugares citadinos foram sendo forjados, também, por essas experiências ligadas aos divertimentos, participando diretamente da economia local e contribuindo para os melhoramentos urbanos.

Como anunciado, agora será abordado detalhadamente o estatuto da nova sociedade, elemento importante inclusive para a construção e manutenção do próprio prado.

6.1 ESTATUTO DA SOCIEDADE *ANONYMA JOCKEY CLUB FEIRENSE*

O *Diário da Bahia*, um periódico da Capital do Estado que publicava, em sua linha editorial, acontecimentos do turfe na província e, em particular, sobre as tardes turfísticas soteropolitanas de domingo, provavelmente não havia publicado notícias do turfe vindas dos sertões baianos até aquele 07 de novembro de 1889. Não era uma notícia qualquer, pois se publicava o estatuto de uma sociedade anônima (DIÁRIO DA BAHIA, 07 nov. 1889, n. 249, p. 02), em conformidade com o artigo 33 do Decreto Nº 8.821, de 30 de dezembro de 1882, regulamentador deste tipo de agremiação. Este artigo

153 Já apontamos no capítulo que abordou os circos sobre a vinda de companhias equestres e zoológicas.

determinava que, “antes das companhias entrarem em exercício serão publicados, nos jornais do termo, ou do lugar mais próximo, os estatutos” (BRASIL, 1882).

A palavra Estatuto, conforme o Dicionário Michaelis *on-line*¹⁵⁴, pode significar a regulamentação de uma instituição; contudo, também significa *status*, distinção social, algo buscado pelo grupo que se formara para levantar esse empreendimento e, também, provavelmente, almejado por quem tencionava aquele divertimento. As duas definições estão imbrincadas, porque as normas delineadas em um estatuto servem de parâmetro para definir padrões para aqueles que compõem determinada associação, diferenciando-os dos que não pertencem a tal organização. Anunciava-se para a sociedade baiana, dessa maneira, a criação do grêmio *Jockey Club* Feirense!

Dividiu-se a análise dos estatutos em duas partes: a primeira cuidou das finalidades sociais e de elementos contábeis; na segunda parte, estavam circunscritos elementos administrativos executivos e, entre esses, os instrumentos das tomadas de decisões coletivas, as assembleias gerais.

6.1.1 Finalidades Sociais e Contabilidade da Sociedade

O primeiro artigo define, inicialmente, o tipo de associativismo no qual estaria ocorrendo “uma sociedade anonyma” e, conforme Art. 1º do Decreto nº 8.821, que regulamenta a Lei nº 3150, tratando desse tipo de sociedade, distingue-se dos outros tipos de sociedades “pela divisão do capital em acções, pela responsabilidade limitada dos accionistas e necessidade do concurso, pelo menos, de sete socios” (BRASIL, 1882).

Em seguida, o artigo do Estatuto denomina a agremiação *Jockey Club* Feirense, estabelecendo de imediato “o fim especial” para que se destinaria: “construir e explorar (...) um Hippódromo para corridas de animaes, e quaisquer outras diversões licitas.” Pelo exposto, fica evidenciado que ainda não existiam as instalações físicas do empreendimento de diversão na assembleia de instalação da sociedade, em 26 de junho de 1889 (DIÁRIO DA BAHIA, 07 nov. 1889, n. 249, p. 02).

154 Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=nb3q>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Vemos que esse espaço, conforme anunciado no próprio Estatuto, também era destinado a outros divertimentos; neste sentido, foi palco para touradas ainda no século XIX. Em outras localidades, em hipódromos, encontram-se registros também de partidas de futebol, corridas a pé e bicicleta, entre outras práticas (ROCHA JUNIOR, 2011; GAMBETA, 2013; CORRÊA, 2017; SOUZA NETO; SOUTTO MAYOR, 2017).

O segundo artigo exprime como “indeterminado” o tempo de duração da sociedade que se inicia. A durabilidade da sociedade, contudo, é marcada e controlada, conforme o próprio Estatuto, por elementos contábeis que são determinantes do início, condicionantes dos anos de desenvolvimento do empreendimento de diversões e fundamentais para o término dos negócios.

O início do negócio, segundo o artigo terceiro, resulta do acúmulo do capital social necessário para a participação na Sociedade e construção do hipódromo: o montante definido foi de 12:000\$000 (doze contos de réis) divididos em 120 (cento e vinte) ações nominais. É possível que esse valor tenha sido utilizado em outras benfeitorias ligadas, diretamente, ao *Jockey Club* Feirense. Poderíamos destacar a secretaria da agremiação que ficava no centro da cidade, “à rua Conselheiro Franco n. 81” (O MUNICÍPIO, 02 jun 1892, n. 16, p. 03)¹⁵⁵. Pelas fontes, não é possível afirmar se este imóvel era alugado ou pertencia ao capital social da sociedade hípica. Na Figura 30, à esquerda, aparece uma edificação mais elevada com sobrado, a sede da Filarmônica Victoria.

155 A Rua Conselheiro Franco já recebeu também a denominação de Rua Direita uma das mais importantes na época (BOAVENTURA, 2006). Em uma extremidade, ao sul, ficava a Matriz de Sant’Anna (o centro religioso); aos fundos desta igreja, a única estação de trem da cidade ligando à Capital e Recôncavo (o centro de comunicação e transporte); no curso da rua ficam as sedes das duas filarmônicas existentes na época – a Victoria e a 25 de Março – e também a única casa de espetáculos, o Teatro Sant’Anna (o centro cultural); mais à frente, o logradouro fazia esquina com a Praça do Comercio, local onde se desenvolvera a feira livre da cidade, e a outra extremidade da rua, ao norte – além de possuir a Igreja dos Remédios – estava próxima ao Campo do Gado (os centros comerciais da urbe), a Euterpe Feirense, terceira orquestra filarmônica da cidade criada em 1921 construiu posteriormente nesta mesma rua sua sede.

Figura 30 – Rua Conselheiro Franco

Fonte: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/memorialdafeira/conteudo.asp?catimg=1#gallery1-33>

Para participar da agremiação, de acordo com o inciso 1, o pretendente deveria desembolsar 100 mil réis por apenas uma ação¹⁵⁶, com valor pago em parcela única. O valor comprava uma cabeça de gado gordo, alguns anos depois (O PROPULSOR, 09 maio 1897, n. 30, p. 01); ou seja, uma ação do hipódromo feirense, sem as devidas correções inflacionárias, correspondia a um animal bovino pronto para abate. Buscando uma comparação com um dos empreendimentos com igual finalidade social, já citado, localizado na sede da província, o Hipódromo São Salvador, podemos entender que o negócio que estava sendo implementado em Feira de Santana era provavelmente uma organização mais modesta, a julgar pelo capital social ensejado com a venda das 1.100 (mil e cem) ações do hipódromo da Região Metropolitana ser de 220:000\$000 (duzentos e vinte contos de réis)¹⁵⁷. Sinaliza-se que a “sociedade só se incorporará” com, no mínimo, 600 ações vendidas a 200 (duzentos) mil réis cada uma. Importante é destacar o fato de que, no empreendimento de Salvador, a estrutura para as corridas hípias já estava

156 As ações poderiam ser “transmissíveis por meio de endosso”, sendo dada a “preferência” aos demais acionistas, conforme o inciso 2, do mesmo artigo.

157 A unidade básica da moeda brasileira, durante os períodos colonial e imperial, era o real (réis no plural). “Escrevia-se \$100 para a soma de 100 réis, 1\$000 para um mil-réis e 1:000\$000 para um conto de réis” (FREIRE, 2007, p. 10).

construída e em pleno funcionamento; e, muito provavelmente, suas ações estavam valorizadas (DIÁRIO DA BAHIA, 31 mar. 1889, n. 72, p. 04).

Para a finalização do grêmio, o quinto artigo acentua: considerar-se-ha extinta” quando o balanço apresentar “prejuízo de 50% do capital social”, operando-se a “venda em hasta pública”, sendo o saldo repartido entre os acionistas. É um artigo decisivo que determina, objetivamente, os limites da existência ou não da sociedade.

Na sequência vêm, na íntegra, os sete primeiros artigos:

Art. 1º Fica nesta data constituída uma sociedade anonyma denominada – Jockey Club Feirense – para o fim especial de construir e explorar nesta cidade um Hippódromo para corridas de animaes, e quaisquer outras diversões licitas.

Art. 2º Sua duração será por tempo indeterminado.

Art. 3º O capital social será de doze contos de réis (12:000\$000) divididos em cento e vinte acções nominaes de cem mil réis cada uma.

§1º As entradas serão realizadas de uma só vez.

§2º As acções serão transmissíveis por meio de endosso, tendo preferência os actuaes acionistas.

§3º O capital social só poderá ser augmentado mediante resolução da assembléa geral.

Art. 4º A directoria não poderá, sob pretexto algum contrair débitos nem assignar documentos de responsabilidade; e quando por qualquer circumstancia assim seja preciso, convocará a assembléa geral para resolver sobre o aumento do capital.

Art. 5º A sociedade considerar-se-ha extinta logo que o balanço apresentado mostre um prejuízo de 50% do capital social, procedendo-se n’este caso a venda em hasta pública, e o resultado será dividido pelos acionistas reunidos para esse fim de acordo com o Art. 16 e seus parágrafos.

Art. 6º Os balanços terão logar anualmente, demonstrando com clareza e precisão todo o activo da sociedade, segundo as disposições da lei de 30 de dezembro de 1882, sido previamente submettidos á aprovação do conselho fiscal, procedendo se em seguida á distribuição dos respectivos dividendos.

Parágrafo único A directoria, se assim o entender, e de acordo com os cofres da sociedade, fará nos semestres uma distribuição por conta dos dividendos do fim do anno social.

Art. 7º O fundo de reserva será composto de um terço das quantias a dividir, sendo os outros dous terços divididos pelos acionistas. Logo que o fundo de reserva se achar elevado á 50% do capital social, que são seis contos de réis (6:000\$) convocar-se-ha a assembléa geral para ella resolver a respeito, afim de dar-lhe applicação, augmentando ou reformando o *Hippodromo*, ou dividindo a importancia entre os accionistas, de acordo com as acções que cada um possuir (DIÁRIO DA BAHIA, 07 nov. 1889, n. 249, p. 02).

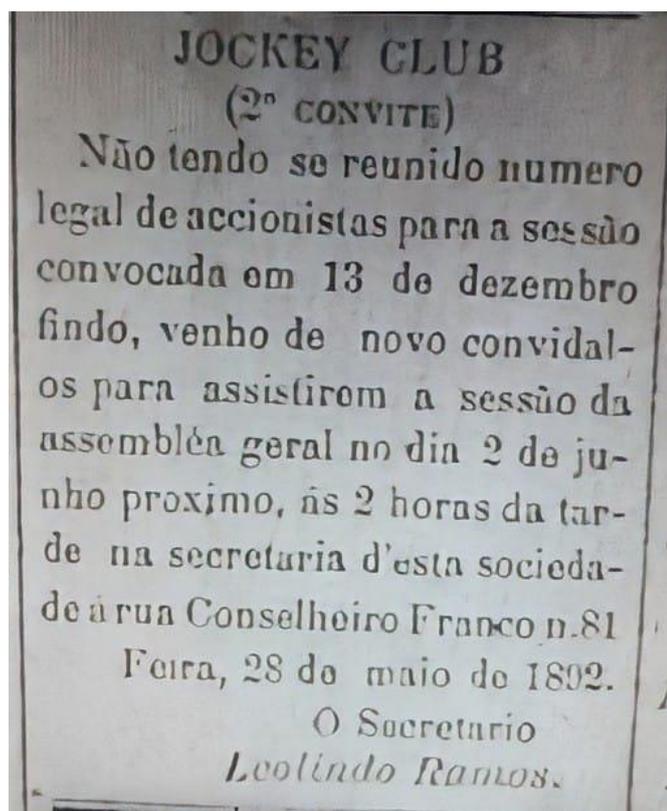
Desejamos salvaguardar, pelo menos, o conteúdo e a memória desse documento histórico; afinal, são os Estatutos de uma sociedade existente ainda no século XIX em Feira de Santana. Acreditamos que o acesso ao estatuto contribuirá para que outros pesquisadores possam ter contato com as informações em futuros estudos. No próximo tópico, analisaremos a parte final desse material e, de igual modo, colocaremos os últimos artigos em sua inteireza.

6.1.2 Elementos Administrativos do *Jockey Club* Feirense

De acordo com a Lei Nº 3.150, de 4 de novembro de 1882, as sociedades anônimas devem ser administradas por “mandatarios temporarios, revogaveis, reelegiveis, socios ou não socios, estipendiados ou gratuitos, não podendo cada mandato exceder o prazo de seis annos” (BRASIL, 1882). O oitavo artigo do Estatuto, alinhado a esta legislação, estabelecia que o *Jockey Club* seria administrado por “uma directoria (...) composta de um presidente, um secretario, um tesoureiro e um director de obras”, eleita “annualmente pela assembléa geral por maioria de votos”, prestando “serviços gratuitamente” podendo ser reconduzida ao final de cada mandato.

Ao presidente competia “determinar e presidir” todas as sessões da directoria e representar a instituição junto à sociedade. Cabia ao tesoureiro guardar “todos os valores moveis pertencentes à sociedade”, controlando as finanças. Ao director de obras competia a execução e fiscalização das “obras em construção”, sendo o “único encarregado de zelar o *Hippodromo*, raia e suas dependências”. Portanto, ele era muito importante nesse momento inicial, visto que o prado estaria em fase de construção, exigindo grandes cuidados, de sorte que ter alguém responsável direto pelo desenvolvimento da edificação era algo estratégico. Já ao secretário competia, entre outras atribuições, “fazer toda a correspondência da sociedade”, o que incluía relacionamento direto com os jornais da época. Uma das correspondências veiculada pela Secretaria traz um aviso¹⁵⁸, cuja nota é assinada pelo secretário “Leolindo Ramos” (Figura 31).

158 A segunda convocação dos acionistas para a assembleia foi publicada em duas edições do jornal: “02 de junho próximo, às 2 horas da tarde na secretaria d’ esta sociedade à rua Conselheiro Franco n. 81”, visto que na primeira convocação para o dia 13 de dezembro 1891 não houve quórum ou, na redação do informe, “não tendo se reunido número legal de acionistas para a sessão convocada” (O MUNICÍPIO, 02 jun. 1892, n. 16, p. 03; O MUNICÍPIO, maio 1892, n. 15). Não foi possível identificar a data desta publicação, por já não existir parte da página do jornal; porém, pela periodicidade, é possível chegar ao dia 29.

Figura 31 – Aviso sobre Assembleia do *Jockey Club* Feirense

Fonte: *O MUNICÍPIO* (02 jun. 1892, n. 16, p. 03)

Esse secretário era um grande comerciante feirense. Leolino dos Santos Ramos figurava, no final do século XIX, entre os 50 (cinquenta) maiores contribuintes do Município (*O PROPULSOR*, 09 maio 1897, n. 30, p. 01; *O PROPULSOR*, 20 nov. 1896, n. 06, p. 04; *O PROPULSOR*, 30 abr. 1899, n. 133, p. 04; *O PROPULSOR*, 18 abr. 1897, n. 27, p. 02-03). Fundou com seu irmão, Silvino Santos Ramos, uma “Nova Casa Comercial”, a “Ramos Irmão & C.”, cuja especialidade era “o comercio de Fazendas, Miudezas, Drogas, Ferragens e Molhados” (*O PROPULSOR*, 22 maio 1897, n. 32, p. 01).

Membro da Comissão de Contas da Sociedade 25 de Março (*O PROPULSOR*, 27 mar. 1897, n. 24, p. 02) e vice-provedor da Irmandade Santa Casa da Misericórdia (*O PROPULSOR*, 27 fev. 1898, n. 72, p. 01), no século seguinte, em 1920, assumiu o Conselho do Municipal¹⁵⁹ e, tendo exercido sua presidência, fora reeleito em 1923 para novo mandato (*FOLHA DO NORTE*, 16 jan. 1943, n. 1749, p. 04). Em 1922, este

159 Nome designado até 1935 às atuais Câmaras de Vereadores (termo também usado no período monárquico do Brasil). Com o advento da República, foi substituído pela denominação “Conselhos Municipais” (SANTOS, 2016).

cavalheiro inaugurou a primeira praça esportiva destinada ao futebol do Município, emprestando seu nome: Estádio Leolino Ramos (FOLHA DO NORTE, 05 ago. 1922, n. 642, p. 01; LAJEDINHO, 2004). Foi este um dos primeiros empreendimentos no terreno das diversões desenvolvido no século XX. Reportamo-nos, com detalhes, a este campo no capítulo seguinte.

Outra competência do secretário era encarregar-se da movimentação da casa de apostas, das entradas e inscrições em cada corrida; deveria, ainda, entregar ao tesoureiro o balanço e resultado líquido de cada corrida. Em Feira de Santana, não identificamos no período registros nos jornais sobre atividades que envolvessem *poules*, possuindo assim um caráter de novidade. Pode-se chegar a uma conclusão semelhante à sinalizada por Montenegro e Soares (2018) de que, possivelmente, o desenvolvimento pouco conhecido dos bilhetes para apostadores fosse uma vantagem econômica.

Desde os últimos anos de século XVII, as apostas estavam especialmente centradas nos desempenhos dos cavalos (VIGARELLO, 2009). No século XIX, esses elementos estavam consolidados: apostar era uma das principais características¹⁶⁰ das corridas de cavalos (QUITZAU, 2019; MONTENEGRO; SOARES, 2018), uma “parte indissociável das disputas” (GAMBETA, 2013, p. 50). Considerando-se que, pelo Estatuto do *Jockey Club* Feirense, o secretário era o responsável pela “casa de apostas”, é bem possível que elas tenham ocorrido no Prado Feirense.

Sobre as apostas em Salvador, Rocha Junior (2011, p. 52) salienta que elas foram alvo de uma campanha contrária em alguns periódicos, que “noticiavam o quanto esse hábito desencaminharia as boas almas e as boas famílias soteropolitanas”. Algo semelhante pode ter ocorrido em Feira de Santana: tanto a euforia com a novidade dessas modalidades de apostas, quanto a difícil realidade de ver entes queridos, ou mesmo a si próprio, perdendo dinheiro em disputas que muitas vezes já poderiam ter o vencedor ou serem maculadas com erros de arbitragem, a julgar pela experiência de outros hipódromos pelo País (MELO, 2001; GAMBETA, 2013; MELO; CHEVITARESE, 2018; MELO, 2019). Essas ocorrências chamadas *tribofes*¹⁶¹ são “comuns na história do turfe” (MELO, 2019, p. 167).

160 A par da assistência dos espetáculos turfísticos, os consumidores poderiam ativamente participar das movimentações financeiras do clube, “[...] despejando milhares de contos de réis” nos bilhetes de apostas. (SANTOS, 2015, p. 217). Souza (2017, p. 76) sinaliza que por conta das apostas “[...] os páreos eram anunciados divulgando o número, nomes dos cavalos, pêlo, idade, peso, naturalidade, cores das vestimentas e proprietário.”

161 “Conflitos desencadeados por trapaças ou erros nos julgamentos dos resultados das provas” (MELO; CHEVITARESE, 2018, p. 256).

O décimo quarto artigo afirmava que vigoraria “o código das corridas do *Derby-Club* da cidade da Bahia” (como a maioria dos periódicos se referia a Salvador à época), documento com diversos artigos que estabeleciam regras sobre as disputas, disciplinando as ações passíveis de acontecer. Percebem-se as influências vindas da Capital da Província, exemplo mais próximo de cidade entendida como civilizada. Prática em consolidação, haja vista o empreendimento naquela urbe ainda ser bem recente.

Conseguimos localizar um único artigo do “*Derby-Club* da cidade da Bahia”. Assinalava:

Art. 54 Os jockeys são obrigados a correr os seus animaes, fazendo todo o esforço para obter do pareo a melhor colocação possível.

§1º O jockey que propositalmente fizer perder a corrida ao animal que montar, ainda mesmo que a mandado do seu patrão, será punido pela directoria com as seguintes penas: multa igual ao valor do 1º premio do pareo, suspensão pelo tempo que a directoria julgar conveniente ou exclusão.

§2 No caso de ficar provado ter o jockey perdido uma corrida, em comprimento de ordens de seu patrão, ficará este sujeito ás seguintes penas: multa no dobro do valor do 1º premio do pareo e suspensão de inscrever animaes pelo tempo que a directoria julgar conveniente (DIARIO DO POVO, 28 de maio de 1889, n. 20, p. 01).

Muitas dessas proibições ou permissões buscavam mitigar a ocorrência dos tribofes. Nesta linha, fontes em diferentes periódicos apresentam outras regras praticadas em corridas do *Jockey Club* da Boa Viagem, que poderiam ser similares às normas exigidas pelo código adotado no *Derby Club* Feirense. São exemplos: a proibição da “inclusão do mesmo animal em tres pareos” (TURF, n. 08, 23 mar. 1889, p. 03); e a terceira saída falsa seria considerada “válida de qualquer forma” (A LOCOMOTIVA, 09 fev. 1889, n.11, p. 69). Algumas delas tinha carácter eminentemente distintivo, como a exigência dos animais matriculados no *Stud-Book*¹⁶² para terem suas inscrições aceitas nas corridas (JORNAL DE NOTÍCIAS, 08 mar. 1892, n. 3688 p. 01).

O décimo sexto artigo estabelece que a Assembleia Geral, instrumento das tomadas de decisões coletivamente entre os acionistas, “reunir-se-ha uma vez anualmente, a contar da data d’estes estatutos”, extraordinariamente, pela diretoria ou por um grupo de acionistas que represente dois terços das ações. Em 05 de junho de 1892, circulou um aviso convidando para mais uma assembleia do *Jockey Club*. Na mesma reunião, possivelmente, ocorreriam a prestação de contas e a eleição do Conselho Fiscal. Como é possível inferir, com suporte no que logramos compreender da notícia deteriorada

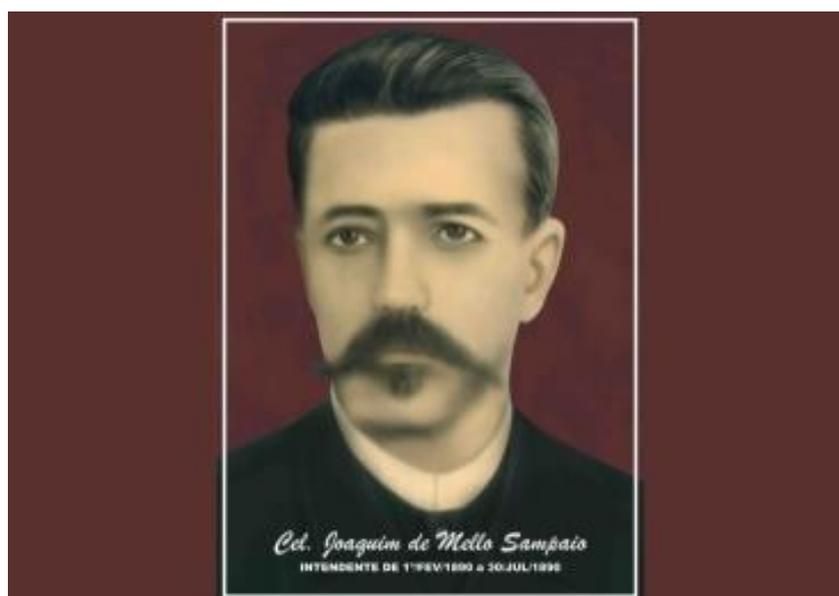
162 Ou seja, um registro genealógico de uma determinada raça pura, neste caso, de equino (ABCCH 2019).

pelas ações antrópica e temporal, conformava-se como terceira convocação da assembleia. Pela cidade e data do aviso, “Feira, 3 Junho de 1892”, pode-se concluir que a sessão do dia 02 de junho anteriormente anunciada não ocorrera. No aviso, consegue-se identificar o fragmento “Eleição da nova (*sic*) diretoria”. Aparece o dia “9” como uma possível data da assembleia. Não se pode identificar se seria naquele mês ou em um próximo (O MUNICÍPIO, 05 jun.1892, n. 17, p. 03).

É plausível que as atividades realizadas pelo *Jockey Club* no hipódromo seguissem em meados de 1892; contudo, encontrando dificuldade de reunir seus acionistas, em virtude de a assembleia geral constituir-se, segundo o décimo oitavo artigo, quando os acionistas reunidos “representem dous terços do capital social, isto é, pela primeira e segunda vez que forem convocados”. Ou seja, as pessoas que detenham juntas 80 (oitenta) ações, visto que, como já expresso, o capital social inicial estava dividido em 120 (cento e vinte) ações nominais. Em uma terceira convocação, poderiam deliberar com o número de acionistas presentes.

A publicação dos Estatutos no periódico Diário é finalizada com a comissão formada na referida sessão: “Joaquim Mello Sampaio” (Figura 32), “Cesar Ribeiro Cerqueira” e “Hermelino M. dos Santos Vital” (DIÁRIO DA BAHIA, 07 nov. 1889, n. 249, p. 02)

Figura 32 – Joaquim de Mello Sampaio, acionista e provável diretor do *Jockey Club*



Fonte: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/memorialdafeira/conteudo.asp?catimg=5#gallery5-2>

Joaquim de Mello Sampaio, de nacionalidade portuguesa, era um industrial, “negociante e proprietário de uma fábrica de chapéus na Cidade da Bahia”¹⁶³. A Chapelaria Norte Industrial estava localizada no bairro de Água de Meninos, à Rua dos Coqueiros, e “despontava com seus mais de 500 funcionários, dois motores a vapor de 130 cavalos e um capital de 1.500 contos de réis.” (REBOUÇAS, 2016, p. 160). Foi o primeiro intendente de Feira de Santana, assumindo a função em fevereiro de 1890; porém, ficando poucos meses no cargo (FOLHA DO NORTE, 01 fev. 1941, n. 1647, p. 1). Ou seja, os primeiros momentos do hipódromo sofreram pouca influência do período em que ele esteve à frente da administração pública da cidade.

Cesar Ribeiro Cerqueira, um grande comerciante da cidade, dono da Loja Celeste, “Major”, “acreditado comerciante e cultor de ciencias” (O PROPULSOR, 24 out. 1897, n. 54, p. 01), ocupava a posição número 15 (quinze), entre os 50 (cinquenta) maiores contribuintes do Município no final do século XIX (O PROPULSOR, 18 abr. 1897, n. 27, p. 02-03). Secretário da Irmandade Santa Casa da Misericórdia (O PROPULSOR, 27 fev. 1898, n. 72, p. 01; CERQUEIRA; SOUZA, 2009), foi colaborador do Jornal *O Propulsor*, “gerente da Linha Circular”, empresa de bondes de Salvador (O PROPULSOR, 24 nov. 1901, n. 267, p. 02), e Conselheiro Municipal entre 1900-1903 (O PROPULSOR, 31 dez. 1899, n. 168, p. 02). Ainda nos últimos anos do século XIX, aderiu à campanha de folga aos domingos dos trabalhadores do comércio, buscando criar lei municipal sobre a matéria (O PROPULSOR, 14 jan. 1900, n. 170, p. 01).

Hermelino Manoel dos Santos Vital, em 1888, era “delegado de polícia do termo” (MELLO; BRITO, 2018, p. 24). Trazendo a patente de “Major”, seu nome aparece como presidente “reeleito” da Filarmônica Victoria no ano de 1897 (O PROPULSOR, 05 set. 1897, n. 47, p. 02) e, depois, “thesoreiro da Intendencia Municipal da cidade de Feira de Sant’Anna” (O PROPULSOR, 19 mar. 1899, n. 127, p. 01).

Ex expositis, podemos concluir que a então recém-fundada sociedade, em seu corpo de dirigentes, provavelmente, os demais acionistas também não diferiam de outros clubes turfísticos. É perceptível o grau de envolvimento semelhante de pessoas das oligarquias agrárias e das burguesias comerciais e industriais em outras experiências pelo Brasil, e mesmo em outros países¹⁶⁴. Ambos os grupos representavam a classe dirigente

163 Descrição dada por José Maria D’Andrade: Joaquim de Mello Sampaio e sua esposa Carolina Chiappe Sampaio foram padrinhos em 1885 de uma das filhas dele. <http://www.andrademedicis.com.br/JOSEMARIA.htm>.

164 No nosso País, sinaliza-se que essas sociedades expressam a ampliação de espaços sociais para novas, mas também velhas elites, compostas por comerciantes, autônomos, industriais, políticos, militares,

de diversas instituições da cidade: instituições políticas, como a Intendência e o Conselho; e também as associações, entre as quais as Filarmônicas 25 de Março e Victoria; e agora, o *Jockey Club* Feirense. Em alguns casos, o mesmo dirigente ocupava, em um só tempo, o cargo político municipal e o cargo administrativo da agremiação.

Na sequência, em formato completo, estão os últimos artigos analisados, tratando dos elementos administrativos, das assembleias e das disposições finais do estatuto da agremiação feirense:

Art. 8º A sociedade será administrada por uma directoria eleita anualmente entre os acionistas e composta de um presidente, um secretario, um tesoureiro e um diretor de obras.

§1.º A directoria será eleita anualmente pela assembléa geral por maioria de votos

§2.º A directoria poderá no fim de cada anno ser reeleita.

§3.º A directoria prestará serviços gratuitamente.

§4.º A directoria terá entrada franca no Hippodromo, quer em dias ordinários, quer em dias de corridas.

Art. 9º Ao presidente compete: determinar e presidir a todas as sessões da directoria; visar as contas da sociedade, e representar a mesma em tribunaes e perante os poderes públicos.

Art. 10. Ao secretario compete: redigir as actas das sessões da directoria; fazer toda a correspondência da sociedade; encarregar-se de todo o movimento da casa de apostas, do movimento das entradas e inscrições em cada corrida entregando no mesmo dia ao tesoureiro o balanço e resultado liquido da corrida; e substituir ao presidente na sua falta.

Art. 11. Ao tesoureiro compete: receber e ter sob sua guarda todos os valores moveis pertencentes à sociedade; arrecadar o dinheiro, pagar todas as contas autorizadas pelo presidente, fazer e trazer em dia a competente escripturação da sociedade, apresentar o balanço à directoria para formular o respectivo relatório das sessões annuaes, fiscalizando tudo quanto tenha referencia com o movimento econômico social, e apresentar o balanço da receita e despeza de cada corrida nas sessões econômicas da directoria.

Art. 12. Ao director de obras compete: executar e fiscalizar as obras em construção; comprar todo material que fôr necessário, apresentar mapas á pagar, para serem visados pelo presidente, zelar e conservar as obras, de acordo com a directoria, ficando o único encarregado de zelar o *Hippodromo*, raia e suas dependencias, podendo para este fim ter um empregado effectivo como zelador, cujo ordenado será combinado com a direcção.

Paragrapho único. O diretor substituirá ao secretario no seu impedimento.

Art. 13 Haverá um conselho fiscal de três membros acionistas, eleitos anualmente por maioria de votos, podendo ser reeleito, o qual fica encarregado: de dar seu parecer á assembléa geral em respectivo relatório, depois de examinar as contas da directoria e verificar o estado do caixa, bem como propor qualquer medida que entenda conveniente aos interesses da sociedade.

Paragrapho único. No caso da ausência de qualquer dos membros do conselho fiscal por mais de tres mezes a directoria nomeará um accionista para o substituir.

gestores da Administração Pública, entre outros (MELO; CHEVITARESE, 2018). No Uruguai, avaliando as práticas de divertimentos na localidade de Paysandú, ainda no final do século XIX, em uma região, nas palavras da autora, “ruralizada”, identificou-se que a *Sociedad Hipodromo de Paysandu* possuía em parte do comitê executivo “um dos agricultores mais importantes” da cidade no período e outro sócio, que eram de “uma família influente na região”, mostrando “estreita relação” entre as corridas de cavalo e interesses comerciais (QUITZAU, 2019, p. 04, tradução nossa).

Art. 14. Fica vigorando o código das corridas do *Derby-Club* da cidade da Bahia, até nova ordem da directoria.

Art. 15. Os acionistas terão entradas grátis nas corridas do Hippodromo, apresentando o respectivo cartão, que será fornecido pelo secretario no escriptorio da companhia.

Paragrapho único. Fica entendido que a entrada é para o acionista individualmente, tendo que comprar bilhete logo que leve família, e sendo o cartão intransferível.

ASSEMBLÉA GERAL

Art. 16. A assembleia geral reunir-se-ha uma vez anualmente, a contar da data d'estes estatutos, e, extraordinariamente, quando assim o julgar conveniente a directoria, ou for requerido por um grupo de acionistas que represente dous terços do capital social.

Art. 17. A assembleia geral que será presidida pelo presidente da directoria, que chamará dous secretários escolhidos entre os acionistas, compete:

1º Eleger a directoria de conformidade com o Art. 8. e seus parágrafos, e a comissão fiscal do Art. 13.

2º Approvar ou desapprovar as contas da directoria e o parecer da commissão fiscal.

Art. 18. A assembleia geral julga-se-ha constituída quando os acionistas reunidos representem dous terços do capital social, isto é pela primeira e segunda vez que forem convocados; nas seguintes poderá deliberar com o numero de acionistas presentes, salvo no caso de liquidação da sociedade, para a qual se fará uma terceira convocação, declarando que será a última e para o fim que é.

§ 1.º As decisões da assembleia geral serão tomadas por maioria de votos.

§ 2.º Cada acção representa um voto.

§ 3.º Os acionistas podem ser representados por procuração.

Art. 19. De tudo quanto se passar na assembleia geral se lavrará uma acta, a qual será lançada em livro especial.

Art. 20. Em todos os casos, em que forem omissos os presentes estatutos, se recorrerá á lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, que rege as sociedades anonymas.

Art. 21. Os acionistas acceitam e approvão estes estatutos, que vão assignados pela comissão nomeada em sessão de 26 de junho do corrente anno.

Feira de Sant' Anna, 26 de outubro de 1889 - Joaquim Mello Sampaio. - Cesar Ribeiro Cerqueira. - Hermelino M. dos Santos Vital. (DIÁRIO DA BAHIA, 07 nov. 1889, n. 249, p. 02).

Conhecemos os estatutos do Jockey Club, agora, é momento de vivenciarmos as corridas no prado feirense.

6.2 AS CORRIDAS NO HIPÓDROMO FEIRENSE

Os hipódromos, conforme Melo (2007), constituem as primeiras instalações especificamente criadas para as práticas esportivas no Brasil. E o Prado Feirense, certamente, foi o inaugural equipamento esportivo instalado em Feira de Santana. A

primeira notícia que evidencia o funcionamento do *Jockey Club* Feirense encontra-se na seção do jornal *Folha do Norte*, denominada “Vida Feirense”. No dia 01 de dezembro de 1889, explica a nota memorialista, ocorreu a “Inauguração festiva do hipódromo do «Jockey Club Feirense»” (FOLHA DO NORTE, n. 2212, p. 01, 01 dez. 1951). Não são veiculadas mais informações, como: participação de alguma banda, quantitativo de páreos e cavalos, entre outras. Por certo, entretanto, este evento deve ter movimentado toda a região.

No ano seguinte, outra notícia. No dia 19 de setembro de 1890, ocorreram “Grandes corridas, no ‘Jockey Club’ local, promovidas pela Phil. ‘25 de Março’” (MELLO; BRITO, 2018, p. 43). As informações não permitem concluir se foi um solitário dia de provas ou parte de uma programação maior envolvendo um calendário autônomo de corridas executadas pela 25 de Março em parceria com o *Jockey Club*. Atividades chanceladas por outras entidades tinham como objetivo potencializar a arrecadação de recursos financeiros para as próprias instituições envolvidas. Acreditamos que não seria diferente com o turfe em Feira.

Em 06 novembro de 1890, foi inaugurada a primeira biblioteca pública do interior da Bahia e, entre os discursos, chamou a atenção o proferido pelo Dr. Antonio Ramos, que afirmava que a cidade estava “passando ultimamente por uma transformação progressista”, entre cujos melhoramentos o orador citou a construção do “hyppodromo para nossas diversões” (MELLO; BRITO, 2020, p. 16).

Em fevereiro de 1891, anunciava-se a 22ª corrida: além de se indicar o quantitativo de corridas transcorridas no hipódromo e haver a sinalização de animais de corrida vindos da Capital (muito provavelmente a Baiana), implicitamente o anúncio dizia sobre sua organização e produção. Por fim, revelavam-se os valores pagos pelos espectadores na assistência do divertimento – com bilhetes a 500 réis (geral e arquibancada) e 1\$000 (encilhamento) – e se apostava que grande público compareceria em decorrência da qualidade dos páreos; de maneira mais direta, era abordado o consumo do espetáculo (FOLHA DO NORTE, 12 fev. 1938, n. 1492, p. 01)¹⁶⁵.

165 Coluna “Vida Feirense” rememorando uma nota informativa do *Gazeta do Povo* publicada em 12 de fevereiro de 1891.

6.2.1 A organização das corridas

Para Montenegro e Soares (2018, p. 428), as corridas de cavalos no final do século XIX passam a ser “grandes eventos, cuidadosamente organizados e calculados.” Conforme Santos (2015, p. 210), para organizar um clube, eram necessários investimentos consideráveis de capital para se adquirir um terreno extenso, habilitado para “suportar a pista de corridas, as arquibancadas e demais espaços” reservados nos dias de eventos ao “público presente (banheiros, casas de apostas), aos atletas (vestiários, entradas especiais) e aos cavalos (baias para os animais, locais para beber água, depositar os excrementos, guardar equipamentos).”

A produção das corridas de turfe, de acordo com Santos (2015), de uma forma geral, tem algumas características muito próprias. Em grande parte dos esportes, variados clubes disputam entre si os eventos esportivos. No caso do turfe, um só clube conseguia produzir sozinho um espetáculo, ou seja, uma corrida com diversos páreos. O clube deveria fornecer o hipódromo com a estrutura de arquibancadas e segurança, organização para venda de ingressos, e *poules*. Os criadores de cavalos contratavam os *jockeys*, inscreviam seus cavalos e disputavam prêmios em dinheiro. E os animais corriam representando seus proprietários e não um clube. Estas eram as figuras destacadas nas corridas.

Tomando como referência o mês de dezembro de 1889, inauguração do *Jockey Club* Feirense e a última corrida de cada um dos dois hipódromos de Salvador, as distâncias dos páreos disputados foram, no mínimo, 700m e máximo 1600m (DIÁRIO DA BAHIA, 25 dez. 1889, n. 289, p. 01; DIÁRIO DA BAHIA, 27 dez. 1889, n. 290, p. 03), espaços¹⁶⁶ percorridos por parceiros amadores e profissionais, e seus *jockeys*. Essas mesmas metragens de distâncias dos páreos realizados, ou outras próximas a estas, podem ter ocorrido no hipódromo feirense.

Pelo Art. 14 do Estatuto do hipódromo feirense, ficou “vigorando o código das corridas do Derby-Club” da Capital da Bahia (DIÁRIO DA BAHIA, 07 nov. 1889, n.

166 Para compreender estes espaços, citamos os perímetros e outras informações de algumas pistas pelo País. Sobre a extensão do *Derby Club* do Rio Vermelho, encontramos um depoimento afirmando que “parece que a pista tinha oitocentos metros” (BAHIA, 1988, p. 118 exatos “850m de círculo interno” e a “largura média da raia é de 20m” (DIÁRIO DO POVO, 24 maio 1889, n. 17, p. 01). Já o *Derby-Club* do Rio possuía 1870m de extensão; o Prado Mineiro tinha uma pista elíptica, um circuito de 1054m por 20m de largura (SOUZA NETO; SOUTTO MAYOR, 2017); e do Prado Jácome, em Curitiba, a extensão era de 1700m, correspondente a uma milha inglesa (SILVA, 2015).

249, p. 02). Em virtude do uso deste código regulamentar e também pela dimensão da área pertencente ao hipódromo, afastamos a ideia de que as provas ocorriam em carreiras de cancha reta. Era perfeitamente plausível as corridas terem ocorrido em uma estrutura similar à de raias em percurso com traçado elíptico ou com desenho próximo deste. Não fazia sentido trazer o código regulamentar de outro clube se não fosse para provas de turfe. Inclusive pelo fato de ter sido usado para partidas de futebol, possuía dimensões favoráveis às tradicionais pistas dos hipódromos.

Quantos páreos foram realizados e quantos animais e cavaleiros participaram da corrida inaugural e das demais? Qual o total de corridas realizadas na arena hípica feirense em toda a sua existência? Não sabemos.

Se uma das fontes citadas fala do 22º programa, onde estariam os outros 21 (vinte e um) anteriores? Por se tratar de corrida realizada em fevereiro de 1891, é válido inferir que houve outras disputas e páreos esquecidos pelo tempo, provavelmente ocorridos durante o ano de 1890. Como vimos, em dezembro de 1889 o prado foi inaugurado, com a pista finalizada e, provavelmente, as demais dependências também¹⁶⁷.

Existem agremiações – tomando como referência a experiência vivida em outros hipódromos pelo País – que contabilizam as corridas anualmente; contudo, não se vislumbra o fato de que, em fevereiro de 1891, em menos de dois meses, tenham acontecido 22 (vinte e duas) corridas naquele ano. Muito provavelmente, seja o quantitativo total de eventos turfísticos realizados no prado feirense, de sua inauguração até aquele momento ou, pelo menos, as corridas da temporada 1890-1891, uma outra forma comumente utilizada de organização.

Dialogando sobre as práticas turfísticas que estavam mais próximas da cidade de Feira de Santana, encontramos as vivências realizadas na Capital Baiana. As “primeiras corridas de cavalos, em prado ou raia fechada, que se effectuavam entre nós” foram realizadas em 30 dezembro de 1888, no Hipódromo São Salvador da Boa Viagem (A LOCOMOTIVA, 15 jan. 1889, n. 08, p. 41), contando com seis páreos e, parece, 20 (vinte) cavalos; certos animais¹⁶⁸ em mais de uma disputa (DIÁRIO DA BAHIA, 03 jan. 1889, n. 01, p. 01).

167 A literatura apresenta a construção de alguns outros hipódromos, em período não superior a cinco meses. Conferir a experiência dos prados Paranaense e Mineiro, respectivamente, em Silva (2015) e em Souza Neto e Soutto Mayor (2017).

168 Não localizamos, porém, as cidades de origem dos mesmos.

Enquanto isso, o *Derby Club* do Rio Vermelho teve sua corrida inaugural em 26 de maio de 1889, contando com oito páreos e algo em torno de 50 (cinquenta) cavalos, alguns destes participando de mais de um páreo, e tendo o envolvimento de cavalos com origem em outras províncias e no Exterior (DIÁRIO DO POVO, 23 maio 1889, n. 16, p. 03; DIÁRIO DA BAHIA, 17 maio 1889, n. 109, p. 03).

Comparando as inaugurações dos hipódromos, em pouco menos de um semestre, percebemos um aumento de 150% na participação de animais corredores – indícios de um franco desenvolvimento da prática turfística em Salvador. Uma crônica asseverava que “a moda dos Hippodromos” estava “pegando (...) e vulgarizando-se” na Capital Baiana (A LOCOMOTIVA, 05 maio 1889, n.17, p. 125), afirmação balizada também por um lançamento menos badalado de uma “florescente sociedade”, o *Sport Club*, que anunciava sua primeira corrida a “realizar-se em 5 de maio de 1889”, “no largo da Barra”¹⁶⁹, com a presença de uma banda musical. Sete páreos constavam na programação inaugural, e todos os corredores eram “amadores rapazes do commercio” (DIÁRIO DO POVO, 04 maio 1889, ano VII, n.01, p. 02-03). Neste mesmo número, como arremate que justifique a sede por hipódromos, essa febre esportiva¹⁷⁰ por corridas hípicas em Salvador, anunciava-se: “JOCKEY CLUB” “Corridas de cavalos, jumentos e a velocípedes na rua dos Barris”. Evento, igualmente, prestigiado por uma “excelente banda militar”.

Outro dado que corrobora com as fontes, até dezembro 1889, mesmo ano da fundação do *Jockey Club* Feirense, mostra a realização de 34 (trinta e quatro) corridas no Hipódromo do *Jockey Club* da Boa Viagem (DIÁRIO DA BAHIA, 18 dez. 1889, n. 283, p. 01) e 18 (dezoito) corridas no *Derby Club* do Rio Vermelho (DIÁRIO DA BAHIA, 25 dez. 1889, n. 289, p. 01), apresentado na Figura 33, totalizando 52 (cinquenta e duas) corridas. Esta atmosfera regional possivelmente influenciou a experiência feirense.

A média superior a 4 (quatro) corridas por mês realizadas¹⁷¹, em Salvador, certamente contribui, como vimos, para o desejo de algumas pessoas da Capital estenderem esse tipo de negócio para o interior da província. Isso também ajuda a compreender o que impulsionou pessoas da localidade a constituírem uma sociedade

169 Povoação da Barra, hoje bairro de mesmo nome.

170 “Febre Esportiva” é uma expressão cunhada pelo historiador Nicolau Sevcenko, porém referindo-se às primeiras décadas do século XX, na cidade do Rio de Janeiro (SEVCENKO, 1998).

171 Calculamos o total de 52 (cinquenta e duas) corridas divididas por 12 meses de atividades turfísticas (de 30 de dezembro de 1888, data da primeira corrida, até 31 dezembro de 1889): uma média de 4,33 corridas/mês.

anônima para explorar as corridas de cavalos em Feira de Santana, um dos divertimentos valorizados daquele momento no País.

A informação de que ocorreram, pelo menos, 22 (vinte e duas) corridas em Feira de Santana é significativa, porque é possível compará-la com a movimentação do turfe de outras cidades. Tomando como referência a inauguração do Prado em dezembro de 1889 e fevereiro de 1891, tivemos uma média de 1,5 corrida/mês. Tal número, em anos contíguos, expressa 1/3 da média das corridas/mês executadas na Capital Baiana no ano de 1889, que possuía aproximadamente 4 (quatro) vezes mais moradores que o município de Feira de Santana.

Figura 33 – Hipódromo do Rio Vermelho



Fonte: Blog “História(s) do Sport” - <https://historiadesporte.wordpress.com/2009/11/23/rio-vermelho-um-arrabalde-esportivo-nas-terras-de-salvador/>.

Como nos lembra Gambeta (2013), as imagens não são ilustrações casuais; elas cumprem o papel de reforçar os argumentos. Vemos parte do traçado da pista balizado por uma cerca e, na extremidade direita da imagem, vemos uma fração do campo de futebol. De 1907 em diante, o hipódromo do Rio Vermelho sediou as partidas do Campeonato de Futebol da Liga Baiana de Desportos Terrestres (SANTOS, 2014). No mesmo ano, como comentado, o espaço do hipódromo feirense serviu às disputas de *football* (O PROGRESSO, 22 dez. 1907 n. 410. p. 01).

Pelas páginas do *Diário da Bahia* e pelas linhas de outros periódicos, como comentado, identifica-se a primeira prova dos dois prados da Capital Baiana, com as respectivas quantidades de páreos, de animais concorrentes e o número de corridas realizadas, além da publicação do Estatuto da agremiação *Jockey Club* Feirense. O ano

de 1889 foi o último deste jornal. É possível que ele nos brindasse com a notícia da inauguração do hipódromo feirense; contudo, infelizmente, não foi possível localizar, neste e em outros periódicos os aspectos desta prova inicial ou mesmo a data da primeira corrida em Feira de Santana.

Alguns dos periódicos feirenses datados do século XIX não foram preservados, limitando o acesso às informações e as possíveis conclusões sobre a dinâmica das corridas. Não se encontram outras informações nem qualquer nota em algum semanário sobre os dias das corridas no *Jockey Club* Feirense, nem mesmo uma crônica sobre os páreos realizados no domingo anterior, muito menos um informe publicitário – normalmente reservado à última página dos jornais – fazendo alusão a um futuro domingo turfístico e sua programação.

Esses espaços de sociabilidades se configuravam como um negócio¹⁷² aparentemente bem organizado e tinham muitos envolvidos: dirigentes e sócios dos clubes de turfe; agentes públicos; jornalistas e cronistas esportivos; tratadores e treinadores de cavalos; zeladores dos prados, seguranças e bilheteiros; jóqueis; espectadores; apostadores, entre outros (SANTOS, 2015).

As associações turfísticas, entre outros elementos que demonstravam organização, possuíam:

- Ampla divulgação em jornais, apontando em qual edição estavam as corridas e o quantitativo de páreos que seriam realizados, com os respectivos nomes dos cavalos concorrentes. Algumas vezes, traziam os resultados; e, em outras, os tempos dos animais em cada páreo e/ou inscrições para a próxima corrida (DIÁRIO DO POVO, 23 maio 1889, n. 16, p. 03; DIÁRIO DA BAHIA, 17 maio 1889, n. 109, p. 03; 25 dez. 1889, n. 289, p. 01; 27 dez. 1889, n. 290, p. 03);
- Inscrições para as corridas nas secretarias dos clubes, em certos casos, com um mês de antecedência, e realizadas até dias antes da prova. Algumas vezes, em logradouro mais centralizado, como a Agremiação Feirense, consoante já sinalizado no texto (O MUNICÍPIO, maio 1892, n. 15);
- Regulamentação específica, no caso do *Jockey Club* Feirense vigorando o Código de Corridas do *Derby-Club* de Salvador (DIÁRIO DA BAHIA, 07 nov. 1889, n. 249, p. 02). Por meio do código, almejava-se o controle acerca de inúmeros aspectos da prática do

172 O professor João Manuel Casquinha Malaia Santos aponta que poucos são os trabalhos que abordam a História Econômica dos esportes no País (SANTOS, 2015).

turfe, o qual é normalmente exercido pelas diretorias das associações hípcas (PEREIRA, 2016); e

- Diversos juízes no dia dos eventos (GAMBETA, 2013). Apesar de não encontrarmos fontes que comprovem, supomos que juízes arbitravam as provas realizadas em Feira de Santana. Ademais, não faria sentido algum seguir um Código de Corridas e não possuir recursos humanos que pudessem avaliar tal regramento.

Estes elementos permitem afirmar que se processava, nesta paragem, nas palavras de Pereira, Mazo e Bataglioni (2015, p.08), “a profissionalização da prática¹⁷³”.

6.2.2 Espectadores e valores pagos na assistência do espetáculo

O periódico *Folha do Norte* (12 fev.1938, n. 1492) afirmava que, certamente, “haverá grande concorrência, uma vez que a corrida anunciada será uma das melhores que se há de realizar naquele prado”. A aposta em um grande público a comparecer decorre da qualidade da corrida, “visto terem de chegar bons parceiros da capital”, ou seja, presença garantida de cavalos corredores vindos de Salvador. Acreditamos que, mesmo sem concorrência de outro hipódromo em Feira de Santana, as estratégias de propaganda traziam efeitos positivos.

Neste sentido, é perceptível na informação o destaque sobre a “corrida n’este prado” prometer “ser boa”, pelo fato de os animais corredores procederem das terras soteropolitanas. É válido inferir que havia certo trânsito de animais para participar dos eventos turfísticos. No que é pertinente às particularidades do turfe, com a profissionalização do esporte, exigiam-se funções especializadas de modo que possivelmente neste sentido transitassem entre as cidades *jockeys*, treinadores e, certamente, os proprietários dos animais.

Existiram, conforme Rocha Junior (2011), provas em Salvador que foram assistidas por até seis mil espectadores. Como já apontamos, organizada pela 25 de Março, uma das quermesses obteve um público estimado de duas mil pessoas em Feira de Santana (O PROPULSOR, n. 65, p. 01, 09 jan. 1898). Este seria um público possível de ser alcançado com o turfe no hipódromo feirense, na última década do século XIX;

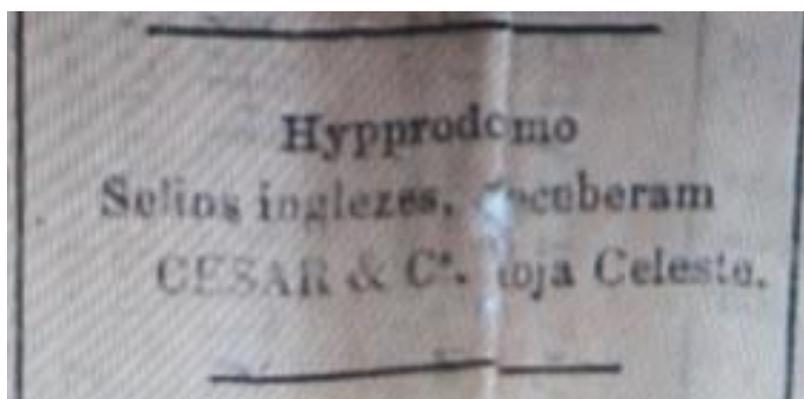
173 Para saber mais sobre a profissionalização do turfe, ver Pereira (2016).

ainda mais sendo corridas de cavalo promovidas por esta sociedade filarmônica, entidade de prestígio na cidade e região.

De acordo com Rocha Junior (2011, p. 52- 53), a ida aos hipódromos “para ver e ser visto” e transitar “por entre os da elite” era algo comum, tanto na cidade do Salvador como na do Rio de Janeiro. Vivenciava-se com o turfe uma atmosfera de socialização típica dos adventos da Modernidade. De efeito, fazer uso dos espaços públicos, estar “na rua em contato com outras pessoas, bem como saber portar-se e vestir-se” eram atitudes necessárias e desejadas pelas classes dominantes.

Em 1894, encontra-se uma propaganda de artigo importante para as corridas de cavalo: a Comercial Cesar & C. (Figura 34) informa que “receberam” “Selins ingleses” (O MUNICÍPIO, 11 nov.1894, n. 188, p. 03). Selin – ou pequena sela – era exatamente a ligação entre o *jockey* e o animal, um equipamento fundamental nas disputas, importado de um dos países onde o turfe era bastante praticado e desenvolvido no período, o berço das corridas de cavalo modernas, a Inglaterra (TURF, 26 de janeiro de 1889, n. 01, p. 01). O informe publicitário trazia como título, para chamar a atenção dos leitores (possíveis consumidores), a palavra “Hypprodromo” [**hipódromo**], levando a crer que as corridas ainda sucediam no local. Quem era o proprietário da Loja Celeste¹⁷⁴? Cesar Ribeiro Cerqueira, justamente um dos sócios do empreendimento esportivo.

Figura 34 – Publicidade sobre artigo de corridas de cavalo



Fonte: O MUNICÍPIO (11 nov. 1894, n. 188, p. 03).

174 Muito provavelmente, o nome da loja era em homenagem a sua filha Celeste Cerqueira. Ela foi uma cantora lírica na primeira metade do século XX. Ver blog memorialista Santanópolis: <http://ginasiosantanopolis.blogspot.com/2021/06/celeste-de-cerqueira.html>

Em Salvador, as corridas realizadas nos dois hipódromos, à época, eram anunciadas com horários próximos das 12 horas da manhã¹⁷⁵, seguindo, muitas vezes, no curso de boa parte da tarde, levando-se em consideração o quantitativo de páreos, que variavam normalmente de seis a oito. A partir desses indícios e entendendo as experiências da capital como exemplos para a de Feira, cremos que não era diferente o horário de início das corridas no *Jockey Club* Feirense: as mesmas deveriam iniciar próximo ao meio-dia e terminar ao final da tarde, com os últimos raios solares.

Os valores dos ingressos para participar dos espetáculos turfísticos em Feira de Santana oscilavam de 500 réis – geral e arquibancada – e 1\$000 – encilhamento. Com essa notícia sobre os valores pagos, ficam evidenciadas duas estruturas tão caras a qualquer hipódromo, vejamos:

As **arquibancadas** permitiam que toda a assistência pudesse visualizar as corridas na íntegra do seu percurso, visto ser a pista oval, circular ou elíptica (PEREIRA; MAZO, 2014), o que provavelmente foi feito no Prado Feirense.

O **encilhamento** conforma uma estrutura que tem como uma de suas finalidades, segundo o *Dicionário do Esporte no Brasil no final do século XIX e início do século XX*, ser o local de preparação dos animais às corridas de cavalo (MELO, 2007). Era um lugar próximo aos cavalos, éguas e *jockeys*, onde eram colocadas as cilhas, amarrando-se tais peças de couro trabalhado ao selin, por baixo da barriga dos animais, com absoluta segurança. Ali mesmo, depois de selados, com o perfeito encilhamento, os *jockeys* montavam nos animais, de onde partiam as disputas das provas de turfe. Ou seja, um lugar especial, privilegiado, que segue a lógica mercantil, típica de um empreendimento comercial, pois eram explorados como camarotes, ambientes que simbolizam distinção social e uma hierarquização definida a partir do valor em relação ao lugar ocupado.

Segundo o Estatuto do *Jockey Club* Feirense, os acionistas teriam “entradas grátis nas corridas do Hipódromo”, para o que deveriam apresentar um cartão, pessoal e intransferível, não sendo estendido aos seus componentes familiares este benefício, conforme o artigo 15, ainda não comentado. Claramente, é uma medida para ampliar a arrecadação com as vendas dos ingressos aos espectadores. Os bilhetes eram uma fonte de renda considerável destes divertimentos e, não faria sentido, mesmo para os familiares

175 Esta experiência referente ao horário de início dos eventos hípicas foi desenvolvida desde a primeira corrida, em 30 dezembro de 1888, no Hipódromo São Salvador, tendo seu primeiro páreo disputado “pouco depois de meio dia” “em meio de geral ansiedade” (DIÁRIO DA BAHIA, 03 jan.1889, n. 01, p. 01). Seguindo esta mesma tradição, o Hipódromo no Rio Vermelho, o *Derby Club*, anunciava inauguração para o dia 26 de maio de 1889 “ao meio-dia em ponto” (DIÁRIO DA BAHIA, 23 maio 1889, n. 114, p. 03).

dos associados, não pagarem por suas entradas. Tal ação resultaria na redução do lucro líquido de cada corrida, causando perdas significativas ao empreendimento.

As corridas de cavalo representavam um negócio lucrativo, uma mercadoria a ser consumida, um passatempo mergulhado na lógica de mercado, envolvendo: arrendamento dos botequins e/ou restaurantes nos hipódromos e consequente comercialização de bebidas e comidas; venda de ingressos para os espectadores, *poules* de apostas e passagens dos bondes e trens; inscrições dos animais nas corridas, pagamento dos jóqueis (alguns, profissionalizados em pleno século XIX); publicidade nos jornais sobre a programação das corridas e divulgação de artigos comerciais possíveis de serem usados durante as corridas (selas, chapéus, sombrinhas, roupas) vendidos em lojas aos envolvidos diretamente com o espetáculo – cavalos e *jockeys* – e também para os espectadores (as damas e cavalheiros).

6.2.3 O declínio do *Jockey Club*

Nos meses de novembro e dezembro de 1896, temos evidências da existência do hipódromo, porém não das corridas de cavalo (O PROPULSOR, 20 nov. 1896, n. 06, p. 04; O PROPULSOR, 05 de dez. 1896, n. 08, p. 04). No jornal, vê-se a página de anúncio, convocando: “AO HIPPODROMO”, para participar de outro divertimento, desta vez, as touradas.

Ademais, circulou na imprensa feirense, entre maio e junho de 1898, uma nota datada de 29 de abril daquele mesmo ano, acompanhada do pseudônimo **Ousadia**. Uma nota que circulou em alguns números do jornal (Figura 35) questionava: “que fim teve a corrida do cavalo?” (O PROPULSOR, 01 maio 1898, n. 81, p. 03; O PROPULSOR, 08 maio 1898, n. 82, p. 03; O PROPULSOR, 29 maio 1898, n. 85, p. 03; O PROPULSOR, 05 jun. 1898, n. 86, p. 03; O PROPULSOR, 12 jun. 1898, n. 87, p. 03). Não sabemos se eram eventos esportivos hípicas no hipódromo ou em outro local.

Figura 35 – “Que fim teve a corrida do cavalo?”



Fonte: *O PROPULSOR* (n. 87, p. 03, 12 jun. 1898).

Quase dez anos depois, um periódico nos enseja a constatar o encerramento das corridas de cavalo no hipódromo da Avenida Sampaio e a consequente paralisação das atividades do *Jockey Club* Feirense. Comunicava o mencionado órgão informativo que, em dezembro de 1907, realizou-se no *ground* pertencente a um clube esportivo “situado no **antigo hyppodromo**, uma partida de *foot-ball*” (*O PROGRESSO*, 22 dez.1907, n. 410. p. 01). Pela notícia, é possível abstrair a noção de que o hipódromo já era algo de um passado recente da cidade e, especificamente naquele momento, tornara-se o campo de futebol “pertencente” a um time. Cumpria, agora, outra função social: ser um *ground*, assim como foi o destino de alguns outros hipódromos, como o Prado do Rio Vermelho, em Salvador (ROCHA JUNIOR, 2011) e o Prado Mineiro, em Belo Horizonte (SOUZA NETO; SOUTTO MAYOR, 2017). Em 1914, a nota é definitiva quando diz: “antigo prado de corridas, que **existia** nesta cidade” (*FOLHA DO NORTE*, 26 jul. 1914, n. 280, p. 01).

Melo (2009) comenta que o turfe e o remo, no Rio de Janeiro, disputaram a prioridade no espetáculo urbano em fins do século XIX. Pereira, Mazo e Bataglion (2015), no recurso a uma dinâmica similar, mas no contexto do Rio Grande do Sul, denotam uma “crise à prática turfística” com o surgimento de mais focos de interesse. As autoras citam o futebol e o cinema, e também a concorrência de prados.

Indícios não existem de que algo semelhante ocorrera pelas paragens feirenses. A prática do remo e suas regatas era diversão bastante em voga no litoral da Capital do Estado (ROCHA JUNIOR, 2011). Malgrado, porém, o fato de Feira de Santana haver possuído dezenas de lagoas¹⁷⁶, não topamos registro nos jornais locais de desenvolvimento desse esporte em seus espelhos d'água.

Outro aspecto possível de destaque seria que essas primeiras aparições do turfe, pelas fontes pesquisadas, tiveram termo antes da chegada do futebol e do cinema, visto que os jornais, antes mesmo do fim do século XIX, já não traziam matérias das corridas no hipódromo. Esse equipamento de lazer só foi reinaugurado alguns anos à frente, temática acerca da qual retornamos a referir ainda neste capítulo. Por fim, não havia outros hipódromos ou clubes de corrida equestre na cidade, isto é, inexistia concorrência.

Não foram esses, pois, os motivos que levaram, ainda no século XIX, ao primeiro desaparecimento do *Jockey Club* Feirense. Talvez a resposta já estivesse expressa desde o início do empreendimento. Conforme já apontado, reza o artigo 5º do Estatuto da Sociedade, “considerar-se-ha extinta” quando o balanço apresentar perda de 50% do capital social da empresa, procedendo-se à venda do patrimônio, sendo o saldo dividido pelos acionistas. Nos anos de 1910, o terreno do hipódromo já não pertenceria ao *Jockey Club* (FOLHA DO NORTE, 26 jul. 1914, n. 280).

6.3 PRÁTICAS EQUESTRES DE CORRIDA EM ESPAÇOS NÃO INSTITUCIONALIZADOS

As práticas equestres de corrida ocorreram, em Feira de Santana, tanto de maneira institucional, recorrendo ao hipódromo feirense, como também foram desenvolvidas em lugares não institucionalizados. Consoante aduzem Pereira, Mazo e Bataglioni (2015), essas práticas podem ser desenvolvidas tanto em espaços considerados institucionalizados, denominados de hipódromos ou prados, como também em locais sem tal característica, fazendo uso de ruas e praças, conforme as condições do terreno, normalmente planos, em pistas retas para a execução das disputas de corridas a cavalo. No Rio Grande do Sul e Paraná, eram conhecidas por “carreiras de cancha reta”,

176 Algumas ainda resistem à sanha do capital imobiliário especulativo.

executadas em uma cancha, com o solo sem vegetação (PEREIRA; MAZO, 2014; SANTOS; VARGAS; REMEDI, 2020, SILVA, 2015).

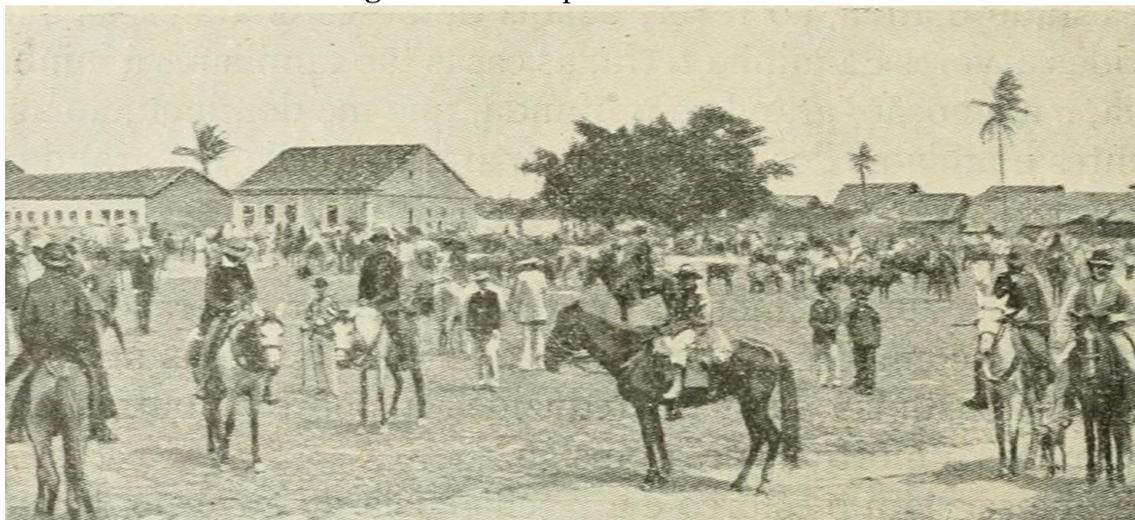
Movimento semelhante aponta a criação de hipódromos em outras cidades¹⁷⁷, tomando como referencial a existência de corridas equinas em locais não institucionalizados. Ou seja, a existência de corridas realizadas em ruas, praças, estradas e fazendas contribuiu para uma cultura de criação de animais de corrida, para a realização de competições e ampliação da assistência nas localidades, de alguma forma favorecendo a construção de hipódromos (MELO, 2001; PEREIRA; MAZO, 2014; SILVA, 2015; PEREIRA, 2016; MONTENEGRO; SOARES, 2018).

Contudo, não é possível asserir que assemelhadas práticas contribuíram para que fosse constituído o Prado Feirense, haja vista não havermos identificado indícios, em jornais locais, de disputas entre cavalos vivenciadas em espaços não institucionalizados de 1877 a 1888 (BRITO; OLIVEIRA, 2007).

Podemos creditar, porém, às corridas realizadas em praça pública de Feira de Santana, uma parcela de participação ao reaparecimento das atividades turfísticas no “antigo Prado” em meados dos anos de 1910, como veremos mais à frente (FOLHA DO NORTE, 26 jul.1914, n. 280, p. 01).

No início do século XX, localizamos algumas matérias versando sobre corrida de cavalo, não mais no hipódromo; ocorriam em espaço aberto não institucionalizado, uma área no Campo General Câmara (Figura 36), o Campo do Gado. Evidentemente, aparecem na imagem animais para lida no campo e seus vaqueiros. Fala-se de um contexto de maneira literal e, simbolicamente, da figura dos cavalos parceiros e seus *jockeys*.

177 Extraímos da informação concedida por Pereira e Mazo (2014) a ideia de que as corridas operadas nessas circunstâncias foram o “alicerce” dos primeiros hipódromos de Porto Alegre. Conforme Pereira (2016), elas foram primordiais, favorecendo a fundação dos primeiros hipódromos de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Bagé.

Figura 36 – Campo General Câmara

Fonte: AMORIM (1917, p. 42).

Junto com os “fortes e prolongados aguaceiros” de dezembro de 1910, que “têm caído sobre esta cidade e adjacências”, transbordando dois rios importantes da região, o Jacuípe e o Pojuca, surgiu pela primeira vez no *Folha do Norte* uma matéria intitulada **Sport** (FOLHA DO NORTE, 04 dez. 1910, n. 60, p. 02). Percebe-se que as corridas de cavalo tinham uma representação de prática esportiva na imprensa feirense, similar a outras partes do País nos séculos XIX e XX. O título da nota é revelador desta compreensão.

O turfe desempenhou um papel de destaque para o início dos esportes: introduzindo as disputas esportivas como meio de entretenimento espetacularizado; popularizando o gosto pelas emoções lúdicas; trazendo para o País a linguagem universal das competições em igualdade de forças; moldando os primeiros clubes amadores, configurando novos espaços de sociabilidades; estabelecendo relações competitivas entre distintas regiões; e abrindo caminho para que outras modalidades esportivas fossem importadas e incorporadas pelos brasileiros (GAMBETA, 2013).

Esporte realizado comumente em hipódromos, todavia, aqui nos reportamos a corridas de cavalo em locais abertos. Na conjuntura daquela época, as disputas com equídeos eram uma experiência esportiva difundida em outros centros urbanos e conhecida na Feira de Santana do final do século anterior, como já discutido neste capítulo. Portanto, transportava uma representação simbólica esportiva, mesmo a corrida não acontecendo em um local institucionalizado, fazendo jus à denominação noticiada no periódico.

Percebem-se, então, na nota: corridas desorganizadas; falta de uma secretaria para inscrições antecipadas dos animais que correriam nas provas; decisão dos equinos que iriam se envolver nos páreos apenas no local da corrida; míngua, possivelmente, de uma estrutura acolhedora com arquibancadas e botequins, o que amenizaria a “demora” entre as disputas, ou seja, a falta do próprio hipódromo! Mesmo com todas essas desordens, aponta-se uma “crescente animação”, afirmando-se que “a concorrência foi notável, destacando-se numerosas famílias.” (FOLHA DO NORTE, 04 dez. 1910, n. 60, p. 02). Todo esse entusiasmo perspectivava o crescimento do esporte na cidade; mas, reorganizar as práticas de corrida equestre requeria tempo.

Em outra notícia, nos primeiros dias do ano seguinte, o mesmo periódico traz mais uma vez a seção *Sport* informando que, no domingo anterior, “se effectuaram, na área do campo General Camara, animadas corridas” que tiveram o envolvimento, entre outros, dos “apreciados animaes Tamandaré e Passarinho”. E finalizam a redação registrando que haveria “novas corridas” no domingo seguinte (FOLHA DO NORTE, 14 jan. 1911, n. 65, p. 02).

Em fevereiro do mesmo ano, entretanto, informações estavam diluídas na seção “Notas Diversas” onde, entre outros pequenos comunicados, aparecia: “Sabemos que no domingo próximo se realizarão animadas corridas ao Campo General Câmara. Correrá pela primeira vez o afamado Barroquinha medindo forças com o Passarinho” (FOLHA DO NORTE, 05 fev. 1911, n. 68, p. 02).

As notícias somem à extensão do ano de 1911, fazendo todo sentido a perda de espaço no jornal – saindo de uma seção própria para figurar em um segmento que trazia uma diversidade de assuntos – seguido de um silenciamento nas páginas do hebdomadário, talvez significando ausência ou perda de *status* da prática de corridas de cavalo em Feira de Santana.

É importante, contudo, aludir à ponderação sinalizada por Montenegro e Soares (2018, p. 428-429), ao se reportarem a respeito da ausência de corridas não institucionalizadas nos periódicos, evidenciando apenas informações dos eventos “oficiais”. Questionavam-se: “não estariam as corridas de cavalos envolvidas numa polisssemia muito maior que as nossas fontes nos mostram? Improvável uma resposta para essa pergunta, entretanto, mais imprudente seria não formulá-la”.

É admissível ainda ser feita outra avaliação: as regras cidadinas são constituídas, muitas vezes, com amparo em arranjos impostos pelo meio social. Nessa direção, o Código de Posturas local, datado de 22 de março de 1893, já apontava no seu Art. 40

“correr a cavalo ou em carroças pelas ruas e praças; Pena 6\$000 de multa ou 2 dias de prisão” (O PROPULSOR, n. 101, p. 03, 19 set 1898). Esta proibição servia para algum cavalheiro que pretendesse correr individualmente, em momentos comuns; porém, poderiam ser realizadas corridas de cavalo entre dois ou mais animais, que, na falta de um lugar oficial, serviam-se das ruas e praças. Um destes espaços utilizados para afrontar as leis locais era exatamente o Campo General Câmara.

As posturas municipais, conforme Poppino (1968, p.118), “regularizavam as danças, os jogos e os espetáculos particulares de que poderia participar.” Compreende-se que, entre estes espetáculos particulares, não teria sentido algo privado para poucos; logo, a intenção do autor provavelmente evidenciava eventos promovidos pela iniciativa privada e, por tal pretexto, era necessária uma autorização do poder público. Neste rol, estariam: os concertos (espetáculos musicais); as peças dramáticas (apresentações teatrais); as películas (manifestações cinematográficas); os circos (exibições circenses), juntamente com as corridas de cavalo (eventos turfísticos).

Em um período posterior ao estudado, quando a cidade já tem em sua sede uma estrutura urbana mais consistente, o Código de Posturas de 1937¹⁷⁸, no capítulo I, referente à “circulação urbana”, em seu artigo 120 é enfático na proibição: “É terminantemente proibido: a) correr a cavallo e conduzir animaes em disparada pelas ruas e praças da cidade e das povoações do Município” (FEIRA DE SANTANA, 1937, p. 29).

Em outra passagem, remetendo-se à expressão “corridas equestres”, enquadrando a experiência no capítulo IV, referente aos “divertimentos públicos”, no artigo 152, determina que “Os jogos de *foot-ball*, **as corridas equestres** bem como quaisquer divertimentos, quer na cidade, quer nos distritos, só poderão realizar-se nos lugares previamente designados pelo prefeito” (FEIRA DE SANTANA, 1937, p. 37, grifo nosso).

Chamamos a atenção ao fato de que esse é outro momento da cidade, quando o projeto de urbanização estava sendo consolidado. O jornal que estabelece críticas à prática de um “*FOOT-BALL* vagabundo”¹⁷⁹ nas ruas da urbe na década de 1920 (OLIVEIRA, 2016) é o mesmo que narra de forma entusiasmada as corridas equestres “numa área” englobada pelo campo General Câmara (Campo do Gado) na década

178 Outras corridas proibidas pelo Código de Postura são citadas por Simões (2007, p.121). Uma das notícias do *Folha do Norte* de 17 de dezembro de 1932 é citada pelo autor, sobre o “trânsito público” “interceptado por algum tempo no trecho compreendido entre o Ponto Central e o ABC por motivos de se aguardarem corridas de cavalos em plena estrada.”

179 Título de uma outra matéria do *Folha do Norte* (14 maio 1921, n. 579, p.02).

anterior. Em 1910, a cidade ainda era rural em sua estrutura, embora ambicionasse gerar sentidos de modernidade.

Conforme Kleber Simões (2007), as lideranças políticas republicanas locais impregnadas do “sonho do progresso” e de um discurso modernizador, objetivavam impor uma nova forma de organização espacial. Assim, modificações no espaço urbano foram implementadas ao longo das primeiras décadas da República, transformando as estruturas arquitetônicas da cidade, a fim de se extinguirem os elementos tradicionalistas e agrários que compunham a paisagem.

Traçando um paralelo com o debate, pode-se chegar às semelhantes conclusões de Oliveira (2016, p. 67), quando avalia a regulamentação de 1937, especificamente sobre a proibição da prática do futebol em lugares não designados pelo Poder Executivo. Parafraseando o autor, a legislação em vigor propunha uma articulação entre as corridas equestres e o urbanismo, em que as primeiras não significassem “um estorvo” ao segundo. Continua o autor:

A proposição de um dispositivo legal para regulamentar a prática esportiva remete ao debate sobre as necessidades, significados e impactos de leis, de uma maneira geral. (...) Para valer, portanto, a codificação deve atingir, mesmo que aparentemente, a todos e, com as mesmas ressalvas, servir para o fortalecimento de laços coletivos (...) debater a proposta de consenso nela expressa e, por consequência, entender os sentidos da formulação legal no contexto da urbanização feirense.

Assim, também, compreendemos as regulamentações que influenciaram as práticas de corrida de cavalo em ambientes não institucionalizados e, como veremos em detalhamento à frente, o próprio futebol aqui sinalizado.

6.4 O NOVO VELHO HIPÓDROMO FEIRENSE

Vimos que a desorganização das corridas, aliada à proibição de realizá-las em locais não permitidos, possivelmente se fez um empecilho para o desenvolvimento das carreiras equestres em ambientes abertos, como ruas e praças públicas. Não tardou muito para que esses problemas fossem sanados. O silenciamento dos jornais sobre as práticas equestres é rompido em julho e agosto de 1914, com o surgimento de três matérias jornalísticas sobre um velho empreendimento, em Feira de Santana.

Este não era um movimento isolado de renovação do turfe, pois, no mesmo período do século XX pelo País, anos de 1910/20, as experiências turfísticas ganhavam novos capítulos: clubes de corrida e seus hipódromos estavam sendo criados, reorganizados ou remodelados¹⁸⁰.

Em julho de 1914, sobre o *Jockey Club* Feirense, evidenciam-se dois grandes objetivos para o retorno do empreendimento em Feira de Santana: o discurso de melhoramento das raças de cavalos e a proposta de oferta de um divertimento à sociedade (FOLHA DO NORTE, 26 jul. 1914, n. 280, p. 01).

Quanto ao segundo objetivo, pode-se evidenciar que a cidade de Feira de Santana possuía equipamentos de lazer, como: botequins, restaurantes, bilhares, entre outros. Contudo, a única casa pública de divertimentos especializada em oferecer espetáculos era o Theatro Sant'Anna, nesse tempo recebendo peças teatrais, concertos, espetáculos circenses e também exposições fílmicas (SANTOS, 2012; SACRAMENTO, 2016).

O turfe também continuava sendo um divertimento ainda bem aceito em grandes centros, como o Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador, e o *Jockey Club* seria outra casa de espetáculos na urbe, capaz de receber grandes eventos, como os de turfe, tourada e circo, entre outros.

No referente ao discurso de melhoramento das raças cavaleares associado com as corridas de animais, ele aflora em outros estudos (PEREIRA; MAZO, 2014; SANTOS, 2015; PEREIRA, 2016; MONTENEGRO; SOARES, 2018)¹⁸¹. Esse argumento não apareceu na primeira experiência do *Jockey Club* Feirense no final do século XIX, no Estatuto; tampouco nas outras fontes de que nos socorremos.

180 Mencionamos o *Jockey Club* do Rio de Janeiro, em 1911, agremiação que recebeu autorização de um empréstimo de 400:000\$000 para a construção de um prédio que lhe serviu de sede (SANTOS, 2015). Outro aspecto a se destacar na mesma cidade, em 1912, foi a criação do Prado do Club de Corridas Santa Cruz (MELO, 2019). Em Cruzeiro do Sul (AC), no ano de 1913, foi anunciada a inauguração do hipódromo da Praça da Glória (CORRÊA, 2017). Na outra extremidade do País, na cidade de Rio Grande (RS), com intensa influência de imigrantes ingleses, um hipódromo foi fundado no início dos anos de 1920 (XAVIER; FREITAS; RIGO, 2014). Por fim, nesta mesma década, em Salvador, destaca-se a reorganização do esporte com a reestruturação dos clubes turfísticos e hipódromos (ROCHA JUNIOR, 2011).

181 Conforme Montenegro e Soares (2018, p. 424), no ano de 1871, em Campinas, o presidente da Associação do *Club* de Corridas Campineiro, objetivando organizar a prática, sugere a criação de um hipódromo fechado, com as seguintes justificativas: “concorrência grande e embelezamento do lugar, e melhoramento da raça cavallar”. Na perspectiva de Pereira (2016), não somente a vivência das práticas esportivas eram importantes, mas, também, o melhoramento da raça cavalar, no caso dos Pampas, a *crioula*. A autora cita uma reportagem da *Gazeta de Porto Alegre*, de 1880, exprimindo que a melhor maneira “de se animar” a introduzir animais de “fina raça” repousa nas corridas. Como decodifica Santos (2015), o *Jockey Club* do Rio de Janeiro conseguia atrair investimentos do governo, por ser o legitimador das raças cavaleares. De acordo com o autor, os dirigentes afirmavam que tal prerrogativa poderia ser dada ao clube, pois este objetivava o melhoramento da raça cavalar.

De acordo com Montenegro e Soares (2018), ao lado da institucionalização das práticas de corrida de cavalo, há um cuidado maior em categorizar, treinar e até mesmo produzir animais considerados ideais para esse tipo de prova. Aparece como referência o puro-sangue inglês, definindo a formulação dos páreos. Melo (2019, p. 174), entretanto, expressa o seguinte questionamento: “A modalidade realmente tinha como compromisso o desenvolvimento da raça de cavalos nacionais — um argumento que marcou sua trajetória desde os primórdios — ou tratava-se apenas de uma diversão fortuita?”

Em Feira de Santana, em meados do século XX, segundo Poppino (1968, p. 171), os cavalos não eram mais empregados, “em larga escala, como animais de tiro nas fazendas” do Município¹⁸². Os equinos criados nas pastagens da região descendiam dos primeiros animais da raça árabe-andaluza, introduzidos na Bahia pelos primeiros colonizadores de nossa Terra (provindos de Portugal) e levados para o interior ainda no século XVI. Conforme o autor, os animais do Município comparavam-se, em 1870, “favoravelmente, com os mais belos animais criados na Alemanha.” Apenas no segundo quartel do século XX, medidas concretas foram tomadas, com a iniciativa da Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia de importar puro-sangue da raça Mangalarga.

O turfe dizia muito sobre aquelas paragens, trazia as ruralidades para o centro de uma cidade em decurso inicial de urbanização, carreando a ideia de melhoramento das raças e transportava um divertimento. É possível, porém, que aqueles “Illustres cavalheiros” tivessem um objetivo velado: o lucro!

Aproveitamos os dados oferecidos por Melo (2019) sobre a movimentação financeira de alguns clubes do Rio de Janeiro, em 1912, não para comparar valores, mas com o escopo de compreender que, independentemente da região do País, o turfe era um evento que visava à lucratividade. Naquele ano, a média de arrecadação por corrida do *Jockey Club* foi de 139:322\$000, a do *Derby Club* 103:443\$000, enquanto a do *Club de Corridas Santa Cruz* foi algo próximo dos 3:000\$000. O Santa Cruz estava localizado em uma região com perfil populacional superior ao da cidade de Feira de Santana, apesar de ser um bairro, conforme o autor, com 18.500 (dezoito mil e quinhentos) habitantes¹⁸³. Em 1920, como abordamos, viviam 14.479 (catorze mil, quatrocentas e setenta e nove)

182 Quer dizer, animais para lide e não animais para corridas, como pode fazer entender a palavra “tiro”, no sentido de rápido.

183 No Rio de Janeiro, em sua totalidade, viviam aproximadamente 975 (novecentos e setenta e cinco) mil moradores na época (MELO, 2019).

peças em Feira e arredores. Ainda assim, era um quantitativo de moradores inferior aos que viviam na área suburbana mencionada da Capital Carioca.

Retomando a notícia sobre a reinstalação do *Jockey Club*, a nota prossegue referindo-se ao valor necessário para reerguer o Prado Feirense: “Para esse fim constituíram uma sociedade anonyma com o capital inicial de 5:000\$000 que ja se acha quasi subscripto.” Com relação ao local para realizar as atividades turfísticas, anunciava-se que já “se acha minutado o contracto á firmar-se com a direcção do Asylo de Lourdes¹⁸⁴ para o arrendamento por 5 anos do antigo hypodromo, á Avenida Sampaio onde contam reinstalal-o” (FOLHA DO NORTE, 26 jul. 1914, n. 280, p. 01). O montante de 5:000\$000, muito provavelmente, seria necessário para o pagamento da reforma do antigo hipódromo, bem como para parte do arrendamento e das despesas cartoriais e publicitárias¹⁸⁵, entre outros dispêndios ordinários.

Outras duas matérias publicadas em agosto de 1914 esboçam a dinâmica ocorrida depois do primeiro anúncio da retomada desse empreendimento. Vejamos, inicialmente, o segundo informe:

Jockey Club

Foi assignado contracto de aquisição do antigo hypodromo desta cidade, com o actual proprietario, para renovação de um prado de corridas. Os trabalhos de aperfeçoamento da antiga raia e outras dependencias necessarias, serão atacados muito proximamente (FOLHA DO NORTE, 15 ago. 1914, n. 233, p. 01).

Neste segmento, fica evidenciado que o empreendimento havia sido concretizado com sucesso, restando apenas a reforma da parte física, “antiga raia e outras dependencias”. Imaginam-se, o encilhamento, os banheiros, as arquibancadas e, quem sabe, o botequim – lugares comuns aos hipódromos e, na verdade, alguns destes a qualquer casa de espetáculo ou espaços com outras nomenclaturas, porém com semelhantes funções. As ampliações e reformas dos hipódromos eram anunciadas nos jornais como recurso publicitário, vendendo ao público o mesmo divertimento do século anterior; porém, então, embrulhado em novo “papel de presente”.

O periódico assinala, ainda, acerca da “animação entre os associados á nova empresa”, retomando argumentos já citados na primeira publicação sobre ser uma diversão “útil” e que favoreceria a melhoria da “raça cavalari” (FOLHA DO NORTE, 15 ago. 1914, n. 233, p. 01).

184 Orfanato destinado ao gênero feminino. Cf. Costa (2013).

185 Divulgação, em jornais, de atos administrativos, informações sobre as corridas de cavalo e outros divertimentos.

A terceira e última nota daquele agosto, intitulada **Jock**¹⁸⁶ **Club Feirense**, inicia-se valorizando e identificando o estrato social dos empreendedores: “Sob os auspícios de alguns Illustres cavalheiros da nossa sociedade, ficou constituída uma empresa particular”, objetivando “explorar este gênero de diversão. Marcham progressivamente os preparativos e é de prever tenhamos breve magníficas partidas” (FOLHA DO NORTE, 29 ago. 1914, n. 235, p. 01): esta era a expectativa. Alguns dos “Illustres cavalheiros” certamente seriam os mesmos coronéis e seus filhos com suas “Botas prussianas com autêntico couro da Rússia”, suspendendo “a vaidade e o orgulho”, como afirmava Eurico Alves Boaventura (BRITO; OLIVEIRA, 2013, p. 46).

As três notas se encerram fazendo votos para que “o intento nobilíssimo” seja “coroadado do mais feliz exito.” É o desejo de que a fórmula de sucesso, existente ainda em outras regiões do País, seja replicada em Feira de Santana, mesmo com o futebol começando o seu desenvolvimento na cidade, como veremos em momento seguinte.

Passados vinte e cinco anos da primeira experiência de turfe na urbe, dia 29 de novembro de 1914, um domingo, “anuncia-se a reabertura do hypodromo” pertencente ao *Jockey Club* Feirense (MELLO; BRITO, 2018). Enfim, mais um domingo turfístico!

Retomar as atividades no *Jockey Club* parece que fazia sentido, como vimos no início deste tópico, tanto por influência externa – afinal várias cidades do País estavam desenvolvendo exitosamente estas práticas – como também localmente, visto que os anos de 1910 constituíram um período de intensas mudanças na cidade: construção do Mercado de Carne (atual Mercado de Arte Popular); melhorias na iluminação pública; construção de praças públicas, denominadas de parques – Parque Sant’Anna, Parque Bernardino Bahia, Parque Agostinho Froes da Motta – estes dois em homenagem a intendentess da cidade no período (CUNHA, 2013). Seria a retomada dos domingos turfísticos, que outrora existiram na urbe, ainda no século XIX?

Não tivemos acesso às fontes de informação dos meses finais de 1914, nem a todos os números de 1915 e 1916 – isto referente à *Folha do Norte*. Suscitamos a possibilidade de o empreendimento ter durado pouco tempo, visto que notícias sobre o mesmo não apareceram nos anos seguintes, sendo apenas localizada nesse jornal do período estudado uma última notícia sobre a experiência turfística em Feira de Santana. Em 1920, o terreno

186 Não sabemos se, ao escrever apenas *Jock*, e não *Jockey*, existiria alguma outra intencionalidade dos editores do periódico como, quem sabe, enfatizar a ideia de “mercadorização” deste divertimento (recorremos, aqui, a neologismo não dicionarizado). Já sinalizamos o significado desta palavra escocesa que dera origem ao diminutivo, *jockey*, que os ingleses utilizavam para se referir os vendedores de cavalo. Fato é que não encontramos mais nenhuma outra notícia trazendo este termo.

onde estava estabelecida a “Sociedade ‘Jockey Club’” estava “foreiro ao município” (FOLHA DO NORTE, 24 de jul. 1920, n. 537, p. 1). O início dos anos 1920 não viu mais as páginas dos periódicos estamparem as tardes de turfe.

Os tempos eram outros: ganhava força o futebol desenvolvido pelos clubes no estádio e campos autorizados pelo poder público, e também por pessoas pelas ruas, sem qualquer tipo de permissão. Igualmente, já no final da década de 1920 e toda a década de 1930 despontaram, conforme Oliveira (2014, p. 276), outros esportes praticados nos estabelecimentos de ensino Santanópolis e Escola Normal¹⁸⁷, demonstrando as relações existentes entre cidade e escola na “consecução de um projeto social e educacional modernizador” que, juntamente com as modificações dos espaços físicos e arquitetônicos da urbe, preocupava-se com a aquisição de “hábitos, costumes e sociabilidades” que contribuíssem com esse projeto.

Oliveira (2014) afirma que o basquete vivenciado no espaço privado das escolas e, depois, nos clubes, “se contrapunha às inconvenientes corridas de cavalo, que tanto incomodavam sujando a cidade e colocando em risco a integridade física dos transeuntes”. A partir daí, as corridas de cavalo surgiram nos noticiários não mais como esporte, mas como “Uma irregularidade”¹⁸⁸. Descreve a nota: “O trânsito público ficou, domingo último, à tarde, interceptado por algum tempo no trecho compreendido entre o Ponto Central e o ABC por motivos de se aguardarem corridas de cavallos em plena estrada” (FOLHA DO NORTE, 17 dez. 1932, n. 1222, p. 04).

Na década de 1940, as corridas de cavalos se afastaram um pouco mais do centro da cidade ganhando distâncias além do “suburbio desta cidade, denominado ‘Ponto Central’” (FOLHA DO NORTE, n. 1730, p.3, 05 set. 1942). Realizavam-se nas tardes de domingo, no considerado pela memorialista Lélia Vitor Fernandes de Oliveira, o “1º hipódromo da cidade”, trecho da antiga Estrada das Boiadas denominado “Corredor de Maria Vitória”, hoje Rua Fernando Ferrari (entre os bairros Ponto Central e Eucalipto), “cerca de 1km de trajeto, o que era uma atração turística, não só dos moradores dos bairros, mas também de admiradores deste esporte de outras cidades circunvizinhas” (OLIVEIRA, 2015, p. 127).

187 Primeiras escolas secundárias de Feira de Santana. Para saber mais, ver Sousa (2001), Oliveira (2014) e o Blog do Santanópolis, mantido pelo ex-diretor/proprietário, professor Evandro Oliveira, um outro grande memorialista da cidade.

188 Título da nota seguinte.

Na atualidade, há um local afastado do Centro, aproximadamente 9km da Praça da Matriz, denominado Hipódromo de Pedra Ferrada ou *Jockey Clube de Pedra Ferrada*, vizinho à Escola Municipal Arthur Martins da Silva. Ainda é uma região ruralizada, porém englobada pelo bairro Pedra Ferrada, que dá nome ao Prado. Vídeos no *YouTube*¹⁸⁹ fazem referência às corridas de cavalo realizadas de 2010 a 2021, no atual Prado Feirense. Pelas imagens, é possível perceber a pista composta por quatro raias que seguem em linha reta, em terreno de chão batido. Observaram-se provas entre dois, três ou quatro animais, disputadas por cavalos e éguas.

As corridas de cavalos provavelmente contribuíram de forma “vanguardista”¹⁹⁰ para o desenvolvimento do fenômeno esportivo na cidade de Feira de Santana, seja com a utilização do próprio espaço do antigo hipódromo para as partidas de futebol; seja pela experiência administrativa-esportiva adquirida com o *Jockey Club Feirense*, possível de ser replicada nos clubes de futebol fundados ainda na primeira década do século XX, e também na construção/manutenção do primeiro estádio de futebol; ou por educar os gostos e as sensibilidades das pessoas aos “novos entretenimentos” conjuntamente instruindo desejosos “comportamentos públicos” (MELO, 2020), aqui especificamente os relacionados aos esportes modernos. Impõe-se, então, abandonar temporariamente as práticas turfísticas, desencilhar o cavalo, sair do hipódromo e, de posse de uma pelota, adentrar ao *stadium*.

189 Corridas realizadas em abril e maio de 2010: <https://www.youtube.com/watch?v=GUUxzpZPvk>; <https://www.youtube.com/watch?v=eupjXEPo8W0>;

Em dezembro de 2017: https://www.youtube.com/watch?v=WGsecaf_kdo;

Em janeiro de 2018: <https://www.youtube.com/watch?v=CTIKkTz4y0A>;

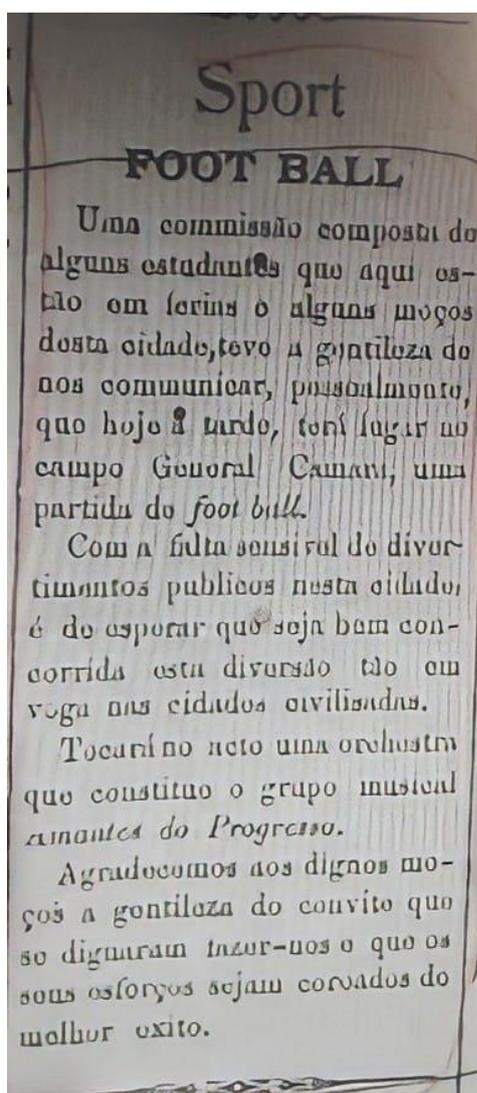
E no primeiro semestre de 2021, em pleno período pandêmico: <https://www.youtube.com/watch?v=8-8RQe7ckME>.

190 Expressão utilizada por Montenegro e Soares (2018, p. 428) dentro de um contexto semelhante. O trabalho de Melo e Gomes (2019) expressa bem a relação entre o pioneirismo de uma prática esportiva, no caso o *cricket*, e o desenvolvimento de outros esportes, entre eles o futebol.

7 ESPETÁCULOS ESPORTIVOS NA PRINCESA DO SERTÃO: O FUTEBOL

No século XX, outros divertimentos continuaram surgindo, com destaque as práticas esportivas, em especial o *football*. Em 1906, no dia 08 de julho, *O Progresso* (n. 335, 08 jul. 1906, p. 1) trouxe o registro mais antigo sobre Futebol em Feira de Santana que as fontes puderam indicar: anunciava (Figura 37) uma partida de *foot ball* “organizada por um grupo de estudantes que aqui estavam em férias e alguns moços” residentes na cidade. Esperava-se, pela “falta sensível de divertimentos públicos” locais, boa concorrência nesta “diversão tão em voga nas cidades civilizadas”.

Figura 37 – Anúncio de partida de Futebol



Fonte: *O Progresso* (n. 335, 08 jul. 1906, p. 1).

A ida de pessoas da sociedade feirense privilegiadas economicamente pelos trens da Ferrovia Central da Bahia para a capital soteropolitana com o fito de continuarem os estudos em escolas secundárias, estudos preparatórios e cursos superiores,¹⁹¹ aproximou-as da efervescência futebolística vivida nos largos daquela cidade. De acordo com memorialistas, progressivamente, um pequeno grupo abastado de jovens inicia-se na prática do novel esporte em Salvador: eram ingleses residentes, estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia (incluam-se outras faculdades), médicos, advogados e comerciantes. Essa ebulição esportiva ganha novos contornos com a organização da “Liga Bahiana de *Sports* Terrestres” no final de 1904, a realização do primeiro campeonato promovido por esta Liga em 1905 e os demais subsequentes (SANTOS, 2014). Além dos “jovens endinheirados”, nos momentos iniciais do futebol em Salvador, estavam presentes distintos sujeitos atribuindo “múltiplos e conflitantes sentidos às experiências futebolísticas”, como trabalhadores, garotos de rua, mulheres, entre outros (SANTOS, 2020, p. 153-154)¹⁹².

Voltando à partida, ela foi realizada em um domingo à tarde, no Campo General Câmara (Campo do Gado) “graciosamente embandeirado” e contou ainda com a animação do “mavioso grupo musical Amantes do Progresso”, reforçando a ideia de que existia um intercâmbio entre as diferentes atividades culturais que, de diversas formas, completavam-se. Durante toda “a função reinou a melhor ordem, tendo sido assistida por diversas famílias e pessoas gradas” (O PROGRESSO, n. 336, 15 jul.1906, p. 1).

Era habitual a presença das filarmônicas estabelecendo parcerias com os times de futebol: elas realçavam “o jogo e animavam a torcida, antes de começar a partida, na hora do intervalo e ao final da partida” (SANTOS, 2012, p. 86). Em outra passagem, esta última autora comenta que, no periódico “Folha do Norte”, na coluna com o título “Notas Sportivas”, em janeiro de 1919, primeira página, noticiava-se que dois times acompanhados de música se dirigiram para a Pensão Universal. A participação de bandas

191 Por exemplo, Almiro Godinho Santos e Angelo Godinho Santos foram estudar em colégios de Salvador em 1898. Em 1901, seguiam para a capital de “trem” “a fim de continuarem os seus estudos de preparatórios”, filhos do “ilustrado” clínico Fabio Lyra dos Santos, ex-presidente da Filarmônica 25 de Março e da Sociedade Monte Pio dos Artistas Feirenses (O PROPULSOR, n. 69, 6 fev. 1898, p. 1; O PROPULSOR, n. 237, 5 maio 1901 p. 2). Ainda na primeira década do século XX, fazem Medicina na capital baiana, juntamente com o primo Lafayette Godinho Lima, filho do coronel Macario Joaquim da Silva Lima (O PROGRESSO, n. 353, 18 nov. 1906, p. 1). Em período similar, Manoel Bartholomeu de Freitas Junior estudava Direito, filho do coronel Manoel Bartholomeu de Freitas, que foi Juiz de Paz da cidade (O PROGRESSO, n. 356, 9 dez. 1906, p. 1). Estes quatro estudantes aparecem em algumas das primeiras partidas de futebol realizadas em Feira de Santana.

192 Conferir em Leal (2002) relatos sobre futebol jogado por populares em Salvador na primeira década do século XX.

musicais era uma constante na cidade e em outras localidades nesses primeiros momentos futebolísticos, tanto em capitais, como Salvador (SANTOS, 2014), quanto em cidade do interior brasileiro semelhantes a Feira de Santana, como era o caso dos “Sertões das Gerais” (AMARAL, 2020).

Contudo, um ano se passou para vermos a imprensa anunciar uma sequência de fundações de associações esportivas. Em 7 de julho de 1907, afirma-se que foi “recentemente fundado” o “Club Santos Dumont” (O PROGRESSO, 7 jul. 1907. p. 1., n. 386), muito provavelmente, a primeira associação futebolística de Feira de Santana.

Outro comunicado anuncia que na noite de 9 de julho foi “solenemente instalado nesta cidade um Club de diversão, do jogo *foot-ball* que tem por nome ‘Feirense Foot Ball Club’” (O PROGRESSO, 14 jul. 1907. p. 1, n. 387). É pertinente pontuar que ao menos desde 19 de julho o *Sport Club Football* Ipiranga já existia, pois requeria uma área para “realizar as suas funções” (O PROGRESSO, n. 391, 11 ago.1907, p. 03). Por fim, naquele ano, no dia 11 de agosto era “fundado, nesta cidade mais um club de football, cujo a diretoria e corpo de amadores compõem-se de moços artistas do nosso meio”, o *Apollo Foot-Ball Club*. Ele tinha “por fim o desenvolvimento de nossa educação física” (O PROGRESSO, n. 392, p. 02, 18 ago. 1907). Apenas em 1913 aparece nas fontes a fundação de uma nova agremiação, o “*Sport Cavendish Foot-Ball Club*”. Louvava-se “a iniciativa desses jovens e fazendo votos para que frutifique o seu exemplo criando entre nós o gosto pelos exercícios phisicos” (FOLHA DO NORTE, 13 de set. 1913, p. 1, n. 187).

Vive-se em Feira de Santana, nitidamente, **o quarto momento** de estruturação do Campo Esportivo, referenciado por Melo (2010b), sobre a prática de esportes coletivos, destacadamente o futebol. Tempo da “Footballmania”, no Rio de Janeiro (PEREIRA, 2000); porém, a realidade vivida em Salvador era mais latente às pessoas da região. Em 1907, os jogos do campeonato soteropolitano de futebol, promovido pela Liga Bahiana de *Sports* Terrestres, passaram a ter mando de campo no antigo hipódromo do Rio Vermelho (ROCHA JUNIOR; ESPÍRITO SANTO, 2011), local fechado que permitia uma maior organização do jogo, inclusive com cobranças de ingressos (SANTOS, 2014).

Nas palavras de Poppino (1968, p. 289): “Por algum tempo, no século vinte” o desporto coletivo foi uma das “principais formas de recreação”. O futebol “era o mais popular”. Organizaram-se “vários selecionados de amadores” na cidade, “enquanto em cada distrito havia pelo menos um.”

Em agosto de 1907, na seção *O Progresso* que informa sobre requerimentos feitos à Intendência Municipal, destacam-se os pedidos de três agremiações: Feirense *Foot-ball Club*, *Sport Club Santos Dumont* e *Sport Club Football Ipiranga*, todos solicitavam “licença para o jogo de foot-ball no Campo General Camara” e que lhes fosse “concedida uma área no terreno” para que pudessem estruturar seus *grounds*. O intendente Tito Rui Barcelar aprovou as solicitações (O PROGRESSO, n. 391, 11 ago.1907, p. 03).

Noticia-se a “1ª partida” de foot-ball entre o Feirense *Foot-ball Club* e *Sport Club Santos Dumont* realizado no Campo General Câmara. O *ground* pertencente ao Feirense estava “bem enfeitado”. Às 4 horas da tarde, horário de início da disputa, “grande” era o quantitativo de presentes “notando-se inúmeras senhoras e senhoritas”. Tocou uma orquestra durante o jogo. O time mandante da partida conseguiu, por uma vez, “vazar o goal do seu contendor”, vencendo. Ao término da disputa, “seguiram os 2 clubs em animada passeiata pelas ruas da cidade”. A dinâmica de partidas aos domingos, final de tarde, acompanhadas por bandas e muita musicalidade, com passeata pela urbe ao término dos jogos e pequenas recepções em sedes de clubes ou salões dos hotéis eram a tônica nas festas esportivas. A “2ª partida” entre as duas equipes acabou empatada em 0 x 0 (O PROGRESSO, n. 389, 28 jul. 1907; O PROGRESSO, n. 391, 11 ago. 1907, p.1).

O Feirense Foot-Ball Club solicitou ao público, nos “dias de suas festas”, o “obsequio de não aproximar-se muito” do campo nos momentos das partidas, “afim de evitar embaraços como aconteceu no domingo passado” (O PROGRESSO, n. 391, 11 ago. 1907, p.1).

Uma nota assinada com o pseudônimo “FOOT-BALL” acaba por trazer algumas facetas dos esportes que estavam a olhos vistos. Nela, afirmava-se que “é difícil encontrar hoje cidade ou vila que não tenha clubes esportivos marítimos ou terrestres”, denotando uma valorização da esfera clubística¹⁹³, exatamente na direção que ocorria na cidade com a criação das associações futebolísticas, e insinuando que a presença feminina “n’estas festas” era “a razão mais poderosa de seu desenvolvimento.” Comenta-se, ainda, do apoio dado aos esportistas da capital baiana por fábricas de cigarro que forneciam “tudo como Canoas para os Marítimos, Musica, o Foot-ball, Criket, etc., etc.” Afirma-se que, “(...) já que temos Sport e fumamos cigarros”, estes deveriam acompanhar cupons

193 Conferir alguns aspectos acerca do modelo clubístico de associação do futebol em Amaral e Couto (2017).

promocionais¹⁹⁴ para os clubes, pois “se não nos tem utilidade Canoas, procuremos outro brinde que possamos fazer uso” (O PROGRESSO, n. 393, 25 ago. 1907).

Nesse período, é possível ver os clubes de futebol começando a ocupar lugares de destaque nos jornais e em eventos sociais (O PROGRESSO, n. 396, 15 set. 1907, p.1). Certa vez, em uma temporada de companhia circense¹⁹⁵ em visita à cidade, teve espetáculo “dedicado aos aplaudidos Clubs Santos Dumont, Feirense, Apollo e Ypiranga”, com o Theatro Sant’Anna “caprichosamente” decorado “com cortinas, bandeiras e sobretudo, as cores dos Clubs” e “grande profusão de luzes que davam um aspecto encantador” (O PROGRESSO, n. 397, 22 set. 1907, p.1). O evento foi em benefício dos artistas circenses; porém, era comum parte dos lucros ser dividida com as entidades parceiras, no caso, as agremiações futebolísticas.

Percebe-se, pelas notícias, a atmosfera que estava sendo gestada na sociedade feirense com a criação de clubes esportivos¹⁹⁶: não seria a “febre esportiva” vivida em outras partes do País; contudo, já seria certamente um “aumento de temperatura” naquela paragem. Algumas novidades ainda estavam por vir.

À noite do dia 17 de outubro de 1907, na sala das sessões do Feirense *Foot Ball Club*, reuniram-se os conselhos diretores do *Sport Club Ypiranga*, *Apollo Foot Ball Club* e *Feirense Foot Ball Club* para organizarem a Liga Feirense dos *Sports Terrestres*, elegendo diretoria para a gestão 1907-1908 com posse agendada para “20 do corrente as 8 horas da noite”. Seu propósito seria “organizar todos os gêneros de sports, muito concorrendo para harmonizar o nosso meio esportivo e também para o progresso desta terra” (O PROGRESSO, n. 401, 20 out. 1907, p. 02).

A posse aconteceu no “vasto salão do prédio n. 1 a rua Barão de Cotegipe”, “contíguo ao sobrado da câmara”¹⁹⁷. A primeira diretoria teve a seguinte constituição: Presidente – Francisco Carneiro da Silva; Vice-presidente – João Regis Martins; 1º Secretário – Gonçalo Alves Boaventura; 2º Secretário – Manoel D. do Araujo; Tesoureiro

194 Provavelmente, os brindes eram dados às pessoas ou associações que juntassem mais cupons anexos às caixas de cigarros.

195 Falamos sobre essa companhia no Capítulo 3.

196 Foi um período de organização de associações sociais na cidade, poderíamos dizer, intenso. Além dos grupos teatrais (já citados), grêmios literários e outros dançantes, como “Club Recreio Juvenil”, de vida curta (O PROGRESSO, n. 335, 08 jul. 1906, p. 1): associação criada provavelmente em julho e dissolvida em setembro, cedendo lugar a outra denominada “Club das Perolas” (O PROGRESSO, n. 345, 16 set. 1906, p. 1).

197 A Câmara Municipal estava instalada em um antigo sobrado, ainda “de pé”, defronte à Igreja Senhor dos Passos. Neste local funcionou a primeira biblioteca pública e também a Intendência. A rua Barão de Cotegipe ganha contornos de avenida, recebendo a denominação Avenida Senhor dos Passos, ficando a denominação anterior para outro logradouro, próximo e paralelo.

– Arlindo Deociano Pitombo; e Procurador – Ismael Bastos (O PROGRESSO, n. 401, 20 out. 1907, p. 02; O PROGRESSO, n. 402, 27 out. 1907, p. 01). Um ofício da Liga Feirense dos *Sports Terrestres* é divulgado na imprensa:

ilustre redação de *O Progresso* – Temos a honra de convidar-vos para assistir no próximo domingo 3 de novembro, a partida inicial do primeiro campeonato da *Liga Feirense dos Sports Terrestres* que terá lugar na praça General Pedra, na área do *Feirense Foot-Ball Club*.

Tomarão parte no jogo os clubs Ypiranga e Feirense (O PROGRESSO, n. 403, 3 nov. 1907, p. 1).

Com a Liga, é possível perceber a organização de um calendário esportivo (Quadro 02) com jogos de futebol agendados ainda para o final do ano de 1907. Esse tipo de calendário contribuía “para que o lazer adquirisse um caráter rotineiro, devido a sua regularidade” (SANTOS, 2014, p. 81).

Quadro 02 – Calendário Esportivo da Liga Feirense dos *Sports Terrestres* (1907)

Data dos Jogos	Times e Resultados
03 de novembro de 1907	Feirense 1 X 0 Ypiranga
01 de dezembro de 1907	Feirense 0 X 0 Apollo
15 de dezembro de 1907	Apollo 0 X 0 Ypiranga
22 de dezembro de 1907	Santos Dumont 0 X 0 Apollo

Fonte: *O PROGRESSO* (n. 404, p. 01, 10 nov. 1907; n. 408 p. 01, 8 dez. 1907; n. 410, p. 1, 22 dez. 1907; n. 411, p. 1, 31 dez. 1907).

Conforme decisão da Liga, a partida entre Apollo e Ypiranga, no “antigo” hipódromo, o *ground* do Apollo, seria em benefício do Asylo de Lourdes (O PROGRESSO, n. 406, 24 nov. 1907, p. 1). Não são feitas menções a valores cobrados em qualquer dos jogos. Por serem espaços abertos, sem bilheterias e arquibancadas, não seria viável a cobrança ao público. A exceção provavelmente ficaria exatamente para esse espaço que comportou o prado feirense: por ser um jogo em benefício, pode ter havido algum retorno material ou montante financeiro para auxílio do abrigo de menores.

No ano de 1908, ocorre uma significativa mudança na ordem política local: existia uma disputa entre dois grupos para ver qual deles assumiria a Intendência. Um,

capitaneado por Abdon Alves de Abreu; e o outro, por Bernardino da Silva Bahia. Na disputa eleitoral, Bernardino obteve vantagem, vencendo a eleição. Inconformado com a decisão, o grupo de Abdon toma a gestão municipal com o uso da força (SILVA, 2000; OLIVEIRA, 2000). Isto certamente gerou reflexos em alguns setores.

Como sinalizamos, em 1907, o intendente Tito Rui Barcelar apoiou o desenvolvimento dos clubes esportivos da cidade a partir das cessões de áreas do Campo General Câmara aos times do Feirense, Santos Dumont e Ypiranga, juntamente com os alvarás de licença para realização dos jogos. Provavelmente, essas ações do executivo exerceram algum impacto político na comunidade esportiva local. O fato é que não localizamos mais nos jornais, em 1908, a continuidade do primeiro campeonato da Liga Feirense dos *Sports Terrestres*. Os nomes de alguns clubes até aparecem em reduzidas notas sociais, mas nada relacionado às partidas de futebol: numa, destaca-se que o concerto do violinista José de Sabbatini fora dedicado “á distinta Classe Acadêmica e aos Sports Clubs Terrestres.” (O PROGRESSO, n. 412, 8 jan 1908, p. 2); noutra, convidam-se “todos os sócios” do Feirense Foot-Ball Club para uma Assembleia Geral (O PROGRESSO, n. 419, 1 mar. 1908, p. 2). Em grande medida, eram a mesma classe: alguns nomes de *sportmens* sabidamente eram estudantes de medicina e direito.

O futebol só voltaria a ganhar maior evidencia nos jornais da cidade anos depois. É perceptível um ambiente de euforia criado na cidade naqueles primeiros anos de 1920. Dizia uma crônica local¹⁹⁸, em janeiro de 1922, citada por Oliveira (2016, p. 68), que a “época é da bola”, homens “jogam” e meninos “se divertem com sua bolinha de borracha, a molecada sapateia, arrancando unhas e levantando poeira, bolas de meia, limões e mesmo pedra. (...) ninguém resiste à invasão do pontapé.”

Oliveira (2016) disserta sobre “Vagabundos ou atletas?”¹⁹⁹, e mostra os tratamentos diferenciados que eram dados à garotada que jogava nas ruas da cidade e aos *sportmens*: a imprensa feirense protagonizou “uma verdadeira cruzada contra os jogos de futebol” que aconteciam pelas ruas. Como os garotos costumeiramente jogavam nas proximidades do Campo do Gado, as “vidraças quebradas” eram as “alegações” mais recorrentes (SANTOS, 2012, p. 87- 88).

É de nosso conhecimento que parte desses sentimentos vividos convergem com o contexto mais amplo de valorização do esporte bretão, por meio da competição de

198 Coluna “Estrelas cadentes”, autoria de Juventino Pitombo (FOLHA DO NORTE, n. 615, p. 1, 22 jan. 1922).

199 Tópico de um dos capítulos do livro.

seleções estaduais no Torneio do Centenário da Independência do Brasil, e da construção do Campo da Graça em Salvador, alavancando o esporte na capital baiana, que agora teria seu primeiro estádio de futebol (SANTOS, 2014). Uma atmosfera de “modernização urbana” estava sendo forjada em Salvador, com mudanças significativas estruturais: construção de praças públicas nos lugares dos largos de terra batida, abertura de grandes avenidas, alargamentos de pequenas vielas, entre outros melhoramentos (LEITE, 1996), como, anos depois, a construção de imponentes prédios, a exemplo do que sedia o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, com a finalização das obras em 1923 (SILVA, 2012) e outros símbolos de uma sociedade progressista. O estádio esportivo foi um destes marcos em 1920.

Muito dessa euforia é fruto também dos arranjos locais. A cidade de Feira de Santana, igualmente e da sua maneira, vivia um “surto” de melhoramentos urbanos nas décadas de 1910 e 1920, com a abertura de avenidas (as atuais Getúlio Vargas e Senhor dos Passos²⁰⁰), a construção do novel Paço Municipal, a arborização de logradouros, a requalificação de algumas praças públicas com construção de coretos, a construção de um mercado (atual Mercado de Arte Popular), entre outros.

Especificamente no esporte, equipes da cidade aparecem nos jornais ganhando uma certa recorrência na coluna “Notas sportivas”: *Sport Club Guarany*²⁰¹, União dos Artistas, Aliança *Foot-Ball Club*, Floriano *Foot-Ball Club*, Cruz Vermelha *Foot-Ball Club* e time dos Atiradores do Tiro de Guerra 310. Uma quantidade de notas traz que as disputas eram “no local do costume” (FOLHA DO NORTE, n. 460, 25 jan. 1919, p. 1; FOLHA DO NORTE, n. 518, 13 mar. 1920, p. 1; FOLHA DO NORTE, n. 536, 17 jul. 1920, p. 1; FOLHA DO NORTE, 24 de jul. 1920, n. 537, p. 1). Portanto, continuavam os jogos sendo mandados nos *grounds* existentes no Campo General Câmara, a mesma área dos primeiros prélios em 1906 e 1907.

Começam a suceder disputas intermunicipais. Em abril de 1921, a festa esportiva foi entre o Santanopolis (time de Feira) e o Comercial, “nossos valorosos playus do pé-bola”, que estiveram na urbe de Santo Amaro disputando “um renhido *math* com os seus destemidos colegas do sport” (FLOR, n. 2, 24 abr. 1921, p. 4). Em maio ocorreu “o jogo da volta” entre as equipes, desta vez o time santamarense do Comercial veio reforçado

200 Desde o final do século XIX existiam as ruas Barão de Cotegipe e Senhor dos Passos. Elas foram ampliadas nos sentidos norte e sul, requalificadas e transformadas em uma única avenida, Avenida Senhor dos Passos.

201 Em outra nota, trazendo o nome Guarany *Foot-ball Club* (FOLHA DO NORTE, 26 jun. 1920, n. 533, p. 1).

com “pebolistas dos melhores quadros da nossa capital” almejavam “deforrarem a derrota” da primeira peleja (FLOR, n. 7, 29 maio 1921, p. 2).

Os “moços santamarenses (...) em excelente desporto marítimo, fluvial e terrestre, vêm disputar uma partida de pebola” em Feira de Santana (FOLHA DO NORTE, n. 580, p. 01, 21 maio 1921). Ou seja, o articulista relaciona a uma prática esportiva o esforço empreendido no deslocamento a barco pelo Rio Subaé (saindo de Santo Amaro), Bahia de Todos os Santos e Rio Paraguassú (chegando em Cachoeira), com posterior percurso por meio do trem. E a persistência “esportiva” foi maior, pois “o vapor que conduzia os passeantes, aos sons da harmoniosa filarmônica Lyra dos Artistas” encalhou, desvencilhando-se apenas à tarde. Retornando a Santo Amaro, prosseguiu viagem; porém, sem a banda musical (FOLHA DO NORTE, n. 581, p. 01, 28 maio 1921).

O espraiamento do futebol para cidades, vilas, distritos e povoados rurais, conforme o historiador Daniel Venâncio de Oliveira Amaral (2020, p. 140), entre outras razões,

teve como fator imperioso os circuitos futebolísticos constituídos por meio de encontros intermunicipais, nos quais comitivas esportivas, compostas majoritariamente por membros proeminentes das localidades, passaram a cumprir o papel de promover redes de sociabilidades e de cooperação política entre sócios e municípios envolvidos institucionalmente com o novo esporte.

Outros clubes foram sendo fundados ou reorganizados²⁰²: o “Sul América-Pé-Bola”, em 23 de abril de 1921 (FLOR, n. 4, 8 maio 1921, p. 3); em setembro de 1921 anuncia-se a reorganização do Cruz-Vermelha *Foot-Ball Club*, assim como seu “antigo rival o Floriano”. Esses dois times formaram combinado que disputou partida contra o recém-criado Sul América. A manchete dizia: “**Resurgirá o Sport entre nós**” (FLOR, n. 20, 4 set. 1921, p. 2, grifo do autor).

Mesmo com toda esta dinâmica futebolística, não constava no Anuário Estatístico do Estado da Bahia de 1924 entre “associações arroladas” qualquer agremiação esportiva do município feirense²⁰³ (BAHIA, 1926, p. 186).

202 Sobre o tempo de existência de associações de futebol, no Brasil, veremos que era comum times terem vida breve enquanto outros tornaram-se centenários. Em um primeiro momento, tratavam-se de jogadores e dirigentes amadores, possuidores de outras profissões ou ainda estudantes.

203 Constavam, no Anuário Estatístico, apenas três associações musicais (provavelmente as filarmônicas já mencionadas) e uma associação beneficente em Feira de Santana (BAHIA, 1926, p. 186). Existiram subnotificações nesse documento: 58 (cinquenta e oito) municípios não alimentaram informações sobre aspectos ligados às associações (48 informaram possuir sociedades e 38 comunicaram que não possuíam); alguns municípios que informaram apresentaram questões muito genéricas ou dados incompletos, como foi o caso das associações musicais feirenses, não constando os nomes. Apenas para ficarmos no exemplo de

Outro elemento importante foi a participação no “primeiro Torneio Intermunicipal” de Futebol da Bahia,²⁰⁴ (SANTOS, 2020, p. 165), ocorrido no Campo da Graça em único dia, um domingo, 11 de dezembro de 1921 (SANTANA *et al.*, 2021). O “quadro feirense” foi trasladado em trem expresso até Cachoeira “à noite de sábado”, véspera do torneio, “dali seguindo para a cidade do Salvador no vapor destinado ao transporte dos desportistas desta zona” (FOLHA DO NORTE, [17] dez. 1921, n. 610, p. 1).

Um dos organizadores, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), objetivava arrecadar fundos para a construção de sua sede.²⁰⁵ Dizia outro trecho da crônica referenciada há pouco: “Até o Instituto, casa de veneração e de respeito, deixou de lado a sua severidade barbuda para aconselhar a tolice” (OLIVEIRA, 2016, p. 68). No sentido mais brando da palavra, aconselhava-se a vivência do não-sério, a prática do divertimento futebolístico.

Nesse torneio, alcançou-se uma vitória importante, pois Feira venceu Ilhéus na final: o jogo terminou empatado; mas, pelo regulamento da competição, vencia a equipe que tivesse mais escanteios. Jonga, “o nosso admirável ponta-esquerda, com maestria, obrigou um zagueiro de Ilhéus produzir um **corner**” (FLOR, n. 33, 18 dez. 1921, p. 3, grifo do autor). Destacou-se o evento na imprensa local: “Da capital, chegaram aqui em o regular [trem] das 9 horas, na segunda feira, a nossa embaixada com nossos denodados campeões, que tão brilhantemente souberam pelear” objetivando vitoriar entre nove adversários, “cada qual mais ansioso pelo honroso titulo de campeão” (FLOR, n. 33, 18 dez. 1921, p. 2). O cronista ainda afirma que “é indizível o regozijo que sentimos deante deste memorável feito dos nossos valorosos pebolistas, os quaes teem sempre sabido pugnar pela honra sportiva da nossa Feira de Sant’Anna” (FLOR, n. 33, 18 dez. 1921, p. 2). Poppino (1968, p. 289) assevera: O entusiasmo do povo atingiu ao auge, em 1921, quando o combinado municipal ganhou o campeonato do Estado.”

Agora, as diferentes máquinas a vapor – trens e barcos –, além de trazerem as companhias itinerantes, conduziam os times feirenses de futebol para as peijas em

uma cidade do interior de porte aproximado ao de Feira de Santana, constavam 3 agremiações esportivas em Ilhéus neste mesmo censo: Victoria, Flamengo e Palestra (BAHIA, 1926, p. 189).

204 Estavam “convidadas as seleções de Santo Amaro, Castro Alves, Cachoeira, São Gonçalo dos Campos, Feira de Santana, Itabuna, Ilhéus, São Felix, Bomfim, Juazeiro, Muritiba e Itaparica, enfim de praticamente todas as regiões do estado” (SANTOS, 2020, p. 165). Ausentaram-se as equipes de Senhor do Bonfim e Juazeiro, desconhecemos os motivos.

205 A construção da sede do IGHB mobilizou parte da população baiana e agentes em diversos estados da federação, envolvendo instituições públicas e a sociedade civil; e a maior parte dos recursos arrecadados partiu desta última (SILVA, 2012).

circuitos futebolísticos, envolvendo amistosos com times de cidades vizinhas, ao passo que traziam essas equipes para jogos em terras feirenses. Ou trasladavam os *players* para Salvador em inédito torneio envolvendo diversas regiões baianas. Todo este preâmbulo culmina com a criação de uma nova “Liga” de esportes e a inauguração de um imponente equipamento esportivo cidadão em sintonia com os tempos de progresso: um *Stadium!*

Outras ligas estavam sendo criadas no período: os clubes de Cachoeira e São Félix fundaram a “Liga Intermunicipal de Desportos Terrestres”, em 1921 (SANTOS, 2020), e a Liga de Juazeiro, em 1923 (CALDAS; ABRAHÃO, 2020). Em Salvador, a 1919, o futebol se reorganizava com a “Liga Bahiana de Desportos Terrestres”, exatamente no mesmo período de construção do Campo da Graça. Um periódico pondera que “para que ressurgja aqui o foot-ball, como ele deve ser praticado é mister um campo decente²⁰⁶, que absolutamente nos falta” (SANTOS, 2014, p. 213).

Algo similar estava ocorrendo em Feira de Santana: criaram uma liga antes da inauguração do estádio feirense. Não eram simples coincidências. Reuniram-se na sede do time Rio Branco, no dia 18 de maio de 1922, “os representantes da Associação Feirense, S. Chistovam F. C., e do Rio Branco F. C., para tratarem da organização da Liga que dirigirá os desportos entre nós”, contribuindo para a organização do futebol local. Na reunião, foi aclamada a diretoria, que teve como presidente – Gastão Clovis de Souza Guimarães²⁰⁷; vice-presidente – Manoel Diniz Facchinette; secretário – Juventino Pitombo; e tesoureiro – Alvaro Moura Carneiro. A posse estava agendada para 23 de maio, às 21 horas (FOLHA DO NORTE, n. 632, 20 maio 1922, p. 4).

Sobre o estádio, pelos relatos, era uma praça esportiva (Figura 38) “de primeira categoria, todo murado, com bilheteria e portões de entrada e saída, e uma grande arquibancada de madeira em bom acabamento” (LAJEDINHO, 2004, p. 42), construído na extremidade oeste, objetivando proteger o público dos raios solares frontais, em virtude de os jogos costumeiramente transcorrerem depois do meio da tarde.

206 A nota fala da necessidade de se requalificar o *Ground* do Rio Vermelho; mas, pela ausência de campo para as disputas, a construção de novo estádio passou a ser uma realidade em potencial.

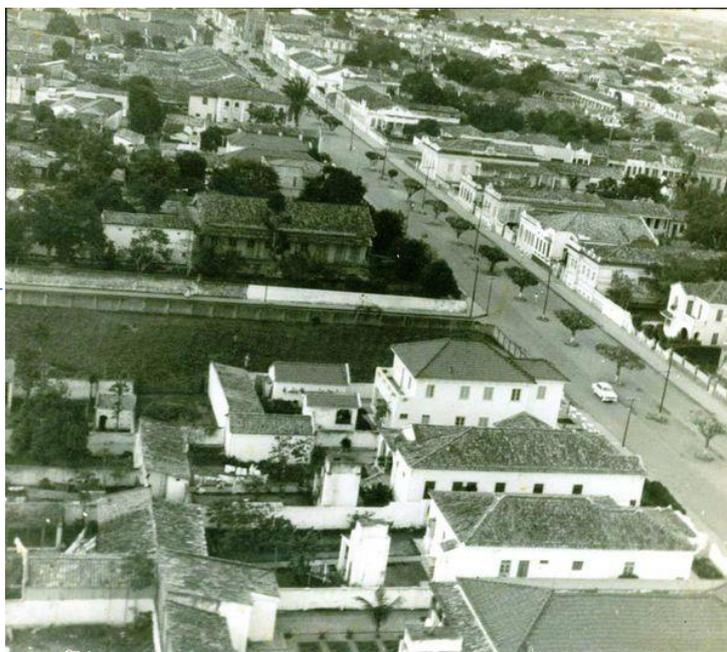
207 Professor, médico e esportista. Lecionou e dirigiu a Escola Normal, ensinou no Ginásio Santanópolis, foi membro e presidente do Grêmio Litero-Dramático Rio Branco e atuou na Sociedade Filarmônica Victoria (SANTOS, 2012).

Figura 38 – Estádio Leolindo Ramos

Fonte: GAMA (1994, p. 211).

O Estádio Leolindo Ramos estava situado no centro da cidade (Figura 39), e

ocupava todo o último quarteirão da Rua Manoel Vitorino [hoje Marechal Deodoro]. No norte limitava com o muro da residência de Tertuliano Almeida (hoje Solar Santana²⁰⁸) formando ali o “Beco do Amor”. Ao sul com o “Beco do Asilo” [hoje Av. Mons. Mario Pessoa]. Ao leste com a Av. Senhor dos Passos e a oeste com a Rua Mal. Deodoro (LAJEDINHO, 2004, p. 42-43).

Figura 39 – Quarteirão em que se localizava o Estádio

Fonte: Grupo do Facebook “Memórias de Feira de Santana”:
www.facebook.com/groups/362453737286631/posts/795136750684992

²⁰⁸ Esta antiga edificação não mais existe.

Na imagem, em primeiro plano na parte inferior esquerda, o quarteirão do campo de esportes e, ao lado, a Av. Senhor dos Passos com canteiro central arborizado. Como é possível observar, há lotes²⁰⁹ com grandes casas construídas e uma fração do que um dia se configurou o primeiro estádio feirense.

É possível que tenham ocorrido coincidências nas temporalidades dos eventos; porém, é plausível pensar que o evento local tenha sido programado para ocorrer no período do torneio de âmbito nacional, já agendado de longa data: o Torneio do Centenário da Independência do Brasil, envolvendo seleções de alguns estados. Exatamente naquele dia 30 de julho de 1922, inauguração do Estádio Leolindo Ramos, a seleção baiana enfrentava a seleção carioca²¹⁰ (SANTOS, 2014).

Fazia sentido estrear o palco de esportes com a presença de alguma associação²¹¹ filiada à Liga Bahiana, garantido ao local o *status* de um futebol mais adiantado, se não em sua técnica, pelo menos na organização. Por questões burocráticas, não foi permitida a participação da agremiação convidada, sendo possível, no entanto, a formação de um combinado de jogadores de Salvador. A “Delegação bahiana” alcançou Feira de Santana “1 hora da tarde em trem especial” fretado pela agremiação Democrata de Cachoeira, sendo acolhida em ambiente festivo “na gare por grande número de sportmens, famílias e pessoas gradas”, tendo presente uma banda musical (FOLHA DO NORTE, n. 642, 5 ago. 1922, p. 1). Naquela época, muito provavelmente, o selecionado convidado deslocou-se até o Recôncavo em barco a vapor, uma vez que o itinerário saindo capital baiana à heroica cidade de Cachoeira naquele momento ainda exigia esse modal de transporte.

A delegação teve uma “fidalga recepção” servindo-se almoço na residência do proprietário do campo, Leolindo Ramos. Destacamos sua atuação junto ao *Jockey Club* na posição de secretário da agremiação. Naquela momento, ele era pecuarista e um dos maiores comerciantes da praça, como sócio proprietário da Casa Ramos (Figura 40) que anunciava²¹² ser “a primeira casa do interior do Estado, ocupando três grandes prédios” (BOAVENTURA, 2006, p. 79). Com o passar dos anos, ainda ficou maior, como

209 Em 1936, “o prefeito não encontrou oposição, quando decretou que a área fosse dividida em lotes e vendida para a construção de casas de residência.” (POPPINO, 1968, p. 289). O prefeito era Heráclito Dias de Carvalho (1935 – 1937).

²¹⁰ Representando o Distrito Federal, naquele tempo, o município do Rio de Janeiro.

²¹¹ O Major Leolindo Ramos “convidou o S.C. Victoria da capital para disputar um match amistoso” (FOLHA DO NORTE, n. 642, 5 ago. 1922, p. 1).

²¹² Nota publicitária do período anterior relativa à sociedade com o irmão Silvino Ramos na “Ramos e Irmão”.

podemos constatar pela imagem. Leolindo exercia uma posição política de destaque na presidência do Conselho Municipal. Desde o empreendimento do hipódromo feirense, certamente sabia (melhor dizendo, deve ter experimentado) as potencialidades de ganhos econômicos com os esportes. Em um primeiro instante, foram as corridas de cavalo; depois, passou a investir algumas de suas fichas no futebol. Na crônica “Viagens”, descrevendo idas e vindas entre Feira e a Capital Baiana, Eurico Alves Boaventura, comenta que “Seu Leolindo” (entre outros homens de negócio) saltava do trem na estação “já calculando o lucro da semana” (BOAVENTURA, 2006, p. 72). Naquele tempo, o Campo da Graça já era um empreendimento privado de sucesso em Salvador e a bilheteria dos jogos era socializada entre a Sociedade Desportiva Bahiana (construtora e proprietária da praça esportiva), a Liga Bahiana de Desportos Terrestres e os times participantes das disputas (OLIVEIRA; MARTA, 2018).

Aquela seria uma partida inaugural festiva e não foi feito qualquer comentário sobre valores de entradas. Contudo, em breve veríamos os frutos desse negócio; afinal, estava agendado jogo entre os times do Rio Branco e S. *Club* Vitória (provavelmente o time de Salvador que não pôde jogar na inauguração), custando: “Arquibancada 2\$000, sombra 1\$000, geral 500.” (FOLHA DO NORTE, n. 642, 5 ago. 1922, p. 1). Parafraçando o historiador Clóvis Oliveira (2016, p. 196) quando analisava a inauguração do Cassino Irajá na década de 40, “O lúdico, antes praticado em festas de trabalho, realizado como componente vinculado às temporalidades cotidianas, tinha, (...) um território exclusivo e uma hora certa”. Virara uma mercadoria!

Figura 40 – Cartaz de propaganda da Firma Ramos



Fonte: Revista Bahia Ilustrada (1918, p. 01)

Às “quatro horas, foi iniciada a grande peleja”. No prélio com os “locais”, os visitantes saíram-se vencedores por 3X1 (FOLHA DO NORTE, n. 642, 5 ago. 1922, p. 1). Não obstante a derrota, existia um clima de “êxtase”, porque estava em pauta a construção do *Stadium*, acontecimento que “inscrevia a pequena cidade interiorana no rol dos centros adiantados” (OLIVEIRA, 2016, p. 71). Sobre os ecos da inauguração do Estádio, o historiador Clóvis Oliveira é taxativo ao afirmar que existiriam duas perspectivas: a primeira seria um projeto “para educar a população segundo os preceitos da civilização”; e, de outro modo, a “fala progressista que tecia loas ao futebol não estava presa a aspectos imediatos; antes dialogava com o futuro, tentando tirar os ensinamentos que o esporte civilizado trazia para o pequeno território às margens do Jacuípe” (OLIVEIRA, 2016, p. 71-72).

Acreditamos que as duas perspectivas estavam interligadas: educar as pessoas pelas/para práticas de lazer é pensar nas complexidades “imediatas” e, ao mesmo tempo, é construção de futuro, educando as sensibilidades das pessoas, seus gostos, e instruindo comportamentos (MELO, 2020b). Feira, pensando especificamente no esporte, havia começado esse movimento desde o prado feirense, com as experiências turfísticas. Existe, neste processo, uma educação dos espectadores para a narrativa dos espetáculos esportivos, e a ampliação de espaços na imprensa local com colunas esportivas provavelmente contribuiu.

Nesse sentido, uma parcela da população foi sendo educada a se associar aos clubes – movimento que teve início especificamente no futebol local com as agremiações, em 1907, mas que acompanha a cidade pelo menos desde 1868, quando fora constituída a associação musical 25 de Março; depois fortalecida por uma concorrência com a Sociedade Filarmônica Victoria, em 1873; e, por fim, com a Euterpe Feirense, em 1921 (NEVES JUNIOR, 2018). Esse associativismo estava presente também nos grêmios dramáticos e literários do final do século XIX e início do XX – o Grêmio Dramático Familiar, por exemplo, esteve ativo entre 1892 e 1900 (SAMPAIO, 2000). E, ainda, na experiência associativa do Jockey Club, apresentada no capítulo anterior. Enfim, permanecem processos mais amplos, carentes ainda de melhores estudos.

Ao que parece, existiu uma ampliação de times de futebol em 1922 e uma maior visibilidade na imprensa, tanto na sede do município como em alguns distritos. Sobre a prática futebolística nos distritos, em abril de 1923, a agremiação *Sport Club Tanquinhense* (na época, distrito de Tanquinho) visita o distrito de Santa Bárbara (cidade, atualmente), disputando uma partida de *foot-ball* com o *Progresso Foot-Ball Club*

(FOLHA DO NORTE, n. 1551, 1 abr. 1939, p. 01 e 04). Sabemos que da criação à dissolução de uma agremiação, pode ser questão de poucos anos, meses ou mesmo alguns dias, também temos exemplos no País de duradouras associações, algumas já centenárias.

O futebol foi sendo incorporado à cidade, primeiro como mais um forasteiro, vindo de carona nos barcos e trens, provavelmente em 1906, em um “jogo de exibição” de jovens. Mais um divertimento estava sendo forjado na urbe. Depois, vieram os primeiros clubes e os primeiros amistosos, e surgiu a necessidade de estarem organizados em uma “Primeira Liga Feirense dos *Sports* Terrestres” e estabelecer um calendário esportivo.

No entanto, continuavam constituindo-se espetáculos festivos gratuitos. Vieram os intercâmbios com outras paragens, sempre momentos retratados na imprensa como “festas esportivas”, que estavam longe de serem encaradas como um negócio. Foram necessários 16 (dezesesseis) anos para o futebol em Feira se transformar em uma mercadoria, exatamente com a organização da “Segunda Liga Feirense dos *Sports* Terrestres” e a construção e inauguração do Estádio Leolindo Ramos.

Nenhum dos clubes feirenses abordados neste capítulo, está em funcionamento, ficaram em memórias que se foram, em arquivos pessoais ou públicos ainda a serem descobertos e mobilizados; porém, sobretudo, estão nas páginas da História.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA FEIRA DE DIVERSÕES

Na história das diversões de Feira de Santana, de múltiplas formas, distintos divertimentos intercambiavam: eram as apresentações circenses e sessões de cinema sendo realizadas no Theatro Sant'Anna; as filarmônicas inseridas, organicamente, nos festejos religiosos pelas ruas da urbe seguindo as procissões e também nos coretos das principais praças. Esses intercâmbios entre as atividades de lazer foram potencializadores dos divertimentos na cidade. Reforça-se a ideia de que essas trocas simbólicas e materiais entre as diferentes atividades culturais se completavam de distintas maneiras. As referidas associações musicais davam vida às trilhas sonoras no cinema, no teatro e no circo, e também animavam os jogos esportivos antes, durante e depois das partidas. Ao mesmo tempo, sessões de cinema; corridas de cavalo; funções da tourada, do circo e do teatro eram realizadas em prol das filarmônicas, instituições beneficentes, times de futebol, causas sociais, entre outras. Algumas vezes, essas instituições iam mais além, e promoviam verdadeiros e diversos espetáculos.

As Filarmônicas eram, no início, o chamariz das partidas de futebol, a ponto de algumas notícias atribuírem a ausência de público aos *grounds*, durante as partidas de *foot-ball*, à não participação das filarmônicas nos eventos. Outrossim, algumas sessões de cinema eram entremeadas por peças teatrais e vice-versa. Em alguns momentos, o palco do teatro virava picadeiro para as atividades circenses; em outros, os clubes de futebol e as filarmônicas se tornavam “agências” de turismo.

Por conta disso, compreendemos que os intercâmbios foram fundamentais para o desenvolvimento das práticas de lazer em Feira de Santana, assim como em outras regiões próximas, principalmente o Recôncavo Baiano, ou mais distantes, como Salvador, que sofriam influência e também influenciavam a cidade. Parcerias culturais importantes entre localidades foram estabelecidas desde o final do século XIX, ganhando maior força com as melhorias nas comunicações (telégrafo) e transportes (barcos a vapor e trens). Essas parcerias envolveram filarmônicas; times e ligas de futebol; espectadores que circulavam para assistirem às touradas, aos circos e ao teatro; proprietários e cavalos de corrida; artistas de circo e teatro.

Esta pesquisa representa alguns marcos: é o primeiro estudo a tematizar a história das artes circenses na Bahia do século XIX; está entre os primeiros a abordarem as

touradas no interior do nordeste brasileiro e entre os poucos que existem sobre as cidades dos diversos sertões brasileiros; provavelmente, é uma das primeiras pesquisas sobre o Turfe no interior do nordeste brasileiro; ainda contribui para a história do teatro na Bahia, a partir da História do Theatro Sant'Anna, o primeiro teatro de Feira de Santana; colabora para a história do futebol nacional, relatando a existência de uma entidade organizadora do esporte na cidade, inclusive, em um período próximo da criação de ligas em lugares como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo – contudo, em local de aspectos urbanísticos bem diferentes daqueles, diria, carregado de muitos aspectos rurais próximos ao núcleo central da povoação. É nessa geografia rural/urbana que surgiu uma das primeiras ligas de futebol do Brasil, ainda na primeira década do século XX, e provavelmente um dos primeiros estádios da Bahia.

Os resultados apontam que espetáculos teatrais, circenses, tauromáquicos e esportivos ocorreram na cidade de Feira de Santana em um período distante ao do crescimento urbano e da industrialização. Os estudos dos lazeres sobre as cidades interioranas que tematizaram os esportes, em larga medida, estão concentrados no século XX. Acabam focando esportes como futebol, voleibol e basquete. Porém, é possível afirmar que municípios brasileiros de diversos sertões receberam espetáculos esportivos comercializáveis desde o século XIX, como, por exemplo, o turfe e o ciclismo. Feira de Santana vivenciou essas duas modalidades: a primeira, no *Jockey Club* Feirense; a segunda, ao que as fontes indicam, não experimentou no século XIX acirradas competições, aparecem apenas momentos de passeios ciclísticos com os “ferreos cavallos, de ventres pneugmaticos”²¹³ ganhando as ruas e as zonas rurais do município e de localidades próximas.²¹⁴ Clubes de corrida organizando provas de ciclismo não foram evidenciados. Percebemos, pois, a bicicleta como elemento de fluência do ser humano nos ambientes citadinos e campestres, como construtora de sociabilidades de caráter não competitivo, servindo assim para a quebra de rotinas de vida em passeios recreativos.

Após todas as reflexões realizadas durante esta pesquisa, identificamos elementos que contribuiriam para o aparecimento dos lazeres e esportes em locais pouco urbanizados, como Feira de Santana, região interiorana, um dos diversos sertões deste imenso Brasil.

213 Expressão localizada em uma das poucas notas encontradas trazendo as bicicletas como lazer em Feira de Santana, ainda no século XIX (O PROPULSOR, n. 100, p. 01, 11 set. 1898).

214 Uma outra nota dizia: “A velocipedia, que é a verdadeira - Rainha dos Sports, vai progressivamente se desenvolvendo entre nós, graças a um grupo de distintos cavalheiros, dilettantes de tão sublime diversão” (O PROPULSOR, n. 110, p. 02, 20 nov. 1898).

Poderíamos destacar: Companhias Itinerantes e Associações; Personagens; Espaços de Diversão; e Modais de Transportes (Marítimo, Fluvial e Ferroviário).

Sobre as **Companhias Itinerantes e Associações**, uma parcela da historiografia fala da força do associativismo inglês influenciando aspectos culturais de cidades e regiões brasileiras; porém, o que as fontes indicam é uma forte influência portuguesa nos costumes. Mesmo não sendo uma temática aprofundada nesta pesquisa, vimos o quanto as associações musicais, filarmônicas locais, tiveram participação direta no êxito de distintos espetáculos – uma tradição portuguesa que teve auge em Portugal durante toda segunda metade do século XIX.

Também o clube de turfe feirense possuía em seu quadro dirigente portugueses. O teatro local pertencia à Santa Casa de Misericórdia (outra tradição portuguesa, em se tratando de associações beneficentes). Um grupo local amador do teatro rendia homenagens ao grande dramaturgo português batizando-se com seu nome, Taborda, influenciados, talvez, por companhias dramáticas portuguesas que se apresentavam no palco feirense. Outros grupos locais dramáticos, assim como companhias de alcance regional, ajudaram a compor a cena teatral da cidade.

Os conhecimentos seculares das touradas (outra tradição portuguesa) e das artes circenses conseguiram por meio das companhias itinerantes aportarem na cidade. Sem os saberes guardados pelas quadrilhas de tauromaquia e pelas famílias circenses, seria impossível a vivência de grandes espetáculos (outros não tão grandes), que seguramente envolveram as plateias feirenses em dias e noites de diversão.

Sobre as associações futebolísticas, tanto as que reuniam os atletas e outros associados (os times de futebol) quanto as que reuniam as equipes (as Ligas) contribuíram decisivamente para o desenvolvimento do futebol local, na construção e organização de espaços, na realização de partidas amistosas ou na confecção de calendários de competição, promovendo o intercâmbio com clubes e ligas de outras cidades.

Nesse ínterim, quais seriam os possíveis **Personagens** merecedores de papéis principais nesta história? Toda construção humana é a soma de diversas ações, também humanas. Então, os trabalhadores dos divertimentos, atores, atrizes, toureiros, toureiras, *jockeys* e amazonas, circenses, atletas, árbitros, entre tantos outros de apoio logístico protagonizaram essa história. Algumas pessoas, por diferentes motivos, construíram de uma forma especial os seus tempos. Os empresários do lazer foram vanguardistas, verdadeiros desbravadores dos sertões, trazendo arte, a vertigem das touradas; o suspense, a comicidade e a magia dos circos; a emoção de uma partida de futebol ou chegada das

corridas em domingos turfísticos; o choro e a alegria dos dramas e comédias e, acima de tudo, a tristeza quando as cortinas se fechavam no palco... Quando voltariam a se abrir?

Decidir por determinados povoamentos distantes dos grandes centros urbanos, atravessar o país de sul a norte ou o atlântico eram uma necessidade que se impunha. Um grupo local de sujeitos (inicialmente da aristocracia agrária, burguesia comercial, militares de alta patente, depois os profissionais liberais) influenciado por uma economia de mercado em franco crescimento, apesar de crises sazonais devidas às secas ou questões mais gerais da macroeconomia, agiu em algumas frentes: arregimentando outros sujeitos à construção de processos coletivos regidos por questões mercadológicas, como teatro e prado de corridas, ou ações individuais, por exemplo, na execução da obra do estádio de esportes. Outros sujeitos, no entanto, que estiveram à frente das ligas e clubes esportivos ou presidiram e dirigiram os grupos teatrais locais, provavelmente, não tinham pretensões econômicas de grande monta.

Quanto ao **Espaços de Diversão**, temos que hipódromos e teatros (aqui e em outros cantos do país) favoreceram a vinda de companhias tauromáquicas, circenses, teatrais, entre outras. O próprio cinema,²¹⁵ nas primeiras apresentações ainda no século XIX, usou o teatro feirense. Já o futebol, inicialmente, era improvisado nos largos e hipódromo; depois, alcançou o espaço estruturado do Estádio Leolino Ramos, em 1922, acompanhando os progressos “da Bahia”²¹⁶, com o Estádio da Graça, em 1920.

Destacamos o uso multifacetado dos espaços de lazer: o Theatro Sant’Anna serviu às sessões de cinema, peças teatrais, funções circenses e festividades. O Hipódromo do *Jockey Club* Feirense presenciou o turfe e também as touradas; e, na primeira década do século XX, foi palco para algumas das primeiras partidas de futebol. O Campo do Gado, além de semanalmente ser uma grande feira de animais, foi território de divertimentos populares: lugar de sambadores e sambadoras em fim de lida, *grounds* para as pejejas futebolísticas, pista para corridas de cavalos, espaço para os pavilhões dos circos e os redondéis das touradas. E o Estádio Leolino Ramos, palco de grandes jogos, também viria a ser espaço para outros divertimentos²¹⁷.

Sobre os aspectos a ressaltar referentes aos **Modais dos Transportes Marítimo, Fluvial e Ferroviário**, o desenvolvimento dos meios de transporte em todos os lugares,

215 Cinema aqui entendido neste primeiro momento com as empresas de exibição fílmica que circulavam pelas cidades e faziam uso dos teatros e de outros espaços para as projeções.

216 Bahia aqui leia-se Salvador.

217 Em fevereiro de 1931, “transformou-se” em ringue de Boxe (FOLHA DA FEIRA, n. 127, 21 fev. 1931, p. 4).

sempre rebateram como maior ou menor influência nos modos de vida de população em dada região. Como tentamos demonstrar, para o deslocamento para Feira de Santana de companhias itinerantes de circo, touradas e teatro de outros estados²¹⁸ do Brasil ou de outras regiões do planeta, seria necessário passar pelo Porto de Salvador e, de lá, deslocar-se pela “Companhia de Navegação Bahiana” até o Recôncavo. Cavalos corredores do turfe e atletas amadores de futebol também se deslocaram da Capital para Feira. Dos vapores aportados em Cachoeira, existiram duas opções de deslocamento para Feira de Santana: fazer o percurso em tropas de animais ou em trem. Este último modal, pelos indícios e evidências, era o mais utilizado.

De estados como Goiás e Piauí que costumeiramente traziam contingentes de animais para serem vendidos na Feira do Gado, em longas viagens pelos sertões do Bahia, não se identificou uma única companhia itinerante. Poucas foram as evidências de deslocamentos de companhias vindas de outras regiões interioranas da Bahia. As exceções encontradas neste estudo também provavelmente passaram, inicialmente, pelo porto de Salvador ou pela Ferrovia Central da Bahia e se deslocaram por outros interiores baianos, igualmente fazendo uso dos vapores e/ou trens²¹⁹ e, só depois, por estes meios, deslocaram-se para Feira.

As pesquisas que envolvem as influências dos meios de transporte no desenvolvimento do lazer no Brasil ainda são poucas. Especificamente quanto às influências dos transportes marítimos, fluviais e lacustres sobre os divertimentos, muito ainda há de ser feito. Neste sentido, defendemos que estes modais de transporte foram importantes para a interiorização dos divertimentos na transição entre os séculos XIX e XX, interligando Feira de Santana com o mundo e contribuindo para a oferta de lazeres comercializáveis.

A formação no nível de doutoramento em Estudos do Lazer foi essencial para seguirmos elaborando futuras pesquisas nesta senda, tanto na linha de pesquisa “Memória e História do Lazer”, quanto em outras vertentes, contribuindo com a formação de novos pesquisadores, professores e outros profissionais. Este estudo pode ensejar desdobramentos para a área do lazer na realidade pesquisada. Cuidar de saber das origens das práticas de divertimento e dos modos como os sujeitos ocupavam o seu tempo

218 Em um período do estudo, províncias.

219 Aqui estamos nos referindo ao Circo Olimecha, à Companhia do transformista John Bridges e à Companhia Teatral dirigida por Hyppolito de Carvalho.

disponível nos permitiu investigar as maneiras de se viverem os tempos e os espaços de sociabilidade.

Os conhecimentos que foram mobilizados poderão ser acessados pelos cursos superiores, como os de Educação Física, Turismo, Teatro, Artes, entre outros. Poderão também ser mobilizados pelos professores, na Educação Básica, em aulas como, por exemplo, da história dos esportes e da história do futebol, do circo e do teatro em Feira de Santana. Adicionalmente, em escolas livres de circo, teatro e futebol ou mesmo para os aficionados em corridas de cavalo, pois compreenderão a história desta diversão e poderão propor novos rumos para o atual momento dessa prática na região, gerando novas demandas comerciais e de lazer. Isto se aplica para os demais divertimentos. Neste sentido, podemos construir uma história da cidade a partir, também, de uma história do lazer. Demos alguns passos...

REFERÊNCIAS

ALMANACH DO DIARIO DE NOTICIAS, Salvador, Bahia. Quarto Anno, 1884.

ALMANAK BRASILEIRO GARNIER. Rio de Janeiro, 1907.

ALMEIDA, Norma Lucia F. de. Urbanização, escolarização e variação linguística em Feira de Santana – Bahia (Século XX). **Tabuleiro de Letras**. Salvador, n. 4, jun., 2012. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/170>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ALMEIDA, Oscar Damião de. **Dicionário personativo, histórico, geográfico e institucional da Feira de Santana**. 3 ed. Feira de Santana: Gráfica Modelo, 2002.

A LOCOMOTIVA, Salvador, n.11, p. 69, 09 fev. 1889.

A LOCOMOTIVA, Salvador, n.17, p. 125, 05 maio 1889.

A LOCOMOTIVA, Salvador, n. 08, p. 41, 15 jan. 1889.

ALVES, Rogério Othon Teixeira; SOUZA NETO, Georgino Jorge de. Volley-ball e Basket-ball no sertão mineiro: o advento dos esportes americanos em Montes Claros – MG na primeira metade do Século XX. **Caminhos da História**, Montes Claros, v. 26, n. 1, p. 80–97, 2021.

ALVES, Rogério Othon Teixeira; SOUZA NETO, Georgino Jorge de; PEREIRA, Ester Liberato. O divertimento importado: uma colonização cultural no sertão norte-mineiro. **Movimento**, Porto Alegre, v. 27, e27025, 2021.

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira. **Lazer, mercado do entretenimento e circuitos futebolísticos nos sertões de Minas Gerais, 1888-1925**. 2020. 208 f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; DIAS, Cleber. Lazer e mercado do entretenimento em uma cidade rural de Minas Gerais. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 25, n. 1, p. 62-85, 2019.

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; DIAS, Cleber. Nos trilhos do lazer: entretenimento urbano e mercado de diversões em Divinópolis, Minas Gerais, 1890-1920. **Revista de História Regional** 22(2): 237-261, 2017. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 05 fev. 2018.

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; COUTO, Euclides de Freitas. Aspectos do Clubismo na Introdução do foot-ball em Oliveira – MG (1916-1920). **Outros Tempos**, v. 14, n. 24, p. 1–16, 2017.

AMAZONAS, Manaus, n. 141, p. 01, 08 jul. 1893.

AMORIM, Anníbal. **Viagens pelo Brasil, com oitenta gravuras: do Rio ao Acre, aspectos da Amazonia, do Rio a Matto Grasso.** Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1917.

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. **Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial.** 1990. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1990.

A PROVINCIA, Recife, ano XXXVIII, n. 20, p. 05, 21 jan. 1915.

ARAÚJO, Natane Brito. **Memórias (quase) póstumas da Lagoa do Subaé, Feira de Santana – Bahia (1970-2017).** 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente) - Departamento de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

ÁVILA, Thais Vasconcelos Franco de Sá. **Ávila José de Lima Penante e a dramaturgia teatral no Amazonas na segunda metade do século XIX.** 2019. 97 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.

AZEVEDO, Veruschka de Sales. **Cinema e sociabilidade nas cidades do café: Franca e Ribeirão Preto (1890 – 1930).** 2015. 312 f. Tese. (Doutorado em História) - PUC, São Paulo, 2015.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2019. p. 23-79.

BAHIA. **Rio Vermelho:** Projeto História dos Bairros de Salvador. Salvador: Governo do Estado da Bahia, Secretaria da Cultura/ Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.

BAHIA. **Anuário Estatístico da Bahia de 1923.** Diretoria do Serviço de Estatística do Estado, Imprensa Oficial do Estado, Bahia, 1924. Disponível em: <https://archive.org/details/anuario1923ba/page/100/mode/2up>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BAHIA. **Anuário Estatístico da Bahia de 1924.** Vol. I Território e População. Diretoria do Serviço de Estatística do Estado, Imprensa Oficial do Estado, Bahia, 1926. Disponível em: <https://archive.org/details/anuario1924ba/mode/2up>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BAHIA. **Diário Oficial do Estado da Bahia.** Salvador, 16 mar. 1916.

BAHIA. **Relatório com que o excellentissimo senhor presidente, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes, abriu a Assembléa Legislativa Provincial da Bahia no dia 1º de maio de 1876.** Bahia: Typographia do Jornal da Bahia, 1876. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/130605/per130605_1876_00001.pdf. Acesso em: 25 jul. 2021.

BAHIA. **Relatório com que ao illm. e exm. snr. desembargador Henrique Pereira de Lucena, passou a administração da Provincia em 5 de fevereiro de 1877 o exm snr. conselheiro Luiz Antonio da Silva Nunes.** Bahia: Typographia do Jornal da Bahia, 1877. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/130605/per130605_1877_00001.pdf. Acesso em: 25 jul. 2021.

BAHIA. **Relatório com que o Exm. Sr. Cons. Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella passou a administração da Província ao Exm. Sr. Des. Aurelio Ferreira Espinheira o dia 1º de Abril de 1889.** 1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/130605/per130605_1889_00001.pdf. Acesso em: 25 jul. 2021.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **O verde na metrópole: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916).** 1998. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 1998.

BARBIERI, Fabio Augusto; BENITES, Larissa Cerignoni; SOUZA NETO, Samuel de. Os sistemas de jogo e as regras do futebol: considerações sobre suas modificações. **Motriz**, Rio Claro, v.15, n.2, p.427-435, abr./jun., 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/20833>. Acesso em: 24 jan. 2020.

BARBOSA, Ruy. **Obras completas de Ruy Barbosa: Campanha da Bahia.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa e Ministério da Cultura, vol. XLVI (1919), tomo III, 1988.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas: uma introdução aos seus usos historiográficos.** Editora Vozes, 2019.

BIBBÓ, Caroline Bertarelli. **Divertimentos em Ouro Preto no final do século XIX.** 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BIBBÓ, Caroline Bertarelli; ROSA, Maria Cristina. Potencial dos documentos camarários para estudos historiográficos do lazer. **Recorde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-24, jan./jun. 2018.

BOAVENTURA, Alberto Alves. **Cronifatos** – Feira de Santana, 1983.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **A Paisagem Urbana e o Homem.** Feira de Santana: UEFS Editora, 2006.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgo e vaqueiros.** Salvador: UFBA / Centro Editorial e Didático, 1989.

BOCCANERA JÚNIOR, Sílio. **O Teatro na Bahia, da Colônia à República (1800-1923).** Salvador: EDUNEB, 2008.

BOLOGNESI, Mário Fernando. Circo e teatro: aproximações e conflitos. **Sala Preta.** São Paulo, n. 6, p. 9-19, 2006.

BOLOGNESI, Mario Fernando. O Circo na História: Pluralidade Circense e as Revoluções Francesa e Soviética. **Repertório: Teatro e Dança**, ano 13, n. 15, p.11-16, 2010.

BONFIM, Aira Fernandes. **Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos**: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941). 2019. 213 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.821**, de 30 de dezembro de 1882, que regulamenta a Lei nº 3150 de 4 de novembro de 1882. 1882. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM8821.htm. Acesso em: 13 dez. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. **Estatística das estradas de ferro da União e das fiscalizadas pela União relativa ao ano de 1911**. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, Brasil, 1914.
Disponível em:
<https://archive.org/details/estatisticaferro1911uniaio/page/n135/mode/2up?q=Feira>.
Acesso em: 13 dez. 2021.

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil** (Realizado em 1 de Setembro de 1920). Vol. IV, 4ª Parte. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926.

BRASIL. **Lei nº 3.150**, de 4 de novembro de 1882. Regula o estabelecimento de companhias e sociedades anonymas. 1882. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3150.htm. Acesso em: 13 dez. 2019.

BRITO, Carlos Alberto Oliveira; OLIVEIRA, Arcênio. **Memórias**: Sertão. Feira de Santana: Fundação Senhor dos Passos, 2013.

BRITO, Carlos Alberto; OLIVEIRA, Arcênio José (Orgs.). **Memórias**: periódicos feirenses 1877/1888. Fundação Senhor dos Passos, Núcleo de Preservação da Memória Feirense, 2007.

BUARQUE DE HOLLANDA, Bernardo Borges; MELO, Victor Andrade de. **O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

CABRAL FILHO, Severino. Campina Grande – PB (1930–1950): Modernização, cotidiano e cultura material. **Projeto História**, nº 40, p. 259-292, jun. 2010.

CALDAS, Francisco Demetrius L.; ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda. Futebol no sertão do São Francisco. In: DIAS, Cleber (Org.). **Depois da Avenida Central**: cultura, lazer e esportes nos sertões do Brasil. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2020. p. 197-224.

CAMARGO, Marisa de Oliveira. **A tauromaquia cuiabana**: festa, barbárie e tradição (1936-1970). 2005. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

CAMPOS, Juliano Mota. **Entre Tinteiros e Palanques**: a trajetória intelectual e política de Arnold Ferreira da Silva em Feira de Santana-BA (1909-1930). 2016. 153 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Departamento Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

CAPUCHA, Luís. Festas de touros na Península Ibérica: uma leitura sociológica. *In*: MELO, Victor Andrade de (Org.). "**Pois temos touros**": touradas no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

CAPUCHA, Luís. O campo da tauromaquia. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 5, p. 147- 165, 1988.

CARNEIRO, Juliana; MELO, Victor Andrade de. **Nos Tempos do Trianon**: Campos se diverte! Rio de Janeiro: Numa Editora, 2021.

CARNEIRO, Neuza de Brito. Circos e Parques itinerantes como opção de divertimento em Feira de Santana na década de 1950. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana**, ano 12, n. 12, p. 73-75, 2015.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e cantadores**. São Paulo: Global, 2005.

CAVALCANTI, Adriana Priscilla Costa. "**As Marias de Gado**": descortinando trajetórias da participação de mulheres nas vaquejadas da Bahia. 2020. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

CAVALCANTI, Adriana Priscilla Costa; CASTRO JÚNIOR, Luís Vitor; ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da. Bando Anunciador de Sant'Ana: Cultura, Festa e Lazer nas Ruas da Princesa do Sertão. **Licere**, v. 23, n. 4, p. 1–29, 2020. DOI: 10.35699/2447-6218.2020.26632. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/26632>. Acesso em: 26 mar. 2021.

CAVALCANTI, Adriana Priscilla Costa; CASTRO JÚNIOR, Luís Vitor. **Boi na pista!**: sociabilidade, esporte e lazer na Princesa do Sertão. Feira de Santana: UEFS Editora, 2019.

(CBF). CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Livro de Regras de Futebol 2019/2020**. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/acbf/arbitragem/aplicacao-regra-diretrizes-fifa/livro-de-regras-2019-2020-portugues>. 2019.

COTES, Marcial; GÓES, Dirceu. Primeiros apontamentos para legitimar Ilhéus na historiografia do surfe da Bahia. **REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE HISTÓRIA.COM.**, v. 02, n. 04, p. 50-57, 2014.

CERQUEIRA, João Batista de; SOUZA, Maria Lúcia. **Memorial histórico da Santa Casa de Misericórdia**. 1859-1954. Feira de Santana, Bahia: Print Mídia Editora, 2009.

CERQUEIRA, João Batista de. **Assistência e caridade**: a história da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana – 1859-2009. 2.ed. Feira de Santana, Bahia: Print Mídia Indústria Gráfica e Editora, 2009.

CIDADE DA FEIRA, Feira de Santana, n. 15, p. 02, 18 nov. 1888.

CORRÊA, Joyce Nancy da Silva. Sports na terra dos rincões: Acre –1909 a 1922. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 24-45, set./dez., 2017.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, n. 12570, p. 06, 9 nov. 1935.

CORREIO DE NOTICIAS, Feira de Santana, n. 16, p. 04, 25 out. 1885.

CORREIO PARAENSE, Belém, n. 171, p. 01, 27 nov. 1892.

CUNHA, Nayara Fernandes de Almeida. **Os coronéis e os outros**: sujeitos, relações de poder e práticas sociais em Feira de Santana (1907-1927). 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

CUNHA, Aloísio Santos da. **Descaminhos do trem**: as ferrovias na Bahia e o caso do trem da Grota (1912-1976). 2011. 233f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

DAMASCENO, Karine Teixeira. **Para serem donas de si**: mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888). 2019. 243 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

DAMASCENO, Karine Teixeira. Labuta, sociabilidade, solidariedade e conflito: mulheres pobres, trabalhadoras e negras em Feira de Santana, 1890-1920. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 187-201, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2016v8n16p187>. Acesso em: 01 ago. 2021.

DAMASCENO, Karine Teixeira. **Mal ou bem procedidas**: cotidiano de transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, n. 01, p. 01, 03 jan. 1889.

DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, n. 54, p. 01, 09 mar.1889.

DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, n. 72, p. 04, 31 mar. 1889.

DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, n. 73, p. 03, 02 abr. 1889.

DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, n. 109, p. 03, 17 maio 1889.

DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, n. 114, p. 03, 23 maio 1889.

DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, n. 249, p. 02, 07 nov. 1889.

- DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, n. 289, p. 01, 25 dez. 1889.
- DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, n. 290, p. 03, 27 dez. 1889.
- DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, n. 283, p. 01, 18 dez. 1889.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Salvador, n. 284, p. 02, 18 dez. 1888.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belém, n. 136, p. 03, 20 jun. 1888.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, n. 1468, p. 02, 22 jun. 1889.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, n. 188, p. 03, 19 ago. 1882.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, n. 190, p. 03, 22 ago. 1882.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, n. 193, p 05, 25 ago. 1882.
- DIÁRIO DO MARANHÃO, Maranhão, n. 11092, p. 01, 20 jun. 1910.
- DIÁRIO DO MARANHÃO, Maranhão, n. 481, p. 01, 12 mar. 1875.
- DIÁRIO DO POVO, Salvador, n. 16, p. 03, 23 maio 1889.
- DIÁRIO DO POVO, Salvador, n. 17, p. 01, 24 maio 1889.
- DIÁRIO DO POVO, Salvador, n. 18, p. 03, 25 maio 1889.
- DIÁRIO DO POVO, Salvador, n. 20, p. 01, 28 de maio de 1889.
- DIAS, Cleber; COTES, Marcial. Esportes, lazer e desenvolvimento econômico em Ilhéus (c. 1890-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo (no prelo).
- DIAS, Cleber (Org.). **Depois da Avenida Central**: cultura, lazer e esportes nos sertões do Brasil. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2020.
- DIAS, Cleber. Mercantilização do Lazer no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v.21, n.2, jun/2018a.
- DIAS, Cleber. História e historiografia do lazer. **Recorde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-26, jan./jun. 2018b.
- DIAS, Cleber. **Esportes nos confins da civilização**: Goiás e Mato Grosso, 1866-1936. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018c.
- DIAS, Cleber. Primórdios do futebol em Goiás, 1907 - 1936. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa-PR, v. 18, n. 1, p. 31-61, jan./jul. 2013a. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/4000>. Acesso em: 20 maio 2016.

DIAS, Cleber. Esporte e cidade: balanços e perspectivas. **Revista Tempo**, Niterói-RJ, v. 19, n 34, p. 34-44, jan./jun. 2013b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/PQS5SnWtJpbSmP3jf3vBS7q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2016.

DIAS, Cleber; ROSA, Maria Cristina (Org.). **Histórias do lazer nas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2019.

DIAS, Douglas da Cunha; MATOS, Lucília da Silva; BAHIA, Mirleide Chaar; PINHEIRO, Welington da Costa; OLIVEIRA, Aline da Silva. Tourada: primórdio do esporte em uma Belém do Pará sob os acenos da modernidade (1870 a 1910). In: MATOS, Lucília da Silva; BAHIA, Mirleide Chaar (Orgs.). **Política pública, memória e diversidade nas práticas de esporte e lazer no estado do Pará**. Belém: Paka-Tatu, 2019.

DICIONÁRIO da Língua Portuguesa Michaelis *on-line*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca/portuguesbrasileiro/estatuto/>. Acesso em: 17 jan. 2020.

DUARTE, Regina Horta. Cavalinhos, leões e outros bichos: o circo e os animais. **Varia História**, n. 26, p. 97-107, 2002.

DUARTE, Regina Horta. **Noites circenses**: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX. 1993. 503 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

ECHO FEIRENSE, Feira de Santana, n. 04, p. 01, 02 jul. 1878.

ESTADO DO PARÁ, Belém, n. 1077, p. 04, 25 mar. 1914.

FARIA, Karina de. **A saga de Celina**: palco, picadeiro e rádio na trajetória de uma atriz nordestina. Curitiba: CRV, 2020.

FEIJÓ, Ivan Luiz Chaves. Tauromaquia e identidade: significados sociais e políticos do toureio a pé na Espanha do século XVIII. **Anais... 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - História e o futuro da educação no Brasil**, Recife-PE, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1554406494_ARQUIVO_TauromaquiaeIdentidadeANPUH2019trabalhoparaapresentacao.pdf . Acesso em: 13 ago. 2020.

FEIRA DE SANTANA. **Planta loteamento dos terrenos da Chácara Ceu Azul**. 1938. Arquivo Público Municipal de Feira de Santana. Caixa 602. Feira de Santana.

FEIRA DE SANTANA. **Decreto-Lei n. 1**, de 29 de dezembro de 1937. Institui o Código de Posturas do Município. Feira de Santana, 1937.

FEIRA DE SANTANA. **Nomenclatura das ruas e praças da cidade de Feira de Sant'Anna**. 1886-1902. Arquivo Público Municipal de Feira de Santana. Caixa 379. Feira de Santana.

FERNANDES, Francielly Keyse Martins; REIS, Joseni Pereira Meira. O teatro como modo de educação e participação nas culturas do escrito em Caetité Bahia, no início do Século XX. **Revista Cocar**, Belém, v.15, n. 31, p.1-20, 2021.

FIGUEREDO, Anna Carolline Sá. **Os grupos teatrais amadores de Feira de Santana: dinâmicas e vinculações políticas (1920 – 1930)**. 2019. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciado em História) - Universidade Estadual Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

FLOR, Feira de Santana, n. 02, p. 04, 24 abr. 1921.

FLOR, Feira de Santana, n. 04, p. 03, 08 maio 1921.

FLOR, Feira de Santana, n. 07, p. 02, 29 maio 1921.

FLOR, Feira de Santana, n. 20, p. 02, 04 set. 1921.

FLOR, Feira de Santana, n. 33, p. 02-03, 18 dez. 1921.

FOLHA DA FEIRA, Feira de Santana, n. 5, p. 2, 20 out. 1928.

FOLHA DA FEIRA, Feira de Santana, n. 85, p. 01, 03 maio 1930.

FOLHA DA FEIRA, Feira de Santana, n. 113, p. 01, 15 nov.1930.

FOLHA DA FEIRA, Feira de Santana, n. 127, p. 04, 21 fev. 1931.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 27, p. 02, 19 mar. 1910.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 60, p. 02, 04 dez. 1910.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 65, p. 02, 14 jan. 1911.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 66, p. 01, 22 jan. 1911.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 68, p. 02, 05 fev. 1911.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 69, p. 01, 12 fev. 1911.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 71, p. 02, 26 fev. 1911.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 92. p. 02, 4 nov. 1911.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 93, p. 02, 11 nov. 1911.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 94, p. 01, 18 nov. 1911.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 95, p. 02, 26 nov. 1911.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 122, p. 01, 08 jun. 1912.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 187, p. 02, 13 set. 1913.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 233, p. 01, 15 ago. 1914.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 235, p. 01, 29 ago. 1914.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 280, p. 01, 26 jul. 1914.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 460, p. 01, 25 jan. 1919.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 489, p. 01, 16 ago. 1919.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 518, p. 10, 13 mar. 1920.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 536, p. 01, 17 jul. 1920.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 537, p. 01, 24 jul. 1920.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 579, p. 02, 14 maio 1921.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 580, p. 01, 21 maio 1921.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 581, p. 01, 28 maio 1921.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 610, p. 01, [17] dez. 1921.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 615, p. 01, 22 jan. 1922.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 642, p. 01, 05 ago. 1922.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 632, p. 04, 20 maio 1922.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 1222, p. 04, 17 dez. 1932.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 1492, p. 01, 12 fev. 1938.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 1551, p. 01 e 04, 01 abr. 1939.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 1581, p. 4, 28 out. 1939.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 1585, p. 01, 25 nov. 1939.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 1607, p. 01, 27 abr. 1940.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 1613, p. 01, 08 jun. 1940.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 1647, p. 1, 01 fev. 1941.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 1679, p. 01, 13 set. 1941.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 1730, p. 03, 05 set. 1942.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 1749, p. 04, 16 jan. 1943.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 1781, p. 01, 28 ago. 1943.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 2036, p. 02, 17 jul. 1948.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 2212, p. 01, 01 dez. 1951.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, n. 2958, p. 01, 25 dez. 1965.

FONSECA, Raimundo Nonato da Silva. "**Fazendo Fita**": Cinematógrafos, cotidiano e imaginário em Salvador, 1897-1930. Salvador: Edufba, 2002.

FORTES, Rafael. Os estudos históricos do esporte no Brasil: avanços, limites e desafios. In: MELO, Victor; FORTES, Rafael; PERES, Fabio; COUTO, André Alexandre Guimarães (Orgs.). **História do esporte**: diálogos disciplinares. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2020.

FREIRE, Luis Cleber. **Nem tanto ao mar, nem tanto à terra**: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888. 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **O Descoroamento da Princesa do Sertão**: de “chão” a território, o “vazio” no processo da valorização do espaço. 2014. 415 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização de Feira de Santana**: influência da industrialização 1970 – 1996. 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

GALVÃO, Monsenhor Renato de Andrade. Povoadores da região de Feira de Santana. **Sitientibus**. Feira de Santana/ UEFS. Ano 1, v. 1, p. 25, 1982.

GAMA, Mario. Como os “sports” se iniciaram e progrediram na Bahia. In: **Diário Oficial do Estado da Bahia, Edição Especial do Centenário**. Salvador: Cartograf, 1923. p. 319-321.

GAMA, Raimundo. **Feira de Santana em postais**. Feira de Santana, 2009.

GAMA, Raimundo Gonçalves (Coord.). **Memória fotográfica de Feira de Santana**. Feira de Santana: Fundação Cultural de Feira de Santana, 1994.

GAMBETA, Wilson Roberto. **A bola rolou**: o velódromo paulista e os espetáculos de futebol (1895/1916). 2013. 408 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

- GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira. **"Football suburbano e festivais esportivos":** lazer e sociabilidade nos clubes de subúrbio em Belém do Pará (1920-1952). 2016. 498f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- GAZETA DA BAHIA, Salvador, n. 58, p. 03, 14 mar. 1885.
- GAZETA DA BAHIA, Salvador, n. 154, p. 02, 11 jul. 1882.
- GAZETA DA BAHIA, Salvador, n. 158, p. 02, 15 jul. 1882.
- GAZETA DA BAHIA, Salvador, n. 160, p. 2, 19 jul. 1883.
- GAZETA DA BAHIA, Salvador, n. 164, p. 02, 22 jul. 1882.
- GAZETA DE MINAS, Oliveira, n. 773, p. 1, 31 ago. 1902.
- GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, n. 80, p. 08, 20 mar. 1892.
- GAZETA DO POVO, Feira de Santana, n. 55, p. 03, 20 jul. 1891.
- GOIS JUNIOR, Edivaldo. “O esporte e a modernidade em São Paulo: práticas corporais no fim do século XIX e início do XX”. **Movimento**. Porto Alegre, v. 19, n. 04, p. 95-117, out-dez. 2013.
- GOMES, Christianne Luce. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014.
- GOMES, Djalma D’Santos. A morte de Orlando Orfei. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana**, ano 12, n. 12, p. 77-80, 2015.
- GONÇALVES, Graciela Rodrigues. **As secas na Bahia do Século XIX** (sociedade e política). 2000. 165f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- IDADE D’OURO DO BRAZIL, Salvador, n. 39, p. 03, 15 maio 1812.
- IBGE. **População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais - 1872/2010**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil**: 1. de setembro de 1940. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p12_t1_ba.pdf. Acesso em: 05 fev. 2018.
- ISAYAMA, Hélder Ferreira; MELO, Victor Andrade de. **Pesquisa e pós-graduação em estudos do lazer**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2020.

- JORNAL DA FEIRA, Feira de Santana, n. 123, p. 01, 06 ago. 1884.
- JORNAL DE NOTÍCIAS, Salvador, n. 3501, p. 02, 21 jul. 1891.
- JORNAL DE NOTÍCIAS, Salvador, n. 3688 p. 01, 08 mar. 1892.
- JORNAL DE NOTÍCIAS, Salvador, n. 3771, p. 01, 20 jun. 1892.
- JORNAL DE NOTÍCIAS, Salvador, n. 3.778, p. 02, 30 jun. 1892.
- JORNAL DE NOTÍCIAS, Salvador, n. 3791, p. 03, 16 jul. 1892.
- JORNAL DE NOTÍCIAS, Salvador, n. 5509, p. 02, 18 maio 1898.
- JORNAL DE NOTÍCIAS, Salvador, n. 5555, p. 02, 16 jul. 1898.
- JORNAL DE RECIFE, Recife, n. 246, p. 03, 30 out. 1896.
- JORNAL DE RECIFE, Recife, n. 292, p. 04, 23 dez. 1893.
- JORNAL DO AMAZONAS, Manaus, n. 1302, p. 03, 25 nov. 1886.
- JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n. 332, p. 02, 28 nov. 1901.
- JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n. 196, p. 08, 18 ago. 1936.
- JORNAL DO CEARÁ, Fortaleza, n. 1221, p 01, 22 jul. 1910.
- JORNAL DO COMERCIO, Rio de Janeiro, n.115, p. 01, 26 abr. 1909.
- JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, n. 1986, p. 02, 10 out. 1909.
- JORNAL PEQUENO, Recife, n. 271, p. 02, 02 dez. 1910.
- KARLS, Cleber Eduardo; MELO, Victor Andrade. Tradição e modernidade: as touradas na Porto Alegre do século XIX. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 352-363, maio/ago. 2014.
- KARLS, Thaina Schwan; MELO, Victor Andrade de. Novas dinâmicas de lazer: as fábricas de cerveja no Rio de Janeiro do século XIX (1856-1884). **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 147-160, jan./mar. 2018.
- KILPP, Cecília Elisa; MAZO, Janice Zarpellon; LYRA, Vanessa Bellani. Um olhar histórico sobre a emergência dos primeiros clubes esportivos na cidade de Teutônia, no Rio Grande do Sul. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 116, jan./abr. 2010.
- LAJEDINHO, Antônio do. **A Feira na década de 30: memórias**. Feira de Santana:[s.n.], 2004.

LÁZARO, João Pedro Prado Mercês. **Labirintos da bola: normatização e práticas do futebol em Feira de Santana (1942-54)**. 2015. 141f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

LEAL, Geraldo da Costa. **Perfis urbanos da Bahia: os bondes, a demolição da Sé, o futebol e os gallegos**. Salvador: Gráfica Santa Helena, 2002.

LEITE, Rinaldo César. **E a Bahia Civiliza-se: ideias de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana de Salvador - 1912-1916**. 1996. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

LIMA, Geraldo. **O teatro em Feira de Santana**. Feira de Santana:[s.n.], 2015.

LIMA, Lizandra de Souza. **Percepções históricas sobre o lazer e a educação nas práticas de sociabilidade em Alagoinhas-BA**. 2018. 88f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

LIMA, Rita Saionara dos Santos; NUNES, Fábio Santana. Os parques públicos de lazer de Feira de Santana: as opções de diversão para a classe popular. *In: Osni Oliveira Noberto da Silva; Michael Daian Pacheco Ramos; Fábio Santana Nunes; Temístocles Damasceno Silva; Jéssica Vitorino da Silva Terra Nova. (Orgs.). Políticas Públicas de Lazer no Interior da Bahia*. Rio de Janeiro: Eulim, 2017. p. 99-121.

LOPES, Daniel de Carvalho. A contemporaneidade da produção do Circo Chiarini no Brasil de 1869-1872. 2015. 149f. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) - Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 111-153.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. **O esporte na cidade : aspectos do esforço civilizador brasileiro**. Campinas: Autores Associados, 2001.

MACHADO, Aline Gomes. **A Ginástica Como Prática Educativa na Bahia (1850-1920)**. 2017. 65f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MACHADO, Franklin de Cerqueira. **Feira de Santana-Álbun**. São Paulo: Cacimbinha, 1966.

MACIEL DA SILVA, Igor. Da participação das mulheres nas danças em Barbacena - MG (Cidade de Barbacena, 1915-1930). **Record**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 1-13, jul./dez. 2020.

MACIEL DA SILVA, Igor. O maior cinema na história de Barbacena: panorama dos primeiros anos do Cine-Theatro Apollo (1923 a 1925). **Revista Caminhos da História**, Montes Claros, v. 26, n. 1, p. 148–164, 2021.

- MARTÍNEZ, Antonio Luis López. *El mercado taurino en los inicios de la tauromaquia moderna*. Fundación Real Maestranza de Caballería de Sevilla/Fundación de Estudios Taurinos. Universidad de Sevilla. Sevilla, 2013.
- MATOS, Lucília da Silva; BAHIA, Mirleide Char (Orgs.). **Política pública, memória e diversidade nas práticas de esporte e lazer no estado do Pará**. Belém: Paka-Tatu, 2019.
- MATTOSO, Kátia. **Bahia: a cidade do Salvador** e seu mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC, Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- MELLO, Carlos Alberto Almeida; BRITO, Carlos Alberto Oliveira (Orgs.). **Inauguração da Biblioteca Pública Municipal da Feira de Santana**. Feira de Santana: Fundação Senhor dos Passos. Núcleo de Preservação da Memória Feirense, 2020.
- MELLO, Carlos Alberto Almeida; BRITO, Carlos Alberto Oliveira (Orgs.). **Memórias: A Flor**. Feira de Santana: Fundação Senhor dos Passos. Núcleo de Preservação da Memória Feirense, 2019.
- MELLO, Carlos Alberto Almeida; BRITO, Carlos Alberto Oliveira (Orgs.). **Memórias: Arnold Ferreira da Silva**. Feira de Santana: Fundação Senhor dos Passos. Núcleo de Preservação da Memória Feirense, 2018.
- MELO, Victor Andrade de; GOMES, Leonardo do Couto A os touros: a tauromaquia, o processo de modernização e o trânsito do rural ao urbano em Curitiba (1856-1916). **Diálogos**, v. 25, n. 2, p. 237-261, 21 nov. 2021.
- MELO, Victor Andrade de. Educação, civilização, entretenimento: o Tivoli - um parque de diversão no Rio de Janeiro do século XIX (1846-1848). **Revista Brasileira de História da Educação [on-line]**. 2020b, vol. 20 e 114. Epub May 15, 2020. ISSN 2238-0094. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e114>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- MELO, Victor Andrade. Diversão no paraíso? experiências esportivas no bairro de Sepetiba (Rio de Janeiro, décadas de 1940-1970) - na encruzilhada da memória e da história. **Recorde - Revista de História do Esporte**, v. 13, p. 1-74, 2020a.
- MELO, Victor Andrade de; CHEVITARESE, André Leonardo. Uma arqueologia do esporte: a paisagem do Prado Guarany (1884-1890). **Revista História**, São Paulo, v. 39, 2020.
- MELO, Victor Andrade. Um hipódromo suburbano: a experiência do Club de Corridas Santa Cruz (Rio de Janeiro - 1912/1918). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 157-184, 2019.
- MELO, Victor Andrade de (Org.). **"Pois temos touros": touradas no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

MELO, Victor Andrade de, FONSECA, Vivian Luiz, PERES, Fabio Faria. Patrimônio esportivo: um tema de investigação. **Projeto História**, São Paulo, v. 59, p. 261-284, abr.-jul. 2017.

MELO, Victor Andrade de. “Pois temos touros?”: as touradas no Rio de Janeiro do XIX (1840-1852). **Análise Social**, 215, 1 (2.º), p. 382-404, 2015.

MELO, Victor Andrade de. As touradas nas festividades reais do Rio de Janeiro colonial. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 19, n. 40, p. 365-392, 2013a.

MELO, Victor Andrade de. Uma diversão adequada? As touradas no Rio de Janeiro do século XIX (1870-1884). **História (São Paulo)**, v.32, n.2, p. 163-188, jul./dez. 2013b.

MELO, Victor Andrade de. **Esporte e lazer: conceitos**. Rio de Janeiro: Apicuri/Faperj, 2010a.

MELO, Victor Andrade de. (Org.). **Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010b.

MELO, Victor Andrade de. Das touradas às corridas de cavalo e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil. *In*: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de (Orgs.). **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 35-70.

MELO, Victor Andrade de. **Dicionário do esporte no Brasil no final do século XIX e início do século XX**. Campinas: Autores Associados, 2007.

MELO, Victor Andrade de. **Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2001.

MELO, Victor Andrade de; CHEVITARESE, André Leonardo. Embates na sociedade fluminense: a experiência do Prado Guarany (1884-1890). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 38, n. 78, pp. 235-258, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-11>. Acesso em: 26 set. 2019.

MELO, Victor Andrade de; FORTES, Rafael. História do esporte: panorama e perspectivas. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 12, n. 22, p. 11-35, jul./dez. 2010.

MELO, Victor Andrade; SANTOS JUNIOR, Nei Jorge dos. Entre o rural e o urbano, entre o civil e o militar: peculiaridades (esportivas) do bairro de Realengo/Rio de Janeiro (1902-1940). **Revista Antíteses**, v. 13, p. 361-389, 2020a.

MELO, Victor Andrade; SANTOS JUNIOR, Nei Jorge dos. Faces da modernidade: a experiência do Ciclo Suburbano Clube (Madureira/Rio de Janeiro, décadas de 1920-1960). **Tempo e Argumento**, v. 12, n. 30, p. e0202, 2020b. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312302020e0202>. Acesso em: 01 set. 2021.

MENDES, Luis Carlos Simões. **Coração de Maria: Sua Estória e sua história no século presente**. 1993 (mimeo).

MONTEIRO, Joaquim Remédios. A Feira de Sant'Anna como “sanatorium” da tuberculose pulmonar. **Gazeta médica da Bahia** - Série III, v. II. Bahia: Litho-Typographia de João Gonçalves Tourinho, junho, 1884.

MONTENEGRO, Nara Romero; SOARES, Carmen Lúcia. Corridas de cavalos em Campinas: das ruas e dos quilombos ao hipódromo (1870-1898). **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 21, n. 2, 2018. DOI: 10.5216/rpp.v21i2.47361. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fe/article/view/47361>. Acesso em: 26 set. 2019.

MÜLLER, Dalila. “Viagens de recreio”: primeiras manifestações do turismo em Pelotas/RS. In: CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valeria Lima; MAGALHÃES, Aline Montenegro. **História do turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 147-164.

NAEHER, Julius. **Land und Leute in der Brasilianischen Provinzn Bahia**.

Leipzig Weigel, 1881. Disponível em:

<https://play.google.com/books/reader?id=PDgBAAAQAAJ&pg=GBS.PP1&hl=pt>
Acesso em: 08 ago. 2021.

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. **Viver por si**: histórias de liberdade no agreste baiano oitocentista (Feira de Santana, 1850-1888). 2012. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **POLITEIA: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.

NEVES JUNIOR, Antonio Carlos Batista. **Sociedade Filarmônica 25 de Março**: a prática do mestre de banda na reedificação de uma instituição sesquicentenária. 2018. 95 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Música) – Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

NUNES, Fábio Santana. “A los toros!”: as touradas em Feira de Santana (1893-1905). **Revista Caminhos da História**, Montes Claros, v. 26, n. 1, p. 54-79, 2021.

Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/3693>.
Acesso em: 17 jul. 2021.

NUNES, Fábio Santana; RIBEIRO, Jean Carlo. Incidência histórica do esporte no Piemonte da Chapada Diamantina, sertão baiano, nas décadas de 1920 e 1930. **Cenas Educacionais**, v. 3, n. 6994, p. 1- 21, 2020.

NUNES, Fábio Santana. Uma Feira de diversões. Simpósio Nacional de História, 30., Recife, 2019. **Anais...** Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019. Disponível em:

www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553267276_ARQUIVO_UMAFEIRADEDIVERSOES_ARTIGO_novo.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

O CAPÍTULO, Feira de Santana, n. 01, p. 02 – 03, 28 set. 1877.

O COMMERCIO DE SÃO PAULO, São Paulo, n. 2827, p. 04, 25 jan.1902.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, n. 15, p. 27, 23 jan.1960.

O DEMOCRATA, Belém, n. 107, p. 03, 13 maio 1893.

O ESFORÇO, Feira de Santana, n. [ilegível], p. 04, 17 abr. 1887.

O LIBERAL DO PARÁ, Belém do Pará, n. 206, p. 04, 14 de set. 1886

OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana Moraes. Cidade de magarefes, mulheres, pretos: Feira de Santana sob o olhar de Juarez Bahia, 1942-1986. **Anais... 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - História e o futuro da educação no Brasil**, Recife-PE, 2019.

Disponível em:

<https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553286715ARQUIVOCidadesmagarefes,mulheres,pretos.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana Moraes. **Canções da cidade amanhecendo**: Urbanização, Memória e Silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2016.

OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana Moraes. **De empório a Princesa do Sertão**: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937). 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Lélia Vitor Fernandes de. Duvidoso – O campeão derrotado. *In*: GUIMARÃES, Adessil Fernandes *et al.* **Feira de Sant’Anna**: histórias e estórias dos séculos XIX e XX (Escritas a cinquenta mãos). Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana. Feira de Santana, 2015.

OLIVEIRA, Lucas; MARTA, Felipe Eduardo Ferreira. O futebol em Salvador e seus exploradores: a história a partir dos periódicos A Manhã e A Capital (1920 – 1930). IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 2018. **Anais... Santo Antônio de Jesus: Associação Nacional de História - Seção Bahia – ANPUH-Brasil**, 2018.

Disponível em: <http://www.encontro2018.bahia.anpuh.org/resources/anais>

8/1537485637_ARQUIVO_OLIVEIRA-Lucas-

OFutebolemSalvadoreSeusExploradores.pdf. Acesso em: 01 dez. 2021.

OLIVEIRA, Renata Cristina Simões de. **O teatro e algumas diversões em Diamantina**: uma história registrada pela imprensa (1888-1915). 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer). Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

OLIVEIRA, Rennan Pinto de. **Sant’Ana dos Olhos D’Água**: fé e celebração entre a igreja e o largo (1930-1987). 2014. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

OLIVEIRA, Sandra Nivia Soares de. **Um modelar estabelecimento de ensino: o Colégio Santanópolis na cidade de Feira de Santana (1934-1959)**, 2014. 310 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

O MATTO GROSSO, Cuiabá, n. 1259, p. 04, 27 set. 1914.

O MONITOR, Salvador, n. 162, p. 01, 15 dez. 1878.

O MOTOR, Feira de Santana, n. 07, p. 04, 30 jun. 1877.

O MOTOR, Feira de Santana, n. 68, p. 01, 20 out. 1880.

O MUNICÍPIO, Feira de Santana, n. 127, p. 01, 28 jan. 1911.

O MUNICÍPIO, Feira de Santana, n. 128, p. 02, 08 fev. 1911.

O MUNICÍPIO, Feira de Santana, n. 130, p. 01, 26 fev. 1911.

O MUNICÍPIO, Feira de Santana, p. 2, 21 abr. 1892.

O MUNICÍPIO, Feira de Santana, n. 15, p. 03, 29 maio 1892.

O MUNICÍPIO, Feira de Santana, n. 16, p. 03, 02 jun. 1892.

O MUNICÍPIO, Feira de Santana, n. 17, p. 03, 05 jun. 1892.

O MUNICÍPIO, Feira de Santana, n. 42, p. 01, 08 set. 1892.

O MUNICÍPIO, Feira de Santana, n. 132, p. 02, [s. d.] 1893.

O MUNICÍPIO, Feira de Santana, n. 188, p. 03, 11 nov. 1894.

O PAIZ, Rio de Janeiro, n. 9445, p. 04, 15 ago. 1910.

O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 01, p. 03, 08 jul. 1882.

O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 02, p. 01, 23 jul. 1882.

O PROGRESSO, Feira de Santana, n.04, p. 02, 10 ago. 1882.

O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 05, p. 03, 16 ago. 1882.

O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 06, p. 03-04, 20 ago. 1882

O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 07, p. 04, 27 ago. 1882

O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 08, p. 03, 03 set. 1882.

O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 09, p. 02-03, 10 set. 1882.

- O PROGRESSO, Feira de Santana, n.[12], p. 01, 07 out. 1882.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 63, p. 03, 16 mar. 1901.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 90, p. 02, 22 set. 1901.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 92, p. 02, 6 out. 1901.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 93, p. 02, 13 out. 1901.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, p. 1, 13 maio 1906.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 335, p. 01, 08 jul. 1906.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 336, p. 01, 15 jul.1906.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 345, p. 01, 16 set. 1906.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 348, p. 02, 18 out. 1906.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 353, p. 02, 18 nov. 1906.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 356, p. 01, 09 dez. 1906.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 376, p. 01, 28 abr. 1907.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 379, p. 01, 19 maio 1907.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 386, p. 1, 07 jul. 1907.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 387, p. 01, 14 jul. 1907.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 389, 28 jul. 1907.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 391, p. 03, 11 ago.1907.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 392, p. 02, 18 ago. 1907.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 393, 25 ago. 1907.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 396, p. 01, 15 set. 1907.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 397, p. 01, 22 set. 1907.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 401, p. 02, 20 out. 1907.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 402, p. 01, 27 out. 1907.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 403, p. 01, 3 nov. 1907.

- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 404, p. 01, 10 nov. 1907.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 406, p. 01, 24 nov. 1907.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 408 p. 01, 8 dez. 1907.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 410, p. 1, 22 dez. 1907.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 411, p. 1, 31 dez. 1907.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 412, p. 02, 08 jan. 1908.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 419, p. 02, 01 mar. 1908.
- O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 422, p. 01, 22 mar. 1908.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 03, p. 03, 29 out. 1896.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 05, p. 02, 18 nov. 1896.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 06, p. 02 e 04. 20 nov. 1896
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 07, p. 02 e 04, 29 nov. 1896.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 08, p. 03 e 04, 05 dez. 1896.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 09, p. 01, 11 dez. 1896.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 11, p. 02, 24 dez. 1896.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n.12, p. 02, 01 jan. 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 13, p. 04, 08 jan. 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 19, p. 02, 20 fev. 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 24, p. 02, 27 mar. 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 25, p. 02, 03 abr. 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 26, p. 01, 10 abr. 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 27, p. 02-03, 18 abr. 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 29, p. 01, 01 maio 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 30, p. 01, 09 maio 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 31, p. 01, 15 maio 1897.

- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 32, p. 01, 22 maio 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 35, p. 01-03, 12 de jun. 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 36, p. 03, 19 jun. 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 37, p. 01, 26 jun. 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n.º 38, p. 02, 02 jul. 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 47, p. 04, 05 set. 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 49, p. 03, 19 set. 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 54, p. 01, 24 out. 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 61, p. 01, 12 dez. 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 62, p. 03, 19 dez. 1897.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 64, p. 01, 1 jan. 1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 65, p. 01, 09 jan. 1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 69, p. 01, 06 fev. 1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 72, p. 01, 27 fev. 1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n.73, p. 02, 06 mar.1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n.78, p. 03, 10 abr. 1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 81, p. 03, 01 maio 1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 82, p. 03, 08 maio 1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 84, p. 02, 22 maio 1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 85, p. 01, 29 maio 1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 86, p. 02-03, 05 jun.1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 87, p. 03, 12 jun. 1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 96, p. 02, 14 ago. 1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 97, p. 03, 21 ago. 1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 100, p. 01, 11 set. 1898.

- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 101, p. 01 e 03, 19 set. 1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 102, p. 03, 25 set. 1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 103, p. 02, 02 out. 1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 110, p. 02, 20 nov. 1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 114, p. 03, 25 dez. 1898.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 118, p. 03, 15 jan. 1899.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 127, p. 01, 19 mar. 1899.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 133, p. 04, 30 abr. 1899.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 137, p. 02, 28 maio 1899.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 138, p. 01, 04 jun. 1899.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 142, p. 02, 2 jul. 1899.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n.159, p. 01, 29 out. 1899.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 164, p. 01, 03 dez. 1899.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 166, p. 03, 17 dez. 1899.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 168, p. 02, 31 dez. 1899.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 170, p. 01, 14 jan. 1900.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n.192, p. 03, 17 jun. 1900.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 197, p. 04, 22 jul. 1900.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 201, p. 02, 26 ago. 1900.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 202, p. 01, 02 set. 1900.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 203, p. 01, 09 set. 1900.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 204, p. 02, 16 set. 1900.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 205, p. 01, 23 set. 1900.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 226, p. 02, 17 fev. 1901.
- O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 237, p. 02, 05 maio 1901.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 258, p. 01, 22 set. 1901.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 259, p. 01, 29 set. 1901.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 260, p. 02, 06 out. 1901.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 261, p. 04, 15 out. 1901.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 263, p. 03, 27 out. 1901.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 267, p. 02, 24 nov. 1901.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 268, p. 01, 1 dez. 1901.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 269, p. 02, 08 dez. 1901.

ORBE, Maceió, n. 126, p. 04, 31 out. 1888.

O VIGILANTE, Feira de Santana, n. 196, p. 1, 16 ago. 1885.

O VIGILANTE, Feira de Santana, n. 34, p. 02, 27 mar. 1878.

PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. **Para além das chaminés: memória, trabalho e cidade – a navegação a vapor no Amazonas (1850-1900)**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

PEIXOTO, Margarida de Mendonça. **Estudos do lazer no Brasil: apropriação da obra de Marx e Engels**. 2007. 338f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PEREIRA, Ester Liberato. **Configurações sociohistóricas da equitação no Rio Grande do Sul: uma investigação das redes de interdependência nas práticas esportivas equestres**. 2016. 256 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PEREIRA, Ester Liberato; BATAGLION, Giandra Anceski. Pelos prados de Pelotas/RS: as meridionais corridas de cavalos na transição do século XIX e XX. *In: GUAZZELLI et al. À sombra das chuteiras meridionais: uma História Social do futebol (e outras coisas...)*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. p. 546-578.

PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon. As práticas equestres e o lazer dos porto-alegrenses (décadas de 1920 a 1940). **Licere**, Belo Horizonte, v.17, n.4, dez/2014.

PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon; BATAGLION, Giandra Anceski. práticas equestres de corrida no Rio Grande do Sul: configurações e redes de interdependência. **Pensar a Prática**, Goiânia, 2019, v. 22, p. 01-14, 2015.

PEREIRA, Kívia Mirrana de Souza. Clubes e associações recreativas: entre a sociabilidade, identidade e criminalização de práticas sociais em Manaus, 1890-1910. *In*: SPERANZA, Clarice Gontarski; SCHEER, Micaele. **Trabalho, democracia e direitos** (volume 1: Trabalho Livre e Escravizado). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

PEREIRA, Leonardo Afonso. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2000.

PIMENTA, Daniele. **A Dramaturgia Circense**: Conformação, persistência e transformações. 2009. 187 f. Tese (Doutorado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

PINA, Maria Cristina Dantas. **Santa Isabel do Paraguassú**: cidade, garimpo e escravidão nas lavras diamantinas, século XIX. 2000. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

PINHO, José Ricardo Moreno. Salvador do século XIX: o porto que abastecia a cidade. *In*: CRUZ, Maria Cecília Velasco e; LEAL, Maria das Graças de Andrade; PINHO, José Ricardo Moreno (Orgs.). **Histórias e espaços portuários**: Salvador e outros portos. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 123-158.

PIRES, Roberto Gondim; DIAS, Cleber; LEITE, Marcos Cesar Meira. História e memória do esporte em Jequié. **Record**, v. 7, n. 1, p. 1-23, jan./jun., 2014.

POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

POPPINO, Rollie. **Feira de Santana**. Bahia: Editora Itapuã, 1968.

QUEIROZ, Marijara Souza. O museu de arte antiga do Instituto Feminino da Bahia e o colecionismo de Henriqueta Martins Catharino. *In*: BRITTO, Clovis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da; CERÁVOLO, Suely Moraes (org.). **Estilhaços da memória**: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico; Salvador [BA]: Observatório da Museologia na Bahia [UFBA/CNPq], 2020. p. 268-285.

QUITZAU, Evelise Amgarten. *Sport in Uruguay at the Beginning of the Twentieth Century: A Perspective from the Countryside*, **The International Journal of the History of Sport**. v. 36, p. 982-997, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09523367.2019.1687452>. Acesso em : 16 dez. 2019.

RAMOS, Cristiana Barbosa de Oliveira. **Timoneiras do bem na construção da cidade princesa**: mulheres de elite, cidade e cultura (1900-194). 2007. 247 f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional). Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2007.

REBOUÇAS, Daniel. **Indústria na Bahia**: um olhar sobre sua história. Salvador: Caramurê, 2016.

REIS, Wagner Alves. **Agostinho Fróes da Motta**: trajetórias e conquistas de um “homem de cor” em Feira de Santana (1856-1922). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

REVISTA BAHIA ILUSTRADA, Rio de Janeiro, n. 08, jul. 1918.

RIBEIRO, Jean Carlo. **A capital dos esportes**: poder, idealismo e hábitos físico esportivos no surgimento de Goiânia (1930-1945). Goiânia: Kelps, 2021.

RICCI, Marcelo Rezende. Um panorama da historiografia do turfe no Brasil: possibilidades e perspectivas. **Semina** - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF, v. 19, n. 3, p. 165 - 180, set/dez 2020.

ROCHA, Gilmar. O Circo no Brasil: Estado da Arte. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 70, p. 51-70 jul/dez. 2010.

ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da. **Esporte e modernidade**: uma análise comparada da experiência esportiva no Rio de Janeiro e na Bahia nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX. 2011. (155f.). Tese (Doutorado em História Comparada) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da; ESPÍRITO SANTO, Fernando Reis do. Futebol em Salvador: o início de uma história (1899-1920). **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 79-95, jul/set de 2011.

ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da; SANTOS, Henrique Sena dos. **Primórdios do esporte no Brasil**: Salvador. Manaus: Reggo, 2015.

ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da; MELO, Victor Andrade de. As touradas na Cidade da Bahia: transições na dinâmica pública soteropolitana. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 54, p.189-211, jan./jun. 2016.

ROCHO, Lara Bianchi. **Senhoras e senhores, respeitável público**: Albano Pereira e seus circos estáveis em Porto Alegre e Rio Grande, 1875-1887. (220f.). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. **Constituição e enraizamento do esporte na cidade**: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894 – 1920). 2006. 338 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SACRAMENTO, Beatriz Café. O cinema e as sociabilidades em Feira de Santana (1910-1919). **Anais...VIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-BA**. Feira de Santana, 01 a 04 de novembro de 2016. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 2016. Disponível em:

<http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/site/anaiscomplementares?AREA=2602&impressao>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SACRAMENTO, Beatriz Café; SILVA, Aldo José Moraes. **A arte como negócio: o lazer e a economia do cinema em Feira de Santana, de 1910 a 1920**. 2017.

SAES, Flávio. Apresentação. *In*: QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século**. Bauru, SP: EDUSC; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **Uma contribuição à história dos transportes no Brasil: a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (1839-1894)**. 2006. 370 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SAMPAIO, Maria Izabel da Silva. **A função social do teatro em Feira de Santana (1892-1912)**. Monografia (Especialização em Teoria e Metodologia da História) – Departamento Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2000.

SANTANA, Alisson Oliveira Soares de. **Cinema e práticas cinematográficas: experiências urbanas em Feira de Santana (1946-1965)**. 2020. 149 f. Departamento Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020.

SANTANA, Thiago Santos de; NORTE, Ramom de Souza; NUNES, Fábio Santana; SILVA, Aldo José Moraes Silva; COTES, Marcial. O esporte em Ilhéus e a consolidação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1921). **Movimento**, Porto Alegre, v. 28, p. e28030, jan./dez., 2022. DOI: 10.22456/1982-8918.113797. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/113797>. Acesso em: 1 ago. 2022.

SANTOS COMMERCIAL, Santos, n. 279, p. 01, 21 jul. 1895.

SANTOS, Milton. **A Rede Urbana do Recôncavo**. Imprensa Oficial, 1959.

SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira dos. **Diversões e civilidade na “Princesa do Sertão” (1919-1946)**. 2012. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTOS, David. **Ateneu artístico vilafranquense: da monarquia constitucional à adesão Europeia**. Vila Franca de Xira: Colibri, 2008.

SANTOS, Flávia da Cruz; LOTT, Wanessa Pires. O lugar do esporte na política de patrimônio da PBH. **Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**, v. 7, p. 132-150, 2020.

SANTOS, Flávia da Cruz. **Uma história do conceito de divertimento na São Paulo do século XIX (1828-1889)**. 2017. 153 f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) -

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SANTOS, Flávia; MELO, Victor. Entre o rural e o urbano: as touradas na São Paulo do século XIX (1877-1889). **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, ano 175, n. 463, p. 39-69, abr./jun. 2014.

SANTOS, Henrique Sena dos. Futebol no interior da Bahia, 1920 – 1940. *In*: DIAS, Cleber (Org.). **Depois da Avenida Central**: cultura, lazer e esportes nos sertões do Brasil. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2020. p. 153-196.

SANTOS, Henrique Sena dos. “**Pugnas Renhidas**”: futebol, cultura e sociedade em Salvador (1901 – 1924). Salvador: EDUFBA, 2014.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. Economia do entretenimento: o processo de monopolização do primeiro empreendimento esportivo no Brasil (1850-1930). **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 27, n. 1, p. 202-222, jan./jul. 2015.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. **Nomes, laços e interesses**: formação de redes sociais e estratégias políticas de católicos e evangélico-luteranos em Novo Hamburgo/RS (1924-1945). 2016. 285 f. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; VARGAS, Jonas Moreira; REMEDI, José Martinho Rodrigues. “Uma reunião de carreiras de cavalos”: lazer, esporte e os paradoxos da modernidade no Rio Grande do Sul, séculos XIX e XX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 45, p. 682-704, set./dez. 2020.

SANTOS, Ana Maria Carvalho dos. **Olhares, imagens e cotidiano em Feira de Santana (1950-1960)**. Feira de Santana: Zarte, 2020.

SANTOS JUNIOR, Antônio Carlos Borges. **Proposta de Gestão para a região metropolitana de Feira de Santana**. Feira de Santana: Samp Editora, 2020.

SANTOS JUNIOR, Nei Jorge dos. Diversões nos arrabaldes da capital irradiante. *In*: DIAS, Cleber (Org.). **Depois da Avenida Central**: cultura, lazer e esportes nos sertões do Brasil. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2020b.

SANTOS JUNIOR, Nei Jorge dos. Diversões Subúrbios Cariocas: Identidades, Representações e Tensões (1900-1930). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.13, n.1, jan-jul., 2020a.

SANTOS, Marcela Ariete dos. O teatro em Mato Grosso (1877-1928). **Revista Caminhos da História**, Montes Claros, v. 26, n. 1, p. 31–53, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/3692>. Acesso em: 10 set. 2021.

SARGES, Maria de Nazaré. "Tauromachia", Tauromania: migrantes galegos e práticas culturais em Belém. *In*: CANCELA, Cristina Donza; CHAMBOULEYRON, Rafael (Orgs.). **Migrações na Amazônia**. Belém: Açáí, v. 2, 2010. p. 55-66.

SARGES, Maria de Nazaré. *O Colyseu: arena de touros e toureiros do além-mar – Belém do Pará (1894-1900)*. In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (Orgs.). **Deslocamentos e histórias: os portugueses**. Bauru: EDUSC, 2008. p. 321-335.

SCHETTINI, Cristiana. Circuitos de trabalho no Mercado de diversões sul americano no começo do século XX. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP)**, v. 17, p. 99-131, 2012.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHUBERT, Adrian. *En la vanguardia del ocio mercantilizado de masas: la corrida de toros en España, siglos XVIII y XIX*. **História Social**, Valencia, Espanha, n. 41, p. 113-126, 2001.

SILVA, Aldo José Moraes. **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e Estratégias de Consolidação Institucional, 1894-1930**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

SILVA, Aldo José Moraes. **Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833-1937)**. 2000. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

SILVA, Erminia. **Circo-teatro: Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil**. São Paulo: Altana, 2007.

SILVA, Erminia. **O circo: sua arte e seus saberes – O circo no Brasil do final do século XIX a meados do XX**. 1996. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

SILVA, Giuslane Francisca da. **Memórias da cidade: modernidade, sociabilidades e práticas educativas em Cáceres/MT (1909-1948)**. 2016. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016a.

SILVA, Giuslane Francisca da. Sociabilidades urbanas: memórias sobre festividades religiosas em Cáceres/MT (primeira metade do século xx). **Revista Eletrônica Documento/Monumento**, Cuiabá, v. 20, n. 1, dez, p.33-42, 2016b. Disponível em: <https://www.ufmt.br/ndihr/revista/revistas-antiores/revista-dm-20.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.

SILVA, Jonatan dos Santos; MARTA, Felipe Eduardo Ferreira. “DO QUINTAL À RUA”: a capoeira em Vitória da Conquista-BA na memória do mestre Donizete (1950/60). **Cenas Educacionais**, v. 2, n. 2, p. 3-24, jul./dez., 2019.

SILVA, Jonatan dos Santos; SILVA, Paula Barreto; MARTA, Felipe Eduardo Ferreira. Construindo Caminhos de Possibilidade em Vitória da Conquista-Ba: O Mestre Sarará e a Memória da Capoeira entre os anos de 1960 e 1970. **Record**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1-29, jul./dez. 2018.

SILVA, Luciano Pereira da. **Em nome da modernidade**: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado (Montes Claros, 1889-1926). 2012. 211f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SILVA, Marcelo Moraes e. Comportamentos urbanos e esportes: Contribuições para a esportivização do turfe e da pelota basca em Curitiba (1899-1905). **Licere**, Belo Horizonte, v.18, n.3, set/2015. p. 86-115.

SILVA, Miranice Moreira da. O Carnaval dos Anos Trinta e a Suposta “Crise” Carnavalesca Feirense. **Licere**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 282–308, 2020a. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/19749>. Acesso em: 9 maio. 2021.

SILVA, Miranice Moreira da. **Os sons da cidade**: territorialidades e sociabilidades nos circuitos da micareta de Feira de Santana (1939-1985). 2020. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2020b.

SILVA, Miranice Moreira da. **Entre máscaras e serpentinas**: por uma história dos festejos carnavalescos feirenses (1891-1939). 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

SILVA, Moacir Malheiros Fernandes. **Geografia das estradas de ferro brasileiras em seu 1º centenário**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954.

SILVA, Reginaldo Carvalho da. **Dionísio pelos trilhos do trem**: circo e teatro no sertão do Brasil. Curitiba: CRV, 2018.

SILVA, Reginaldo Carvalho da. Circo-teatro no semiárido baiano (1911-1942). **Repertório: Teatro & Dança**, Salvador, n. 15, p. 40-51, 2010.

SILVA, Reginaldo Carvalho da. **Os dramas de José Carvalho**: ecos do melodrama e do circo-teatro no sertão baiano. 2008. 305 f. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SIMÕES, Kleber José Fonseca. **Os homens da Princesa do Sertão**: modernidade e identidade masculina em Feira de Santana (1918-1928). 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SOARES, Luiz Carlos. **Albion revisitada**: ciência, religião, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVIII. Rio de Janeiro: 7 Letras / Faperj, 2007.

SOARES, Priscila Gonçalves; NUNES, Fabio Santana; RIBEIRO, Jean Carlo; COSTA, Thiago Carlos. Linha de pesquisa “história e memória do lazer” do programa de pós-graduação interdisciplinar em estudos do lazer da UFMG: produção e análise. **Licere**, Belo Horizonte, v.23, n.3, p. 687-708, set., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25526/19941>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SOARES, Priscila Gonçalves. História das práticas corporais e diversão na Zona da Mata Mineira: indícios a partir da imprensa de Cataguases/MG e Juiz de Fora/MG. **Licere**, Belo Horizonte, 21, n. 4, p. 405–428, 2018.

SOARES, Priscila Gonçalves. **Práticas corporais e diversão em Juiz de Fora/BH: o discurso do jornal *O Pharol* (1876 - 1915)**. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

SOUZA, Bernardo Xavier Pinto de. **Memórias da viagem de SS. Magestades Imperiaes às províncias da Bahia, Pernambuco, Parahiba, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typ. E Livraria de B. X. Pinto de Sousa, 1861.

SOUZA, Eliza Salgado de. **Panorama do esporte em Manaus - 1897 a 1911**. Belo Horizonte. 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SOUZA, Gildison Alves de; SILVA, Osni Oliveira Noberto da. Futebol em Capim Grosso e sua Relação com as Políticas Governamentais Brasileiras – 1964 a 1985. In: MARTA, Felipe Eduardo Ferreira; MUSSI, Leila Maria Prates Teixeira; CARDOSO, Berta Leni Costa (org.). **História do Esporte: cultura, política, gênero e economia**. Goiânia: Kelps, 2017. p. 85-96.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. Gonçalves Dias: um crítico teatral dividido entre o teatro e o circo. **História Social**, Campinas -SP, n. 8/9, p. 105-128, 2001.

SOUZA, Ione Celeste Jesus de. **Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945**. São Paulo: EDUC, 2001.

SOUZA JUNIOR, Ronaldo Flaviano de; OLIVEIRA, Renata Cristina Simões de. Itinerantes e Cidadinos: a Companhia de Teatro Coimbra e suas interações com a população de Diamantina/MG. **Revista Caminhos da História**, Montes Claros, v. 26, n. 1, p. 09–30, 2021.

SOUZA JUNIOR, Ronaldo Flaviano de. **Santificado seja vosso tempo livre: a influência do catolicismo nas práticas de divertimento em Diamantina (1903 - 1930)**. 2020. 187f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SOUZA NETO, Georgino Jorge de; SOUTTO MAYOR, Sarah Teixeira. Prado mineiro: do turfe ao futebol: a forja de um espaço esportivo em Belo Horizonte (1904-1920). **Recorde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-16, jan./jun. 2017.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. **Através da Bahia:** Excerptos da obra *Reise In Brasilien*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SPORT, Salvador, n. 01, p. 01, 27 jan. 1889.

TORRES, Antônio. **O circo no Brasil**. Rio de Janeiro: Funarte, 1998.

TURF, Salvador, n. 01, p. 01, 26 jan. 1889.

TURF, Salvador, n. 08, p. 03, 23 mar. 1889.

TRUSZ, Alice Dubina. O cruzamento de tradições visuais nos espetáculos de projeções ópticas realizados em Porto Alegre entre 1861 e 19081. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.18. n.1. p. 129-178. jan.- jul. 2010.

VIANNA, Francisco Vicente; FERREIRA, José Carlos. **Memória sobre o Estado da Bahia**. Salvador: Typographia e Encadernação do Diário da Bahia, 1893.

VIEIRA, David Durval Jesus. Sensibilidade (in)civilizada: poder público, animais de tração e touradas em Belém (1897-1911). **Revista Espacialidades**, v. 7, n. 1, p. 148-170, 2014.

VIGARELLO, Georges. Exercitar-se, jogar. *In*: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo: da Renascença às Luzes**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 303-399.

XAVIER, João Francisco Santana; FREITAS, Gustavo da Silva; RIGO, Luiz Carlos. Dos aplausos às ruínas: uma construção das memórias do turfe no hipódromo da cidade do Rio Grande/RS. **Licere**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, jun. 2014.

XAVIER, Rosana Daniele. **Respeitável público, o circo chegou:** itinerários, espetáculos e estratégias comerciais dos circos na cidade de Oliveira, Minas Gerais (1888-1920), 2019. 90 f. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019.

XAVIER, Rosana Daniele. **Respeitável público, o circo chegou!** Uma análise da apropriação dos espetáculos circenses no Oeste de Minas Gerais (1888-1930) p. 188-202. *In*: ANJOS, Carlos Martins Versiani dos *et al.* (Org.) **História e Memória do Centro-Oeste Mineiro:** perspectivas História, Cidadania e Direitos Humanos. Divinópolis: EdUEMG, 2018.

XAVIER, Rosana Daniele; AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; DIAS, Cleber. Cultura, ferrovias e desenvolvimento econômico: circos em Minas Gerais no final do século 19. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 24, n. 1, p. 135-159, 2019.

XAVIER, Rosana Daniele; AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; DIAS, Cleber. Repertórios circenses e ferrovias: um estudo sobre o Oeste de Minas Gerais, c. 1890-1920. **Repertório: Teatro & Dança**, Salvador, n. 37, p. 240-252, 2021.

XIMENES, Maria Alice. **Corpo e roupa**: território da existência e da cultura: reflexões para o redesenho do corpo feminino no século XIX, 2004. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ZORZO, Francisco Antônio. O movimento de tráfego da empresa da Estrada de Ferro Central da Bahia e seu impacto comercial: das iniciativas privadas inaugurais à encampação estatal. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 26, p.63-77, jan./jun., 2002.

ZORZO, Francisco Antônio. Retornando à história da rede viária baiana: o estudo dos efeitos do desenvolvimento ferroviário na expansão da rede rodoviária da Bahia (1850-1950). *Sitientibus*. Feira de Santana, n. 22, p.99-115, jan./jun., 2000.